



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA TERRA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LÍVIA DOMICIANO CUNHA

PODER, COLONIALIDADE E RESISTÊNCIA NO SUL DO MATO GROSSO DO SUL

Rio de Janeiro

2023

LÍVIA DOMICIANO CUNHA

PODER, COLONIALIDADE E RESISTÊNCIA NO SUL DO MATO GROSSO DO SUL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de doutor em Geografia

Orientadora: Prof.^a Dr. Júlia Adão Bernardes

Coorientadora: Prof.^a Dr. Roberta Carvalho Arruzzo

Rio de Janeiro

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

D972p Domiciano Cunha, Livia
PODER, COLONIALIDADE E RESISTÊNCIA NO SUL DO
MATO GROSSO DO SUL / Livia Domiciano Cunha. -- Rio
de Janeiro, 2023.
277 f.

Orientadora: Júlia Adão Bernardes.
Coorientadora: Roberta Carvalho Arruzzo.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, 2023.

1. Agronegócio. 2. Povos Indígenas. 3. Mato Grosso
do Sul. 4. Setor sucroenergético. 5. Setor carne
grãos. I. Adão Bernardes, Júlia, orient. II.
Carvalho Arruzzo, Roberta, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

LÍVIA DOMICIANO CUNHA

PODER, COLONIALIDADE E RESISTÊNCIA NO SUL DO MATO GROSSO
DO SUL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de doutor em Geografia.

Aprovada em: 10/03/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr. Júlia Adão Bernardes (Orientadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.^a Dr. Roberta Carvalho Arruzzo (Coorientadora)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Prof.^a Dr. Ana Maria Lima Daou
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.^a Dr. Gislene Aparecida dos Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.^a Dr. Juliana Grasiéli Bueno Mota
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof. Dr. Magno Silvestre
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

AGRADECIMENTOS

Obrigada ao governo Lula (2003-2011), pela instauração de políticas públicas que contribuíram para a democratização do Ensino Superior público, gratuito e de qualidade nesse país, colaborando na ampliação do acesso e na garantia de permanência das classes baixas à esse espaço.

Obrigada a minha orientadora Júlia, a minha coorientadora Roberta, ao meu coorientador Rubinho (*in memoriam*), por terem me dado a honra de participar de seus grupos de pesquisa. Obrigada também a todos aqueles, indígenas e não-indígenas, que contribuíram na realização dos trabalhos de campo desta pesquisa.

Esse trabalho também não teria sido possível sem o apoio dos meus professores do Departamento de Geografia da UFRJ, dos meus amigos da geografia, da capoeira angola, da escola, do samba, da vida, e dos meus familiares. Obrigada também àquela que foi fundamental nessa trajetória, com a qual infelizmente não pude celebrar este momento: minha mãe (*in memoriam*), por tudo, a quem eu dedico esse trabalho.

“O colonialismo produziu violências indelévels em todos nós, porém, o seu projeto de ser um paradigma hegemônico monocultural e monorracionalista apresenta fissuras, fraturas expostas, hemorragias, sangrias desatadas. Mesmo tendo as sabedorias dos grupos tidos como subalternos operado golpes de forma astuta nas estruturas coloniais, o intenso investimento dessa engrenagem moderna fez com que, até os dias de hoje, permaneça a dimensão do contínuo colonial” (RUFINO, 2019, p. 36)

RESUMO

No século XXI foi possível identificar a ocorrência de um genocídio indígena no Sul do Mato Grosso do Sul. As violências que vêm sendo praticadas contra estes povos têm sido aplicadas de diferentes formas, sejam elas simbólicas ou concretas, diretas ou indiretas, institucionais ou individuais. As etnias aí localizadas são em sua maioria guarani kaiowa e guarani nhandeva. A situação na qual estes povos localizados a região se encontram atualmente tem suas raízes históricas. O cenário alarmante hoje encontrado é reflexo de um processo de progressiva violência praticada contra estes povos, que vem ocorrendo de maneira mais intensa nestes últimos 50 anos. O agravamento do conflito fundiário hoje encontrado no Sul do estado carrega relação com o avanço do agronegócio na região ao longo da década de 70 e o início do movimento de retomada dos territórios tradicionais indígenas já no final desta década. Estes territórios são os territórios dos quais outrora estes povos foram expulsos ao longo do processo de colonização da região. Esta pesquisa busca compreender de que forma a colonialidade e a resistência constituíram o Sul do Mato Grosso do Sul enquanto tal, isto é, uma região marcada pelo genocídio indígena. Para isso foi feita uma investigação histórica considerando os diferentes agentes e processos que cruzaram a região desde suas primeiras formas de ocupação. O diálogo com o pensamento de autores como Ribeiro (2004) sobre região, Mbembe (2015) sobre necropolítica, Cruz (2013) sobre a escolha dos conceitos, Pacheco de Oliveira (1997) sobre situação histórica, Raffestin (1980) sobre geografia do poder, Quijano (2005) sobre colonialidade do poder, e Scot (2013) sobre resistência, contribuíram para a construção desta análise regional. Foi realizado também trabalho de campo, pesquisa bibliográfica, elaboração de mapas, gráficos e quadros, dentre outros. Foi possível perceber a colonialidade como algo recorrente no histórico da região, uma vez a presença dos povos originários era invisibilizada e a lógica colonial para ocupação destes espaços era priorizada. Do mesmo modo, a resistência a estes processos por parte dos povos indígenas que aí habitavam também sempre existiu. A forte presença indígena na região não se explica apenas a partir, embora também, de dados demográficos, mas se explica fundamentalmente através da reivindicação de regularização fundiária de suas Terras, por eles compreendidas como *tekoha*.

Palavras-chave: Mato Grosso do Sul. Guarani. Agronegócio.

ABSTRACT

Throughout the 21st century it was possible to identify the occurrence of an indigenous genocide in the Southern of Mato Grosso do Sul. The violence that has been perpetrated against these peoples has been practiced in different ways, whether symbolic or concrete, direct or indirect, institutional or individual. The ethnic groups located there are mostly Guarani Kaiowa and Guarani Nhandeva. The situation in which these peoples located in this region find themselves today has its historical roots. The alarming scenario found today is a reflection of a process of progressive violence practiced against these peoples, which has been occurring more intensely in the last 50 years. The worsening of the land conflict found today in the Southern of the state is related to the advance of agribusiness in the region throughout the 1970s and the beginning of the movement to retake traditional indigenous territories in the late 1970s. In the past these peoples were expelled during the process of colonization of the region. This research seeks to understand how coloniality and resistance constituted the Southern of Mato Grosso do Sul as such, that is, a region marked by indigenous genocide. For this, he carried out a historical investigation considering the different agents and processes that crossed the region since its first forms of occupation. The dialogue with the thinking of authors such as Ribeiro (2004) on the region, Mbembe (2015) on necropolitics, Cruz (2013) on the choice of concepts, Pacheco de Oliveira (1997) on the historical situation, Raffestin (1980) on the geography of power, Quijano (2005) on the coloniality of power, and Scot (2013) on resistance, contributed to the construction of this regional analysis. Field work, bibliographical research, elaboration of maps, graphs and charts, among others, were also carried out. It was possible to perceive coloniality as something recurrent in the history of the region, since the presence of the original peoples was made invisible and the colonial logic for the occupation of these spaces was prioritized. Likewise, resistance to these processes on the part of the indigenous peoples who lived there has also always existed. The strong indigenous presence in the region is not explained only from, although also, demographic data, but is explained fundamentally through the claim for land tenure regularization of their Lands, understood by them as tekoha.

Keywords: Mato Grosso do Sul. Guarani. Agribusiness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tekoha Guassu.....	52
Figura 2 – A Região do Itatim	57
Figura 3 – Território antes e depois da Guerra do Paraguai	74
Figura 4 – O avanço da pecuária bovina no Mato Grosso do Sul (1780 – 1903)	79
Figura 5 – Cia Erva Matte Laranjeira	83
Figura 6 – Comissão Rondon no Brasil (1890-1938)	88
Figura 7 – Comissão Rondon na província do Mato Grosso (1890-1938)	89
Figura 8 – Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar (2009)	126
Figura 9 – Legenda do Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar (2009)	127
Figura 10 – Localidades Guarani e Densidade Populacional (2016)	162
Figura 11 – Recorte do Mapa Terras Indígenas no Brasil (FUNAI, 2020)	165

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produção de soja no Mato Grosso do Sul (1979-2019)	114
Gráfico 2 – Produção de milho no Mato Grosso do Sul (1979-2019)	115
Gráfico 3 – Produção de etanol (mil m ³) no Mato Grosso do Sul	124
Gráfico 4 – Produção de galináceos no Mato Grosso do Sul	137
Gráfico 5 – Produção de suínos no Mato Grosso do Sul	138
Gráfico 6 – Assassinatos de Indígenas no Brasil (2003-2019)	161
Gráfico 7 – Área plantada (ha) de lavouras temporárias no MS (1990-2017)	166
Gráfico 8 – Quadro de Funcionários da FUNAI (2020)	190

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados das usinas da região produtiva de cana-de-açúcar do MS129

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização Sul do Mato Grosso do Sul	16
Mapa 2 – Pedologia Sul do Mato Grosso do Sul	50
Mapa 3 – A Pecuária bovina no Mato Grosso do Sul (2015)	81
Mapa 4 – Localização das usinas e região produtiva no Mato Grosso do Sul (2018)	128
Mapa 5 – Sojicultura no Mato Grosso do Sul (2018)	141
Mapa 6 – Milhocultura no Mato Grosso do Sul (2018)	145
Mapa 7 – Avicultura no Mato Grosso do Sul (2018)	148
Mapa 8 – Suinocultura no Mato Grosso do Sul (2018)	152
Mapa 9 – Produção de soja (2018) e violência contra patrimônio indígena (2003- 2019) no Mato Grosso do Sul	173
Mapa 10 – Região produtiva da cana-de-açúcar, localização das usinas e das Terras Indígenas no Mato Grosso do Sul (2018)	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Frigoríficos de frango em operação no MS (2018)	149
Quadro 2 – Frigoríficos de suínos em operação no MS (2018)	153
Quadro 3 – Assassinatos de indígenas no Brasil por Unidade da Federação (2008-2019).....	160
Quadro 4 – Citações nos relatórios do CIMI (2003-2019) de violências contra povos indígenas no Sul do Mato Grosso do Sul envolvendo agentes ligados ao setor sucroenergético e ao setor carne-grãos.....	167

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – SOBRE PODER, COLONIALIDADE E RESISTÊNCIA	29
1.1 Por uma Geografia do Poder.....	29
1.2 A Colonialidade do Poder.....	31
1.3 A Arte da Resistência.....	39
1.4 Uma proposta de análise regional.....	46
1.4.1 Região Arte-fato.....	47
1.4.2 O Sul do Mato Grosso do Sul.....	49
CAPÍTULO 2 – DO ITATIM AO SUL DO MS	57
CAPÍTULO 3 - A DELIMITAÇÃO DA FRONTEIRA E O EXTRATIVISMO NA REGIÃO	67
3.1 Os Sertanistas (1830)	67
3.2 A política indigenista no Império.....	68
3.3 As Colônias Militares (1850-1864)	69
3.4 O Aldeamento Indígena Antonina (1863)	71
3.5 A Guerra do Paraguai (1864-1870)	73
3.6 A chegada da pecuária no sul da província de Mato Grosso (1870)	76
3.7 A Cia Erva Mate Laranjeiras (1882-1943)	81
CAPÍTULO 4 – OS NOVOS ALDEAMENTOS E A FRONTEIRA AGRÍCOLA NA REGIÃO	87
4.1 A Comissão Rondon (1890-1938) e a construção das Linhas Telegráficas do MT (1900-1906)	87
4.2 A Estrada de Ferro do Noroeste do Brasil (1906-1918)	92
4.3 O SPI (1910-1967) e os novos aldeamentos (1915-1928)	93

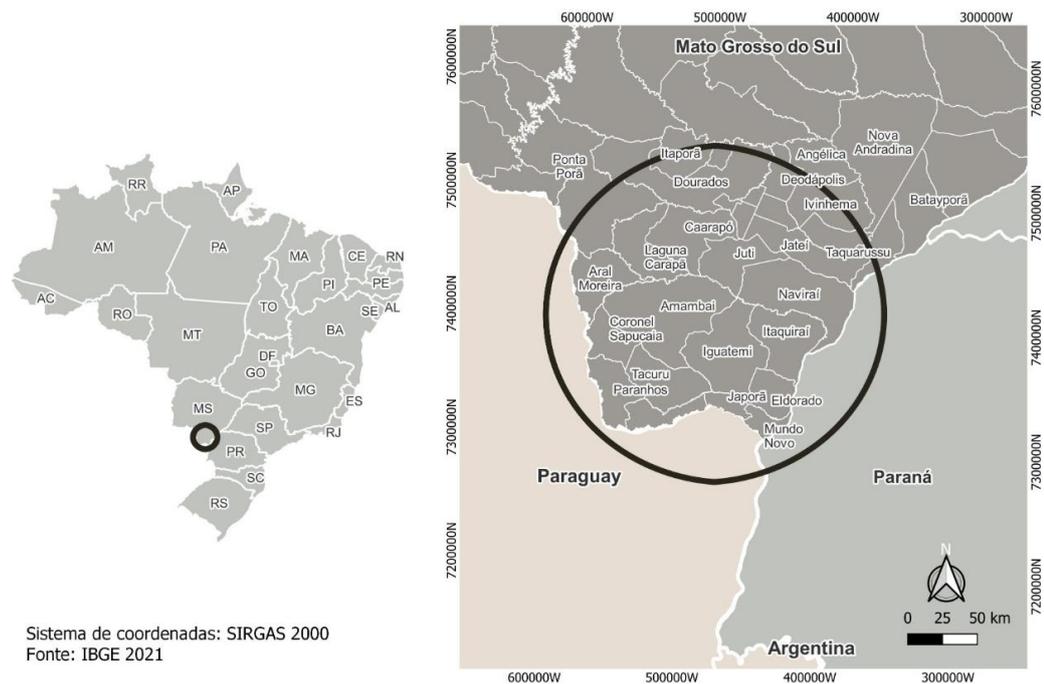
4.4 A Missão Evangélica Caiuá (1928-1970)	98
4.5 A Colônia Agrícola de Dourados (1943)	100
4.6 O desmatamento e o espalhamento guarani na região (1950-1970)	104
CAPÍTULO 5 – O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA MODERNA E O ACIRRAMENTO DA QUESTÃO FUNDIÁRIA NA REGIÃO	108
5.1 A consolidação dos Complexos Agroindustriais e a chegada na soja na região (1970-2019)	109
5.2 A Criação do Mato Grosso do Sul (1977)	115
5.3 A primeira Aty Guassu (1978) e o início do movimento de reocupação (1978-2019)	117
5.4 A chegada das primeiras usinas de etanol na região (1982-2019)	121
5.5 A chegada da produção de carne e a formação do setor carne-grãos (1990-2018)	135
CAPÍTULO 6: A QUESTÃO INDÍGENA NA REGIÃO	158
6.1 Regionalização da violência contra povos indígenas	158
6.2 Vulnerabilidades indígenas no Sul do MS	167
6.2.1 A questão fundiária.....	171
6.2.2 A questão socioambiental.....	175
6.2.3 A questão trabalhista.....	176
6.3 Ataques aos direitos territoriais indígenas	177
6.3.1 Poder Legislativo Federal.....	178
6.3.2 Poder Executivo Federal.....	188
6.3.3 Poder Judiciário Federal.....	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	206

APÊNDICE A – LIDERANÇAS GUARANI ASSASSINADAS NO SUL DO MATO GROSSO DO SUL (2003-2019).....	227
APÊNDICE B – CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA POVOS INDÍGENAS ENVOLVENDO CULTIVO DE CANA E PRODUÇÃO DE ETANOL NO SUL DO MATO GROSSO DO SUL (CIMI, 2003-2019).....	232
APÊNDICE C – CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS ENVOLVENDO O CULTIVO DE SOJA NO SUL DO MATO GROSSO DO SUL (CIMI, 2003-2019).....	259
APÊNDICE D – SITUAÇÃO TERRITORIAL DAS TERRAS INDÍGENAS GUARANI NO MATO GROSSO DO SUL (FUNAI, 2021).....	269
APÊNDICE E – CASAS DE REZA GUARANI KAIOWA E NHANDÉVA ATACADAS NO SUL DO MATO GROSSO DO SUL (2003-2019).....	272
ANEXO A – CARTA: PROJETO KAIOWA NHANDÉVA À ATY GUASSU (THOMAZ DE ALMEIDA, 2011)	276

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2008 e 2019 foram computados 887 assassinatos de indígenas no Brasil, segundo relatórios do CIMI. Deste total, 363 ocorridos no Mato Grosso do Sul, significando que 40% do total de assassinatos de indígenas no Brasil nesses 11 anos se concentraram nesse estado. Ainda segundo estes relatórios, entre os anos de 2003 e 2019 a maioria dos assassinatos de indígenas se concentrou nas etnias guarani kaiowa e guarani nhandeva, que se encontram principalmente no estado do Mato Grosso do Sul¹. Dentro do estado, estas duas etnias se concentram majoritariamente na porção Sul, aqui identificada como Sul do Mato Grosso do Sul, nosso objeto de estudo.

Mapa 1 – Localização do Sul do Mato Grosso do Sul



No mapa 1 podemos identificar a região que aqui chamamos de Sul do Mato Grosso Sul e os municípios que a compõem, que abrange mais ou menos o raio do Mapa Localização do Sul do Mato Grosso do Sul, região que vem sendo objeto de

¹ Assim como os terena, kadiweu, ofaie, chamacoco e quinquinau.

estudo de uma série de guaraninólogos e áreas afins. Destacamos aqui as etnografias produzidas pelos indigenistas Thomaz de Almeida (2001), Mura (2006) e Barbosa da Silva (2007), que desde a década de 70 vêm trabalhando com os povos aí localizados.

Atualmente, no Sul do estado, o avanço da cadeia carne-grãos e do setor sucroenergético vem se dando de modo concomitante à reivindicação da regularização fundiária de uma série de territórios tradicionais indígenas por parte dos povos guarani kaiowa e guarani nhandeva. O movimento de retomada de territórios tradicionais por parte destes povos, traz à cena a problemática da sobreposição de territórios tradicionais indígenas e de fazendas, a qual, junto à morosidade do Estado no processo de regularização destas TI's, tem montado um cenário de extrema vulnerabilidade territorial para estes indígenas. Se analisados os dados de violência contra estes povos, é possível identificar uma crescente no que refere aos diferentes tipos de violência nos últimos anos.

A partir da análise de dados de violência contra povos indígenas no Brasil, foi possível identificar o Sul do MS como a região mais violenta no Brasil no que se refere à violência contra povos indígenas. Diante deste cenário, a questão central que aqui se coloca é: Como a colonialidade e a resistência aos processos que atravessaram a região de estudo condicionaram sua atual situação de violência?

Neste sentido, o presente tem como objetivo central analisar as bases coloniais e os práticas de resistência indígenas que contribuíram na estruturação do atual cenário de genocídio indígena presente na região. Para compreender o presente, é preciso que se faça um retorno à história. Para tanto, nos remontaremos ao histórico desta região, elaborando uma periodização, a qual compreende desde as primeiras formas de ocupação da região, por parte destes povos indígenas, até o cenário atual, de intenso conflito territorial. Nesse contexto, como objetivos específicos o presente trabalho pretende:

- 1) conhecer a região em seus aspectos físico-geográficos e a relação que os agentes que a ocupam estabelecem com eles, tanto em sua dimensão material-funcional como em sua dimensão ideal-simbólica;

- 2) efetuar uma análise histórica da ocupação do Sul de Mato Grosso do Sul, a partir dos agentes presentes na região, ampliando o recorte espaço-temporal, de modo a incorporar ao histórico da região o período prévio à chegada de frentes

coloniais, isto é, considerar suas primeiras formas de ocupação e a etnogênese dos povos que aí chegaram;

3) para fins de identificação das bases coloniais, sobre as quais a região foi estruturada, fazer um recuo no tempo, a partir de uma revisão bibliográfica acerca das políticas fronteiriças, agrárias e indigenistas que cruzaram a região ao longo dos diferentes períodos históricos;

4) analisar o atual conflito territorial instaurado na região, enfatizando o período de acirramento da questão fundiária na região, isto é, a partir dos anos 70, quando, junto à consolidação dos complexos agroindustriais no Brasil, se iniciam a retomada dos territórios tradicionais indígenas;

5) desenvolver uma reflexão sobre a participação dos principais sujeitos envolvidos no conflito territorial da região através do mapeamento desses agentes e suas formas de ação, quais sejam: as grandes corporações representadas pelos setores do agronegócio, os atores sociais representados pelos povos indígenas, e o Estado.

Associada aos objetivos geral e específicos, elaboramos a seguinte questão central. Considerando que o passado de exploração colonial está presente nas raízes históricas do Brasil e da América Latina, assim como em outras partes do mundo, que o extermínio, a escravização e a expropriação dos povos originários constituem as raízes da história do Sul de Mato Grosso do Sul, que o referido processo se estende até os dias atuais, apesar de historicamente assumir novas formas, indaga-se: em que medida esse processo de espoliação vivido, vem plantando sementes de uma insurgência contra essa imensa inumanidade, e a partir das práticas desumanizadoras dessa dominação no decorrer dos séculos, que vem a incorporar a dimensão da opressão e da degradação racial, cultural e colonial (Fanon, 1968), como o povo guarani kaiowa e nhandeva vem conseguindo recuperar seu sentido de humanidade, de que forma busca reabilitar-se a seus próprios olhos, ou seja, em que consiste suas práticas de resistência?

Com base na questão central, foram formuladas as seguintes questões específicas:

1. Tendo em vista que o famílias extensas (*tey'i*) são uma unidade sociológica fundamental para os guarani kaiowa e nhandeva (Barbosa da Silva, 2014), indaga-se: as famílias extensas (*tey'i*) presentes na região de estudo se articulam para reverter este violento processo despossessão de seus territórios tradicionais (*tekoha*) que veem ocorrendo do Sul do MS? Se sim, de que maneira?
2. A questão indígena no Mato Grosso do Sul se acirra principalmente sobre as etnias guarani kaiowá e nhandeva localizadas na porção Sul do estado. Nesse sentido, questiona-se aqui: estes dois grupos étnicos se articulam enquanto tal para reverter este processo de colonização? Se sim, de que forma?
3. Parcela significativa dos povos indígenas hoje no Brasil se encontram em situação de conflito territorial, principalmente envolvendo agentes ligados aos setores: agronegócio, mineração e hidrelétricas. Tendo em vista a situação territorial vivida pelos povos indígenas na atualidade no país, indaga-se aqui: existe alguma forma de articulação dos povos guarani kaiowá e nhandeva presentes na Sul do MS com os indígenas que veem também sofrendo violência colonial em diferentes partes do país?

Enquanto metodologia conceitual, as reflexões de Ribeiro (2004) oferecem um interessante suporte teórico-metodológico a respeito do conceito de região, do ato de regionalizar, do processo de regionalização. A autora diferencia a regionalização como fato de regionalização como ferramenta, compreendendo a primeira, como vinculada a jogos dinâmicos da disputa de poder, inscritos nas diferentes formas de apropriação do território. Já a segunda é entendida como forma-conteúdo, historicamente determinada, de planejamento conduzido pelo Estado. Ambas as formas de regionalização apreendem o espaço como herdado e com dinâmica política plena, envolvendo ideologia e recursos político-administrativo.

O que se pretende aqui com uma análise regional a partir da violência contra povos indígenas, possivelmente vá mais de encontro ao que a autora compreende por regionalização como fato, indo mais no sentido de uma análise da região a partir das dinâmicas relações de poder que aí se instauraram. Para análise desta, Ribeiro (2004)

relembra Santos (1996), reafirmando que a regionalização como fato deve vir com o apoio metodológico da periodização para compreender as ações hegemônicas e de resistência/autônomas. Segunda a autora, a periodização neste caso precede e resulta da interpretação dos fatos.

Ainda, segunda a autora, esta capacidade de produzir regiões, regionalizar, inclui o acionamento da ideologia, e não sendo uma ação neutra, legitima fronteiras e limites. Nesse sentido, o próprio ato de regionalizar institui fronteiras e limites, objetivando uma determinada ação social, seja ela analítica, política, econômica. Desta forma, “a região e a regionalização aparecem, historicamente, como mediação e meio para a proposição e implementação da ação social” (Ribeiro, 2004:206). De acordo com Dias, Monte-mor, Lecioni, Barbosa e Egler, a autora Ana Clara Ribeiro (2004) reafirma a relevância de retornar à história para a análise do presente.

Para Ribeiro (2004), a escolha da unidade empírica e analítica envolvida no processo de regionalização, e que permite a reflexão acerca de uma região, envolve o desvendamento ou ocultamento de uma dada dinâmica sócio-territorial. Nesse sentido, convém aqui refletir sobre o que se quer desvendar ou ocultar no processo de seleção desta unidade, que é o Sul do Mato Grosso do Sul, a região onde se encontram os maiores índices de violência contra povos indígenas no Brasil (Cimi, 2003-2019).

Seguindo esta linha de raciocínio, o pensamento de Mbembe acerca da *necropolítica* traz um interessante suporte teórico para refletir tal questão. Sob influência de Foucault acerca da noção de *biopoder*, (isto é, aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle), o autor cunha o termo *necropolítica*, significando que a máxima soberania se dá no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Neste sentido, o autor afirma que “exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação de poder” (Mbembe, 2015:123). O autor procura refletir sobre determinadas formas de exercer soberania, ou seja, “aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas ‘a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações’” (Mbembe, 2015:125). Nesse sentido, a soberania se expressa predominantemente como o direito de matar ou deixar morrer.

Para o autor, esta capacidade de determinar quem deve viver e quem deve morrer se dá a partir da distribuição da espécie humana em grupos, da subdivisão da população em subgrupos, e então o controle passa a se dar operando em uma lógica pautada no racismo. Desta forma, a “raça” passa a ter um lugar central na forma do *biopoder* operar. “Afim de contas, mais do que o pensamento de classe (...), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los” (Mbembe, 2015:128)

Nestes termos, Mbembe reafirma o racismo como uma tecnologia fundamental ao exercício do *biopoder*. É a partir dele que é regulada a distribuição da morte, ou seja, o direito soberano de morte, tornando possível um Estado assassino. Cabe ressaltar aqui que o genocídio indígena identificado no Sul do Mato Grosso do Sul é marcado por diferentes formas de violência, diferentes formas de matar ou deixar morrer, sejam elas: suicídios, mortalidade infantil, desnutrição, desassistência por parte do Estado (na área de saúde e educação indígena), ameaças de morte, homicídios, lesões corporais, discriminações étnico-culturais, intoxicação por agrotóxico, pulverização criminosa, trabalho escravo contemporâneo, morosidade no processo de regularização fundiária das TI's, dentre outros.

Para Mbembe (2015), a soberania é compreendida a partir da capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é. Neste sentido, as colônias são definidas como aqueles lugares de quem não importa, de quem é descartável. Nas palavras do autor:

“Em suma, as colônias são zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência de estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’” (Mbembe, 2015, p. 133)

Para ajudar a pensar a violência praticada contra estes povos na região em questão, os autores Fanon, em sua obra *Os Condenados da Terra* (1968), e Arendt (1969) em sua obra *Sobre a Violência* (1969), foram fundamentais. Fanon (1968) traz reflexões acerca da violência do colonizado, já Arendt (1969) pensa violência em diálogo com as noções força, vigor, poder. O diálogo com o pensamento de tais

autores junto a questão central que este trabalho se propõem a responder será retomado ao final deste texto.

Visto isto, cabe aqui a reflexão: o que está em jogo no ato de fazer uma análise regional traçada a partir da problemática da violência contra povos indígenas? Regionalizar a violência contra povos indígenas, envolve trazer à cena a política de morte exercida na região, fortemente ancorada em um viés racista. A análise regional em questão pressupõe o desvendamento da política de morte aí instaurada na atualidade, mas que há séculos, sob bases coloniais, vem estruturando a região. Trazer à cena o genocídio indígena instituído na região é possibilidade de se debater sobre o favorecimento do avanço de determinados agentes em detrimento da morte, seja ela concreta ou simbólica, de outros, a partir do acionamento de uma tecnologia pautada no racismo.

Ainda sobre metodologia conceitual, o geógrafo Cruz oferece um interesse aporte para se pensar a escolha de determinados conceitos. O autor atenta-se para a compreensão do papel da teoria e dos conceitos para o pensamento/ação. Segundo o autor, os conceitos possuem 3 linhas, sendo elas: (1) as *linhas de visibilidade e de enunciação*; (2) as *linhas de força*; e (3) as *linhas de objetivação*. Segundo o mesmo, sobre as primeiras,

“As *linhas de visibilidade* e as *linhas de enunciação* é o que nos permitem ver e falar, essas linhas criam regimes visibilidades e de invisibilidades que incidem sobre a realidade criando o visível e o invisível ou que é enunciável e o que não é. Cada conceito produz uma linha, um regime de luz que ilumina de um certo modo a superfície do real, dando forma, contorno, maior nitidez e resolução a certos aspectos, dimensões e fenômenos da realidade, do mesmo modo que produzem uma contraluz, penumbras e sombras que obscurecem, secundarizam outros elementos da realidade. Do mesmo modo que cada conceito cria uma nova linha, um novo regime de enunciação, que torna possível, que justifica, legitima, mas também interdita e que exclui determinados modos de falar, narrar sobre determinados aspectos e determinadas problemáticas a realidade. Assim, cada conceito inaugura novas capacidades perceptivas, novas sensibilidades frutos das novas linhas de visibilidade e enunciação que cada conceito inaugura quando é criado, inventado ou usado” (CRUZ, 2013, p. 4458)

Se determinadas linhas de pensamento invisibilizam determinadas práticas, o exercício aqui proposto é (re)encaminhar o olhar geográfico sobre região e verificar

sobre o que tal olhar tem tradicionalmente dado visibilidade e invisibilidade. Nesse sentido, é preciso reconhecer de antemão a colonialidade sob a qual nossa ciência está ancorada. Mesmo no debate sobre fronteira, quando considerados estudos tidos como referências sobre a temática, como em Waibel (1979) e Monbeig (1975), é preciso que se questione: Onde povos indígenas aparecem em suas obras? Se aparecem, de que modo aparecem?

A pouca ou mínima abordagem sobre povos indígenas na Geografia não encerra em si a problemática. Embora ao longo dos últimos anos a temática venha aparecendo de modo crescente, ainda assim é preciso abrir horizontes de questionamento sobre como esta temática vem sendo abordada. O que significa dizer que, se a temática indígena vem ganhando campo nos estudos geográficos, é preciso ainda refletir: temos instrumentos suficientes que nos permitam pensá-la de modo decolonial? Temos um aporte teórico-metodológico que abra um horizonte de análise despojado de um referencial teórico colonial, invisibilizador de práticas espaciais e do agenciamento destes povos?

Vicissitudes teórico-metodológicas deturpam o olhar, não apenas em termos de objeto de pesquisa, mas também de método. Como sugerido por Cruz (2013), apoiado por uma visão deleuziana da teoria enquanto caixa de ferramenta, o conceito entra neste trabalho para a operacionalização de um conteúdo que permitiria assim pensar povos indígenas como agenciadores dos processos que cruzam seu território, despojando-os do lugar de vítima e realocando em um lugar ativo diante das relações de poder que atravessam a região.

Nesse sentido, as linhas de visibilidade e de enunciação aqui utilizadas darão enfoque principalmente a políticas fronteiriças, agrárias e indigenistas que foram sendo implementadas na região de estudo ao longo dos anos, tal como as práticas de resistência indígena face a esta realidade.

O que se pretende aqui é considerar os sujeitos de pesquisa, isto é, os povos guarani enquanto agentes ativos no conflito instaurado em seu território a partir do avanço da fronteira agrícola. Além de dar visibilidade a estes povos ao se analisar os que ali os atravessam, o que aqui se pretende é compreendê-los enquanto sujeitos dotados de táticas e estratégias territoriais na fronteira que avança sobre seu território. Para apreender as estratégias de reação destes povos face ao avanço da fronteira, ética e politicamente o que se ambiciona é deslocá-los do lugar de povos impactos,

para povos que reagem ao processo, aqui caracterizado como uma *precarização territorial*² (Haesbaert, 2014).

Para Cruz, além das linhas de visibilidade/enunciação, existem também as *linhas de força*. Segundo ele, os conceitos

“(...) não são uma simples operação ópticas, são também relações de força e poder, os conceitos criam *linhas de força* que rasgam o caos do real, instituindo realidades, classificando, hierarquizando visões e di-visões do mundo social. Os conceitos não são somente descritivos ou reveladores do mundo e da realidade, mas eles são também constitutivos e produtores do mundo e da realidade. Isso implica em ver os conceitos como ferramentas analíticas, mas também como dispositivos ético-político de intervenção no mundo. Neste sentido, ao produzirmos ou ao usarmos um determinado conceito não estaremos realizando uma mera operação cognitiva, mas ao mesmo tempo uma ação epistêmica ética e política” (CRUZ, 2013, p. 4459)

Ainda sobre as *linhas de força*, Valter cita Galo no seguinte trecho:

“Que não se faça uma leitura idealista do conceito: não se trata de afirmar que é uma ideia (conceito) que funda a realidade; num sentido completamente outro, o conceito é imanente à realidade, brota dela e serve justamente para fazê-la compreensível. É por isso que o conceito pode ser ferramenta tanto de conservação como de transformação. O conceito é sempre uma intervenção no mundo, seja para conservá-lo, seja para mudá-lo” (GALLO, 2008:35-36 apud CRUZ, 2013, p. 4460)

Em diálogo com o proposto pelo autor ao se referir às *linhas de força* do conceito, o ato de regionalizar a partir da temática de violência indígena e, em seguida, promover uma releitura de seu histórico colonial, é trazer ao debate o racismo que estruturou esta região até configurar este cenário de genocídio indígena. Esta regionalização pode vir como fins de pensar possibilidades de intervenção na realidade, não para conservá-la, mas para mudá-la, reestabelecendo o equilíbrio nas relações de poder nela presente.

² Em resumo, a precarização territorial se dá de diferentes formas, seja na dificuldade de acesso ao território, seja na destruição de elementos materiais fundamentais a uma dada territorialidade (Haesbaert, 2014).

Assim como Cruz (2013) fala sobre as *linhas de visibilidade/enunciação* e as *linhas de força*, ele fala também sobre as *linhas de objetivação*. Segundo ele:

“Assim as linhas de luz e de força criam as *linhas de objetivação* que são uma espécie de lente de objetivação, lente para ver o mundo, instaurando uma forma específica de compreensão e intervenção no mundo, ou melhor, dizendo uma forma de compreensão-intervenção no mundo. Essas linhas de visibilidade/enunciação/força/objetivação remetem diretamente a questão dos problemas ou campo de problematizações de onde um conceito emerge e também ao solo epistemológico/teórico/metodológico que o sustenta” (CRUZ, 2013, p. 4460)

É neste sentido que a lente aqui em construção objetiva a criação de um método, tanto conceitual como operacional, que possibilite apreender uma geografia contada também a partir dos “de baixo”. Para isto, a ajuda da Antropologia Política será de grande valia. Alguns antropólogos serão trazidos ao debate afim de contribuir para a tarefa proposta, a exemplo de Thomaz de Almeida (2001), Mura (2006), Benites (2014), Barbosa da Silva (2007).

O antropólogo Pacheco de Oliveira (1997) complementa com importantes reflexões acerca do estudo sobre povos autóctones. Para Benjamin, “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘ago-ras’” (Benjamin, 1940). Sob inspiração da historicidade proposta por Benjamin (1940), Pacheco de Oliveira (1997) traz a categoria *situação histórica*. O antropólogo (1997) aponta quatro pontos que julga serem primordiais nesse debate ao longo de uma pesquisa sobre povos autóctones, sendo eles, resumidamente:

1) É necessário descrever, de modo circunstanciado, as condições concretas de funcionamento das culturas ditas autóctones para poder desnaturalizar e compreender contextualmente os dados obtidos. Deslocá-los de uma leitura historicista para estar mais atentos à historicidade das circunstâncias nas quais se encontram;

2) Não é possível descrever os fatos e acontecimentos dentro de uma cultura a partir de uma temporalidade única e homogeneizadora (a longa duração), caso

contrário entra em cena, então, uma história da contingência e do acidental, e não uma história constitutiva, que integre as diferentes temporalidades e permita compreender os fatos e as unidades observadas;

3) As ações e os conteúdos simbólicos não correspondem unicamente a uma projeção de modelos atemporais e inconscientes, mas representam uma solução a problemas (inclusive com uma dimensão ético-valorativa) surgidos no curso das interações sociais (vide Bellah 1983; Velho 1995). Neste sentido, é preciso resgatar a polifonia real (Ramos 1988), considerando as intervenções verbais dos nativos, pois nelas há uma dimensão crítica e explicativa;

4) As culturas não são coextensivas às sociedades nacionais nem aos grupos étnicos. É necessário abandonar imagens arquitetônicas de sistemas fechados e passar a trabalhar com processos de circulação de significados, enfatizando o caráter não estrutural, dinâmico e virtual como constitutivo da cultura.

A partir das reflexões teórico-metodológicas levantadas acima, foi feita a escolha de três conceitos para serem os pilares para análise do objeto em questão, sendo eles: poder, colonialidade e resistência, elaborados respectivamente pelos autores Raffestin (1980), Quijano (2005) e Scot (2013), e apresentados no Capítulo 1.

Como metodologia operacional, foram adotados diferentes métodos. A participação em grupos de pesquisa foi fundamental, a exemplo do grupo de pesquisa Geografia e Povos Indígenas (GEOPOVOS/UFRRJ), estando presente em reuniões, elaborando artigos, relatórios de campo, tal como participação em trabalhos de campo entre as comunidades indígenas estudadas.

Já para apreender a territorialização do agronegócio, a participação como membro do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB/UFRRJ) e da Rede Nacional de Pesquisa sobre Regiões Agrícola (REAGRI/UFRRJ), estando presente em reuniões, seminários, workshops, elaborando artigos, relatórios de campo, tal como participando de trabalhos de campo para a investigação de instituições ligadas aos agentes ligados ao agronegócio, também foi de fundamental importância. Ambos os grupos trabalham com a ideia de regiões produtivas do agronegócio.

Vale lembrar que a presente pesquisa é continuidade de uma pesquisa que vem sendo realizada desde 2014 na região. Portanto, ainda que a pandemia tenha trazido limitações à realização deste texto, foi possível realizar um trabalho de campo na região ainda em 2019, antes da pandemia, tal como uma revisão do material coletado nos 3 trabalhos de campo anteriores à tese, os quais envolveram observação participante e entrevistas com diferentes órgãos ligados à questão, governamentais ou não.

Além da participação em grupos de pesquisa e trabalhos de campo, foi feita, também a análise de documentos oficiais, fotos e reportagens coletadas em diferentes órgãos. Para isso foram utilizadas bases do governo e também de instituições não governamentais.

Dentre os órgãos do governo pesquisados estão: o Ministério Público Federal (MPF), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO), dentre outros.

Dentre as organizações não governamentais, das locais às internacionais pesquisadas, estão: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Mapa Guarani Continental, as Cartas Aty Guassu; o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Instituto Socioambiental (ISA), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Agência Pública De Olho nos Ruralistas, o Observatório Direitos Indígenas, a Comissão Nacional da Verdade, o Repórter Brasil, a Campanha Agrotóxico Mata, a FIAN Brasil, a Anistia Internacional, a Oxfam, dentre outros.

A coleta destes dados foi seguida da elaboração de mapas, tabelas e gráficos. O mapa se revela um instrumental fundamental. Porém, a depender do dado, algumas vezes coube melhor trabalhá-lo de outras formas, como tabelas e gráficos. As tabelas foram utilizadas juntamente com os gráficos e mapas quando necessárias para um maior detalhamento de informações.

A tese está estruturada da seguinte forma: o Capítulo1 se dedica a apresentar alguns conceitos, categorias e noções que norteiam o trabalho, bem como alguns aspectos gerais da região a ser estudada. Para analisar as relações entre poder, colonialidade e resistência entre os eventos históricos ocorridos na região de estudo, alguns autores que versam sobre estas temáticas foram fundamentais no debate, a

exemplo de Raffestin em *Por uma Geografia do Poder* (1980) para pensar Poder e poder; Quijano em *Colonialidade do Poder* (2005) para pensar o modo como foi instituído um novo padrão mundial de poder a partir da colonização da América; James Scot em *A Arte da Resistência* (2013) para pensar táticas e estratégias das minorias políticas; e a noção de *região arte-fato* (Haesbaert, 2010) como uma proposta de análise regional.

Já no Capítulo 2 é feita uma revisão bibliográfica acerca dos principais eventos ocorridos ao longo do Período Colonial na região - período no qual a região passa a ser ocupada, em que ocorre o processo de etnogênese dos povos em estudo.

No Capítulo 3 são analisados os principais eventos ocorridos ao longo do Período Imperial, tal como a política indigenista e agrária instaurada, a delimitação da fronteira Brasil-Paraguai, e a chegada da frente extrativista na região a partir da concessão de terras para a exploração dos ervais presentes na região.

No Capítulo 4 são abordados os principais eventos que ocorreram na região ao longo dos primeiros anos de República, dentre eles os primeiros aldeamentos promovidos pelo SPI e a colonização agrícola da região, seguida de um intenso desmatamento e espalhamento da população guarani kaiowa e nhandeva.

No Capítulo 5 é trabalhado o período considerado como um divisor de águas para a análise do conflito em questão, iniciado a partir da década de 1970, quando se dá o avanço da fronteira agrícola moderna na região, representada pelo agronegócio, e se inicia o movimento de retomadas dos territórios tradicionais indígenas na região. É neste momento em que a questão fundiária na região se acirra.

No Capítulo 6 é feito um panorama indigenista na região, apresentando os dados de violência contra estes povos, as principais vulnerabilidades face aos setores do agronegócio aí localizados, e o modo como o aparelho estatal vem sendo manejado para fins de ataques aos direitos territoriais indígenas.

CAPÍTULO 1 – SOBRE PODER, COLONIALIDADE E RESISTÊNCIA

Esta parte do trabalho será dedicada à revisão teórica, onde serão apresentadas as principais ideias dos autores, que são base para a construção deste trabalho. Aqui serão abordados alguns conceitos, categorias e noções que possam vir a contribuir para pensar o tema proposto. O Capítulo 1 apresentará a proposta Por uma Geografia do Poder de Raffestin (1980), as ideias acerca da colonialidade do poder de Quijano (2005), algumas noções de infrapolítica e resistência de James Scot (2013), a noção de região arte-fato proposta por Haesbaert (2010), e fará uma breve apresentação da região de estudo.

Sobre as obras aqui referenciadas, cabe ainda ressaltar que, mais do que reproduzir o pensamento destes autores, o que se pretende é estabelecer um diálogo com suas ideias a partir do conteúdo empírico a ser abordado ao longo dos próximos capítulos, tal como com o pensamentos de outros autores que venham a ser apresentados. Em outras palavras, as ideias apresentadas aqui são como um ponto de partida para a análise do que se propõe, não se encerrando em si mesmas.

1.1 Por uma Geografia do Poder (Raffestin, 1980)

Sob influência do pensamento foucaultiano em torno da noção de *biopoder* (1976), Raffestin escreve *Por uma Geografia do Poder* (1980). Em sua obra, o autor relembra o pensamento ratzeliano sobre a noção do Estado como um organismo, reconstruindo os primeiros caminhos da Geografia Política. Na interpretação de Raffestin, acerca do pensamento de Ratzel,

“Para Ratzel, tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder, como se todo o poder estivesse concentrado nele: ‘é preciso dissipar a frequente confusão entre Estado e poder. O poder nasce muito cedo, junto com a história que contribui para fazer’. Dessa forma, Ratzel introduziu todos os seus ‘herdeiros’ na via de uma geografia política que só levou em consideração o Estado ou os grupos do Estado” (RAFFESTIN, 1980, p. 15).

Assim como Ratzel, a Geografia Política do século XIX racionaliza o Estado, dando a ele um significado espacial, uma teoria geográfica, o que faz do Estado a única categoria de análise da Geografia Política naquela época: “Só existe poder do Estado. Isso é tão evidente que Ratzel só faz alusão, em matéria de conflito, de choque entre dois ou vários poderes, à guerra entre Estados” (Raffestin, 1980, p. 16).

É neste sentido da crítica que Raffestin busca (re)construir a noção de *Geografia Política* em detrimento do que seria uma “Geografia do Estado”. Para isso, o autor parte do princípio de que “o fato política não está inteiramente refugiado no Estado” (Raffestin, 1980, p. 17). O autor ainda distingue a Geografia Política da geopolítica, entendendo esta última como uma ciência do Estado, uma espécie de geografia aplicada ao Estado.

Para ele, “uma verdadeira geografia só pode ser uma geografia do poder ou dos poderes” (Raffestin, 1980, p. 17). A definição de poder em Raffestin se encontra diretamente associada ao pensamento de Foucault (1976). Raffestin destaca a ambiguidade do termo poder, podendo apresentar-se com letra maiúscula ou minúscula. Ao se referir ao Poder, o autor afirma:

“Marcado por maiúscula, resume a história de nossa equiparação a um ‘conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado’ (Foucault, 1976:121). (...) O Poder com letra maiúscula postula, ‘como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação; essas não são mais que formas terminais’” (FOUCAULT, 1976, p. 121 apud RAFFESTIN, 1980, p. 51).

Já o poder com letra minúscula “nasceu muito cedo, junto com a história que contribui para fazer” (Lefebvre, 1974, p. 4 apud Raffestin, 1980, p.52). Segundo o autor,

“O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. (...) O poder é a parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à unidimensionalidade e à transcendência: ‘está em todo lugar, não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares’” (FOUCAULT, 1976, p. 122 apud RAFFESTIN, 1980, p. 52).

Para Raffestin, o Poder se encerra no território, controla a população e domina os recursos; é visível, maciço, identificável. Já o segundo, com letra minúscula, é o mais perigoso, pois é aquele que não se vê, ou que pelo menos não se vê mais por acreditar já tê-lo derrubado. Em diálogo com o pensamento de Foucault (1976), Raffestin sintetiza seu pensamento acerca de poder em 5 (cinco) pontos, sendo eles:

- “1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc), mas não são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma posição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1976 apud RAFFESTIN 1980, p. 53).

Neste sentido, será possível observar ao longo do trabalho de que modo o Poder e o poder se estabelecem/estabeleceram na região de estudo. Ou seja, de forma que o Estado - materializado em suas políticas fronteiriças, agrárias e indigenistas – estrutura/estruturou a região, de modo a promover o domínio de seus recursos e o controle a população. E, também, de que forma os povos indígenas já estabelecidos na região reagem/reagiram a este processo, a partir de práticas de resistências que permitissem a manutenção de seu modo de vida face as políticas coloniais que atravessam/atravessaram seu território tradicional ao longo dos últimos séculos de ocupação da região.

Desta forma, ao considerar estes últimos, a geografia aqui proposta não se encerra a uma “Geografia de Estado”, como bem pontua Raffestin (1980), mas vai no sentido da investigação de uma “Geografia do Poder” (e do poder) presente na região, ao considerar diferentes os agentes presentes na região e suas distintas formas de agenciamento do conflito que nela se constitui.

1.2 A colonialidade do poder (Quijano, 2005)

A noção de poder proposta no subcapítulo anterior será abordada ao longo deste trabalho, junto da noção de colonialidade do poder. Para isso serão apresentadas aqui algumas ideias de Quijano (2005) e outros autores acerca do tema, com especial ênfase ao seu texto.

Segundo Quijano (2005), é no processo de “descoberta” da América que se dá a emergência de um novo padrão mundial de poder fundamentado na (1) codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados a partir da ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros e na (2) articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (Quijano, 2005, p.1-2).

A categoria raça vem a se tornar uma categoria mental da modernidade, “como o principal elemento constitutivo, fundacional, das 2 relações de dominação que a conquista exigia” (Quijano, 2005, p.2). Parte-se desta categoria para produzir novas identidades: índios, negros, mestiços, tal como: espanhol e português, ou mesmo europeu, estas últimas deixam de ser categorias que indicam procedência e se tornam identidades imbuídas de uma conotação racial, associadas a hierarquias, lugares e papéis.

É no período colonial que raça e identidade racial emergem e passam a funcionar como instrumento de classificação social. Esta nova identidade da Europa pós colonização da América elaborou uma perspectiva eurocêntrica do conhecimento, a partir da ideia de raça e da naturalização das relações de dominação entre europeus e não-europeus.

Neste processo, o sistema capitalista passa a adotar uma nova estrutura de controle do trabalho. Incluíram a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário, como formas de controle do trabalho históricas e sociologicamente novas. Primeiro porque foram organizadas para a produção de mercadorias para o mercado mundial; segundo porque existiam de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, todas e cada uma eram articuladas com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si; e terceiro porque as novas funções cada uma delas desenvolveu novos traços e novas configurações histórico-estruturais (Quijano, 2005, p.3).

Segundo o sociólogo, a colonialidade do poder e capitalismo mundial foi instituída a partir de uma divisão racial do trabalho. Em tese, aos índios foi-lhes permitida a prática de sua antiga reciprocidade – isto é, o intercâmbio de força de trabalho e de trabalho sem mercado – como uma forma de reproduzir sua força de trabalho como servos. Aos negros, a escravidão. Os espanhóis e portugueses, estes podiam receber salários, ser comerciantes independentes, artesãos independentes ou agricultores independentes, em suma, produtores independentes de mercadorias. Nesse sentido, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular, sendo a raça/trabalho a representação de uma nova tecnologia de dominação/exploração,

Articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido, a partir de continuidades históricas, entendidas aqui como as heranças coloniais que ainda constituem a estruturação das relações de poder na sociedade atual.

No século XVIII, a Europa Ocidental, enquanto centro de controle no mercado mundial, dominava as sedes no Atlântico, impulsionando a urbanização, a expansão do comércio e formação de um mercado regional integrado e monetarizado, graças ao fluxo de metais preciosos. Até o século XIX, principalmente até a crise mundial de meados da 1870, a Europa segue sendo a sede central do processo

de mercantilização da força de trabalho, de seus recursos e de seus produtos, representando o que Quijano (2005) identifica como um eurocentramento do capitalismo mundial atravessado de colonialidade.

Segundo o autor, essa relação capital/trabalho assalariado foi constitutivamente colonial, baseando-se primeiro, na adscrição das formas de trabalho não remunerado às raças colonizadas (índios, negros e, de modo mais complexo, os mestiços) na América e, mais tarde, às demais raças colonizadas no resto do mundo (oliváceos e amarelos). E, segundo, na adscrição do trabalho pago, assalariado, à raça colonizadora (os brancos) (Quijano, 2005, p. 77). Dessa forma, pode-se afirmar que o capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado.

Este novo padrão de poder mundial produziu uma nova inter-subjetividade a partir da incorporação da Europa como centro de um “sistema-mundo” que assim se constituía. Desde a Europa, foram atribuídas novas identidades geoculturais. Para

regiões como a África, a Ásia e a Oceania, e suas populações, a incorporação da Europa ao mercado mundial e seu padrão de poder, produziu uma nova intersubjetividade mundial, a partir de novas identidades históricas.

As categorias oriente e ocidente também foram redefinidas historicamente a partir do padrão racista de classificação social universal da população mundial, imposto pela hegemonia europeia ou ocidental, o que veio a refletir em experiências, histórias, recursos e produtos culturais de diferentes lugares e que terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno deste eurocentramento.

Conforme Quijano (2005), este processo foi marcado pela Europa sob controle não apenas do novo padrão de poder mundial, mas também enquanto parte do novo padrão de poder mundial. “A Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura e, em especial, do conhecimento, da produção do conhecimento” (Quijano, 2005, p. 8-9).

Este novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e o europeu e as demais regiões e populações do mundo ocorreu em três etapas, segundo o autor (Quijano, 2005, p.8):

1º a expropriação das populações colonizadas, entre seus descobrimentos culturais, os que estavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e beneficiar a Europa;

2º repressão das formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade;

3º forçaram os colonizados a aprender o universo cultural dos colonizadores para reproduzir a dominação, material, tecnológica, subjetiva, especialmente a religiosa.

Desta forma, como centro do moderno sistema-mundo, a Europa Ocidental desenvolvia um etnocentrismo europeu pautado em: classificação racial, etnocentrismo colonial, e naturalização da superioridade européia.

“(…) os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como a suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja

culminação era a Europa (Mignolo, 1995; Blaut, 1993; Lander, 1997) Porém, notavelmente, não numa mesma linha de continuidade com os europeus, mas em outra categoria naturalmente diferente. Os povos colonizados eram raças inferiores e – portanto – anteriores aos europeus” (QUIJANO, 2005, p. 9)

Novas categorias e dicotomias emergem neste momento: oriente-ocidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. “Essa perspectiva binária, dualista, de conhecimento, peculiar ao eurocentrismo, impôs-se como mundialmente hegemônica no mesmo fluxo da expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo” (Quijano, 2005, p. 10). Para o sociólogo, este eurocentrismo foi fundado no evolucionismo e no dualismo. O sociólogo aponta que existem dois mitos cunhados no eurocentrismo, sendo eles: (1) a ideia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa; (2) outorgar sentido às diferenças entre Europa e não-Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder (Quijano, 2005, p.18-19).

Deste modo, os europeus ocidentais imaginaram ser o novo e mais avançado da espécie humana, já o restante cabia à categoria de uma natureza inferior, sendo os portadores exclusivos da modernidade, tal como seus criadores e protagonistas (Quijano, 2005, p. 10).

Já nos séculos XIX e XX, surgem as categorias desenvolvimento e subdesenvolvimento, neste momento um dos argumentos mais usados foi o de que a modernidade é um fenômeno de todas as culturas, não apenas da europeia ou ocidental. Aqui a modernidade passa a ser relacionada às ideias de novidade, do avançado, do racional-científico, laico, secular. Nas palavras do autor

“Na América Latina, desde fins do século XIX, mas se afirmou sobretudo durante o século XX e em especial depois da Segunda Guerra Mundial, vinculada com o debate sobre a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Como esse debate foi dominado durante um bom tempo pela denominada teoria da modernização, em suas vertentes opostas, para sustentar que a modernização não implica necessariamente a ocidentalização das sociedades e das culturas não-europeias, um dos argumentos mais usados foi o de que a modernidade é um fenômeno de todas as culturas, não apenas da europeia ou ocidental.” (QUIJANO, 2005, p. 11)

Quijano (2005) nos lembra que nas chamadas “altas culturas” (China, Índia, Egito, Grécia, Maia-Asteca, Tauantinsuio) já havia desenvolvimento científico e tecnológico³. Nesse sentido, “a pretensão eurocêntrica de ser a exclusiva produtora e protagonista da modernidade, e de que toda modernização de populações não-europeias é, portanto, uma europeização, é uma pretensão etnocentrista e além de tudo provinciana” (Quijano, 2005, p. 12).

Um novo conceito de modernidade proposto pelo autor forma “parte de um universo de relações sociais, materiais e intersubjetivas, cuja questão central é a libertação humana como interesse histórico da sociedade e também, em consequência, seu campo central de conflito” (Quijano, 2005). Para isso, Quijano faz algumas proposições sobre elementos que afetam a vida cotidiana da totalidade da população mundial, sendo eles: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo, surgido na Europa Ocidental, no século XVII, se constituiu pelas necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América.

Para o autor, as teorias acerca da relação capital-trabalho seguem sendo eurocentradas e, por isso, e pelo respeito às Américas, precisam ser reabertas. Teorias eurocêntricas sobre o capital colocam a seguinte seqüência histórica prévia à mercantilização da força de trabalho: reciprocidade, escravidão, servidão e produção mercantil independente. Quijano lembra que na América isso se deu de forma diferente, não emergiram numa seqüência histórica unilinear; mas agiram simultaneamente e de forma articulada em torno do capital. Do mesmo modo, nenhuma destas formas de relação capital-trabalho foram uma mera extensão de antigas formas pré-capitalistas, tampouco foram incompatíveis com o capital.

Em América, às relações capital-trabalho se deram da seguinte maneira:

“Na América a escravidão foi deliberadamente estabelecida e organizada como mercadoria para produzir mercadorias para o

³ Para exemplificar sua afirmação, o autor relembra “os conteúdos simbólicos, as cidades, os templos e palácios, as pirâmides, ou as cidades monumentais, seja Machu Pichu ou Boro Budur, as irrigações, as grandes vias de transporte, as tecnologias metalíferas, agropecuárias, as matemáticas, os calendários, a escritura, a filosofia, as histórias, as armas e as guerras (...)” (QUIJANO, 2005, p. 12).

mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo. Do mesmo modo, a servidão imposta aos índios, inclusive a redefinição das instituições da reciprocidade, para servir os mesmos fins, isto é, para produzir mercadorias para o mercado mundial. E enfim, a produção mercantil independente foi estabelecida e expandida para os mesmos propósitos.” (QUIJANO, 2005, p. 18)

Segundo o sociólogo, ainda que o capital existisse antes da América, o capitalismo como um sistema de relações de produção se constitui apenas com a emergência da América. Quijano entende-o como “a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante consistiu a economia mundial e seu mercado” (Quijano, 2005, p. 18).

Como foi possível ver, o mito que funda a visão eurocentrada da modernidade parte do estado da natureza para um curso civilizatório que culmina na civilização europeia/ocidental. Essa mudança unilinear, unidirecional e dual da história humana Quijano identifica como evolucionismo.

Conforme supracitado, sob este viés etnocêntrico, a noção de raça apareceu como critério para a classificação social universal da população do mundo. Nesse momento, a categoria índios surge reduzindo uma série de identidades (astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc) a uma única identidade racial. Tal como a categoria negros surge reduzindo uma série de identidades (achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc) a uma única identidade racial. Segundo o autor, estes sujeitos, despojados de seu lugar na história da produção cultural da humanidade, e tratados como nada além de “raças inferiores”, para o eurocentrismo, sendo situados no novo tempo história, passaram a ser passado (Quijano, 2005, p. 19).

Assim, sendo, “América e Europa produziram-se historicamente, mutuamente, como as duas primeiras novas identidades geoculturais do mundo moderno” (Quijano, 2005, p. 20). O autor apontou alguns elementos como fundamentais ao eurocentrismo, são eles:

“a) uma articulação peculiar entre um dualismo (pré-capital-capital, não europeu-europeu, primitivo-civilizado, tradicional-moderno, etc.) e um evolucionismo linear, unidirecional, de algum estado de natureza à sociedade moderna europeia; b) a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos por meio de sua codificação com a

ideia de raça; e c) a distorcida realocização temporal de todas essas diferenças, de modo que tudo aquilo que é não-europeu é percebido como passado. Todas estas operações intelectuais são claramente interdependentes. E não teriam podido ser cultivadas e desenvolvidas sem a colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005, p. 20).

Para o autor, o capitalismo não é homogêneo ou contínuo, sendo constituído de elementos heterogêneos em termos de forma de controle do trabalho-recursos-produtos, ou em termos de povos e histórias. Nesse sentido, para pensar a mudança deste sistema capitalista deve-se partir do princípio de seu caráter histórico-estrutural heterogêneo, não devendo ser unilinear, nem unidirecional, nem sequencial, ou total. (Quijano, 2005, p. 21). Para o autor, a estrutura de poder não apenas foi, como segue sendo organizada sobre e ao redor da colonialidade, e isto se estende à formação do Estado-nação na América Latina. Em suas palavras,

“Isto quer dizer que a colonialidade do poder baseada na imposição da ideia de raça como instrumento de dominação foi sempre um fator limitante destes processos de construção do Estado-nação baseados no modelo eurocêntrico (...) na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais” (QUIJANO, 2005, p. 36)

Uma democratização possível da América Latina, apontada por Quijano, deve ocorrer junto de um processo de descolonização e redistribuição radical do poder. Pois, segundo o autor, as “classes sociais” na América Latina têm “cor”.

“Isso quer dizer, definitivamente, que a classificação das pessoas não se realiza somente num âmbito do poder, a economia, por exemplo, mas em todos e em cada um dos âmbitos. A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista” (QUIJANO, 2005, p. 38)

Essa perspectiva eurocentrada, apontada pelo autor, pautada num evolucionismo unilinear e unidirecional, tal como numa visão dualista da história (que separa natureza e sociedade, corpo e razão), nos propõe uma perspectiva distorcedora, impossível de ser usada para pensar a transformação, salvo para o erro. Partir deste olhar, não nos permite identificar os problemas, tampouco resolvê-los. Nesse sentido, Quijano afirma que “(...) é tempo de aprendermos a nos libertar do

espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (Quijano, 2005, p. 38).

A colonialidade do poder analisada por Quijano (2005) será trazida ao debate ao longo do texto em diferentes momentos que não apenas o período colonial. Será possível analisar que a região em questão foi estruturada sob práticas colonialistas que por vezes dizimava estes povos, catequizava-os, expulsava de seus territórios tradicionais, reduzi-os a pequenas Reservas Indígenas, exploravam sua mão de obra, etc. Em suma, o histórico da região analisada no que se refere ao trato indígena é marcado por uma política eurocêntrica, o que vem a contribuir enormemente no quadro genocida que se monta na atualidade.

Tais práticas, que não apenas invisibilizam estes povos no que se refere a constituição da região, como também explora e dizima, vem se dando ao longo da história junto a um favorecimento por parte do Estado de outros agentes presentes na região, sejam eles militares com viés de proteção das fronteiras, extrativistas que exploravam a erva mate, a leva de agricultores que chegam a região com a instalação de um projeto de colonização agrícola e, mais recente, diferentes agentes que compõem a cadeia produtiva carne-grãos e de etanol presentes na região, tendo em sua maioria seu comando presente em multinacionais.

Neste sentido, será possível analisar ao longo dos capítulos que a colonialidade do poder se instaura na região desde as primeiras formas de contato entre o homem branco e os povos indígenas presentes na região. O Estado se insere neste contexto, na maioria dos casos, favorecendo estes primeiros em detrimento dos povos originários.

1.3 A Arte da Resistência (Scot, 2013)

Na obra *A dominação e a arte da resistência* (2013), o autor James Scot sistematizou saberes populares acerca das relações de poder e a necessidade cotidiana de invenção de formas de insubordinação. Em seu prefácio, o autor afirma:

“Não pretendo reclamar qualquer tipo de originalidade nestas observações sobre as relações de poder e discurso. Elas são parte

integrante de saber popular e cotidiano de milhões de pessoas que passam a maior parte do tempo em situações impregnadas de poder, em que um gesto deslocado ou uma palavra mal medida podem ter consequências terríveis. O que tento fazer é explorar esta ideia de modo mais sistemático, senão mesmo obstinado, para ver o que ela nos pode ensinar sobre o poder, a hegemonia, a resistência e a subordinação” (SCOT, 2013, p. 16)

Nesse sentido, o autor reflete a partir da empiria observada nos seguintes sistemas de subordinação: escravatura, servidão e sistema de castas. Ainda assim, Scot (2013) também complementa suas reflexões com experiências de dominação patriarcal, colonial e racista, bem como de instituições totalitárias como prisões e campos de prisioneiros de guerra. Ao abordar a apropriação do trabalho, dos bens e dos serviços de uma população subordinada, o autor parte da premissa analítica de que as “formas de dominação estruturalmente análogas apresentam semelhanças profundas entre si” (Scot, 2013, p. 17). Em suas palavras,

“O que desejo afirmar, isso sim, é que tal como se pode demonstrar que diferentes estruturas de dominação operam de modos comparáveis, pode observar-se, por sua vez, que elas desencadeiam, em condições idênticas, reações e padrões de resistência globalmente comparáveis” (SCOT, 2013, p. 17)

Ainda assim, Scot reconhece as particularidades de cada caso, levando em consideração a historicidade e a cultura nas quais os casos por ele abordados estão inseridos. Segundo ele, “o real valor dos modelos gerais que aqui procuro esboçar só poderá ser estabelecido se estes puderem ser efetivamente aplicados em contextos histórica e culturalmente bem definidos” (Scot, 2013, p. 18).

Ao abordar tais relações de poder e formas de insubordinação, o autor reconhece a existência social fora do círculo imediato do dominador, denominados por ele como “espaços da infrapolítica”. “É nestes espaços exclusivos que pode, em princípio, desenvolver-se uma crítica comum à dominação” (Scot, 2013, p. 17). Scot afirma que, quando os subordinados optam por não ousar contestar a subordinação abertamente, fora da arena pública, eles criam um espaço no qual pode-se expressar abertamente a divergência face ao discurso oficial das relações de poder. Neste sentido, afirma que a infrapolítica dos subordinados produz nos dominadores a falsa ideia de dominação, traduzindo uma dominação parcial, encenada.

A especificidade de seus estudos face a outros estudos sobre resistência, reside na seguinte questão:

“Dadas as estruturas que opto por explorar neste livro, é evidente que privilegio os temas da dignidade e da autonomia, que têm sido normalmente considerados secundários face à exploração material. (...) procurei defender um outro modo de estudar o poder que ajude a revelar contradições, tensões e possibilidades imanentes” (SCOT, 2013, p. 18-19)

O autor trabalha com as noções de discurso oculto e discurso público, tanto na ótica dos dominadores como na dos dominados. Segundo ele, isto “proporciona uma forma substancialmente diferente de entender a resistência à dominação” (Scot, 2013, p. 19). Para isso, considera os espaços sociais fora da vigilância direta, onde a resistência pode germinar.

Para ele, as práticas de dominação prescindem práticas de não submissão. Desta forma, o que Scot propõe é a desnaturalização das relações de poder. Afirma que,

“as relações de dominação são, simultaneamente, relações de resistência. Uma vez estabelecida, a dominação não se autopropetua naturalmente. Na medida em que implica o uso do poder para extrair trabalho, bens, serviços e impostos contra a vontade dos dominados, a dominação gera uma considerável fricção. Mantê-la exige, um trabalho constante de consolidação, ajustamento e perpetuação” (SCOT, 2013, p. 83)

O autor, ao desnaturalizar as relações de poder, despojando das elites seu papel de total dominância, traz alguns exemplos de formas como as elites constantemente tentam reafirmar seus locais de poder. “Se os subordinados acreditarem que o seu superior é um homem poderoso, essa impressão ajudá-lo-á a impor-se e, ao mesmo tempo, contribuiria para reforçar o seu poder efetivo” (Scot, 2013, p. 87). Ao entender as relações de poder menos como uma estrutura inquebrável, e mais como algo em um constante jogo de relação, o autor afirma: “(...) interessa-me o modo como estas idealizações da dominação são frustradas por práticas de resistência” (Scot, 2013, p. 104).

Para ele, a elite dominante tem um interesse em manter as aparências adequadas à sua forma de dominação e, para sustentar sua hegemonia, faz uso de

diferentes formas de representações políticas. Ainda para corroborar com sua análise acerca da desnaturalização das relações de poder, Scot levanta os seguintes questionamentos;

“(...) porque será que as pessoas parecem rebaixar-se quando existem, aparentemente, outras alternativas? (...) Ou seja, porque é que a classe subordinada parece aceitar, ou pelo menos transigir, com um sistema econômico que é manifestamente contrário aos seus interesses quando não é diretamente obrigada a fazê-lo pelo uso ou pela ameaça de uso da coerção? Todos esses debates, acrescentaria eu, partem de várias premissas que podem ser plausivelmente contestadas. Todos pressupõem que os grupos dominados são efetivamente, relativamente passivos, que se encontram numa posição de alguma desvantagem e que não são diretamente coagidos” (SCOT, 2013, p. 114)

Ao levantar tais questionamentos, o autor confronta algumas teorias acerca da hegemonia e da naturalização. Para ele, existiria uma teoria fraca da naturalização e uma teoria forte da hegemonia, discordando dos dois vieses.

“Sem perder de vista esta perspectiva histórica, podemos começar por questionar a lógica dos argumentos com que se pretende defender a hegemonia e a naturalização. A tentativa de converter uma teoria fraca da naturalização numa teoria forte da hegemonia é, em minha opinião, claramente injustificada. Mesmo admitindo que os grupos subordinados como os servos, os escravos ou os intocáveis quase nunca terão tido, historicamente, conhecimento de uma ordem social assente em princípios diferentes, a inevitabilidade da dominação nem por isso a torna mais justa ou legítima aos olhos dos subordinados. (...) Mas, pelo menos, não confundem inevitabilidade com justiça” (SCOT, 2013, p. 124)

O reconhecimento do lugar de subordinação por parte dos próprios subordinados, o ato de reconhecer no outro a hegemonia, dão brechas para a constituição de um imaginário subversivo e para partilha destas fantasias entre os próprios subordinados num espaço oculto. Tais imaginários e discursos muitas vezes se materializam em inúmeras práticas rituais, fornecendo a base ideológica de algumas revoltas. A imaginação popular permite negar a ordem social existente, desnaturalizar as distinções que pesam em suas vidas. Sobre isso, Scot pondera:

“Não pretendo de modo algum sugerir que a história dos camponeses e dos escravos terá sido uma sucessão de aventuras quixotescas, ou ignorar os efeitos paralisantes que o esmagamento de uma insurreição

certamente teria. Não obstante, se as insurreições de escravos e camponeses ocorrerem com bastante frequência e foram quase sempre malogradas, reforça-se aparentemente o argumento de que a má leitura da realidade que neles prevalece lhes traria mais esperança do que os factos comprovados” (SCOT, 2013, p. 127)

A representação política se dá de ambos os lados das relações, seja a partir dos subordinados, seja a partir das elites. Por um lado, “quanto maior for o poder exercido sobre eles, quanto mais apertada for a vigilância, mais razões terão os subordinados para dar uma imagem de obediência, concordância e respeito” (Scot, 2013, p. 136). Também, por outro lado, “as elites poderão ter razões igualmente poderosas para preservar uma fachada pública de unidade, obediência voluntária e respeito” (Scot, 2013, p. 136). O encontro e o desencontro entre representação política, realidade e fantasias por parte dos dois grupos produz diferentes circunstâncias no campo das ações políticas. Afirma:

“(…) temos vindo a desvendar algo da capacidade imaginativa com que os grupos subordinados conseguem inverter ou negar as ideologias dominantes. Este mecanismo é tão comum que pode ser considerado parte integrante do equipamento religioso-político dos grupos historicamente desfavorecidos. Assim, em condições normais, é mais exato considerar as classes subordinadas menos constrangidas no plano do pensamento e da ideologia visto que podem, em contextos exclusivos, exprimir-se com relativa segurança, e mais constrangidas no plano da ação e da luta política, em que o exercício quotidiano do poder limita drasticamente as suas opções. Dito de modo mais simples, se os servos desatassem a atar os seus senhores com o objetivo de abolir o regime feudal estariam, em condições normais, a cometer um ato suicidário; em contrapartida, porém, têm ampla liberdade para imaginar e falar dessas aspirações, contando que o façam de modo discreto” (SCOT, 2013, p. 138)

Segundo o autor, “os escravos, os servos, os intocáveis e os camponeses, no entanto, reagem a formas de dominação histórica bastante complexas, pelo que a sua reação é igualmente complexa” (Scot, 2013, p. 162). A complexidade das formas de reação faz da resistência, como o próprio título da obra diz, uma arte, uma invenção cotidiana. Sobre inventar resistência, o autor afirma: “(…) a resistência a dominação ideológica requer uma contra-ideologia – uma negação – capaz de oferecer uma forma normativa geral e efetiva às múltiplas práticas de resistência que os grupos subordinados inventam para se defender” (Scot, 2013, p. 171).

O autor entende que as práticas de resistência se dão não apenas enquanto algo explícito, mas também como estratégias que insinuam, dissimulam, disfarçam ações políticas. Para isso o autor cria o termo *infrapolítica* e, segundo ele:

“o termo *infrapolítica*, no entanto, parece constituir uma forma econômica de transmitir a ideia de que estamos perante uma dimensão discreta da luta política. À luz de uma ciência social focada na política relativamente aberta das democracias liberais e dos clamorosos protestos, manifestações e rebeliões que fazem as parangonas dos jornais, a luta discreta que os grupos subordinados exercem todos os dias está, como os raios infravermelhos, para lá da parte visível do espectro. O fato de ser invisível resulta em grande parte, como vimos, de uma atitude deliberada – uma opção tática resultante de uma consciência prudente do equilíbrio de poder” (SCOT, 2013, p. 253)

A *infrapolítica* proporciona boa parte dos alicerces culturais e estruturais de ações políticas mais visíveis. Quando em diálogo com o pensamento foucaultiano, é possível pensar a noção de válvula de segurança, entendendo-a como algo mediado pelo risco e pelo custo⁴.

O campo de análise de Scot refere-se mais à comunidade e às estratégias cotidianas de resistência e sobrevivência, do que a movimentos sociais e estratégia de luta explícita, ainda que estas dimensões não se separem mas, mais que isso, agem de modo complementar. A antagonia estabelecida pela consciência da alteridade junto à consciência dos sistemas discriminatórios e exploratórios, fazem da submissão algo relativo, fazendo com que a coerção não se realize de modo pleno. Isto pode vir a se tornar um evento político reivindicatório explícito.

Scot pensa a “cultura marginal” como base de ações políticas. Neste caso, a resistência não é uma escolha, estaria próximo a algo como uma condição de existência dos grupos subordinados. Sob o viés do autor, o sujeito subordinado é

⁴ Dando um exemplo concreto disso, Scot comenta: “como um confronto legal ou político sobre os direitos de propriedade na floresta lhe traria muitos riscos e poucos resultados, os camponeses optavam por exercer seus direitos de modo paulatino e discreto – afim de usufruir, na prática, dos direitos que lhes eram negados pela lei. O contraste entre a obediência pública e a desobediência clandestina não passava despercebido às autoridades da época, como o bispo Trelawny, por exemplo, que falava de ‘um povo pernicioso e pestilento [...] que jura obediência ao governo, mas organiza a subversão nas suas costas’” (Scot, 2013, p. 261).

retirado de um lugar de total submissão, elevando-o à condição de sujeito político que, mesmo que de modo velado, agencia os conflitos de algum modo como viés de reverter o quadro de relações de poder que não são, e nem devem ser, naturalizadas. Este sujeito subordinado, ou seu grupo como um todo, adota práticas e táticas de resistência silenciosa, promovedoras de ações políticas de cunho reivindicatório.

As reflexões sobre estas ações podem vir a se tornar algo maior do ponto de vista do conflito político. Enfatiza que,

“(...) o que pretendemos demonstrar é que estas são as formas que a luta política assume quando as realidades da dominação inviabilizam qualquer tipo de confronto direto. Noutra plano, vale a pena lembrar que a conjunção de milhares e milhares de atos de resistência ‘insignificantes’ deste tipo pode ter poderosos efeitos econômicos e políticos. (...) em determinadas circunstâncias, a acumulação de atos insignificantes pode, como flocos de neve numa íngreme vertente montanhosa, desencadear uma avalanche” (SCOT, 2013, p. 264)

Entre golpes, contragolpes e recuos, tal como ações postas em cena e fora delas, ambos os grupos – sejam eles os subordinados ou os dominadores – estarão sempre pondo em cheque o equilíbrio das relações de poder. Scot parte do princípio de que os envolvidos em um conflito querem levar a melhor e, por isso, o equilíbrio nunca é total. Neste sentido, o autor afirma: “o verdadeiro equilíbrio de forças nunca chega a ser conhecido com exatidão, e que as estimativas que procuram determinar qual poderá ser esse equilíbrio são em grande medida inferidas a partir dos resultados de confrontos e averiguações” (Scot, 2013, p. 265).

Ainda sobre a não-naturalização das relações de poder, o autor afirma:

“Finalmente, a percepção clara do permanente jogo de ‘micro’ avanços e recuos presentes nas relações de poder, e em particular nas relações de poder, em que a apropriação e a subordinação permanente têm uma função central, torna insustentável qualquer concepção estática na naturalização e na legitimação. (...) a naturalização da dominação está sempre a ser posta à prova em termos limitados mas significativos, particularmente nos pontos em que o poder é exercido” (SCOT, 2013, p. 271)

Mais à frente, para reafirmar o papel da infrapolítica dos oprimidos e corroborar sobre a importância da análise dessas práticas, Scot pontua:

“para melhor assinalar a importância do que tem sido, no essencial, negligenciado, importa distinguir as formas de resistência disfarçada, discreta e implícita que constitui o domínio da infrapolítica. (...) todavia, num passado ainda recente, e mesmo hoje, no ocidente, a ação política aberta está longe de abarcar o grosso da ação política das minorias mais desfavorecidas e das camadas mais pobres e marginalizadas da população. Por outro lado, se concentrarmos a nossa atenção exclusivamente na resistência declarada, dificilmente estaremos em condições de compreender o processo de germinação de novas forças e exigências políticas antes de estas irromperem em cena” (SCOT, 2013, p. 271)

O autor defende a ideia de conceber o político para além de atividades abertas e declaradas. “Cada uma das formas de resistência disfarçada, ou infrapolítica, é uma companheira silenciosa de um modelo vociferante de resistência política” (Scot, 2013, p. 273). Em seu último capítulo, as reflexões trazidas por Scot ainda permitem levantar a seguinte questão: É possível pensar a infrapolítica como face complementar e/ou preliminar do processo de libertação?

Para refletir sobre isso, algumas práticas de resistência dos povos aqui estudados serão trazidas para dialogar com o pensamento do autor, a exemplo das grandes assembleias guarani (as *Aty Guassu*) e as retomadas dos seus territórios tradicionais (os *tekoha*). Cabe ressaltar os limites empíricos postos para uma possível análise do que poderia vir a ser uma análise sobre “infrapolítica guarani kaiowa e nhandeva”, uma vez que se reconhece os próprios limites operacionais de uma pesquisa sobre “infrapolítica dos subordinados”.

Neste sentido, práticas de resistências como as *Aty Guassu* e a retomada dos *tekoha*, terão destaque no decorrer do trabalho, podendo aqui ser interpretadas como algo próximo ao que Scot entende por “infrapolítica dos subordinados”, embora não exatamente. É válido lembrar que uma série de outras práticas de resistências cotidianas por estes povos face ao avanço da colonização em seus territórios tradicionais são/foram (re)inventadas no decorrer da história. Mas, tanto quanto isso é real, os limites para a identificação, apreensão e compreensão destas práticas de resistências cotidianas também estão postas na operacionalização de uma pesquisa.

1.4 Uma proposta de análise regional

1.4.1 Região Arte-fato

Antes de adentrar ao histórico da região de estudo, cabe aqui uma breve explicação sobre o que aqui se entende por região, um conceito geográfico caro as ciências geográficas. Haesbaert (2010), em sua obra *Regional-Global*, difere a região (enquanto entidade geográfica concreta), de regionalização (enquanto processo de diferenciação e/ou de recorte do espaço em parcelas coesas ou articuladas), e de regionalidade (enquanto propriedade do "ser" regional especialmente em sua dimensão simbólica e vivida). Segundo o autor, estas dimensões no atual contexto de globalização se reconfiguram de modo que se encontram cada vez mais articuladas e menos zonais. Ainda sobre isso, o autor levanta a seguinte reflexão:

“Se vivemos o tempo da fluidez e das conexões, como defendem tantos, como encontrar ainda parcelas, subdivisões, recortes, ‘regiões’ minimamente coerentes dentro deste todo espacial pretensamente globalizado? (...) como ‘orientar-se’ através de nossas regionalizações num mundo que, para muitos, encontra-se marcado mais pela desordem do que pela ordem, mais pela precarização e vulnerabilidade do que pelo fortalecimento e estabilidade de nossos vínculos territoriais?” (Haesbaert, 2010, p. 3-4)

Para o autor, o ato de pensar a região não se separa do processo de regionalização, seja ela feita como um procedimento metodológico do pesquisador e instrumento de análise, ou seja ela feita a partir de dinâmicas vividas no espaço por grupos sociais. Haesbaert traça uma análise a partir da história do pensamento geográfico e seus reflexos no que refere à mudança da abordagem do conceito de região. Em suas palavras:

“É claro que ela [região], enquanto conceito, foi majoritária sobretudo nos momentos mais idiográficos ou voltados para a realidade empírica, numa valorização da região como ‘fato’ (seja como ‘fato’ concreto, material, seja como ‘fato’ simbólico, vivido), do que nos períodos em que se afirmava uma Geografia Geral, voltada para a construção teórica, mais racionalista, onde a região adquiriu um papel mais de ‘artifício’ (analítico) do que de realidade efetivamente construída e/ou vivida” (Haesbaert, 2010, p. 6)

Ao diferenciar a região como um “fato” (isto é, em sua existência efetiva), da região como um mero “artifício” (enquanto recurso teórico-metodológico, analítico) ou

como instrumento normativo, de ação (visando a intervenção política, via planejamento), o autor propõe abordar a região como um “arte-fato”, entendendo-a tanto como fato, como artifício e, de certo modo, também, como uma ferramenta política. Em suas palavras:

“A região vista como arte-fato é concebida no sentido de romper com a dualidade que muitos advogam entre posturas mais estritamente realistas e idealistas, construído ao mesmo tempo de natureza ideal-simbólica (seja no sentido de uma construção teórica, enquanto representação ‘analítica’ do espaço, seja de uma construção identitária a partir do espaço vivido) e material-funcional (nas práticas econômico-políticas com que os grupos ou classes sociais constroem seu espaço de forma desigual/diferenciada)” (HAESBAERT, 2010, p. 7).

É sobre esta noção de região como arte-fato que o presente trabalho pretende se ancorar para caracterizar a região em estudo. Pois, como afirma o autor, “‘arte-fato’ também permite indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, autofazer-se (‘arte’) e como construção já produzida e articulada (‘fato’)” (Haesbaert, 2010, p. 7). É neste entremeio da concretude dos fatos e a abstração do artifício ou instrumento de análise, que metodologicamente este capítulo e os que se seguem trabalhará. Pois, como o mesmo afirma:

“No que concerne à região, não podemos concebê-la através de um simples recorte empírico, como uma espécie de ‘categoria do real’ (como se a própria Geografia pudesse ser reduzida a uma ciência empírica, definida por um objeto concreto), nem por uma simples forma de interpretação, por um método, como mera ‘categoria de análise’. Devemos reconhecer que todo método, enquanto ‘mediação’, ou seja, como ‘meio-ação’ (tanto ‘meio para a ação’ quanto ‘meio/contexto e ação’), é não apenas uma forma de interpretar, mas também de criar, e que fato e interpretação, ao contrário da máxima nietzscheana segundo a qual ‘não há fatos, somente interpretações’, não devem ser dissociados.” (Haesbaert, 2010, p. 16)

Haesbaert ressalta que não convém reduzir a regionalização a uma construção intelectual ou a uma prática concreta, explicitamente política. Segundo o autor, uma análise regional deve romper com estas dualidades e comportar “tanto o campo da produção material quanto o das representações e símbolos, ideais; tanto a dimensão da funcionalidade (político-econômica, desdobrada por sua vez sobre uma base material-‘natural’) quanto do vivido (simbólico-cultural, mais subjetivo)” (Haesbaert, 2010, p. 17). Ainda ressalta que, a depender do contexto, uma delas (ou a coesão

funcional ou a coesão simbólica), em suas múltiplas formas de construção e des-articulação, pode acabar se impondo sobre – e refazendo – a outra.

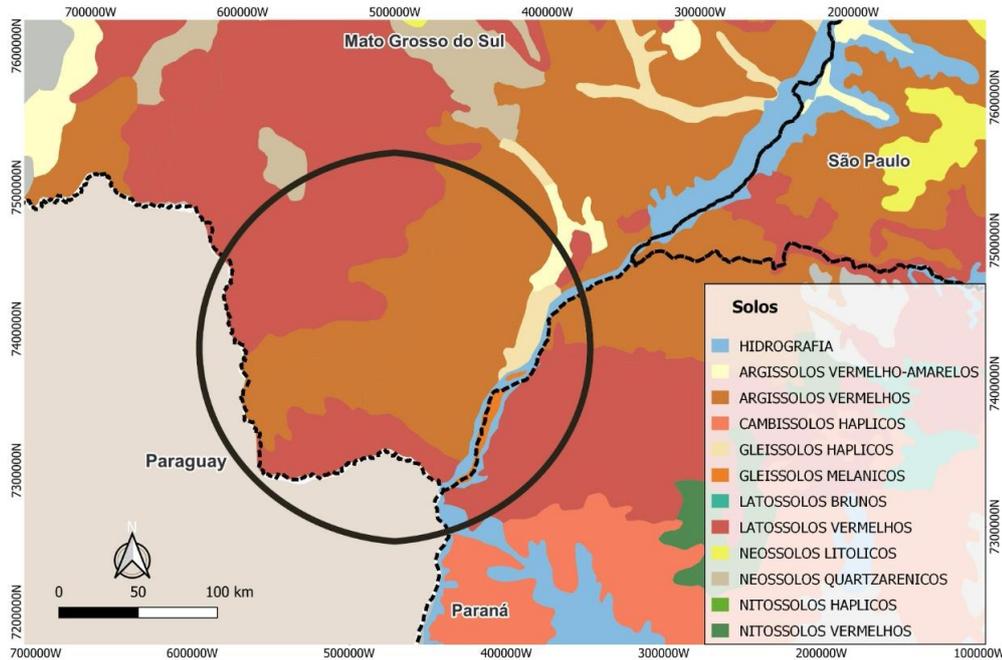
1.4.2 O Sul do Mato Grosso do Sul

É sob inspiração da proposta de análise regional feita por Haesbaert (2010), que antes de apresentar os aspectos histórico-geográficos da região de estudo, será feito aqui uma breve apresentação de seus aspectos físico-geográficos e sua relação com os agentes presentes na região. Como já introduzido, a região a ser analisada é o Sul do Mato Grosso do Sul, que identificamos aqui como a região com os maiores índices de violência contra povos indígenas no Brasil. No caso em questão, associamos estes índices de violência à questão fundiária na região, dada a sobreposição de Terras Indígenas (já homologadas ou em diferentes fases do processo de regularização) e fazendas destinadas em grande parte ao cultivo de commodities.

No que concerne aos aspectos físico-geográficos, foram levantadas algumas informações acerca da pedologia e das bacias hidrográficas. Dentre outros aspectos físico-geográficos (como relevo e clima, por exemplo), aspectos que possuem relação não só com o avanço das frentes de colonização na região, como também com a organização socioespacial dos povos aqui estudados.

A partir do Mapa 2, é possível observar na região, que identificamos como Sul do MS, que há uma predominância dos solos tipo latossolo vermelho e argissolos vermelho. Estes solos possuem alta fertilidade, sendo muito favoráveis à agricultura, seja ela de pequena, média ou grande escala.

Mapa 2 – Pedologia do Sul do Mato Grosso do Sul



A pedologia, o relevo plano e o regime de chuvas do Sul foram fatores que exerceram forte influência sobre o avanço das frentes extrativistas (Cia Erva Mate Laranjeira em 1882-1943) e agrícolas (desde a fundação da Colônia Agrícola de Dourados em 1943 ao avanço da sojicultura na década de 1970 e ao cultivo dos canaviais incentivados pelo Proálcool na década de 1980), tal como das frentes neoextrativistas, com o avanço tecnológico e a financeirização dos setores carne-grãos e sucroenergético já no século XXI na região.

Vale ressaltar também que, num dado momento da história, os povos aqui analisados também estabeleceram sua própria categorização do solo e relação com o solo ou, melhor dizendo, com *yvy*. Segundo Mura (2006),

“Para os Guarani, *yvy* é contemporaneamente terra (matéria inorgânica), mundo e solo. A distinção entre uma ou outra característica se faz através da contextualização lingüística da palavra *yvy* ou, no caso do solo, através da adjetivação que permite diferenciá-los; por exemplo, *yvy morotí* (terra branca), *yvy pytã* (terra vermelha), *yvy hû* (terra preta) e *yvy sayju* (terra amarela), cada um com propriedades específicas para a agricultura, atividade esta que permite e dá sentido a essa classificação” (MURA, 2006, p. 104)

Mura (2006) fornece um interessante aparato etnográfico quando aborda as relações cosmológicas que os povos aqui estudados possuem com a Terra. Sob o ponto de vista destes povos, Mura (2006) conta que:

“A *Yvy* deve ser entendida como a parte do Cosmo criada por *Ñane Ramõi* (Nosso Avô) e destinada por seu filho, *Ñande Ru* (Nosso Pai), aos cuidados dos índios. *Ñande Ru* criou também os próprios Ava Guarani (Homem Guarani), que emergiram das primeiras sementes por ele plantadas nessa terra, ato este que instituiu a relação entre os índios e o solo, como relação ctônica que serve como base para a construção do sentimento de autoctonia. Dessa forma, a terra assume sentido especial para os índios e, diferentemente de uma concepção ocidental, esta não pode ser considerada como parcela ou como propriedade, cuja posse estaria nas mãos de um indivíduo ou conjuntos destes. Ao contrário, os Guarani indicam com insistência que são eles que pertencem à terra, sendo a sua própria ação fator central para a conservação desta. Assim sendo, as atividades xamânicas e ritualísticas sintetizam, de algum modo, as condições que cada comunidade vive e as próprias dificuldades para manter tal equilíbrio cósmico” (MURA, 2006, p. 104). *Grifo da autora.*

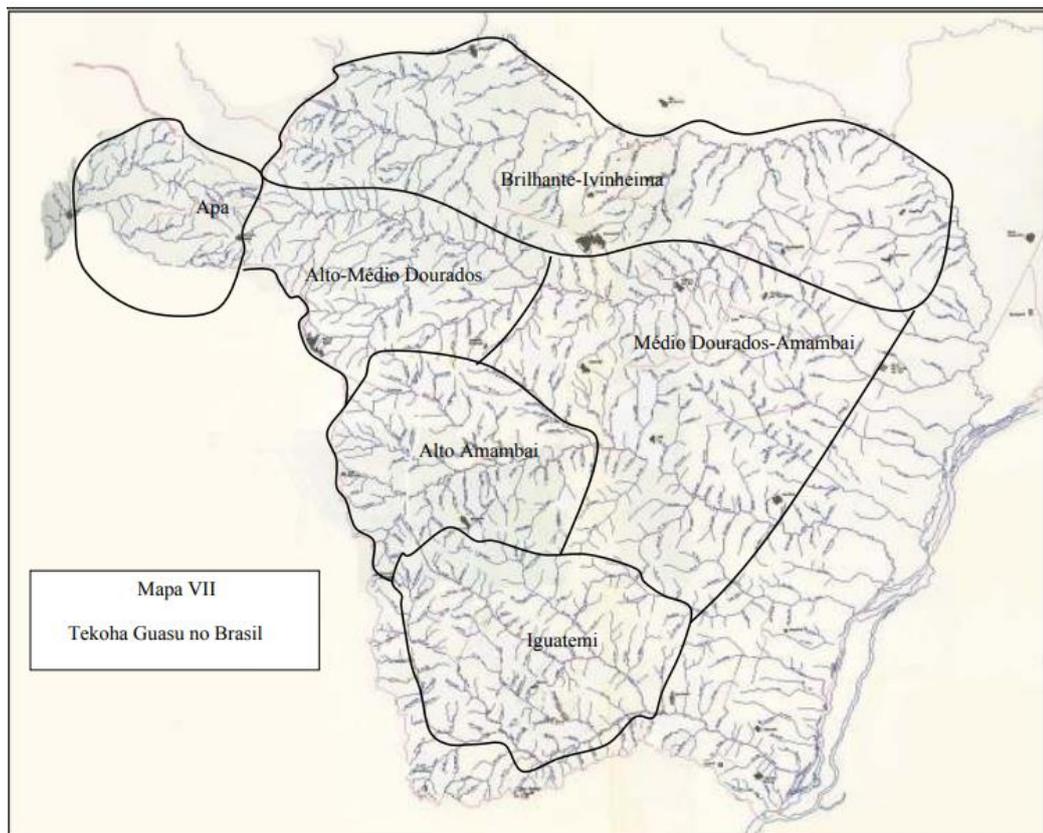
Neste momento cabe aqui apenas apresentar as duas formas de categorização do solo na região segundo os agentes que aí habitam, seja aquela ressaltando seu aspecto material-funcional, como a influência que este aspecto teve sobre o avanço das frentes extrativistas, agrícolas e neoextrativistas, seja aquela que ressalta seu aspecto cultural-simbólico, quando também é considerada a relação cosmológica que os povos que aí habitam estabelecem com o solo, indo pra além de uma dimensão material-funcional, e abarcando uma dimensão espiritual, identitária, pertencente, vivida.

Já em relação a hidrografia da região, o estado do Mato Grosso do Sul possui a Serra de Maracaju como o divisor de águas do estado entre as macrobacias do Paraguai e do Paraná. A região do Sul do estado, especificamente, é composta por um total de cinco microbacias hidrográficas, sendo: três microbacias hidrográficas do Rio Paraná (os rios Brilhante-Ivinhema, Amambai, Iguatemi); uma microbacia do Rio Paraguai (constituída pela rede fluvial desenhada pelo Alto Rio Apa); e, dado seu comprimento e a amplitude da rede de córregos, a microbacia do Rio Dourados (afluente do rio Brilhante-Ivinhema).

Estudos de Almeida e Mura 2002, Lehner 2002, Mura 2006, Barbosa da Silva 2007 e 2009, Antunha Barbosa e Mura 2011, Benites, 2014, apontam a existência de uma coincidência entre uma rede de alianças políticas e matrimoniais mais ou menos

com a distribuição das microbacias hidrográficas na região, esta rede é denominada *tekoha guasu* (Mura, 2006). Na Figura 1, elaborada por Mura (2006), é possível observar uma correspondência significativa entre o desenho das microbacias hidrográficas e a distribuição dos *tekoha guasu*.

Figura 1 - Tekoha Guassu



Fonte: Mura (2006)

Sobre a configuração político-territorial interna aos *tekoha guasu*, Mura (2006) comenta:

“Os pontos geográficos internos ao *tekoha guasu* têm de ser entendidos, em primeiro lugar, como eixos simbólicos a partir dos quais se articulam espaços de jurisdição das famílias extensas, relacionadas estas em redes de parentesco, conforme a morfologia social do grupo – como já referido. Sendo a mobilidade das famílias nucleares, e mesmo das famílias extensas, muito alta dentro desse território, ocorre que em diferentes momentos históricos podemos encontrar articulações políticas locais também diferentes. O

sentimento de pertencimento a um determinado espaço geográfico é de se atribuir principalmente a um jogo de relações baseadas numa hierarquia de vínculos socialmente organizados entre pessoas e entre estas e os elementos do Cosmo” (MURA, 2006, p. 135-136)

Enquanto etnógrafo, o referido autor ocupou-se em compreender a forma de organização política realizada entre estes povos. Interessa-nos aqui identificar a rede de relações que não apenas se sobrepõe a uma rede hidrográfica, mas também compreender o que seriam estes espaços que constituem os *tekoha guasu*. Nesse sentido, cabe antes entender o que é um *tekoha*.

O *tekoha* é amplamente discutido dentro e fora da comunidade acadêmica, por acadêmicos indígenas e acadêmicos não-indígenas. Não caberia ao momento fazer uma extensa revisão dos debates acerca de uma possível definição do referido termo nativo⁵. Mas, sobretudo, contribuir com o debate a partir do trabalho realizado ao longo desta pesquisa e das ferramentas teórico-metodológicas que a Geografia possa vir a contribuir. Nesse sentido, voltemo-nos a princípio a definição dada por Benites (2014). Segundo Benites (2014),

“*Tekoha*, na visão indígena, significa um espaço territorial de domínio específico de uma ou várias famílias extensas (*tey’i*) cada um orientada por uma liderança (o *tamõi*). O termo *teko* significa o modo de ser e viver guarani e kaiowá; o sufixo *ha* é indicador de lugar, de modo que o *tekoha* vem a ser o local, a área, o espaço geográfico de uso exclusivo de um ou mais *te’yi* (família extensa, grupo doméstico) onde vivem segundo a sua própria ‘maneira de ser’ ou seu *teko*. O termo *guasu* significa grande e amplo. Assim, *tekoha guasu* é um espaço territorial mais amplo, formado por vários *tekoha* e os *te’yi* a eles pertencentes” (BENITES, 2014, p. 192).

Somada a definição dada por Benites (2014), acrescentamos aqui o *tekoha* compreendido também como algo surgido do encontro com o não-indígena (o *karaí*). É válido lembrar que estes povos em estudo, *a priori*, eram nômades. Com a chegada dessas frentes econômicas e a instalação das Reservas Indígenas, aquele espaço onde ordinariamente, de modo natural, era realizado seu modo de ser, deixa de existir enquanto algo ordinário, comum, passando a existir enquanto algo reivindicado. Sob estas circunstâncias, surge não apenas um termo para defini-lo, mas também a

⁵ ‘Termo nativo’ é o que Souza (2013) compreende por “qualquer palavra da língua natural ou ordinária da população autóctone de um determinado lugar” (SOUZA, 2013:217).

necessidade de fixação, de definição de uma dada localidade. Não foi possível datar com precisão o surgimento do termo, ainda assim foi possível percebê-lo como fruto deste encontro. Em outras palavras, compreendemos que o *tekoha* passou a existir enquanto termo quando deixou de existir enquanto algo comum, passando daquilo que seria um espaço ordinário, a um espaço reivindicado. Nesse sentido, pode-se compreendê-lo também como fruto de um processo de (re)invenção da resistência⁶.

Já quanto ao *tekoha guasu*, Benites (2014) o define da seguinte forma:

“*Tekoha guasu* poderia ser entendido então como conjunto de *tekoha*, que inclui espaços compartilhados de caça, pesca, coleta, de habitação, rituais religiosos e festivos, constituindo-se como lugar das relações intercomunitárias das famílias guarani e kaiowa, configurando uma ampla rede de alianças políticas intercomunitárias e matrimoniais (v. Thomaz de Almeida & Mura 2002, Mura 2006, Barbosa da Silva 2007 e 2009). Pode-se dizer que este espaço territorial é delimitado por micro-bacias hidrográficas, dada a distribuição das famílias pelos cursos d’água abrangidos por determinados rios que são referências fundamentais. Dessa forma, a categoria de *tekoha guasu* é atualmente compreendida como um amplo território em rede e não apenas como pequenas ilhas de terras isoladas, fragmentadas e delimitadas pelos órgãos indigenistas (SPI e FUNAI) do Estado Brasileiro, (como, por exemplo, ocorreram com os ‘Postos Indígenas ou as Reservas Indígenas’ criadas pelo SPI entre 1910 e 1930)” (Benites, 2014, p. 192-193).

Benites (2014) compreende o *tekoha guasu* como um amplo território em rede, portanto, articulado, não isolado um do outro. Logo, é possível perceber que o *tekoha guasu* não são apenas zonais, como também reticulares, ou seja, como uma rede de relações intercomunitárias que permitem o estabelecimento de alianças políticas e matrimoniais, sendo muitas vezes é delimitado por microbacias hidrográficas.

Já situando-os numa dada historicidade e trazendo para a situação territorial na qual estes povos se encontram atualmente, Mura & Thomaz de Almeida (2004) afirmam que:

“os *tekoha guasu* contemporâneos são territórios onde os índios articulam dinamicamente espaços familiar e etnicamente exclusivos (os *tekoha*) com aqueles inclusivos (os sítios, as fazendas e as cidades). A tendência histórica nessa articulação é reconstituir cada

⁶ A construção desta compreensão acerca de *tekoha* foi realizada com ao auxílio dos membros que compuseram a banca examinadora desta tese, sendo eles: Prof^a. Dra. Juliana Motta, Prof^a Dra. Gislene Santos, Prof^a. Dra. Maria Ana Down, Prof. Dr. Magno Silvestre.

vez mais espaços familiar e etnicamente exclusivos - o que na historicidade guarani quer dizer afastar o máximo possível o risco de eventos cataclísmicos (mba'e megua), que acabariam com a humanidade. Isto porque, segundo os usos e costumes desses indígenas (ñande reko), nos dias de hoje são estes tipos de espaços os que podem com maior adequação tornar cada vez melhor o relacionamento osmótico com a terra (yvy)." (MURA & THOMAZ DE ALMEIDA, 2004, s.n.)

Terem seus espaços de ocupação tradicional, seus *tekoha guassu*, sido transformados em beiras de estrada, fazendas e cidades, reflete a situação de vulnerabilidade territorial na qual estes povos hoje se encontram, e cada vez mais latente dado o avanço da fronteira agrícola moderna na região.

Considerações parciais

Até aqui foi possível fazer um breve apanhado acerca dos conceitos que norteiam a análise da região de estudo, sejam eles: poder, colonialidade e resistência. Face ao quadro que se monta na região, compreende-se aqui que as reflexões levantadas por estes contribuíram para análise dos eventos históricos que serão apresentados a seguir.

As duas formas de poder, seja ele o "Poder" ou o "poder", trazidas por Raffestin sob inspiração de Foucault, apareceram em distintos momentos do conteúdo a ser analisado, quando considerados os diferentes agentes que compõe e constituem a região enquanto tal. Da mesma forma, a noção de que a colonialidade transcende o Período Colonial, é de fundamental importância enquanto chave analítica das práticas coloniais impostas pelo Estado nos Períodos Imperial e Republicano. A infrapolítica dos subordinados proposta por Scot contribuirão ao longo do trabalho para analisar a resistência cotidiana inventada e reinventada pelos povos tradicionais que aí habitam e que sofrem as mais distintas formas de violência que atravessam seus territórios tradicionais.

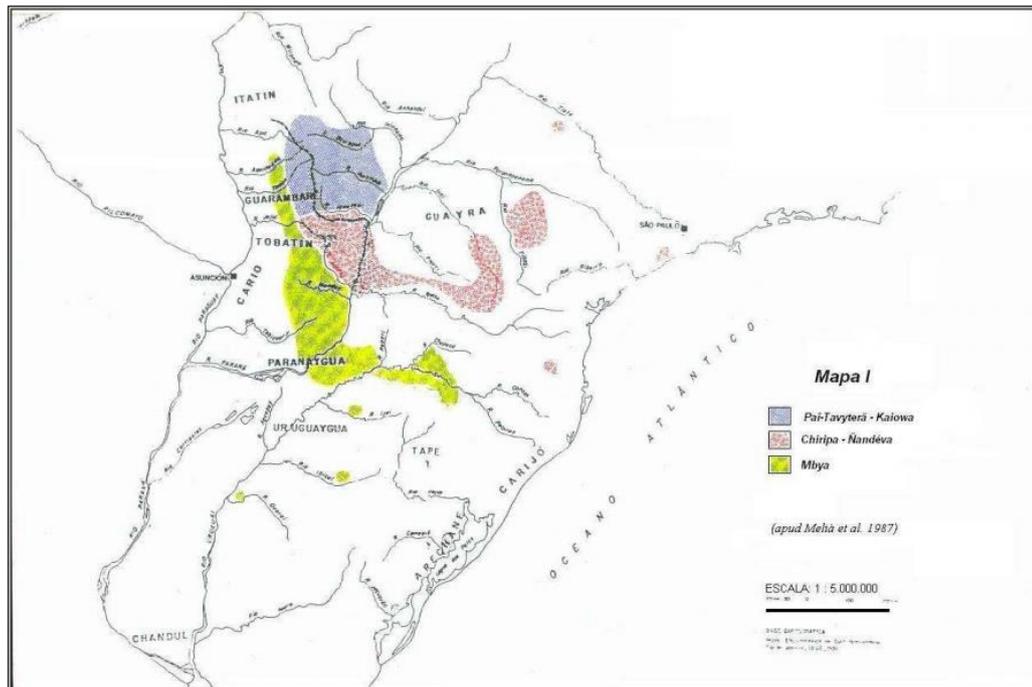
Identificada como a região mais violenta do país no que se refere à violência contra povos indígenas, coabitada por distintos agentes e intencionalidades em sua

ocupação, a análise do histórico desta região implica na consideração de suas diferentes dimensões constituidoras, sejam elas simbólico-culturais ou funcional-econômicas.

CAPÍTULO 2 – DO ITATIM AO ATUAL SUL DO MS

Antes de falar sobre o grupo étnico em questão, localizados na região de estudo (o Sul do MS), será feito aqui um breve levantamento histórico acerca da etnogênese destes grupos⁷. Para isso, será preciso retornar ao Período Colonial (séc XVI-XVIII), período no qual os, até então, *ka'agua* se deslocam da região do Itatim para a região hoje compreendida como o Sul do MS, quando estes passam a se autodenominar Kaiowa.

Figura 2: A Região do Itatim



Fonte: MURA, 2006 apud Meliat et all, 1987

Foi no Período Colonial que ocorreram os primeiros contatos entre estes indígenas e não-indígenas, na época localizados na região do Itatim, possível de localizar na Figura 2. Neste momento, os não-indígenas presentes na região do Itatim eram então os *encomenderos* (representantes da Coroa Espanhola), os bandeirantes

⁷ Quanto a etnogênese dos povos guarani nhandeva presentes na região de estudo, não foram encontradas informações.

e os jesuítas (representantes da Coroa Portuguesa). Neste contexto foram tecidas uma série de relações, conflituosas ou não, com estes novos agentes ao longo deste período, levando os *ka'gua* a se deslocarem do Itatim para as matas e se instalarem nas três manchas de ocupação demonstradas na Figura 2.

Antes de analisar o período em questão e as relações que então se desdobraram, é preciso que se reconheça alguns limites para a análise do período em questão. Ainda que sejam diversas as fontes documentais⁸ que relatam os primeiros contatos entre os povos indígenas e não-indígenas, estes são principalmente documentos produzidos por missionários, o que traz reflexo na produção dos dados e nas narrativas dos fatos.

Sobre isso, Barbosa (2007) afirma que “os estudiosos em geral e os religiosos em particular sempre colocaram em relevo a importância da religião para os guarani, o que tem por efeito uma elevação deste aspecto à característica primordial deste povo” (Barbosa, 2006:24). Já, segundo Mura (2007), fatores de ordem política, religiosa, bélica e tecno-econômica não são privilegiados nas descrições produzidas por estas fontes. Sobre isso, Mura (2006) faz a seguinte ressalva:

“Existem hoje muitas informações sobre os Kaiowa, resultando difícil, porém, estabelecer critérios precisos que permitam registrar com segurança processos de mudança e/ou de continuidade com relação a vários aspectos da vida social, tecnoeconômica, política e religiosa de seus antecessores, seja com relação aos primeiros séculos após a conquista européia, seja no que concerne às épocas anteriores às importantíssimas variáveis introduzidas pela intervenção colonial. Quanto mais nos afastamos das condições sócio-ecológico-territoriais do presente, mais as informações à disposição se fazem fragmentárias, a escala geográfico-temporal dilatando-se muito” (MURA, 2006, p. 31)

De conhecimento das fontes documentais produzidas pelos missionários, em especial por Montoya (1639) e Melià (1986, 1989, 1990), Mura (2006) afirma que “(...) para formular modelos minimamente confiáveis de organização político-territorial dos guarani do período colonial é necessário ter à disposição muito mais elementos dos que nos fornecem as fontes” (Mura, 2006, p. 43).

⁸ Dentre eles: do padre missionário Montoya (1639); do padre Franz Müller (1934); do jesuíta Bartomeu Melià junto com Friedl e Georg Grünber (1976); Melià (1986, 1989, 1990); Schaden (1982).

Compreendido até aqui os limites da análise do período em questão, seguimos uma breve descrição sobre a relação entre estes povos e os agentes da colonização, relações estas que levaram a migração do Itatim ao atual Sul do MS, significando as primeiras formas de ocupação da região de estudo.

A partir das fontes aqui mencionadas, é possível afirmar que os povos guarani kaiowa, hoje presentes no Sul do Mato Grosso do Sul, descendem dos Guarani-Itatim. Segundo Mura (2006), “Os *Kaiowa* constituem um grupo étnico de fala guarani e, na literatura específica, são considerados como descendentes dos Itatim, índios estes em grande parte reduzidos pelos jesuítas e que foram vítimas das incursões dos bandeirantes” (Melià et alii 1976, Susnik 1970-80, Thomaz de Almeida 1991, Gadelha 1980 apud Mura, 2006, p.31). Nas palavras de Chamorro (2015), “os primeiros escritos a respeito desses grupos provêm da região chamada Itatim, onde viviam vários povos indígenas desde os tempos pré-coloniais” (Chamorro, 2015, p. 26).

Nesse sentido, antes que se analise a região aqui em questão, é preciso tomar conhecimento dos fatos que ocorreram nos primeiros séculos de colonização e que levaram os povos a migrarem do Itatim para o Sul do Mato Grosso do Sul. Para isso, Chamorro (2015) faz uma releitura dos escritos acerca dos primeiros conquistadores europeus a entrarem em contato com os povos que habitavam a região do Itatim, em especial, Aleixo Garcia, que “provavelmente foi o primeiro a entrar em contato com esses povos” (Chamorro, 2015, p. 26-27), e também faz uma releitura a partir de outras fontes documentais produzidas por jesuítas.

Em termos demográficos, Mura conta que “no momento da conquista europeia os grupos guarani ocupavam vastos territórios, com uma população estimada em mais de 2.000.000 de pessoas” (Melià 1986, Noelli 2004 apud Mura, 2006, p. 54). Chamorro narra que no século XVI teriam ocorrido as primeiras incursões dos bandeirantes, as missões jesuíticas e a influência do governo Paraguaio na região do Itatim. Segundo a autora,

“(...) o governo do Paraguai, os bandeirantes e os jesuítas passaram a disputar o caminho à serra, interessados em garantir direitos sobre a região do Itatim para os hispano-americanos e luso brasileiros, movidos pelo desejo de dominar a rota comercial, catequisar os povos indígenas da região e ainda chegar à zona da prata. (...) As dificuldades geográficas, a

interferência dos povos indígenas Paiaguá e Guaicuru e a resistência dos povos indígenas falantes de guarani do Itatim, porém, acabaram por adiar por dois séculos uma efetiva ocupação colonial da região” (CHAMORRO, 2015, p. 58)

Sobre o sistema de *encomiendas*, Susnik (1979-80) distingue três modalidades sob as quais a colônia hispânica enquadrava os índios no Itatim, sendo elas: (1) *mitazgo*, (2) *yanaconado* e (3) *conchabo libre*. Durante a construção das cidades, os colonos objetivavam: (1) concentrar a população indígena sujeitada em povoados (táva); (2) constranger parte dessa população a uma vida social isolada, como cativos nas *encomiendas*; (3) e também eram utilizados serviços temporários prestados pelos índios, que periodicamente se dirigiam a essas fazendas para ter em troca mercadorias e outros tipos de bens (Susnik 1979-80 apud Mura, 2006, p. 54-55). Porém, tal exploração não se deu sem que houvessem práticas de resistência por parte dos povos autóctones. Como comenta Mura (2006):

“O regime colonial baseado nas *encomiendas* teve uma rápida evolução, o que implicava numa sempre maior pressão sobre as populações autóctones, das quais se aproveitava a mão-de-obra. Num primeiro momento, quando foram promulgadas as primeiras ‘ordenanças’, as atividades econômicas limitavam-se à produção dos bens necessários à manutenção dos encomenderos, apenas num segundo momento foi introduzida a pecuária e a exploração dos ervais, atividades estas que tiveram significativo impacto na relação entre os índios e os espanhóis, provocando numerosas rebeliões (Susnik 1979-80, p. 71). Como relata Melià (1986, p. 31), na documentação histórica constata-se que, entre 1537 e 1616, ocorreram nada menos que 25 revoltas dos Guarani contra os espanhóis” (SUSNIK 1979-80:71 e MELIÀ 1986, p. 31 apud MURA, 2006, p. 56)

Já as missões jesuíticas eram movidas, tendo como principal interesse a catequização dos indígenas através das reduções. Para Mura (2006)

“(…) [embora os missionários] manifestassem forte hostilidade para com a lógica exploradora instalada na colônia espanhola, eles também compartilhavam dos mesmos preconceitos a respeito das práticas indígenas. Poligamia, antropofagia e as ‘bebedeiras’ por ocasião das festividades guarani eram consideradas condutas ligadas à obra do diabo e portanto era necessário combatê-las. Para tal propósito, concentrar os índios nas estruturas das reduções permitia um melhor controle sobre

o grupo objeto de evangelização” (MONTROYA 1985 e MELIÀ 1986 apud MURA, 2006, p. 56)

Além da evangelização dos indígenas, como forma de torná-los “civilizados”, as reduções também pretendiam construir uma alternativa colonial com relação ao regime das *encomiendas*. Grande parte das atividades realizadas nas reduções era tecno-econômica, visando produzir e estocar alimentos. Assim como nas *encomiendas*, os indígenas nas reduções também foram submetidos a um ritmo de trabalho cotidiano, não apenas na produção e estoque de alimentos, como também na construção de um espaço urbano com as características de um povoado europeu (Mura, 2006).

As práticas fomentadas nas reduções não correspondiam as práticas tradicionais destes povos quando viviam dispersos nas florestas (Mura, 2006). A ação catequizadora praticada pelos jesuítas também não se deu sem que houvesse resistência. Ao longo do século XVII, os indígenas líderes do Itatim passam a resistir às missões jesuíticas, de modo que as rebeliões guarani passaram a se tornar fatos corriqueiros (Mura, 2006). Nas palavras de Chamorro (2015),

“Se no início os povos indígenas do Itatim aceitaram receber a catequese dos jesuítas, essa disposição foi mudando à medida que caciques e xamãs perceberam que o crescente prestígio dos padres, além de prejudicar a liderança tradicional indígena, não impedia a invasão dos bandeirantes. (...) Na Carta Anua de 1632 a 1634, que sintetizava os feitos dos missionários, o superior da missão conta que alguns líderes indígenas exigiram dos missionários que não deixassem os europeus entrarem em suas terras” (CHAMORRO, 2015, p. 62)

Não apenas a relação entre indígenas e missionários passa a se tornar conflituosa ao longo do século XVII, mas com a Coroa Espanhola também. Como conta Mura, “contrastando a estrutura colonial baseada no regime da *encomienda*, os jesuítas sofreram quatro expulsões dos espaços territoriais sob jurisdição da coroa espanhola, até serem definitivamente afastados, em 1767” (MELIÀ, 1986, p. 119 apud MURA, 2006, p. 58). Ao serem afastados, parte desses indígenas juntaram-se aos que viviam em espaços de ordenação tradicional, “levando consigo toda uma bagagem de conhecimentos onde se incluíam seguramente as técnicas de uso dos instrumentos introduzidos pelos europeus” (MURA, 2006, p. 69). Segundo Chamorro (2015),

“os dados apresentados por Gadelha e Sánchez Labrador levam a crer que houve também índios itatim reduzidos que voltaram a se embrenhar nas matas e a se deslocar para o sul. Num cálculo superestimado, dois mil indígenas teriam sido reduzidos e batizados pelos jesuítas no Itatim (Souza 2003). Que fim levaram esses indígenas? Voltaram a se espalhar pelos montes (Cortesão, 1952, 55.102. 105.193.204.206.292), reencontrando-se com aqueles que permaneceram ‘livres’ nos seus esconderijos ou fugitivos na sua própria terra (Sánchez Labrador, 1910, v.1, 16). Em todo caso, cabe ressaltar que os indígenas do Itatim que foram reduzidos o foram por menos de três décadas, de forma descontínua e em números provavelmente insignificantes frente à população que permaneceu fora das reduções” (SOUZA 2003 e CORTESÃO, 1952 apud CHAMORRO, 2015, p. 65)

Já com relação aos bandeirantes paulistas, a estes era encarregada a missão de expandir o domínio português para o interior do país, capturar os indígenas em suas missões armadas e vendê-los como escravos para São Paulo e Rio de Janeiro (Cortesão, 1951, p. 492 apud Chamorro, 2015, p. 58). Os bandeirantes paulistas partiam da cidade de São Vicente em busca da mão-de-obra escrava encontrada entre os índios, o que na época era considerada pelos europeus como a única riqueza disponível entre São Paulo e Assunção (Mura, 2006, p. 58-59). O impacto das bandeiras sobre os espaços ocupados pelos guarani foi rápido e devastador e, sobre isso, Mura conta que

“Para se ter uma ideia sobre o impacto desse processo sobre os Guarani, basta usar como exemplo a situação do Guairá. Melià comenta que nesta ‘província’ os índios capturados pelos bandeirantes nas reduções jesuíticas eram estimados em torno aos trinta mil, sendo que outros doze mil tiveram que fugir para não serem escravizados (1986:86). Se considerarmos a atuação global desses caçadores de escravos entre 1628 e 1632, o número de índios atingidos é bem maior. Segundo informa o governador de Buenos Aires, Pedro Esteban Dávila, em carta dirigida ao rei, mais de sessenta mil pessoas teriam sido trazidas pelos bandeirantes para São Paulo e Rio de Janeiro, sem calcular os prováveis quinze mil mortos deixados para trás durante as incursões militares (ibidem: 82-87)” (MURA, 2006, p. 58-59).

É apenas no século XVII que a coroa portuguesa perde interesse pela mão de obra indígena, devido à descoberta de metais preciosos em Mato Grosso (MURA & THOMAZ DE ALMEIDA, 2002, p. 11).

Como se pode observar, o impacto do período colonial a partir da interferência de diferentes agentes (sejam eles, *encomenderos*, jesuítas e/ou bandeirantes) se deu de diferentes formas sobre os povos autóctones, refletindo em mudanças significativas no modo como estes povos se organizavam territorialmente, na forma como as alianças se constituíam, na diminuição drástica da população, na perda de seus territórios e na reconfiguração de conflitos interétnicos existentes desde antes da colonização.

Do mesmo modo que existiam as rebeliões entre os povos indígenas e os agentes da colonização, conflitos interétnicos também foram reconfigurados com a presença destes novos agentes. Nas palavras de Mura (2006), “As rebeliões guarani no primeiro século da conquista europeia eram fatos corriqueiros, assim como os conflitos inter-grupais provocados pela interferência do novo colonizador” (Mura, 2006, p. 67). Um exemplo disto,

“À atuação desestabilizadora dos bandeirantes paulistas uniam-se também as incursões bélicas de grupos indígenas inimigos dos Guarani. Os Mbayá-Guaicurú formaram um destes grupos. Habitando regiões do alto rio Paraguai, nas imediações dos territórios ocupados pelos Itatim, e apoderando-se rapidamente das técnicas de guerra associadas ao uso dos cavalos, estes índios representaram uma séria ameaça para os Guarani e as missões jesuíticas. De fato, as pressões bélicas sofridas nas duas frentes, do leste pelos bandeirantes e do oeste pelos Mbayá-Guaicurú, estiveram entre as principais causas que levaram grandes contingentes de índios do Itatim a migrarem em direção ao sul, indo além dos rios Apa e Brillhante-Ivinhema, assentando-se no cone sul do atual estado de Mato Grosso do Sul e no Paraguai Oriental, regiões estas consideradas na época colonial como pertencentes à província do Guairá” (MURA, 2006, p. 59). (*Grifo da autora*)

Até aqui foi possível observar que o processo de colonização da região não se deu sem que houvesse prática de resistência entre os povos autóctones que ali habitavam durante os primeiros séculos de colonização, seja pelas rebeliões, seja pelos que se refugiaram nas matas. Sobre a parcela destes povos que não se submeteram as missões, nem aos bandeirantes, tampouco aos *encomenderos*, Thomaz de Almeida (2001) comenta que:

“Cronistas e historiadores oferecem descrições que ilustram, ao menos parcialmente, como se organizavam espacialmente os índios não submetidos à Companhia de Jesus, que dela se desgarraram e não foram ‘preados’ por bandeirantes ou escravizados por

encomenderos. Segundo os historiadores, os guarani constituíam uma ‘nação em estado liberdade’ (Azara, 1969), correspondente à organização espacial anterior à chegada dos europeus. Se essas declarações forem tomadas como verdadeiras, é possível uma análise comparativa entre essa época e a situação vivida hoje pela mesma sociedade. Depreende-se das descrições (Azara 1969; Cabeza de Vaca 1971; Guzman 1980; Montoya 1939^a; Saint-Hilaire 1974; e outros) que a ‘nação guarani’ – como ela se refere Cabeza de Vaca – ocupava nos primeiros 1500 uma grande extensão de terras, sem contudo formar um corpo político único e centralizado. Ao contrário, os guarani se encontravam por todos os lados, ‘agrupados em divisões e hordas muito pequenas [Azara 1969:203] autônomas (...)’ (THOMAZ DE ALMEIDA, 2001, p. 119). (*Grifo da autora*)

Chamorro (2015) identifica esta parcela que vivia à margem da sociedade colonial, não se submetendo às reduções, *encomenderos* e/ou bandeirantes, como os *ka’agua*. Isto é, os “grupos embrenhados no mato”, que se deslocaram do Itatim na direção Sul ao longo dos três primeiros séculos de exploração colonial no Itatim. No século XVII, o termo *ka’agua* era usado pra designar “indígenas que viviam ‘na mata’ e ‘da mata’, ou para indicar grupos indígenas que viviam à margem da sociedade colonial” (Chamorro, 2015, p. 73). Já no século XVIII, *ka’agua* passa a denominar os “grupos indígenas falantes de guarani encontrados no norte da região oriental do Paraguai e no atual do Mato Grosso do Sul” (Chamorro, 2015, p. 73). É apenas no século XIX que os grupos presentes no Mato Grosso do Sul passam a ser chamados *Kaiowa*. Segundo Mura (2006),

“Temos, assim, uma história desenvolvida em quase três séculos, que levou famílias indígenas a conviver com conhecimentos e objetos materiais dos quais antes não tinham a mínima noção. Os processos que se desenvolveram levaram também a uma diferenciação marcada entre os índios que, incorporados na estrutura colonial hispânica (como trabalhadores nos povoados e nas *encomiendas*) ou naquela lusitana (como escravos capturados pelos bandeirantes), foram destinados a constituir parte da população atual do Paraguai, Bolívia, Argentina e Brasil, e aqueles que, conseguindo fugir dessa sorte, puderam se manter afastados o bastante para não serem atingidos pelos empreendimentos dos colonizadores. Os Guarani do Cone Sul do atual estado de Mato Grosso do Sul⁹ representam justamente esta última situação” (MURA, 2006, p. 69-70). (*Grifo da autora*)

⁹ O que Mura (2006) define por “Cone Sul do atual estado de Mato Grosso do Sul” é uma região mais ou menos coincidente com o que aqui definimos por “Sul do Mato Grosso do Sul”.

Desta forma, a partir de pelo menos a segunda metade do século XVII, os *Kaiowa*, prováveis descendentes dos Itatim, “encontravam-se no Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul e no Paraguai Oriental, a mais de 300 quilômetros de distância dos lugares onde foram instaladas as missões jesuíticas dessa província” (Mura, 2006, p. 65).

Durante todo esses séculos, enquanto ocorreriam os primeiros contatos entre estes indígenas e os agentes da colonização, também ocorreu a demarcação das fronteiras entre Brasil e Paraguai, definida em 1752, pelo Tratado de Madrid. Thomaz de Almeida (2001) conta que,

“É com a demarcação de fronteiras entre Brasil e Paraguai determinada pelo Tratado de Madrid (1750) que se poderá constatar a existência de povos Guarani na região atualmente compreendida entre o rio Apa e Iguatemi no atual MS (...). Nos diários das expedições demarcatórias (ver Fonseca, 1937), há inúmeras menções sobre vestígio dos índios monteces na região percorrida. Estes monteces, habitantes da sela, da floresta, da mata, são, segundo Meliá (et alli, 1976), os Caaguá ou ka’agua e ‘suas equivalências fonéticas e ortográficas de Cainguá, Kaa’iwa, Cayua, Kayová’, que etimologicamente têm o mesmo significado mas que, por sua extensão conceitual genérica, têm induzido a erros por querer indicar grupos Guarani diversos (ver Meliá et alli, 1976: 169). Os indícios, de toda forma, são claros no sentido de indicar uma identidade dos Guarani com a floresta, o que também se verifica nos dias de hoje (ver também Schaden, 1974; Montoya, 1985). Estes monteces ou caaguá, assim, são ‘aqueles índios que politicamente não foram reduzidos, categoria pertinente a uma situação histórica específica e que serve para ‘designar um modo de vida como contraposto ao modo de vida que a colônia tinha vindo instaurar’ (Meliá et alli, 1976: 169)” (MELIÁ et all 1976; MONTOYA, 1985; FONSECA, 1937 apud THOMAZ DE ALMEIDA, 2001). (*Grifo da autora*)

Até aqui, para identificar de que modo a região do Sul do Mato Grosso do Sul foi ocupada pelos povos *Kaiowa*, foi necessário fazer uma breve apresentação sobre o deslocamento que estes povos fizeram ao longo dos três primeiros séculos de colonização (séc XVI-XVIII) até chegarem a ocupar a região e serem denominados como tal no século XIX.

Considerações parciais

Conforme Quijano (2005), é neste contexto que se dá a constituição de um novo padrão mundial de poder, fundamentado na construção da ideia de raça em um gradiente que as separava em suposta superioridade e inferioridade, e no controle do trabalho, dos recursos e dos produtos no novo mundo. Este apontamento do autor pode ser identificado a partir do contexto acima apresentando, se consideradas as práticas coloniais impostas pelos jesuítas aos povos indígenas, submetendo-os a uma processo civilizatório a partir da catequização destes, tal como a exploração dos recursos presentes no novo mundo a partir da figura dos encomenderos e bandeirantes. Estes últimos, não apenas visavam a exploração dos recursos, como também da mão de obra indígena que se buscava escravizar.

Esta nova classificação social que emergia no momento da colonização do novo mundo, a partir da ideia de raça, trouxe não apenas novas identidades, como também novas funções a cada uma destas. Cada agente da colonização detinha uma função e atribuía um função distinta a estes povos ditos “inferiores”, o que vinha a gerar conflitos de diferentes ordens até mesmo entre os mesmos.

Quijano (2005) traz reflexões acerca de como este poder eurocêntrico foi se estabelecendo no novo mundo. Por outro lado, sob inspiração de Scot (2013) e suas ideias acerca da insubordinação dos “de baixo”, é interessante também observar as práticas de resistência que os povos indígenas adotaram naquele contexto, embranchando-se nas matas e vindo a ocupar uma nova área que, em outro momento da história, viria a se tornar o Sul do Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO 3 – A DELIMITAÇÃO DA FRONTEIRA E O EXTRAVISMO NA REGIÃO

Conforme Quijano (2005), a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Partindo deste princípio, é possível afirmar que, findado o Período Colonial e instaurado o Período do Império, a colonialidade se manteve como um traço característico de políticas fronteiriças, agrárias e indigenistas que cruzaram a região. Este capítulo objetiva compreender os principais fenômenos históricos ocorridos ao longo do Período Imperial na região. Se ao longo dos séculos XVI-XVIII, os povos guarani conseguiram ficar à margem da sociedade colonial, migrando para o atual Sul do MS, ao longo do século XIX estes povos passam a lidar com a colonização de espaços que abrangem a região na qual se instalaram, isto é, o Sul do MS.

3.1 Os sertanistas (1830)

Instaurado o Período Imperial, sob um ideal de nação buscava-se a construção de uma identidade nacional. É neste contexto que se iniciam os apossamentos de terras na região dos sertões a partir da figura dos sertanistas.

Neste momento as terras do Mato Grosso representavam os sertões, o atraso ao progresso, a barbárie, a fronteira da pátria (Rodrigues, 2014). Existem alguns relatos de sertanistas de 1829 a 1860 acerca das viagens de exploração aos sertões desconhecidos, em especial de Joaquim Francisco Lopes e João Enrique Elliot. Eram funções destes sertanistas:

- “1) identificar os locais de antigas reduções e missões jesuítico-guarani nas terras no Paraná e Mato Grosso;
- 2) pesquisar ‘o melhor traçado para uma via nova de comunicação terrestre entre o litoral paranaense e o Baixo-Paraguai’;
- 3) promover o ‘aldeamento, para maior segurança dessa via de comunicação, dos índios regionais de Mato Grosso, junto aos rios Tibagi e Paranapanema, transportando para aí os silvícolas mato-grossenses’ e;
- 4) engajar-se ‘na promoção dos meios do rápido povoamento das terras de Mato Grosso” (ALMEIDA, 1951, p. 272 apud CHAMORRO, 2015, p. 75)

O povoamento das terras sul-mato-grossenses por não-indígenas entrou em uma nova fase a partir de 1830 (Chamorro, 2015, p. 74), quando os sertanistas Garcia Leal e Joaquim Francisco Lopes adentraram os sertões do oeste, reconhecendo terras sul mato-grossenses, demarcando suas posses, abrindo estrada. A serviço do Barão de Antonina¹⁰, estes sertanistas registraram a posse de várias terras na região de estudo e em seus arredores em 1848 (Rodrigues, 2014, p. 32).

O desenvolvimento da política indigenista imperial se utilizou de muitos conhecimentos já produzidos por estes exploradores dos sertões, principalmente para ampliar sua influência sobre os povos indígenas e para o reconhecimento dos territórios.

3.2 A política indigenista no Império

Marco das relações do Império com as populações indígenas, em 1945 foi implementado o Serviço das Missões de Catequese e Civilização dos Índios, que indicou como o governo deveria lidar com estas populações. O estado nacional que vinha sendo construído, expandia o território brasileiro para o interior do país a partir de ocupação de territórios já ocupados por populações indígenas, muitas vezes se utilizando destes povos como mão de obra na abertura destas propriedades. “A construção do estado nacional no século XIX foi levada adiante pela eficácia da persuasão, por meio da política de ‘catequese e civilização’, e pela força da guerra nos territórios de fronteiras” (Mota, 2015, p. 748).

Na época, antes de 1945, a delimitação dos territórios fronteiriços era uma preocupação, e em grande parte estes territórios, os “sertões”, eram povoados por indígenas. A construção de uma política que desse uma função a estas populações que “vagavam” pelos sertões também era uma preocupação do Império. Nesse contexto, foram traçadas políticas que buscavam aldear, “civilizar” e integrar estes indígenas à sociedade brasileira. Sob o ideal de “modernidade”, a vontade das elites dirigentes da época era de que estes indígenas se civilisassem, se modernisassem. Era esta forma de pensamento que norteava as políticas indigenistas do Império,

¹⁰ Na época sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e senador do Império pelo estado do Paraná.

sendo “difundidas por todas as províncias do Império brasileiro para os presidentes das províncias, diretores de índios, autoridades religiosas, militares e civis, bem como para as elites locais, que eram as operadoras da conquista nos territórios indígenas aí existentes” (Mota, 2015, p. 753-754).

Segundo Mota (2015), houve 4 principais propostas na época de integração destes indígenas à sociedade brasileira, a saber: integração via catequese (a mais forte, quase hegemônica), integração pela guerra (isto é, fazer guerra com os índios que venham a oferecer resistência à “civilização”, ocupando suas terras e civilizandoo-os a força), integração pela miscigenação (a partir do branqueamento da população indígena, ou seja, através do cruzamento de “raças” formar uma nova nação na qual a “raça inferior” tenderia à extinção), integração pelo trabalho. Neste contexto, Mota (2015) afirma que

“Essa política foi construída com a intenção de impor ‘a modernidade’, a ‘ocidentalização’ do mundo, às populações indígenas do Brasil. Em suma, na perspectiva dessas elites, o destino dos indígenas estava traçado. Poderiam escolher entre ser conquistados pelas ideias pregadas pela catequese promovida pelos freis capuchinhos, se misturar pela miscigenação com as populações “brancas” vizinhas dos seus territórios, se modernizar por meio do trabalho e do comércio com a sociedade envolvente ou serem submetidos e extintos pelas armas e pela tecnologia militar dos conquistadores” (MOTA, 2015, p. 762)

Ainda, segundo documentação da época, tais políticas não se deram sem que houvesse resistência indígena à integração, tendo sido traçadas alianças que se contrapunham a estas formas de política indigenista imperial, ou mesmo aproveitavam das instalações jesuíticas, para fins de manter seus territórios e seus modos de vida (Mota, 2015, p. 763).

3.3 As Colônias Militares (1850-1864)

No que se refere à política de guerra nas fronteiras internas do Império, em 1840 surgiu a primeira Colônia Militar no Brasil, e dez anos depois foi instituída formalmente a colonização militar no país, a partir da Lei Orçamentária do Império, número 555, de 15 de junho de 1850, artigo 13, item 3. Esta Lei autorizava o governo imperial a "estabelecer, onde convier, presídios e colônias militares, dando-lhes a mais

adequada organização" (Exército Brasileiro). Sobre isto, no Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1867, diz o seguinte:

"Estabelecer os postos militares em nossas fronteiras, como núcleos de colônias agrícolas e pontos de apoio à emigração espontânea, com o fim de povoar essas fronteiras, para que, por esse modo, se pudesse evitar a invasão dos povos limítrofes, que insensivelmente se queiram ir apossando de território brasileiro" (Exército Brasileiro)

A então província de Mato Grosso se localizava na fronteira com a República da Bolívia e do Paraguai e, na época, a região sul da província já se encontrava sob tensão com a República do Paraguai. Neste momento não havia uma definição quanto à linha divisória entre Brasil e Paraguai, o que trazia um clima de tensão para a região. Segundo Santos (2013),

"Por mais que a província [do, então, Mato Grosso] estivesse vulnerável em toda a sua extensão, como nos considerou Leverger, a preocupação do governo era com a fronteira sul da província, divisa com a República do Paraguai. A relação do Brasil com o Paraguai era conturbada e nenhum desses países queria ceder quanto à parte pretendida da região que considerava de sua posse para chegar a um acordo de limites. A essa localidade fora destinado um maior número de homens e recursos da província, bem como reparos de fortes e a criação de colônias militares" (SANTOS, 2013, p. 170)

O governo brasileiro visou guarnecer esta área, uma vez que era importante sua proteção do ponto de vista militar e estratégico para a defesa territorial, ocupando esta área a partir da fundação de colônias militares. É neste contexto que são fundadas as primeiras Colônias Militares no então Mato Grosso, que "além de apresentar para o vizinho que a área estava sendo ocupada, nessa localidade era montado um esquema militar para a proteção da província" (Santos, 2013, p. 173). Na região de estudo, fronteira com o Paraguai, foram implementadas 3 Colônias Militares:

- A Colônia Militar de Nioaque e de Rio Brilhante (MT) – criadas em 1850 e regulamentadas em 1855, sendo destinadas a cerca de mil colonos portugueses, tendo como principal finalidade proteção e auxílio à navegação fluvial entre as Províncias do Pará e do Mato Grosso;

- A Colônia Militar de Dourados (MT) – decretada em 1856, inaugurada em 1861, localizada nas cabeceiras do Rio Dourados, próxima a atual cidade de Ponta Porã. As instruções eram: "Auxiliar a navegação interior da Província do Paraná para Mato Grosso, defender e proteger os moradores desta parte do território do Império,

até as fronteiras do Iguatemi e do Apa contra as agressões de selvagens e a chamar a estes por meio da catequese à civilização" (Exército Brasileiro);

- A Colônia Militar de Miranda (MT) – decretada em 1859, localizada nas nascentes do Rio Miranda, afluente do Rio Paraguai. As instruções eram as mesmas da de Dourados, citadas acima.

Segundo Santos (2013),

“A colônia militar de Miranda, fundada em 11 de novembro de 1859, estava localizada num dos pontos estratégicos mais importantes na fronteira sul. Com essa colônia militar, buscaram fechar o círculo de colônias existentes no sul da província (Nioaque, Brilhante e Dourados) para que pudessem prestar mútuos auxílios e proteção à população, navegação e ocupação da fronteira com o Paraguai” (Santos, 2013, p. 174-175)

Essas três colônias localizadas na região, deveriam servir para proteção da fronteira com o Paraguai e de seus moradores, como ponto de abastecimento e de auxílio à navegação, para dar apoio local para catequizar os indígenas e como ponto de auxílio no caso de uma guerra (Santos, 2013).

3.4 O Aldeamento Indígena Antonina (1863)

Como já citado, o Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845, conhecido como Regulamento das Missões, instituído pelo Imperador Pedro II, ditava como devia dar-se o contato com os autóctones de então. Tal medida foi a primeira política indigenista do Estado brasileiro, baseava-se no “Programa de Catequese e Civilização dos Índios” e no aldeamento destes povos.

Diferente do projeto de autonomia dos jesuítas ao longo dos primeiros séculos de colonização, a catequização neste momento era promovida pelos capuchinhos vindos da Itália, com o objetivo de criar uma nação brasileira a partir da mestiçagem, de modo a apagar a identidade indígena e, juntamente com o imigrante europeu, formar uma civilização cristã no Brasil (Amoroso, 2016). A política indigenista imperial era pautada principalmente na conversão, educação e assimilação branda (Chamorro, 2015). Segundo Matos (2011), “a administração indígena imperial organizou-se sob

um esquema altamente burocrático que visou controlar os conflitos e os territórios dos índios e contribuiu para fixar os povos indígenas, liberando suas terras e promovendo ‘incorporação’ (Matos, 2011, p. 159).

Em 1847, dois anos após o decreto, o Palácio Imperial enviou uma carta para o presidente da Província de São Paulo com as seguintes orientações: “arrancar à vida errante a multidão de selvagens que vaga pelos nossos bosques para reuni-los em sociedade, inspirar-lhes o amor ao trabalho e proporcionar-lhes os cômodos da vida civil, até que possam apreciar as suas vantagens e viver de qualquer trabalho ou indústria”. Alguns anos depois, já na década de 60 do século XIX, estes aldeamentos jesuíticos começam a se instaurar no atual MS. Nas palavras de Chamorro (2015),

“Em sintonia com a nova política indigenista do Império do que se debatia na época, o Barão [de Antonina, sócio correspondente do IHGB e senador do Império pelo Estado do Paraná] pretendia aldear indígenas para catequizá-los, civilizá-los e assim liberar terras para a colonização. Liberando as terras dos indígenas, o Barão pretendia também abrir uma nova via comercial até Mato Grosso, a partir do Oceano Atlântico até o rio Paraguai, e afazendar-se nessa região” (CHAMORRO, 2015, p. 75)

É neste contexto que em 1863 é fundado o Aldeamento Indígena Antonina, associado à Colônia Militar de Dourados, que havia sido criada em 1861. Neste momento existia uma política de fronteira que trazia uma relação de proximidade entre os aldeamentos e as guarnições militares instaladas. Segundo Chamorro, (2015),

“No clima de incertezas sobre o limite entre Brasil e Paraguai, parte desses indígenas foi aldeada com o fim de ser utilizada em um eventual conflito e para impedir que fosse utilizada pelos adversários. Os aldeamentos deviam catequizar religiosa e politicamente. ‘Cristianizados’, os indígenas tinham também que ser brasileiros e defender o Brasil. Nessa mesma época, o governo brasileiro definiu também novas estratégias para a ocupação da fronteira, instalando fortificações e núcleos de povoamento. Os aldeamentos estavam combinados com as colônias militares e as colônias agrícolas” (CHAMORRO, 2015, p. 77)

Nesta época, como já mencionado, a situação bélica das fronteiras com o Paraguai já estava conflituosa, tendo sido estabelecidas relações entre os

aldeamentos, as colônias militares e as colônias agrícolas. Segundo Barbosa da Silva (2007),

“(…) dentre os documentos depositados nos arquivos do Museu do Índio, Monteiro (op. cit.) recolheu um concernente à chegada, em 1863, do missionário capuchinho Ângelo de Caramonico justamente à colônia militar de Dourados. O missionário encontrava-se imbuído do intento de atrair os indígenas das redondezas e aldeá-los. O aldeamento criado neste sentido foi implantado na confluência dos rios Santa Maria e Brilhante (um espaço territorial Kaiowa). Tal aldeamento, no entanto, teve curtíssima existência devido às atribulações deflagradas pela guerra, no ano seguinte, e os índios que ali estavam se dispersaram” (BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 30)

3.5 Guerra do Paraguai (1864-1870)

Voltemo-nos agora à eclosão da Guerra do Paraguai e à relação estabelecida entre os povos que ali habitavam durante este evento. É neste contexto de definição das fronteiras das nações dos países sulamericanos, após a independência das potências europeias, que se inicia a Guerra do Paraguai em 1864. O estopim da Guerra foi uma disputa partidária no Uruguai. Se, por um lado, o Partido Nacional (ou Branco) era aliado do Paraguai (garantindo saída ao mar), por outro, o Partido Colorado era aliado do Brasil.

Foi da disputa partidária no Uruguai, que Francisco Solano Lopez, presidente do Paraguai, sai em defesa do Partido Nacional, tendo como principal interesse a saída para o mar. A Argentina se insere na guerra dando apoio ao Brasil e ao novo governo uruguaio contra o Paraguai, isto é, ao Partido Colorado. Desta forma foi estabelecida a tríplice aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, que cessa com a morte de Solano Lopez, em 1870.

O conflito político da guerra não se reduzia à questão partidária no Uruguai, mas se referia também à disputa territorial, num momento em que as nações vinham definindo suas fronteiras na região platina, como é possível verificar na Figura 3, onde se pode verificar a anexação de áreas ao atual Mato Grosso do Sul, ao Paraná e

Santa Catarina no Brasil, e a anexação das províncias de Formosa e Misiones na Argentina.

Figura 3: Território antes e depois da Guerra do Paraguai



Fonte: BBC

Parte das batalhas entre as tropas paraguaias de Francisco Solano Lopez contra o Exército Brasileiro (junto com a Argentina e o Uruguai) se deram em pleno território pai-tavyterã e kaiowa (Chamorro, 2015). Se considerarmos os limites políticos da então província de Mato Grosso, o cenário da guerra corresponde à região das cidades de Corumbá, Bela Vista, Miranda, Forte Coimbra; ou aos rios Paraguai, Apa, Miranda (Mbotetey), dentre outros.

Quanto à presença guarani neste contexto de guerra, Chamorro (2015) conta que,

“(…) durante a guerra as fazendas e fortificações dos campos de vacaria foram saqueadas, queimadas e abandonadas pela população. Nesse contexto, os kaiowa consumiram as plantações e os animais, e se apropriaram das construções. Mas só o fim da guerra trouxe de volta os fazendeiros, que mais uma vez deslocaram os kaiowa” (GUIMARÃES 1999, p. 166.212 apud CHAMORRO, 2015, p. 108).

Já Thomaz de Almeida (2001), conta que

“A literatura pesquisada sobre este conflito não informa sobre contatos dos Guarani da região em foco. Palco de inúmeras escaramuças de guerra (ver Taunay, 1929, 1959, 1942, 1951), foram as terras ocupadas pelos Terena nas proximidades do Miranda e Aquidauana. Uma vez mais, a presença Guarani é apreendida por exclusão, o que leva a supor que se preservam os Guarani de situações de contato direto, mantendo-se numa atitude arisca frente ao branco, como já referido. A ausência de informações corrobora, para explicitar, uma situação na qual o contato não é intenso, o que terá contribuído para uma organização Guarani menos circunscrita a pressões para mudanças sociais” (THOMAZ DE ALMEIDA, 2001:s.n.).

Para Chamorro (2015), a demarcação das fronteiras entre Brasil e Paraguai “significou a extensão do Estado sobre as fronteiras indígenas” (2015, p. 108). A respeito deste processo, numa perspectiva guarani, Barbosa da Silva (2007) faz a seguinte ressalva:

“Tal conflito impulsionou no sentido de uma divisão nítida entre os territórios destes dois Estados-Nação, divisão esta que se mostra arbitrária aos olhos dos Kaiowa e dos Nandéva, há séculos estabelecidos na região, o que lhes impôs novas percepções sobre o espaço como objeto de domínio político e econômico – a saber, o território.” (BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 24)

Após a demarcação de fronteiras, observou-se que o território de ocupação guarani incidia exatamente sobre a região de ocorrência dos ervais, isto é, o sul de MS. Parte dos ex-combatentes paraguaios que se mantiveram no local, acabou sendo absorvida na exploração da erva iniciada pela Cia Erva Mate Laranjeiras, já os pecuaristas gaúchos, que abandonaram a região em razão da guerra, teriam

retornado à região (Chamorro, 2015). É neste momento de pós-guerra que as terras guarani passam a ser ocupadas e o contato com estes povos passam a ser ampliados.

3.6 A chegada da pecuária no sul da província de Mato Grosso (1870)

O avanço da pecuária no então sul do Mato Grosso se deu já sob jurisdição da Lei de Terras no Brasil (1850), em seguida do Regulamento das Missões (1845). Neste sentido, para fins de entender sob que estruturação agrária se deu o avanço da pecuária, será feito aqui um breve recuo histórico afim de explicar um pouco sobre a Lei de Terras e a instauração da propriedade privada no país.

Sobre a articulação destas legislações, tanto no âmbito agrário como no indigenista das políticas do Império, Matos (2011) comenta que:

“(...) o Regulamento das Missões (1845) e a Lei de Terras (1850) – que surgiram quase concomitante podendo ser consideradas um conjunto articulado no mesmo sentido de direção, da exploração da terra e do trabalho indígenas e nacional para a ‘civilização’ do país. Uma vez levados à situação de aldeamento e tendo o território incorporado à União, segundo a Lei de Terras, por exemplo, os povos indígenas poderiam ter seu ‘desaparecimento’ justificado. A ‘extinção’ dos indígenas, de fato, constituía interesse dos poderes locais, que se desimpediam de entraves legais para a utilização da mão de obra e terras indígenas” (MATOS, 2011, p. 159).

No âmbito da política de terras, a instituição da Lei nº 601 de 1850, a Lei de Terras, “facultava a todos os posseiros o direito de requerer como propriedade a terra de domínio público, qualquer que fosse sua extensão” (Chamorro, 2015). Na tentativa de dificultar o acesso à terra através da posse, após a instauração da Lei, o acesso passou a ser possível apenas através da compra e venda, ou por autorização do rei.

A implantação da propriedade privada das terras, proporcionada pela instauração da lei, acabou por torná-la uma mercadoria do ponto de visto jurídico. Neste momento, um cidadão que, até então, detinha a concessão de uso de terra poderia se tornar proprietário da terra, desde que a comprasse (Stedile, 2005, p. 22-23). Segundo Stedile (2005), a Lei de Terras foi “o batisfério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base

legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (Stedile, 2005, p. 22-23).

O autor ainda destaca que, neste momento, o país já vinha sofrendo pressões inglesas para a substituição do trabalho escravo pelo regime de trabalho assalariado. Tendo, a lei, também cumprido o papel de preparar o terreno para a futura abolição, de modo que impedisse que trabalhadores ex-escravizados não tomassem posse das terras. Nas palavras do autor, “essa lei foi um marco jurídico para a adequação do sistema econômico e de preparação para a crise do trabalho escravo, que já se ampliava” (Stedile, 2005, p. 22-23).

Feito o adendo acerca da legislação agrária vigente no país (de 1850) no momento em que se dá o avanço da pecuária no sul do então Mato Grosso, voltemos agora para o momento do fim da Guerra do Paraguai, isto é, 1870. Segundo Chamorro (2015), nesta época,

“Os pecuaristas gaúchos que abandonaram a região durante a contenda também teriam retornado com a trégua. Como já visto, no pós-guerra, as autoridades brasileiras acharam necessário fixar pessoas ‘brancas’ na região, o que determinou a criação de postos militares que chegaram a seis em 1880. Todos esses postos, segundo o presidente da província, Pimenta Bueno, estavam ‘com o pessoal muito reduzido’. A expansão agropastoril, por sua parte, propiciou o surgimento de novos centros de povoamento, como Nioaque, entre rios (mais tarde Rio Brilhante), Aquidauana, Campo Grande, Maracaju e Coxim” (MONTEIRO 2003, p. 29 apud CHAMORRO, 2015, p. 108)

No que se refere aos guarani que habitavam o Sul do MS neste momento, Chamorro (2015) conta que

“Sobre a população kaiowa do atual Mato Grosso do Sul, o presidente da província de Mato Grosso, Francisco José Cardozo Junior, escreveu em seu relatório de 04 de outubro de 1872 que era numerosa, de índole pacífica e dada à vida sedentária, que praticava uma agricultura de subsistência e era constante em seus empreendimentos” (MONTEIRO, 2003, p. 63 apud CHAMORRO, 2015, p. 108).

A introdução da pecuária bovina proporcionou a ocupação, posse e radicação dos bandeirantes do século XIX do sul da província do MT. O solo, a pastagem nativa, a água, a topografia da região eram favoráveis para o desenvolvimento de atividades de pecuária bovina. O povoamento do MS ao longo do século XIX esteve muito

atrelado ao estabelecimento de fazendas de criação de gado e também à exploração da erva mate (a ser comentada a seguir). A exemplo de algumas fazendas instauradas na região neste período: Fazenda Monjolinho em 1844; Fazenda Urumbeva em 1845, Fazenda Desbarrancado Estiva em 1858; Fazenda Forquilla em 1839 (Chamorro, 2015).

Iniciam, então, a demarcação das fazendas, em uma área habitada por indígenas. Chamorro narra que estas fazendas eram demarcadas a olho nu. A existência de gado bovino semisselvagem era um atrativo para as populações que vinham se instalar no então Sul do Mato Grosso (Chamorro, 2015).

Trubiliano (2014) conta que foi a partir da década de 1910 que o cenário no sul do então do Mato Grosso se tornou favorável à era pastoril. Segundo o autor, este cenário se deve aos seguintes fatores: baixo custo de produção; pouca mão de obra; reprodução natural; baixo valor das terras; reservas naturais de salinas no Pantanal; e relativa independência do produtor no mercado.

Após Primeira Guerra Mundial, tal situação se intensificou com o aumento mundial do consumo de carne bovina, o que veio a refletir nas regiões pastoris, como a aquisição de grandes glebas, valorização do preço do terreno, legalização das terras, criação de parques industriais da carne (Trubiliano, 2014).

Neste momento era possível observar também a modernização da infraestrutura de comunicação e de circulação em prol do capital financeiro nacional e internacional; a atração de uma leva sulista e de empresas, neste momento já com as terras regularizadas. Tais fatores contribuíram para formar uma elite política sulista. Nas palavras do autor

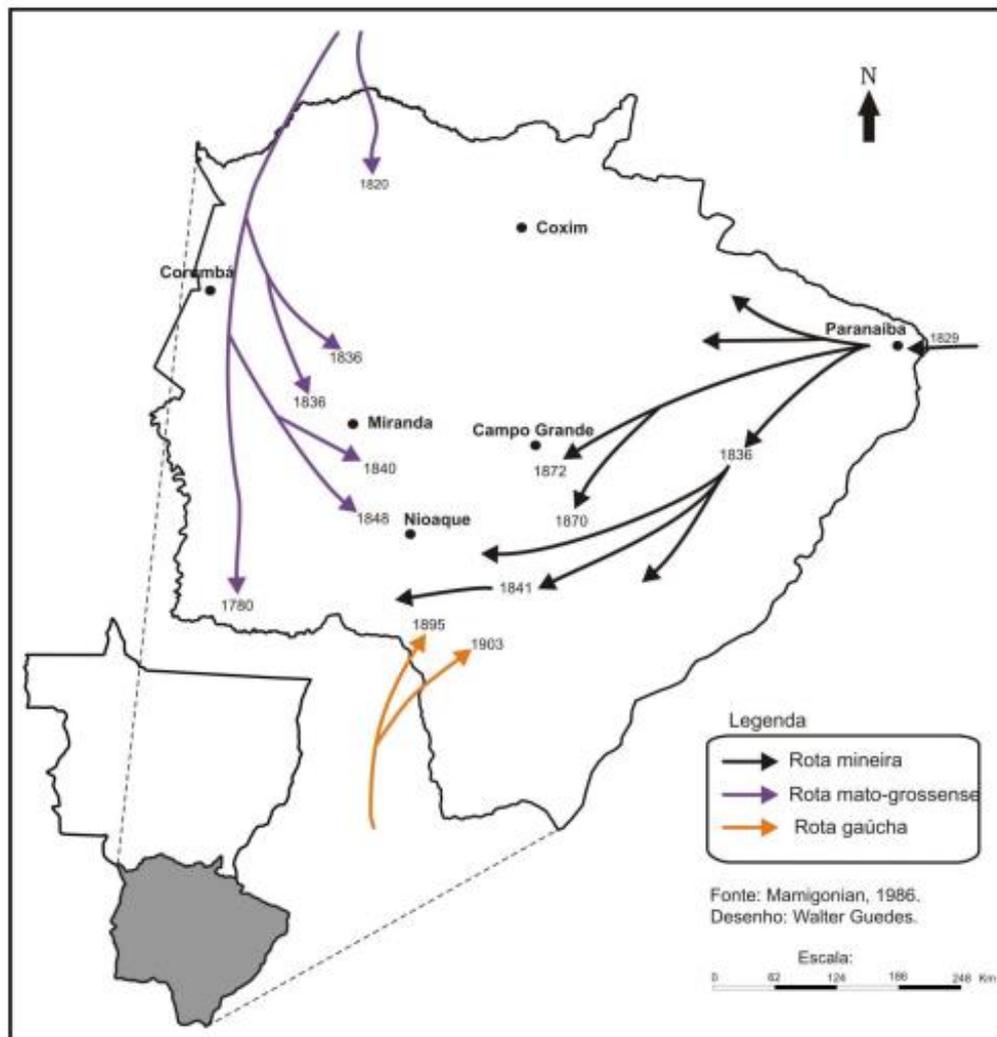
“Ante as transformações econômicas, fazia-se necessário criar e aprimorar as vias de comunicação e escoamento de mercadorias. Atendendo aos interesses do capital financeiro nacional e internacional, a infraestrutura do sul de Mato Grosso se modernizava – com a conclusão, em 1904, do ramal telegráfico do Pantanal; o início da construção da ferrovia, em 1905; a inauguração da iluminação pública na cidade de Corumbá, em 1912; e a reforma e ampliação do porto de Corumbá, promovidas pelo Governo Federal em 1913” (TRUBILIANO, 2014, p. 189)

Trubiliano (2014) comenta que a ocupação territorial do Sul do então Mato Grosso se deu sob uma base latifundiária, o que veio a formar uma elite do gado, compondo uma elite regional que se formava em todo o Oeste do Brasil nesta época.

O autor periodiza o avanço da pecuária bovina no sul do então Mato Grosso da seguinte forma: num primeiro momento, de 1870-1920, como um período de consolidação de latifúndios pecuaristas, com a criação extensiva de gado e valorização gradativa da terra; num segundo momento, de 1920-1940, houve um aprofundamento das relações capitalistas de produção na região, com o aumento de investimentos transnacionais e a instalação da Ferrovia Noroeste do Brasil (a ser aprofundada mais à frente), o que veio a gerar um aumento dos impactos socioeconômicos e culturais na região do sul da então província de Mato Grosso.

Na Figura 4, é possível verificar como se deu o avanço da pecuária bovina nesta região durante o período de fins do século XVIII ao início do século XX. Preservando a porção Sul do atual Mato Grosso do Sul, esta frente se deu com uma leva de pecuarista oriundos do então Mato Grosso avançando sobre as áreas pantanosas, uma leva de pecuarista oriundos de Minas Gerais avançando pelo Nordeste do estado em direção ao Centro, e uma leva de pecuaristas gaúchos avançando também em direção ao Centro.

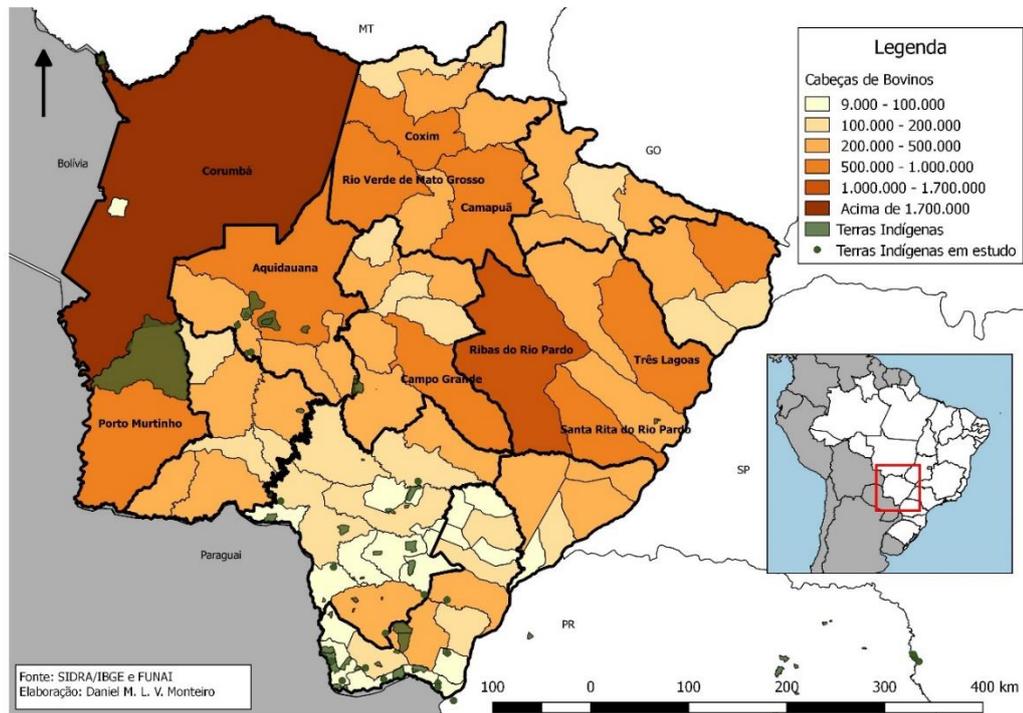
Figura 4 - O avanço da pecuária bovina no Mato Grosso do Sul (1780 – 1903)



Fonte: Silva (2011)

A partir da Figura 4, é possível notar que não houve um avanço efetivo da pecuária bovina sobre a área de estudo durante os séculos XVIII, XIX e XX. Até hoje, já no século XXI, tal atividade econômica não tem presença significativa na região de estudo quando comparada ao restante do estado do Mato Grosso do Sul, como é possível notar no Mapa 3.

Mapa 3 - A pecuária bovina no Mato Grosso do Sul (2015)



Fonte: Monteiro (2015)

A passagem do século XIX para o XX foi um período marcado pelo avanço da pecuária bovina em grande parte do sul da província do então estado do Mato Grosso. Porém, paralelamente a este avanço, enquanto se dava o avanço da pecuária bovina no sul do Mato Grosso, o ciclo extrativista ervateiro se instalava na região de estudo, sul do atual estado do Mato Grosso do Sul.

3.7 A Cia Erva Matte Larangeira (1882-1943)¹¹

Segundo Silva (2011), a exploração dos ervais nativos na região se inicia na região em 1870 e entra em crise em 1937. Para o autor, os três aspectos que caracterizaram essa exploração foram:

¹¹ Durante os 61 (sessenta e um) anos de exploração da erva mate na região pela Cia, apenas os 7 (sete) primeiros anos foram no Período Imperial. Desta forma, ainda que se reconheça que Cia Erva Matte perdurou a maior parte do tempo no Brasil Republicano, por ter tido seu início no Período Imperial (1882), aqui será abordada na parte do Período Imperial.

“[1] associação do Estado ao capital empresarial para a exploração da erva-mate; [2] monopólio de uma grande empresa na exploração da erva-mate; e [3] domínio e controle territorial, com uso de práticas escravistas que impediram/limitaram o desenvolvimento de outras atividades econômicas e a ocupação regional” (SILVA, 2011, p. 40)

Thomaz Laranjeiras, membro da comissão de demarcação de fronteiras formada no pós-guerra do Paraguai, era um empresário gaúcho encarregado de fornecer alimento à comitiva. Ele observou a ocorrência abundante de erva mate na região sul do MS, incidida exatamente sobre território guarani, e despertou para sua possível exploração econômica (Silva, 2007, p. 30). Segundo Thomaz de Almeida (2001),

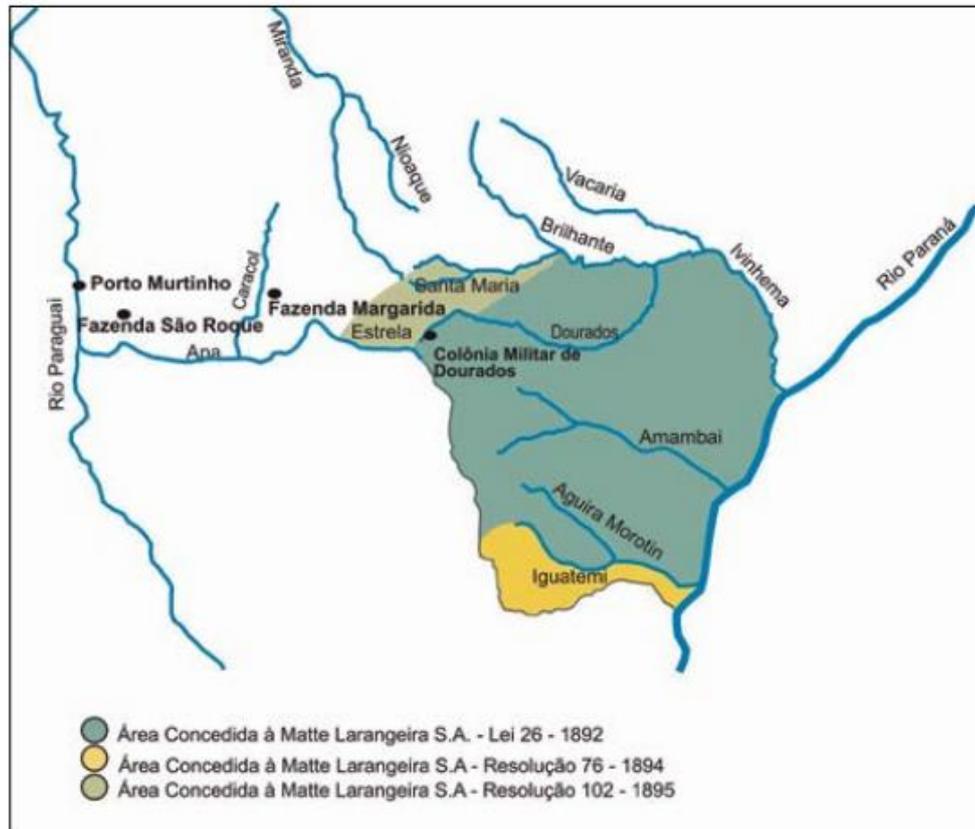
“Tomas Laranjeira viu a erva-mate, encontrada, então, em abundância por toda a região, com os olhos do industrial/empresário, descobrindo-lhe as potencialidades econômicas. Associando-se a antigos companheiros da expedição que passaram a ocupar cargos no governo da Província, Tomas Laranjeira é agraciado com a concessão de um enorme território de terrenos devolutos, para dedicar-se à exploração desse produto” (THOMAZ DE ALMEIDA, 2001:s.n.)

Thomaz Laranjeiras iniciou em 1877 a exploração da erva no Paraguai, com a sede de sua empresa em Concepción. Enquanto esperava resposta do governo brasileiro acerca da concessão de terras para extração da erva em território brasileiro, Laranjeiras tomou conhecimento da extração e industrialização da erva (Chamorro, 2015 apud Almeida, 2010).

Apenas em 1882, a partir do decreto imperial de número 8799, Laranjeira recebe a concessão das terras para a extração da erva-mate em território brasileiro, na região da província do então Mato Grosso, dando início ao ciclo extrativista na região. Em 1894, quando o contrato foi renovado por mais 16 anos, estas terra se estenderam

“Desde as cabeceiras do Rio das Onças na Serra do Amambaí pelo Ribeirão São João e rios Dourados, Brilhante, Ivinhema e Paraná até o Iguatemi e por este até as suas cabeceiras na Serra Maracaju e por esta até as referidas cabeceiras do ribeirão (sic) das Onças” (CORREIA FILHO, 1957, p. 20)

Figura 5 - Cia Erva Matte Larangeira



ILUSTRACÃO 131 - MAPA: CIA. MATE LARANJEIRA – CONCESSÃO 1892-1895 (ARRUDA, 1989, P. 220-222; GUIMARÃES, 1999, MAPA ENCARTE).

Fonte: Chamorro & Combès (2015)

A política de concessão de terras para a exploração dos ervais no Sul da ainda província do Mato Grosso, permitiu que a Cia Erva Mate Larangeira monopolizasse por completo a ocupação da região até 1915. Segundo Thomaz de Almeida (2001), “a hegemonia plena da Companhia sobre a área aqui considerada vigorara de 1894 a 1915” (Thomaz de Almeida, 2001:s.n.).

Em 1916 a Cia renova seu contrato mais uma vez, mas desta vez perdendo o monopólio da região. No mesmo decreto o Estado passa a permitir a venda de lote para posseiros estabelecidos em áreas nas quais havia incidência da erva e que a Cia extraía. A venda dos lotes atraiu cerca de 20 mil migrantes para a região (Chamorro, 2015).

A Companhia inicia seu declínio na década de 1930, mantendo suas atividades até 1943, quando Getúlio Vargas cessa o contrato com a Cia (Chamorro, 2015). Concomitante a este processo, foram demarcadas pelo SPILTN 8 Reservas Indígenas entre os anos de 1915 e 1928, sobre as quais será abordado a seguir.

Na perspectiva guarani, a chegada da Cia na região e o avanço desta frente extrativista não teve tanta implicação do ponto de vista da organização territorial destes, visto que a atividade extrativista permitia uma copresença “pacífica” entre estes povos e a frente que avançava, uma vez que a atividade de extração da erva não pressupunha a alteração do meio ambiente local, ao contrário, sua conservação dependia do que já era existente para as atividades extrativistas.

No que se refere aos possíveis impactos ecológico e cultural do avanço da frente extrativista sobre o território guarani, a exploração da erva retalhou as terras de tradicional ocupação guarani a partir da abertura de caminhos para chegar aos ervais e transportar a produção. A irracionalidade da exploração, tendo por objetivo o lucro rápido, dizimou os ervais nativos (Correia Filho, 1925; 1969).

Thomaz de Almeida conta que por ser “uma atividade rotativa, com a exploração cíclica dos ervais naturais da região, o mate não teve a propriedade de fixar população e de colonizar regiões” (Thomaz de Almeida, 2001:s.n.), o que contribuía para manter a região erma, retardando sua colonização. “Este fato garantiu, involuntariamente, alguma privacidade e autonomia aos Guarani e postergou a entrada de frentes pioneiras” (Martins, 1975 apud Thomaz de Almeida, 2001:s.n.)

Ainda que os impactos sobre a organização territorial e a cultura tenham sido menos intensos se comparados os outros ciclos econômicos que avançaram na região nos períodos seguintes, cabe ainda dizer que neste contexto se deu o estabelecimento de relações de trabalho temporário fora da aldeia. A territorialidade extrativista e sua lógica diferenciada (Arruzzo, 2009) contribuiu para que estes povos permanecessem em seu território, uma vez que os extrativistas não se instalavam de modo efetivo, apenas extraíam a erva já presente na região e de ocorrência natural, o que preservava a floresta e impedia a penetração de outras frentes neocoloniais. Nesse sentido, até a primeira década do século XX, estes indígenas não sofreram significativas mudanças em sua organização territorial.

Junto aos paraguaios, parte significativa destes indígenas que habitavam a região trabalharam nestes ervais de modo temporário e também precário. Ferreira & Carmo (2015) contam que “o amanhecer nos ervais era agressivo: desde o levantar, pela madrugada e no decorrer do dia, havia monitoramento constante por parte do capataz, responsável pelas atividades desenvolvidas pelos trabalhadores” (Ferreira & Carmo, 2015, p. 361).

Considerações parciais

Ainda que já tivesse sido instaurado o Período Imperial, era possível observar traços de colonialidade nas políticas de Estado que então se implementavam no território. O avanço dos sertanistas sobre áreas ainda pouco exploradas pelos não-indígenas constitui uma representação deste ideário colonialista que ainda se mantinha. A noção de que as terras do então Mato Grosso representavam o atraso ao progresso, a barbárie, a selvageria (Rodrigues, 2014) vai ao encontro de uma perspectiva eurocentrada, na qual novas categorias dicotômicas são fundadas, ou seja, entre o atraso e o progresso ou entre a civilização e a barbárie. Neste sentido, a entrada dos sertanistas sobre estes territórios, os quais os indígenas já ocupavam, deu-se sob um viés evolucionista, compreendendo-os enquanto raça atrasada.

Seguindo este mesmo princípio, a política indigenista traçada no Império também possuía um viés colonial. A noção de catequização e civilização correspondia a este ideário evolucionista. O plano de estado era o apagamento da identidade indígena a partir da mestiçagem promovida junto ao imigrante europeu, constituindo uma nova nação. Neste momento, também foi feito uso da mão de obra indígena para a abertura de propriedades.

Se observarmos as políticas fronteiriças, agrárias e indigenistas neste Período Imperial, sob inspiração do pensamento de Raffestin (1980) acerca da noção de Poder, é possível observar que este conjunto de instituições e de aparelhos que compunham o Estado estabeleceu uma série de medidas na região de estudo ao longo dos anos analisados neste capítulo.

Este Poder com letra maiúscula, encerrado no território, estabeleceu algumas políticas no sentido de controlar a população ali localizada e dominar seus recursos. Exemplo disso foi a política indigenista estabelecida a partir do Regulamento das Missões (1845) e a política agrária instalada a partir da instituição da propriedade privada com o estabelecimento da Lei de Terras (1850). Na região de estudo, estas políticas de controle da população e dos recursos foram possíveis quando observadas a partir da instalação do Aldeamento Antonina e das Colônias Militares, que visavam garantir a área de fronteira e a abertura de algumas fazendas.

É possível identificar ainda que a manutenção deste Poder a nível nacional e regional se dava ainda sob um viés colonial, uma vez que era de interesse dos poderes locais utilizar a mão de obra indígena e explorar suas terras indígenas, como foi possível observar com a chegada da Cia Erva Mate Laranjeira, que utilizou em larga medida a mão de obra guarani kaiowa, guarani nhandeva, e paraguaia presente na região para a exploração dos ervais.

CAPÍTULO 4 – OS NOVOS ALDEAMENTOS E A FRONTEIRA AGRÍCOLA NA REGIÃO

Na passagem dos séculos XIX para XX, o país passava por profundas transformações com a Proclamação da República, o crescimento das cidades e a modernização tecnológica (Libânio e Freire, 2014). Neste momento, entendia-se como modernização a ocidentalização do país. Sob este imaginário, figura-se o ideal evolucionista e positivista nas políticas agrárias e indigenistas implementadas para fins de modernizar a nação que então se formava, de modo a eliminar o tido como “arcaico”, “primitivo”, “improdutivo”. Nas palavras de Libânio e Freire (2014),

“No início do século XX, acreditava-se que o interior do Brasil era habitado por índios, possivelmente antropófagos, e por seus descendentes (...). O Brasil de Rondon não era virado para o litoral, era o do interior. A missão era levar esse país moderno para dentro daquele antigo e fazer com que esses homem simples do sertão se tornasse parte da modernização. (...) O início do século XX vê uma luta pela definição da identidade brasileira, luta esta que seria uma forma de delimitar fronteiras de uma política que procura se impor como legítima” (LIBÂNIO e FREIRE, 2014, p. 170)

As correntes de pensamento que imperavam na época eram o positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer. É neste contexto, nos primeiros anos de República, em que a preocupação era a delimitação e proteção das fronteiras, a formação da nação e construção de uma identidade brasileira, em que são instituídas a Comissão Rondon e o Serviço de Proteção aos Índios.

4.1 A Comissão Rondon (1890-1938) e a construção das Linhas Telegráficas do MT (1900-1906)

A Guerra do Paraguai despertou sobre a importância da ocupação e proteção das regiões fronteiriças. Com a proclamação da República, a questão da proteção das fronteiras seria resolvida a partir da ocupação e interligação destas regiões, Centro-Oeste e Norte, ao restante do país. Foi neste contexto que o Governo Republicano criou uma série de Comissões para fins de ocupar os sertões até então pouco

desbravados. Dentro de uma perspectiva civilizatória, era papel do Exército levar aos sertões o telégrafo e a ferrovia (Lasmar, 2011).

Figura 6 - Comissão Rondon no Brasil (1890-1938)



Fonte: Lasmar (2011)

Devido à preocupação da defesa das fronteiras e à necessidade de integração da região Centro-Oeste e Norte do país, o início do governo republicano teve como marco a construção de ferrovias e instalação linhas telegráficas. A Comissão chefiada pelo militar Cândido Mariano da Silva Rondon, surge neste momento, em 1890. Segundo Lasmar (2011), a Comissão Rondon cumpriu basicamente três funções: militar, com relação a ocupação e defesa das fronteiras; socioeconômica, a partir da

incorporação da região Centro-Oeste do país ao capitalismo; e científica, através de relatórios botânicos e etnográficos acerca das regiões desbravadas.

Figura 7 - Comissão Rondon na província do Mato Grosso (1890-1938)



Fonte: Lasmar (2011)

Lasmar (2011) conta que a Comissão pretendia ainda uma ação civilizatória, a partir da instalação de postos militares em cada estação telegráfica nos sertões. Através da conservação das linhas, acreditava-se que seria garantido o povoamento e o progresso da zona conquistada no sertão.

Sob a noção de “espaços vazios” o projeto avançava sobre a região. Neste sentido, para tornar estas regiões produtivas, acreditava-se que era preciso um projeto de colonização através da criação de assentamentos para os colonos para fins de produção agrícola. A ideia principal da Comissão era ‘povoar para governar’, de modo a ocupar estes espaços tidos como ‘vazios’, e tornando estas áreas áreas produtivas e fixando a população (Lasmar, 2011).

A Comissão Rondon (1890-1938) era parte do Ministério da Guerra. Seguindo este ideário de tornar os sertões áreas produtivas, desbravando-o e povoando-o, o Estado se encontra tendo que tomar um posicionamento acerca das populações autóctones encontrados nestas regiões. É neste momento que o Ministério da Agricultura cria, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, também chefiados por Rondon. Havia uma relação direta entre o SPI e a CR, ambas surgidas nos primeiros anos da República, tendo o intuito de formar novas áreas produtivas e novos trabalhadores nacionais.

Segundo Lasmar (2011)

“As expedições da CR instauraram uma série de transformações capitalistas no interior da sociedade brasileira a partir do uso do telégrafo, da ocupação do Mato Grosso, do crescimento da produção agrícola na região, e fizeram com que se percebesse a necessidade de um novo método de tratamento para as sociedades indígenas” (LASMAR, 2011, p. 49)

Durante os estudos de reconhecimento do território, também foram adotadas políticas com relação aos povos indígenas que habitavam estes sertões. No que se refere ao trato com os povos autóctones contactados neste momento, sob um viés positivista, tendo como norte o papel civilizador do Exército, a ideia da política indigenista adotada no momento era incorporar estes indígenas à sociedade brasileira, para fins de alcançar o “progresso nacional como verdadeiros trabalhadores nacionais” (Maciel, 1998:112 apud Lasmar, 2011:49). Desta forma, a ação da CR não

se restringia ao povoamento destas regiões, mas se estendia a um processo civilizatório sobre os povos indígenas.

Em relação à região de estudo em questão, o Sul do MS, Lasmar (2011) conta que

“Em 1921 o ministro da Guerra, Dr Pandiá Calógeras, incumbiu o General Rondon, da ligação das linhas telegráficas até Ponta-Porã, no sul do Estado do Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai. Nesse mesmo ano foi construído o trecho de Aquidauana a Campo Grande pelo Inspetor Francisco José Xavier Junior, com as estações de ‘Correntes’ e ‘Campo Grande’. As demais estações ‘Rio Vaccaria’ e ‘Brilhante’ inauguradas em 1922, e ‘Dourados’ e ‘Ponta Porã’ em 1923, construídas sob a chefia do Major Nicolau Bueno Horta Barbosa” (LASMAR, 2011, p. 53)

Segundo Chamorro (2015), Rondon havia contatado os índios Kaiowa já em 1905. Em 1915, um integrante da CR retorna à região, onde hoje se encontram as atuais aldeias Panambi e Panambizinho e que, na época, vinham sendo explorada pela Cia Erva Mate Laranjeiras. Chamorro (2015) conta que em 1922, Rondon havia prometido demarcar as terras de Panambi, delimitados pelo Rio Brilhante e pelos córregos Hu, Laranja Doce e Panambi. O mesmo documento narra que estes indígenas haviam sido utilizados como mão de obra para a abertura dos caminhos na construção das linhas teleféricas, em troca, garantindo a estes a permanência na região (Vietta, 1998, p. 25 apud Chamorro, 2015, p. 157). Em 1949, este relata que “nas barras desse rio acham-se localizados os índios Caiuá, da nação, Guarani, índios pacíficos e empregados nessa zona de extração e fabrico de herva mate” (Rondon, 1949, p. 101).

Em 1989 Rondon se torna chefe do Conselho Nacional de Proteção ao Índio, este órgão que veio a reunir toda a documentação referente ao levantamento dos rios dos sertões, os marcos das fronteiras, o recenseamento das populações que ali habitavam, dentre outros, produzidos pela CR. Para Libânio e Freire (2014), “os métodos de modernização de um país e inserção de etnias e classes sociais na construção de uma identidade brasileira foi se modificando ao longo do tempo, mas a Comissão Rondon e o SPI foram parte fundamental do início desse projeto” (Libanio e Freire, 2014, p. 177).

4.2 Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1906-1918)

Segundo fontes documentais do Museu dos Ferroviários,

“Após essa guerra [do Paraguai], começaram as discussões para a construção de uma estrada de ferro ligando a região mato-grossense a São Paulo e Rio de Janeiro. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil partiu de Bauru em 1906. Em 1910, atingiu as margens do rio Paraná, na estação de Jupiá. A travessia era feita por balsas antes da construção da ponte Francisco Sá, sobre esse rio, inaugurada em 1926. No Mato Grosso do Sul, a Estrada de Ferro Itapura-Corumbá foi iniciada em 1912, entre Jupiá e Porto Esperança, ao sul de Corumbá, completando-se na cidade de Campo Grande em 1914. Logo depois, essa ferrovia foi incorporada pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil” (Museu dos Ferroviários)

Para Schiavon (2017), a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil representou o “pioneirismo no processo de abertura do sertão, sendo a única a vencer os limites do Estado de São Paulo” (Schiavon, 2017:s.n.)¹². Para a autora, esta via contribuiu no adensamento populacional e econômico da região, através da circulação de produtos e o estabelecimento de novos mercados de consumo.

A ideia inicial era que a ferrovia dinamizaria o transporte de gado para os estados do sudeste, mas não foi o que se verificou (Silva, 2011, p. 60). A ferrovia teve um papel para cada setor instaurado na região. Para a pecuária bovina, não houve significativas mudanças. Já para a indústria do charque, a ferrovia contribuiu significativamente promovendo o crescimento da criação de charqueadas. E para a extração de erva mate, como já mencionado, a estrada contribuiu para o escoamento do produto extraído (Queiroz, 2004, p. 394-421 apud Silva, 2011, p. 61-62); “a própria Cia Matte Laranjeira tinha sua própria linha férrea, um pequeno trecho que ligava a sede da Cia no município de Ponto Porã até Porto Murtinho” (SILVA, 2011). Segundo Silva (2011), a ampliação da Estrada teve seu papel econômico, mas também político, de segurança nacional das fronteiras.

¹² “Todo este pioneirismo pode também ser afirmado pela origem de seus capitais, provenientes de fundos nacionais, franceses e belgas, gerenciados pela Compagnie Générale de Chemins de Fer et de Travaux Publics com sede na Bélgica e responsabilidade de terceirização de empreiteiras no Brasil.” (Schiavon, 2017, s.n.)

4.3 O SPI (1910-1967) e os novos aldeamentos (1915-1928)

Tendo sido recém proclamada a República, o ideário positivista de nação fundamentava as políticas regidas no país. Neste contexto o Exército passa adotar ações que visam o controle do território do nacional. Como foi possível observar no subtópico anterior, Rondon tinha por objetivo não apenas povoar e integrar as regiões Centro-Oeste e Norte do país, mas também incorporar os povos indígenas que aí habitavam a nação que então se formava, tornando-os economicamente produtivos. Apoiado em um paradigma evolucionista, acreditava-se que estes povos, a partir do contato com outra cultura, se tornariam “civilizados” e, desta forma, se integrariam ao novo Brasil Moderno.

“A política de integração nacional seria feita por meio da atração dos povos indígenas para a sociedade brasileira com a introdução de novas necessidades culturais. Este seria o motor da transformação dos povos indígenas: apresentar as vantagens da ‘civilização’ e deixar que os próprios índios as percebessem e as buscassem” (LIBÂNIO e FREIRE, 2014, p. 170 apud BIGIO, 1996).

É neste contexto que surge o Serviço de Proteção ao Índio e a Localização dos Trabalhadores Nacionais, de 1910 a 1918, quando uma reforma administrativa retirou a função de localização dos trabalhadores nacionais, deixando apenas o SPI, até o ano de 1967. Esta foi a primeira política de estado instaurada na República que tinha por finalidade estabelecer relações de caráter puramente laico com os povos indígenas, no que se refere aos seus quadros e à sua ideologia de ação (Lima, 2014). A noção de proteção aos indígenas aplicada pelo SPI se apoiava na ideia de tutela do Estado, diferente do período anterior, no qual esta relação ficava sob incumbência da Igreja. Segundo Lima (2014),

“As alterações na relação igreja/estado, afora o inequívoco predomínio de positivistas ligados ao apostolado leigo nas fileiras do SPI/ITN, foram fundamentais para o afastamento da ideia de catequese (entendida como uso de membros de ordens religiosas na qualidade de funcionários de uma administração estatizada para o trabalho direto com os povos indígenas). O substituto seria a presença militar e o uso do termo proteção. O uso instrumental do termo proteção era fato consciente de parte da luta pela laicização dos serviços estatizados e dos recursos materiais que envolviam” (LIMA, 2014, p. 207)

Lima (2014) destaca dois elementos básicos presentes na constituição do SPI que explicitam as técnicas empregadas pelo governo sobre os povos indígenas. São elas:

- a) a necessidade de um código que situe os indígenas em um sistema de estratificação de direitos civis e políticos pré-definidos, fundamento legal da ação administrativa estatizada, parte das redefinições da ordem jurídico-política inauguradas com o fim da escravidão em 1888 e das mudanças colocadas com o advento da República em 1889;
- b) a luta em torno da permanência de militares enquanto gestores do processo de sua aplicação, explicitando-se as solidariedades entre a proteção aos índios e o controle/construção do território, além de forma sublimada (pela denegação da violência), mas sempre capaz de se presentificar, horizonte de assimetria essencial a manutenção da conquista de espaços e populações” (LIMA, 2014, p. 209)

Com relação ao primeiro ponto, o estatuto jurídico atribuído ao indígena foi estabelecido sob o viés evolucionista que prevalecia neste momento sobre estes povos. A ideia era de que “a atribuição de indianidade seria a via de acesso e forma intermediária do cumprimento de um projeto de extinção dos povos nativos enquanto entidades discretas, dotadas de uma historicidade diferencial e de autodeterminação política” (Lima, 2014, p. 210). Sobre a condição de indígena entendida como uma transição para trabalhadores rurais, Lima define por “um doce etnocídio e não de um cruento genocídio” (Lima, 2014, p. 210).

No que se refere à região de estudo, entre os anos 1915 e 1928 foram criadas 8 Reservas Indígenas, alterando significativamente a questão indígena e agrária na região. Segundo Barbosa da Silva (2014),

“A criação, pelo antigo SPI, de oito reservas, entre os anos de 1915 e 1928, as quais seriam destinadas a agrupar todos os índios Guarani que estivessem dispersos pelo território que atualmente constitui o cone sul do estado de Mato Grosso do Sul¹³, esteve relacionada à liberação de terras para a ocupação não-indígena, tendo-se amplamente em vista a especificidade de uma região de fronteira, cujos limites se definiram apenas na segunda metade do século XIX, após o conflito que ficou registrado como ‘Guerra do Paraguai’, ou a ‘Guerra da Tríplice Aliança’ (1864- 1870)” (BARBOSA DA SILVA, 2014, p. 14)

¹³ O que Barbosa da Silva (2014), do mesmo modo que Mura (2006), define por “Cone Sul do atual estado de Mato Grosso do Sul” é uma região mais ou menos coincidente com o que aqui definimos por “Sul do Mato Grosso do Sul”.

As 8 (oito) Reservas criadas entre os anos de 1915-1928 são:

1. TI Amambai¹⁴: Guarani Kaiora; Município de Amambai
2. TI Dourados¹⁵: Guarani Kaiowa e Nhandeva e Terena; Município de Dourados e Itaporã
3. TI Caarapó/Te'yúkue¹⁶: Guarani Kaiowa e Nhandeva; Município de Caarapó
4. TI Porto Lindo/ Jacarey: Guarani Nhandeva; Município de Japorã
5. TI Taquaperi: Guarani Kaiowa; Município de Coronel Sapucaia
6. TI Sassoró/Ramada: Guarani Kaiowa; Município Tacuru
7. TI Limão Verde: Guarani Kaiowa; Município Amambai
8. TI Pirajui: Guarani Nhandeva; Município Paranhos

As 3 (três) primeiras reservas foram criadas quando ainda era SPILTN, num momento em que, para os agentes do Órgão, “as reservas seriam o lugar onde os índios poderiam se tornar produtivos, tendo a oportunidade de para ali ‘voltar depois da jornada diária, como um *trabalhador nacional*’” (Estigarribia 1928 apud Barbosa da Silva, 2014, p. 43). A partir de 1918, ao se tornar SPI, tais funções são separadas e são criadas mais 5 (cinco) reservas na região. Segundo Barbosa da Silva (2014),

“(...) o intento declarado de proteção aos índios foi concretizado na criação de outras cinco reservas, quando corria o ano de 1928. Aquelas primeiras reservas instituídas foram posteriormente dotadas de uma estrutura administrativa: o Posto Indígena (P.I.). O ‘Posto’ era o local onde se devia dar assistência aos índios e fornecer roupas, instrumentos de trabalho e medicamentos. Na reserva de Caarapó, o Posto foi criado em abril de 1927. Já as cinco últimas (...) ficaram subordinadas ao Posto Indígena Benjamin Constant/Amambai” (BARBOSA DA SILVA, 2014, p. 43)

O modo como o Órgão delimitou as Reservas, aldeando estes povos, contrasta com a tradicional forma de organização espacial guarani. Barbosa da Silva (2014) defende a tese de que a criação da “aldeias”, por parte do SPI, seria um

¹⁴ Em 1915 foi instituída a Reserva Benjamin Constant, depois denominada de Amambai.

¹⁵ Em 1917 foi instituída a Reserva Francisco Horta, depois denominada Dourados.

¹⁶ Em 1924, foi instituída a Reserva José Bonifácio, depois denominada Caarapó.

neocolonialismo, para a autora “(...) este termo, que atualmente se encontra generalizado mesmo entre os índios para denominar a área indígena, espaço de exclusividade étnica, é produto da lógica colonialista (...)” (Barbosa da Silva, 2014, p. 14).

Se por um lado, quando comparado à política indigenista do Império e à política indigenista da República, nota-se um diferencial no que se refere à relação estado-igreja, sendo a segunda aplicada sob um regime tutelar e laico. Por outro lado, é possível identificar traços em comum de colonialidade na política de aldeamento destes povos, o que Barbosa da Silva define por “neocolonialismo”. Neste sentido, ao comparar os impactos dos aldeamentos jesuíticos implementados no Período Colonial e dos aldeamentos implementados pelo SPI no Período da República sobre a organização territorial dos povos guarani na região em estudo, Barbosa da Silva (2014) afirma que

“Se há algo a merecer destaque nas diretrizes tanto das missões religiosas de outrora quanto do órgão indigenista instituído no início do século XX é a relevância da ideia de ‘aldeia’, quase uma obsessão a vencer a passagem de um tempo medido em séculos. Talvez esta recorrência não implicasse tanto transtorno a grupos indígenas outros que não os Guarani, cuja forma de estabelecer-se no espaço, como visto, era de modo bastante espalhado, cada família extensa ocupando um determinado lugar, em proximidade de fontes de água, distanciando-se léguas das demais. A nucleação presente entre diversos outros grupos indígenas, com as casas próximas umas das outras e um pátio central, por exemplo, nunca foi um modelo válido para os Kaiowa e os Nandéva. E no entanto, a forma de nucleação, ajuntando grande número de pessoas – que as missões jesuíticas impunham, no intento de garantir um melhor controle sobre os ali ‘reduzidos’ – era o modelo que orientou a atuação dos funcionários do então SPILT” (SILVA, 2014:42). (*Grifo da autora*)

Do mesmo modo que Barbosa da Silva (2014), Chamorro (2015) e Brand (1997) também pontuam que o modo como os aldeamentos foram implementados pelo SPI não levou em conta o modo tradicional da ocupação das terras pelos guarani, de modo que as áreas demarcadas nas 8 reservas seriam pequenas para a população indígena se comparado à forma tradicional como se organizavam. Sobre a localização destas Reservas, Chamorro (2015) conta que “as reservas foram demarcadas onde havia mais concentração de indígenas, mas isso já era resultado da ação da Mate Laranjeira”, tendo sido criadas quase que contíguas aos centros urbanos que então se formavam.

Como dito, o Órgão também tinha por função fomentar a colonização da região até então pouco povoada, tendo em vista a preocupação de proteção das áreas de fronteiras no pós-guerra do Paraguai. A chegada de não-índios na região fez da presença indígena um problema que viria a ser resolvido com a criação de Reservas Indígenas, reduzindo em espaços restritos e fronteiras fixadas, e liberando as terras para o avanço das frentes de exploração econômica dos não-índios.

Desta forma, a criação das reservas contribuiu para a liberação das terras para a colonização da região (Barbosa da Silva, 2014) e o agrupamento de indígenas em reservas; o que supostamente deveria libertá-los da exploração, acabou não só por despojá-los da maior parte das terras ocupadas por eles anteriormente, como também por facilitar o agenciamento de seu trabalho para os ervais das reservas e para as fazendas vizinhas que viviam do comércio da erva-mate na região (Ferreira, 2007:89 apud Chamorro, 2014, p. 155). Sobre isto, Thomaz de Almeida (2001) faz duras críticas quanto à ação do Órgão na região; segundo o autor

“O Serviço de Proteção ao Índio e posteriormente a Fundação Nacional do Índio efetivamente constituíram-se num braço governamental de pouca ou nenhuma participação para garantir as terras e os direitos Guarani da região. O desempenho de seus funcionários no decorrer do século revela profundas dificuldades em desempenhar a função de proteção que lhes fora designada oficialmente. A indiferença e omissão nos processos jurídicos levados a cabo por fazendeiros contra os índios por parte do SPI e Funai é flagrante (V. o caso de Panambi e Panambizinho); a condescendência em reduzir paulatinamente (de 3.600 ha para 2.000 ha) as terras indígenas fica clara na demarcação de todas as oito áreas no início do século; os traslados ilegais de comunidades inteiras de seus legítimos e tradicionais espaços de ocupação foi corriqueiro durante os últimos vinte anos (ver Almeida 1984, 1985a, 1985b)” (THOMAZ DE ALMEIDA, 2001:s.n.)

Barbosa da Silva comenta que, no âmbito do interior das aldeias, as ações do SPI vieram a modificar intensamente as relações sociopolíticas com a instituição da figura do capitão. Em suas palavras:

“Ignorando completamente a organização social e política específica de cada grupo indígena no país e partindo do princípio da comodidade que é lidar com um único representante, o SPI instituiu a figura do ‘capitão’ indígena, que passou justamente a ter esta função de interlocução e intermediação em todos os P.I.s., visto como o chefe político de toda a ‘aldeia’ – secundado por um auxiliar, que era chamado ‘sargento” (BARBOSA DA SILVA, 2014, p. 53)

Isto veio a refletir em alterações nas relações de poder antes estabelecidas nestes povos. Barbosa da Silva (2014) conta que, antes da instituição da figura do capitão, as relações de poder entre estes povos se estabeleciam da seguinte maneira:

“é importante se ressaltar que a unidade sociológica fundamental entre esses grupos é a família extensa (isto é, de pelo menos três gerações, encabeçadas pelo tamõi e a jari, incluindo os filhos casados e seus cônjuges), cujo chefe é soberano nas decisões que concernem a este grupo. As decisões em escala comunitária (isto é, envolvendo mais de uma família) são definidas através de um consenso, alcançado em reuniões amplas (as aty guasu). Nestes termos, a bibliografia pertinente informa que tradicionalmente os líderes políticos (mburuvicha) eram definidos em face da necessidade de se enfrentar uma situação específica – caso das incursões guerreiras, por exemplo; passado este momento, desfazia-se a precisão de uma liderança. A autoridade a suscitar respeito perene concretizava-se (e se concretiza) na figura dos/das xamãs (respectivamente, ñanderu e ñandesy)” (BARBOSA DA SILVA, 2014, p. 53)

4.4 A Missão Evangélica Caiuá (1929)

Foi no século XIX, ainda no governo imperial, que teve início a inserção do protestantismo no Brasil, a partir dos ingleses, dos alemães e dos americanos. Os povos indígenas eram um propósito de evangelização deste o século XIX (Gonçalves & Lourenço, 2015). Segundo Gonçalves & Lourenço, nos relatos da imprensa evangélica da época “os indígenas eram emoldurados de forma bastante negativa, como pessoas bárbaras, selvagens, ignorantes e que supostamente necessitavam do auxílio das igrejas protestantes no país” (Gonçalves & Lourenço, 2015, p. 588).

A imagem desta população junto à ideia de que a evangelização protestante como uma necessidade se mantiveram após a Proclamação da República, quando as igrejas missionária iniciam atividades afim de incluir esta população como meta para a evangelização. A evangelização entre a população indígena se apresentava como um projeto de civilização, de serviço patriótico e de protestantismo (Gonçalves & Lourenço, 2015).

Após a Proclamação da República, membros das igrejas protestantes tomaram a evangelização do país enquanto um dever cívico e cristão que se estenderia, inclusive, entre os povos indígenas. Para isso foram criados alguns serviços

assistenciais, como hospitais evangélicos e centro educacionais. No que concerne à população indígena da região de estudo, isto veio a resultar na criação da Missão Evangélica Caiuá em 1929 (Chamorro, 2015, p. 159).

Cabe destacar que a ação do MEC (e a Missão Alemã, esta que apenas agia na vizinhança da reserva de Pirajuy, desde 1964) na região se deu em um contexto em que o SPI também buscava agenciar este povos na região, sendo que as primeiras visavam catequizá-los e a segunda administrá-los.

Segundo Barbosa da Silva (2014), a Missão Evangélica Caiuá passou a agenciar estes povos no Sul do atual Mato Grosso do Sul em 1928, estabelecendo-se em contigüidade com as reservas, enquanto uma estratégia para aproximar-se dos guarani. “O plano de ‘aldear, civilizar, educar, cristianizar e curar as enfermidades’ começou a ser desenvolvido com maior empenho a partir da compra, entre 1930 e 1931, das terras que abrigariam a sede missionária” (Gonçalves & Lourenço, 2015, p. 560). A sede se situava em área contígua à administração da Reserva, facilitando que o trabalho se desse de maneira conjunta aos agentes do SPI.

Tal como a ação do SPI, Barbosa da Silva (2014) também entende a ação das Missões Religiosas sobre os povos guarani na região como “neocolonialismo”, pois ambas possuem diretrizes e ações de agências sobre estes povos, efetuando ingerências “no intuito de enquadrar os índios a partir de determinados parâmetros que lhes eram alheios – uma visando administrá-los, a outra, catequizá-los” (Barbosa da Silva, 2014, p. 51). Sobre a ação da MEC, em específico, a autora afirma que

“Desde seu estabelecimento, o esforço dessas missões foi no sentido de tornar crentes os índios, fazendo proselitismo, exortando e pressionando sobretudo para o fim das manifestações de parte dos xamãs – os quais têm um papel fundamental na manutenção do estado de equilíbrio e saúde do Cosmo e de tudo o que nele há (incluindo o que chamaríamos de mundos físico e metafísico). Ademais, e de maior relevância para a questão da territorialização de que venho aqui falando, há o fato de que estas agências sempre atuaram no sentido de convencer os índios a deixar livres as terras que eram adquiridas pelos não-índios, transferindo-se para as reservas, condição esta que impunha para continuar a dar assistência, fornecendo remédios e roupas às pessoas” (BARBOSA DA SILVA, 2014, p. 51)

Além da tuberculose, doenças respiratórias e venéreas causavam muitas mortes prematuras entre os indígenas que trabalhavam na Cia Erva Mate. A Missão

Evangélica Caiuá acolheu estes indígenas para tratar e, segundo a missionária Joana Fernanda Silva (1982), apenas em 1960 este quadro se reverteu e os indígenas começaram a se recuperar (Chamorro, 2015 apud Barbosa da Silva, 1982, p. 17).

Ainda assim, estas ações de saúde e de educação indígena no âmbito da catequese são tidas pela autora como assistenciais, com intentos coloniais. Barbosa da Silva (2014) afirma que a MEC tinha “o objetivo de produzir indígenas como perfeitos cristãos, os quais tratariam de concretizar o ideal de um grupo étnico cujos conteúdos culturais seriam modificados, de modo a permitir a integração plena à sociedade nacional” (Barbosa Silva, 2014, p. 52). Ainda segundo Gonçalves & Lourenço (2015), no que se refere ao pensamento destes agentes, “os missionários atribuíam aos indígenas uma incivilidade inata pela qual realizavam um modo de vida inferior. Somente por meio dos ‘ganhos da civilização’ é que os Kaiowa poderiam ascender a uma condição suficientemente humana” (Gonçalves & Lourenço, 2015, p. 560).

4.5 A Colônia Agrícola de Dourados (1946-1956)

O avanço da fronteira agrícola e pecuária no país se consolidou a partir da política da Marcha para o Oeste, na qual a colonização do interior do país foi estimulada pelo Estado na década de 30, no governo de Vargas. O desenvolvimento capitalista e a modernização do país veio junto com a necessidade de romper com a dependência do mercado internacional e consolidar um mercado consumidor interno. Neste momento o território nacional era desarticulado, pouco integrado internamente e constituído de complexos regionais exportadores (Silva, 2011). Para superar a crise de 29, Vargas investiu no setor industrial e na produção agrícola, integrando o mercado e desenvolvendo a indústria de consumo.

“O desenvolvimento econômico brasileiro que se processou após a crise de 1929 entrou numa nova fase, não mais pautado exclusivamente pelas atividades agroexportadoras, mas pela indústria e pela integração do mercado interno” (SILVA, 2011, p. 69)

É neste contexto que se deu a Marcha para o Oeste, a partir do avanço da frente pioneira para os sertões do país. É na década de 40 e 50 que o interesse pelas

terras do então sul do Mato Grosso passa a ser despertado devido a seu potencial produtivo e econômico, “consideradas de muita boa qualidade e de alto potencial produtivo” (Thomaz de Almeida, 2001). É neste contexto e sob ideias nacionalistas que em 1943 é criada a Colônia Nacional Agrícola de Dourados para fins de colonização desta região, através do Decreto Lei nº5941/193. “O sucesso da colônia desafogaria a demanda nos estados do sul, cujas terras já estavam em grande medida ocupadas” (Thomaz de Almeida, 2001) e ocupariam as áreas de “baixa” densidade demográfica na região.

A Colônia foi estabelecida em terras ocupadas por guaranis, sobretudo as terras em Panambi e Panambizinho. A penetração territorial no país veio a ocupar áreas que até então os índios eram os únicos ocupantes (Barbosa da Silva, 2014).

“Na região das Colônias Agrícolas a vinda de imigrantes deparou-se com um agente nativo: os índios, que foram expropriados de seus terras, e escravizados e mortos. A visão que o Estado tinha dos guarani era a de que esse povo era culturalmente inferior e sua presença era considerada um obstáculo a ser superado” (SILVA, 2011, p. 78)

Segundo Silva (2011), das 8 Colônias Nacionais criadas por Vargas, a CAND foi a única que teve como objetivo garantir a integridade da fronteira e integração de Dourados à economia nacional. Já Barbosa da Silva (2014) conta que,

“Criada em 1943 com cerca de 300.000 ha, a CAND tinha como objetivo a instalação dos colonos em áreas de pequena propriedade (lotes de cerca de trinta hectares cada um), estimulando o desenvolvimento de uma agricultura que se baseava no trabalho familiar. As terras foram distribuídas principalmente para famílias nordestinas, mas também para paulistas e mineiros” (SILVA, 2014, p. 58)

O avanço da frente pioneira e a expansão do capitalismo reflete em uma transformação no valor da terra, tornando-a mercadoria. As transformações se dão também no que se refere as relações sociais na região, uma vez que a frente pioneira avança sobre terras ocupadas por guarani. Em outras palavras, “a renda da terra passa a mediar as relações sociais e, nessa medida, sua posse será variável definidora de conflitos e tensões nem sempre visíveis entre a população de seus ocupantes (os índios) e o capitalismo (fazendeiro) que quer ali radicar-se” (Thomaz de Almeida, 2001:s.n.).

Neste momento a apropriação de terras e grilagem de terras na região vem a ocorrer de diferentes formas: “procurações falsas; cidadãos fictícios candidatando-se às terras; desconsideração para com seus limites legais; especulação em torno dos preços; práticas de envilecimento, de coerção física, impunidade e desmandos foram procedimentos” (Thomaz de Almeida, 2001 apud Correia Fo., 1925).

A partir deste momento, uma série de mudanças vão se dando na região com a instalação de empresas agropecuárias, o loteamento das terras e a instalação de toda uma infraestrutura que desse suporte à frente que avançava, tanto no que concerne à infraestrutura viária, como aos serviços para o setor agrícola.

Se comparado ao ciclo econômico anterior, isto é, o extrativista, o avanço da fronteira agrícola na região com a criação da CAND promoveu impactos mais significativos sobre os povos guarani localizados na região, de modo que pode ser entendido como “uma ocupação voltada para formas modernas de organizar a economia capitalista, com a crescente presença de empresas de produção agrícola e pecuária” (Thomaz de Almeida, 2001) aliados a grupos econômicos do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Thomaz de Almeida (2001) conta que

“Entre 1950 e 1960 o salto da população de Dourados foi superior aos 600%, respondendo pelo crescimento municipal mais rápido do estado (cf. Foweraker, 1982, p. 73); o município de Amambai cresceu 161% na década; Iguatemi, 156%; Mundo Novo, 222%; Eldorado, 143%, todos municípios ocupados por comunidades Guarani. Em 1970, dos dez municípios mais populosos de todo o estado, oito encontravam-se nesta região da ‘Grande Dourados’, com 45,1% (782.283) do total. Na década 1970-80 o crescimento não se interrompeu, apesar de não ser tão explosivo como o verificado na década anterior” (FOWERAKER, 1982, p. 73 apud THOMAZ DE ALMEIDA, 2001).

Tais transformações na região também trouxeram impactos ao ecossistema, de modo que a derrubada das matas para a abertura das fazendas que viriam a se dedicar à monocultura extensiva (principalmente soja e, em seguida, a cana de açúcar) e a pecuária extensiva, foram significativas na região. A produção agrícola nesta época crescia em área e em nível técnico empregado no que concerne ao cultivo de soja na região. Nas palavras de Thomaz de Almeida (2001),

“Há, então, um salto na produção agropecuária com a implantação maciça de fazendas e empresas atraídas pela valorização da terra e pelas potencialidades de produção e enriquecimento, num processo acelerado de apropriação de tecnologia avançada e mecanização crescente. Através de instituições de financiamento oficial e incentivos

em taxas de imposto, inaugura-se a 'era dos silos' (Campos, 1969-96), que precederá a era do 'milagre brasileiro'. Proliferam os armazéns de estocagem para atender à produção das áreas cultivadas. A cidade de Dourados se destaca e passa a ser considerada, pela tecnocracia a dominar o estado, como o 'celeiro do Brasil'. Nos arredores de Dourados, Ponta Porã e outros centros, concentram-se armazéns, cooperativas, empresas, silos; as terras cultivadas chegam à casa dos 300.000 ha por ano. Cidades como Itaporã, Amambai, Caarapó, rio Brilhante, Iguatemi, Mundo Novo e outras, tornaram-se produtoras insuperáveis de soja além de outros produtos" (THOMAZ DE ALMEIDA, 2001: s.n.)

Neste momento passa a se instalar uma série de infraestruturas urbanísticas, a exemplo das lojas, mercearias e mercados, bancos, escolas, postos de saúde. Tais aparatos urbanísticos foram necessários ao desenvolvimento do capitalismo e dos centros urbanos na região. Nas palavras de Thomaz de Almeida (2001)

"Verifica-se um adensamento populacional, com o surgimento de vilas e cidades. Colonos e pequenos proprietários que puderam radicar-se, no decorrer do século, na região, foram impelidos então para os centros urbanos pelas grandes e tecnicamente modernas fazendas que ali se implantaram. Vão se distanciando das 'lides do campo' e se aglomeram nos centros urbanos. A cidade e região de Dourados passa a ser o principal centro de distribuição e comercialização de produtos agropecuários de todo o extremo sul do estado, cuja produção agrícola e pecuária não deixa de crescer" (THOMAZ DE ALMEIDA, 2001: s.n.)

Junto a isso, a população indígena que habitava a região acompanhou as transformações e os impactos que frente que avançava gerava no território. Segundo Thomaz de Almeida (2001), as populações indígenas que aí viviam foram em grande medida desconsideradas ao longo deste processo de desenvolvimento do capitalismo na região (Thomaz de Almeida, 2001). Mais uma vez os guarani foram ignorados durante a colonização, enquanto os colonos chegavam aos milhares e se instalavam na região (Barbosa da Silva, 2014). Chamorro (2015) comenta que durante a instalação da CAND

"Os mais afetados foram os kaiwoa do Ka'aguyrusu, cujos remanescentes são as comunidades Panambi, Panambizinho, Laranjeira Nhanderu, Itay Ka'aguyrysy, Guyra Kambiy, Sukuriy e algumas famílias da Reserva Indígena de Dourados. Aos colonos foi dada a orientação que ocupassem só os lugares não habitados, mas esta condição logo foi modificada. Às pressões da administração da Colônia que pedia a retirada dos índios, o SPI respondeu com a

transferência dos mesmos para o Posto Indígena Francisco Horta” (CHAMORRO, 2014, p. 192)

Somado a isto, o contato de indígenas com não-indígenas veio a incidir sobre a saúde desta população, a partir dos surtos de tuberculose que se agravaram. Muitos guaranis morreram através das doenças trazidas pelo colonos e sofreram com a expropriação de suas terras por parte dos colonos (Barbosa da Silva, 2014).

Nos anos 40 o município de Dourados foi emancipado, e já nos anos 50 foram abertas estradas que ligavam diversos pontos, favorecendo a produção agrícola e o adensamento populacional que se instaurava devido à migração dos colonos. Entre 60 e 70 esta migração seria constituída por uma segunda leva de gaúchos para a região (Barbosa da Silva, 2014).

Segundo Silva (2011), a CAND contribui para a ocupação e consolidação da região como celeiro produtivo regional; para o desenvolvimento e a diversificação das atividades agrícolas em pequenas propriedades com uso da mão de obra familiar; para valorização das terras; para abertura de estradas e vias de circulação; e para amenizar os problemas do banditismo e do coronelismo presentes na região (Silva, 2011).

4.6 O desmatamento e o espalhamento guarani na região (1950-1970)

Como foi possível observar nos capítulos anteriores, entre os anos 40 e 50 a CAND provocou um significativo crescimento populacional na região a partir do recebimento de grandes levas de migrantes para este projeto de colonização. Em seguida, já entre a década de 50 e 70, foi possível observar a intensificação do desmatamento na região para a abertura de fazendas, o que veio a promover um desordenamento territorial entre os povos indígenas que ali habitavam. Nas palavras de Brand (2000),

“No período caracterizado pelo ‘esparramo’, que vai aproximadamente de 1950 a 1970, período, também, de implantação das fazendas, inúmeras aldeias kaiowá/guarani foram destruídas e seus moradores dispersos. Famílias extensas foram desarticuladas” (BRAND, 2000, p. 108)

Paralelo a este processo, já ao longo dos anos 60 e 70, o sistemático desmatamento na região passa a dar espaço à abertura das fazendas, que foi acompanhada da mecanização da agricultura e da instalação de uma série de infraestruturas para comportar a frente agrícola que avançava sobre a região. Junto a isso, foi possível verificar a ocorrência da expulsão de famílias guarani de seus tradicionais lugares de ocupação, é o que Brand define por “esparramo”. Segundo Mura (2006),

“O período de maior mudança da realidade material da região em pauta é, sem dúvida, o das décadas de 1960 e 1970, com a já referida mecanização do campo, quando se passou a implementar um massivo comércio de instrumentos técnicos e maquinários, comércio este que favoreceu o crescimento dos centros urbanos locais. O produto interno bruto dos municípios cresceu também consideravelmente; a renda, porém, foi distribuída de modo desigual, com forte concentração nas mãos de grandes e médios proprietários rurais. Com efeito, a mecanização permitiu a formação de latifúndios, caracterizados pela pecuária extensiva e a introdução de monoculturas, especialmente a soja” (MURA, 2006, p. 355)

Chamorro conta que “quando os novos agentes de ocupação não indígena chegaram no final da década de 60 ao antigo sul do Mato Grosso, já existia um mercado de terras consolidado na região” (Chamorro, 2015, p. 203). Segundo a autora, entre doação, concessão e venda de terras, a especulação já era intensa a essa altura, o que provocava uma profunda alteração na posse e exploração da terra (Brand, 1993).

A lógica predominante neste momento era a da exploração, tendo como condicionante o desmate e abertura das fazendas, ocupando os ditos “espaços vazios”, e dando lugar à expansão das frentes agrícolas e pecuária, o que trouxe consequências para os povos indígenas ocupantes da região, promovendo uma série de deslocamentos forçados e desorganização da sua forma tradicional de ocupação dos espaços.

Colman & Azevedo (2016) conta que no período compreendido entre 1962-1972, em que houve um intenso deslocamento de colonos e de grandes empresários brasileiros para a região e a chegada da soja, ocorreu um desalojamento de camponeses e comunidades indígenas. A essa altura, as reservas já não comportavam toda a população guarani localizada na região. Segundo Chamorro

(2015), “as famílias eram em geral transferidas para as reservas mais próximas, mas, como se tratava de *sarambi*¹⁷ – de um espalhamento bagunçado – na pressa e no desespero, os indígenas tomavam diversas direções” (Chamorro, 2015, p. 206).

Para a autora, este período de *nembosarambi* é considerado um divisor de águas na história destes indígenas, tendo sido expulsos de suas terras, separados das famílias, seus integrantes espalhados fisicamente, e muitos sendo levados para as reservas Dourados, Panambi, Amambai e Aral Moreira, assentados de maneira forçada nas oito reservas já existentes.

Para Ferreira & Carmo, a derrubada das matas em território guarani para a abertura e também para construção de estradas vicinais nesse momento “deve ser interpretada levando-se em conta dois eixos de referência: a derrubada progressiva das matas pelos colonizadores e a utilização da mão de obra dos índios para esse fim” (Ferreira & Carmo, 2015, p. 365). Muitos destes indígenas habitantes da região trabalharam no desmate. Sobre este trabalho indígena nas derrubada das matas, Mura (2006) conta que

“Até a primeira metade dos anos 70, os contingentes de trabalhadores indígenas eram modestos, sendo que uma vez que uma fazenda completava a derrubada, cessava também a relação de trabalho. Esta atividade permanecia, então, como uma ulterior forma de *changa*¹⁸, sem alterar em muito a organização sócio-técnica dos Guarani” (MURA, 2006, p. 160).

Considerações parciais

¹⁷ “Na língua indígena, esse processo costuma ser chamado de *sarambi*, que significa ‘bagunça e espelhamento’. É uma ação realizada por outrem, o que vem indicado na partícula –mo-, que significa ‘fazer com que’. Assim, *amosarambi* quer dizer ‘espalho ou bagunço algo ou alguém’ e *oremosaramabi* significa ‘alguem nos espalha, nos joga daqui pra lá, nos bagunça’. A época em que maior parte das comunidades indígenas vivia sob a iminência de ter que abandonar seus lugares de referência costuma ser chamado *nembosarambipa*” (Chamorro, 2015:206). “Em Guarani, ‘esparramo’ é *mosarambipa*. Este conceito é utilizado pelos indígenas para explicar o processo de dispersão das aldeias e famílias extensas no momento em que ocorreu a implantação das fazendas de gado e correspondente perda da terra.” (Colman & Azevedo, 2016:s.n.)

¹⁸ Resumidamente, “trabalho remunerado e temporário fora da aldeia” (Thomaz de Almeida, 2001).

Tendo sido proclamada a República, ao longo dos anos, políticas de integração desta região fronteira ao território nacional foram sendo instaladas na região de estudo. Rondon foi um importante agente neste processo a partir da construção das linhas telegráficas. No que se refere aos indígenas que aí habitavam, diferente do período anterior, ocorreu uma expulsão compulsória destes indígenas de seus territórios tradicionais para dar lugar à abertura de fazendas para o projeto de colonização agrícola.

Mais uma vez se instauravam sobre o território guarani medidas que passavam por cima, literalmente, de uma tradicional territorialidade há séculos instaurada naquela região. Títulos de terras foram distribuídas pelo Estado nesse momento, sobre as áreas de tradicional ocupação indígena. O desmatamento maciço, utilizando como principal mão de obra o povo guarani e o trabalho dos paraguaios, também foi possível de ser observado. Os indígenas aí presentes, foram relegados ao espalhamento, promovendo uma intensa desorganização sociocultural entre estes povos, para fins de avanço da fronteira agrícola representada pelo projeto de Colonização Agrícola Nacional de meados do século XX.

A aniquilação destes povos originários viria, não apenas através da expulsão de seus territórios nacionais, mas também a partir da criação de Reservas Indígenas que submetiam extensas famílias a pequenas glebas de terras, enquanto outras se espalhavam na região. A desarticulação territorial destas populações indígenas, a partir do avanço da colonização, seguido do intenso desmatamento de seus territórios para a abertura de fazendas por parte do Estado, representava mais um momento na história destes povos em que o Poder de Estado se instaurava na região imbuído da colonialidade, na qual a lógica do avanço dos ciclos econômicos na região se sobrepunha, e até mesmo se dava em detrimento, da população indígena originária.

CAPÍTULO 5 – O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA MODERNA E O ACIRRAMENTO DA QUESTÃO FUNDIÁRIA NA REGIÃO (1970-2019)

Na virada da década de 60 para a de 70 do século XX, a região passa por profundas mudanças no âmbito fundiário, que acirra o conflito territorial na região. Novos agentes se instalam, e aqueles que já estavam, começam a sentir de maneira mais significativa a emergência da questão da terra face a estes novos agentes.

É na década de 70 que os povos guarani passam a se reunir em grandes assembleias, e a partir daí a questão fundiária surge de maneira recorrente nestas reuniões, trazendo a necessidade de articulação para a retomada destes territórios, passando esses povos a se articular de maneira mais incisiva em torno da necessidade do retorno ao seu território tradicional.

É também na década de 70 que se consolida o Complexo Agroindustrial no país, sendo possível observar a chegada da soja na região, com amplo incentivo do governo. Já na década de 80, também a partir de subsídios governamentais, surgem as primeiras usinas de etanol na região, ampliando a área plantada de cana-de-açúcar. O aumento da produção de grãos torna-se um atrativo para o setor de carnes, que vem a se instalar na região a partir da década de 90, formando o setor carne-grãos.

Neste contexto, a década de 70 é considerada um divisor de águas na história da região, na medida em que se observa o acirramento da questão fundiária na região. Neste sentido, conhecer os principais eventos que ocorreram na região a partir de então é fundamental para compreender o quadro de genocídio indígena observado na atual conjuntura na região.

O presente capítulo se propõe a analisar a chegada dos novos agentes hegemônicos na região, representados pelos agentes do agronegócio, tal como a resposta dos povos indígenas ao esbulho que há décadas vem se dando em seus territórios. A nível de escala, optou-se aqui pelo recorte estadual (MS), o que permite uma análise comparativa da região de estudo (Sul do MS) com as outras regiões do estado.

5.1 A consolidação dos Complexos Agroindustriais e a chegada da soja na região (1970-2019)

A nível nacional, no que se refere às políticas agrárias, é no contexto da ditadura militar que em 1969 surge a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO), que tinha como objetivo integrar o Centro-Oeste à dinâmica produtiva nacional. Segundo Silva (2011),

“A criação da SUDECO era um importante passo para que o CO se convertesse num(a): Região a ser ocupada para que a Amazônia fosse conquistada; Receptáculo de correntes migratórias internas; Lócus de investimentos do capital agroindustrial; Fonte de produção de alimentos e mercado de consumo de produtos industriais; Centro regional de afirmação da soberania nacional; Expansão da fronteira econômica do país; Fator de integração nacional” (SILVA, 2011, p. 97)

Em 1971 foram implementados planos e programas de desenvolvimento regional afim de ocupar e integrar o CO à economia nacional através da produção de grãos (em especial a soja), pecuária bovina e mineração, criando infraestruturas para a dinamização da produção e ocupação da região. É neste contexto que se consolida o Plano Rodoviário Nacional. Neste momento, esta região era considerada “um espaço de transição entre o capitalismo já consolidado do sudeste e a emergente fronteira de recursos da Amazônia” (Silva, 2011, p. 97).

Além do fomento na infraestrutura de transporte, energia e armazenamento, a Superintendência também investia em atividades de agroexportação e fixação de imigrante nordestinos, entre outros. No que se refere à divisão territorial do trabalho, o Centro-Oeste passa a assumir o papel de exportador de commodities e consumidor de produtos industriais para a modernização do campo.

É neste contexto que em 1971 surge o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que propunha, não apenas ampliar o mercado nacional, expandindo as fronteiras para os “vazios demográficos” do país, mas também integrar o Centro-Oeste aos centros consumidores e fornecedores de produtos industrializados. Silva (2011) afirma que

“Com o propósito de ampliar o mercado nacional, o I PND solidificou a ação do capital monopolista em sua área de ação com a participação de técnicos dos governos americanos e francês nas estratégias de

planejamento da SUDECO, que orientou o desenvolvimento agrícola como principal estratégia para a ampliação da ação das multinacionais no CO e para a consolidação de uma agricultura moderna” (SILVA, 2011, p. 100)

A expansão da fronteira agrícola do país para o CO leva a região a se tornar cliente das multinacionais que detinham o controle dos equipamentos e insumos agroindustriais. A meta de tais planos e programas da Sudeco era a exportação e a agroindustrialização dos produtos agrícolas. Para isso era preciso aumentar o excedente de produção para que se pudesse exportar, o que seria possível a partir do uso de equipamentos e insumos agrícolas modernos fornecidos por estas multinacionais. O plano de integração à lógica de produção e acumulação capitalista da Sudeco estabeleceu duas frentes de ação, uma voltada ao mercado externo e incentivando a produção de grãos, da pecuária bovina e da mineração; e outra voltada para o mercado interno, como região consumidora de produtos industrializados (Silva, 2011).

Os Programas Especiais da SUDECO concentraram seus investimentos nas lavouras de soja e milho, na pecuária de corte, na indústria de mineração e madeireira, e na industrialização das atividades agrícolas (Silva, 2011), o que veio a significar a consolidação dos Complexos Agroindustriais no país. Com relação à região de estudo, dentre estes programas da SUDECO, destaca-se aqui o Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados, o PRODEGRAN, instituído em 1976, que objetivava o desenvolvimento de uma agricultura de alta produtividade, principalmente soja, trigo e milho, o que veio a contribuir para que a região se tornasse um celeiro produtivo nacional, tendo Dourados como um centro econômico (Silva, 2011). Enquanto principais objetivos, a Prodegran visava

“Estimular a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais; fortalecer as atividades produtivas regionais, através da expansão da fronteira agrícola, do zoneamento, armazenamento agroindustriais, financiamento e incremento da produtividade; promover o controle e a prevenção da erosão; reforçar a infraestrutura e os equipamentos sociais urbanos das principais cidades da região; elevar os níveis de renda da população rural, principalmente mediante mecanização dos cultivos e adequado processo cooperativo de comercialização dos produtos” (MINISTÉRIO DO INTERIOR 1979, p. 05-06 apud SILVA, 2011, p. 108)

Parte significativa da região da Grande Dourados coincide com a região do Sul do MS, região de estudo desta pesquisa. Aspectos físicos-geográficos da região fizeram com que a mesma fosse considerada dotada de potencial agrícola, sendo rica em recursos hídricos, e tendo solo, clima e relevo favoráveis à produção de grãos. Os municípios que compunham a região passaram a receber investimentos no que se refere a redes de transmissão de energia, transporte e armazenamento de grãos, e até mesmo melhoria das condições do solo, com instalação da Embrapa e da Emater.

Apoiada em investimentos públicos e privados, estes programas que atravessaram a região contribuíram para o avanço da cultivo da soja no Sul do Mato Grosso do Sul, representando não apenas uma parte do que se entende como celeiro mundial, mas também uma região violenta no que se refere ao conflito fundiário entre povos indígenas e agentes do agronegócio.

É neste mesmo momento, na década de 70, que entre os indígenas ocupantes da região surge a figura do “gato”, isto é, o intermediário entre os empreendedores e os indígenas que serviam de mão de obra para os empreendimentos agropecuários que vinham se instalando na região.

“As grandes e muitas empreitadas para derrubada do mato foram levadas adiante através da figura do empreiteiro (o “gato”), isto é, aquele que gerenciava o trabalho e subcontratava os índios, numa forma de intermediação com relação aos efetivos patrões. A maior parte desses empreiteiros foram paraguaios – repetindo o que ocorrera na exploração da erva” (BARBOSA DA SILVA, 2014, p. 60)

Sobre a mesma situação Chamorro (2015) narra que

“Estes indígenas colaboraram com os novos proprietários na execução de trabalhos pesados de desmatamento e limpeza de pastos, mas à medida que seu trabalho não era mais necessário, foram expulsos ou retirados das fazendas e levados para as reservas. Quando essas começaram a ficar superlotadas, seus problemas se tornaram cada vez mais complexos” (CHAMORRO, 2015, p. 206)

Sobre o intenso crescimento populacional ocorrido entre as décadas de 60 e 80 na região, Chamorro atribui aos aspectos físico-geográficos favoráveis ao cultivo de cereais. Nas palavras da autora,

“pela fertilidade do solo, toda região situada entre os Rios Brilhante e Dourados assumiu considerável relevância na economia regional e

nacional em termos de produção de cereais, principalmente do trigo, da soja e do arroz. Terra plana, vastas áreas e preços baixos atraíram agricultores gaúchos para a região” (CHAMORRO, 2015, p. 202)

Até aqui foi possível verificar que, em um contexto de consolidação dos complexos agroindustriais, o Centro Oeste especializou-se na produção e exportação de commodities a partir da década de 70, através de investimentos públicos e privados. Já a região de estudo, além de se tornar uma região agroexportadora, também se tornou uma economia complementar de São Paulo, consumidora de seus equipamentos e insumos agrícolas.

“No final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX, já era possível perceber mudanças na organização espacial do campo brasileiro, com alterações nas relações de trabalho, na produção, nas técnicas e ferramentas de trabalho, na estrutura fundiária, no meio ambiente, na prestação de serviços e nas vias de comunicação, transporte e circulação” (SILVA, 2011, p. 139)

Não diferente do restante do Centro-Oeste, foi possível verificar que na região de estudo, neste contexto de consolidação dos CAI's no país, a agricultura passou a ser cada vez mais subordinada à indústria, tendo reflexos sobre as relações sociais e territoriais na região e no país.

A nível nacional, os programas econômicos para a agricultura durante os anos ditatoriais tinham como viés uma “modernização conservadora” da produção (Silva, 2011), que permitia o acúmulo do capital e a subordinação da produção agrícola à industrial, de modo que cada vez mais a agricultura implementava produtos químicos e técnicos provindos da indústria, elevando o nível técnico empregado, tornando-se cada vez mais especializado, promovendo cada vez mais a concentração de capital e manutenção da estruturação agrária, baseada em grandes propriedades rurais.

A nível internacional, pode-se destacar o papel da Revolução Verde na tecnificação e na especialização da agricultura, contribuindo significativamente para a consolidação da agroindústria no Brasil. Os subsídios do Estado para a modernização do campo vieram para elevar o nível técnico empregado na agricultura, para ampliar a produção agrícola e transformar as relações campo-cidade, integrando cada vez mais a produção do campo ao consumo do pacote tecnológico produzido pela indústria. Este novo paradigma veio a promover profundas mudanças no que se refere à divisão territorial do trabalho no país. Segundo Silva (2011)

“as regiões brasileiras atingidas pela modernização conservadora sofreram mudanças em sua reorganização espacial, com alterações das técnicas produtivas e no manejo do solo, graças a inserção de maquinários, equipamentos e produtos químicos para correção e fertilização do solo, controle de pragas, etc., tais práticas faziam parte do pacote tecnológico da modernização conservadora” (SILVA, 2011, p. 143)

A partir deste momento, máquinas, insumos, sementes, mudas e créditos passam a ser fornecidos para a agricultura a partir do capital industrial e financeiro, aumentando sua dependência em relação a estes setores. Sobre isso, Silva (2011) afirma que

“Analisando a integração da agricultura com a indústria, podemos afirmar que, do ponto de vista puramente econômico, a integração teve êxito, na medida em que se inseriu o campo a uma dinâmica produtiva dependente das forças hegemônicas do capital industrial e bancário. A agricultura tornou-se um negócio altamente lucrativo, a produção para o autoconsumo perdeu espaço para uma produção de mercado segundo padrões pré-estabelecidos” (SILVA, 2011, p. 151)

Como visto até aqui, o governo teve um papel decisivo na consolidação do CAI, fornecendo subsídios, crédito e investindo em infraestrutura, porém estes investimentos se concentraram em determinados setores da agricultura, em especial no cultivo de soja. Nas palavras de Silva (2011)

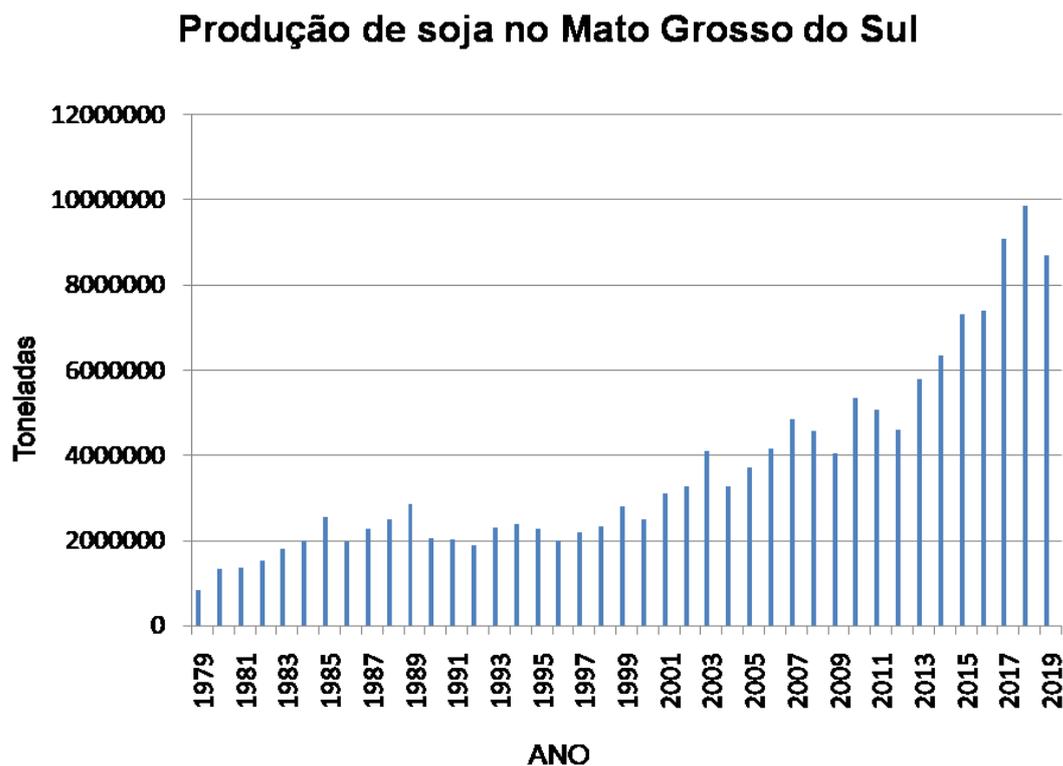
“Tanto a ação das agroindústrias como do Estado, seja com crédito subsidiado ou com a criação de órgãos de pesquisa e extensão rural, deram-se de forma seletiva, ou seja, a atuação do capital industrial e do Estado foi extremamente dirigida para lavouras específicas, entre elas, a soja” (SILVA, 2011, p. 154)

Tal lógica empresarial na agricultura se concentrou apenas em alguns produtos, de modo que este processo foi parcial e fundamental ao desenvolvimento do capitalismo. No que se refere à região de estudo, destaca-se a produção de grãos, em especial soja e milho, seguida da produção de etanol e da formação do setor carne-grãos, já na década de 90.

O crescimento da produção de soja é possível ser verificado nos gráficos abaixo. Embora o Gráfico 1 retrate a produção a nível estadual, vale destacar que a

distribuição socioespacial dessa produção de concentra em boa parte no Sul do estado (a ser analisada mais a frente).

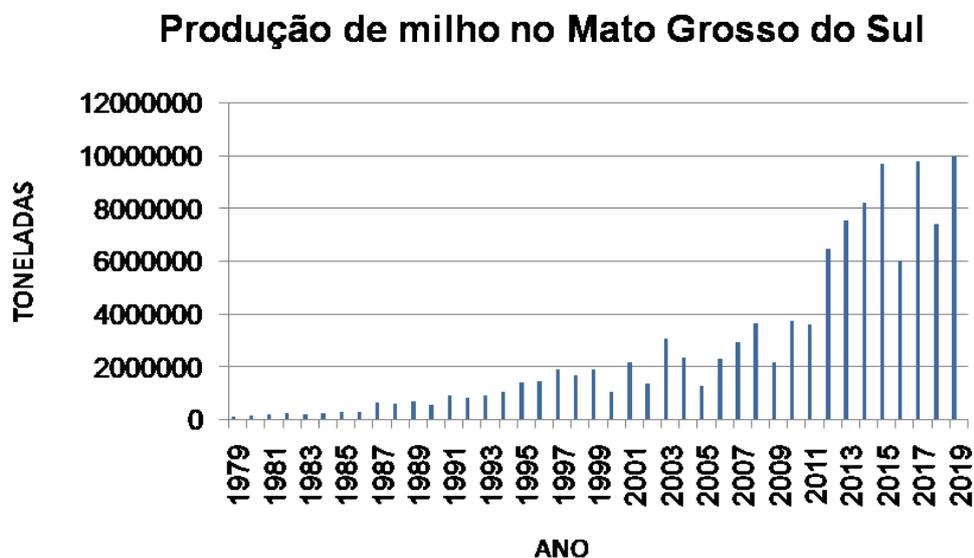
Gráfico 1 - Produção de soja em Mato Grosso do Sul (1979-2019)



Fonte: PAM, IBGE.

No Gráfico 1, é possível verificar o crescimento da produção de soja no estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1979 e 2019. Neste período, a produção de soja no estado quase que quintuplica, indo de aproximadamente 1.000.000 ton. a 5.000.000 ton. de soja. Há um expressivo crescimento na década de 80 e ligeira queda na década de 90. Porém, é a partir de 2003 que a produção de soja no estado tem um crescimento muito expressivo, acentuando-se a partir de 2010.

Gráfico 2 - Produção de milho no Mato Grosso do Sul (1979-2019)



Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE.

No Gráfico 2, que apresenta a produção de milho no Mato Grosso do Sul entre os anos de 1979 a 2019, percebemos um aumento significativo que se inicia na década de 1990 e amplifica nas décadas posteriores. Embora de forma parcialmente irregular, a produção de milho cresce a partir de 2004 e, em seguida, de forma mais enfática a partir de 2011, apontando para sua conexão com o crescimento da soja.

Em diversas regiões, em especial nas áreas de cerrado, a produção de milho vem sendo realizada na entressafra da soja, apresentando diversas vantagens técnicas e econômicas para os produtores. Nesse sentido, é possível notar que, em paralelo ao aumento do cultivo de soja no estado, há também um aumento no cultivo do milho, em especial nas primeiras décadas do século XXI. É importante ressaltarmos que, embora esta análise seja realizada na escala estadual, ela possui contornos regionais que se concentram na porção Sul do estado.

5.2 A Criação do Mato Grosso do Sul (1977)

Foi neste contexto de avanço da agricultura mecanizada e criação do Proálcool, (1975) que já na segunda metade da década de 70 foi criado o estado de Mato Grosso

do Sul, ao Sul do então estado do Mato Grosso, em 1977, emancipando o sul do Mato Grosso política e administrativamente de Cuiabá. Sobre este processo, Thomaz de Almeida conta que

“A hegemonia econômica e a autonomia política atuais do sul do Mato Grosso foi se impondo durante este século. Invertera-se, a favor do sul, a ordem de importância econômica; passou a ser considerada como um ‘dos mananciais para a política de alimentação nacional, desde que praticada a agricultura mecanizada mesmo na zona de campo’ (Campo, 1969: 86). (...) Em 1974 o governo federal - através do II Plano Nacional de Desenvolvimento - apresenta recomendações no sentido do desmembramento do estado do Mato Grosso. Os estudos de viabilização culminam com uma Lei Complementar de nº 31, de 11.10.1977. O estado do Mato Grosso do Sul será instalado em 1979, mantendo o número de municípios anteriormente existente, abrangendo uma área de 350.548 km², 4,15% do território nacional, tornando-o a sétima unidade da Federação em área (Cf. IBGE, 1980)” (CAMPO, 1969, p. 86 apud THOMAZ DE ALMEIDA, 2001)

Como já informado até aqui, MS como um todo, e o Sul do estado especificamente, neste momento já haviam passado por um intenso desmatamento, “havendo, além de alguns investimentos em café, a formação de grandes extensões de pasto de modo generalizado, no correr dos anos 60, mas com grande parte das matas ainda se mantendo conservadas até os primeiros anos da década” (Barbosa da Silva, 2014, p. 60). É durante a década de 70 que esta região sofre um desmatamento quase total com o avanço da cultura da cana e da soja, sob os moldes da agricultura mecanizada, junto com as madeiras.

Sobre a ocupação da região de estudo neste momento, os antecedentes à criação do estado foram desastrosos no que se refere aos aspectos ecológicos e aos impactos que se estenderam aos povos indígenas que habitavam a região. Thomaz de Almeida narra que

“Em dez anos os territórios ocupados por Guarani foram totalmente tomados por fazendas ou empresas de agricultura e pecuária, que se apropriaram de todas as áreas férteis que pudessem render ganhos. Obstáculos ecológicos, populacionais, burocráticos, jurídicos não puderam conter o assédio às terras desejadas. A apropriação das terras ocupadas por populações indígenas ou posseiros deu-se de forma padronizada. Entre 1976 e 1985 os desmatamentos foram vertiginosos e as florestas deram lugar a extensos cultivos de soja e a pastagens. A madeira foi paulatinamente se esgotando. Na lavoura, foram aplicados os corretivos necessários para uma adequação

técnica às produções pretendidas, com o uso de fertilizantes e aditivos químicos para controlar a fertilidade do solo e combater pragas geradas no próprio desequilíbrio criado pelo desmesurado desmatamento” (THOMAZ DE ALMEIDA, 2001:s.n.)

Ao longo da década de 80, com o território guarani já muito tomado por empreendimentos agropecuários, foi possível acompanhar o financiamento para a grande produção e os investimentos em infraestrutura favorecedores deste setor, como a construção de silos e a melhoria no sistema de transporte rodoviário. Neste momento, “o capital local alia-se ao de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (...) A região sul do Mato Grosso uniu-se, assim, a estados ricos da União, no que foi favorecida por sua localização” (IBGE, 1980 apud Thomaz de Almeida, 2001, s.n.).

5.3 A primeira Aty Guassu (1978) e o início do movimento de reocupação (1978-2019)

Com o intenso desmatamento na região, a expulsão das famílias indígenas de seus tradicionais espaços de ocupação e as reservas cada vez mais lotadas, a situação fundiária dos indígenas na região se acirra. É neste contexto que, em 1978, se inicia um movimento de reivindicação dos territórios sobre os quais foram retirados para dar espaço ao avanço das frentes econômicas que cruzavam a região. Este movimento teve início nas reuniões do Projeto Kaiowa Nhandeva (PKN), em curso na ocasião (Ver no Anexo A).

Sobre este fato, Barbosa da Silva conta que

“Com o passar do tempo, então, paralelamente à função que sempre teve, o termo aty guasu adquiriu um outro significado, tornando-se um fórum geral dos Guarani, realizado com regularidade, durando vários dias, com entidades fornecendo o suporte financeiro necessário. Naquele final dos anos de 1970, além do PKÑ passou a atuar na região também o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e os índios contaram com ocasiões regulares para discutir suas questões, mormente a da terra. Nesse período histórico deu-se um desencadeamento de reivindicações no MS” (BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 67-68).

As reuniões no contexto do Projeto Kaiowa Nãndéva (PKÑ), no ano de 1978, na reserva de Pirajuy, tinham como objetivo discutir as roças para a produção de alimentos. Porém, em um determinado momento, no fim de 1978, em Pirajuy, o principal tema abordado deixou de ser as roças e se tornou as situações de conflito por terra. Estas reuniões, chamadas Aty Guasu, funcionavam como um organismo intercomunitário. Para Mura (2006), “as características étnicas desse processo de ordenamento político em busca de espaços para se viver, expressam-se na existência da aty guasu (assembléia geral), um organismo intercomunitário que surgiu em 1978” (Mura, 2006:89). Essas “assembleias gerais” funcionam como um local de discussão sobre assuntos do interesse de todos – homens, mulheres, jovens e crianças, sendo realizadas no interior de cada comunidade (Mura, 2006).

Benites (2014) conta que já durante a primeira Aty Guasu, “as lideranças religiosas determinaram que durante o processo de reocupação era necessária e fundamental a participação direta de todos os integrantes das famílias extensas dos *tekoha* antigos, incluindo as crianças, os homens, as mulheres e os idosos” (Benites, 2014, p. 197).

Estas grandes assembleias intercomunitárias, realizadas pelos guarani kaiowá e nhandeva presentes no MS há mais de 3 décadas, representam uma forma de se mobilizar, articular e construir um projeto político guarani, demonstrando que estes agentes possuem um papel ativo no conflito por terra atualmente instituído na região. Benites (2014) propõe analisar o papel destes indígenas, autoridades e instituições nas interpretações acerca do conflito instaurado na região, dando conta do protagonismo indígena na dinâmica destes conflitos.

Sob este viés, a Aty Guassu é um ponto interessante para a análise deste processo. De modo geral, as Aty Guassu significa “reunião grande”, geral, que ocorre nas comunidades guarani compostas por famílias extensas com algum grau de parentesco, para fins de discutir um assunto que seja de interesse geral. As decisões tomadas nestas reuniões costumam ser definidas através de um consenso. “Característica marcante dos Guarani (e destacada na literatura específica) é o fato de que as decisões envolvendo comunidades são sempre resultado de um consenso geral” (Barbosa da Silva, 2007, p. 67).

Nestas reuniões são discutidos os problemas entre as famílias guarani, principalmente no que refere às reivindicações fundiárias das famílias extensas sobre suas terras de origem comum, das quais foram obrigadas a sair a partir da expulsão por não-indígenas. As famílias expulsas de seu *tekoha* passaram a viver em acampamentos nas margens da estrada, ou mesmo nas reservas criadas pelo SPI. Sobre a reocupação destes territórios tradicionais, Benites (2014) conta que

“As táticas de reocupação dos territórios tradicionais (*jaha jaike jevy*) se tornaram temas discutidos e deliberados amplamente no Aty Guasu. A expressão ‘*Jaha jaike jevy*’ significa ‘Vamos entrar e recuperar’. E *jevy* tem o significado de ‘repetir’, ‘ativar’ novamente ou uma vez mais. Por essa razão, a expressão *jaha jaike jevy* significa ‘vamos entrar e recuperar (outra vez ou de novo)’. Serve também para dizer algo parecido como ‘vamos entrar e morar outra vez nas terras tradicionais’, e é marcadamente uma resposta ou reação, organizada através do Aty Guasu, para fazer frente à expulsão (no passado e em contextos atuais) dos territórios reivindicados” (BENITES, 2014, p. 30)

Esta mobilização a nível intercomunitário visa recuperar os espaços territoriais para que a vida comunitária possa existir segundo as regras do *ñande reko* (“nosso modo de ser”) (Mura, 2006). Para isso existem as táticas de reocupação sobre as quais os rituais de reza possuem importância significativa ao longo do processo de entrada (Benites, 2014). Nas Aty Guassu são realizadas grandes rituais religiosos (*jeroky guasu*) para fins de reocupar o território tradicional do qual foram expulsos e também uma forma de se proteger da violência praticada por fazendeiros. “Assim, a realização dos rituais religiosos durante os Aty Guasu é para buscar a proteção dos *ñanderyke’y* (‘nossos irmãos [invisíveis]’) do cosmos e dos *tekoha jara kuera* (‘guardiões das terras’)” (Benites, 2014, p. 30).

Benites considera este processo de entrada nas terras de tradicional ocupação (isto é, o *oikepa jevy*, “entraram todos outra vez”) como fruto da articulação de lideranças políticas e da ação religiosa de líderes espirituais. A vontade de retornar às terras tradicionais das famílias extensas, das quais foram expulsas ao longo do século XX, “foi um motivo fundamental para as lideranças articuladoras das famílias extensas passarem a se interessar por participar dos rituais religiosos (*jeroky*) e dos Aty Guasu” (Benites, 2014, p. 196).

Para o momento da entrada nas terras existe uma articulação nos Aty Guasu¹⁹ e a busca pelo apoio de lideranças, através dos rituais religiosos, como preparo para a reocupação das terras de tradicional ocupação das famílias extensas guarani. Casais de lideranças políticas, líderes espirituais, seus auxiliares e jovens, compõem a equipe da frente das retomadas que coordenam o processo de reocupação e, para isso, devem participar permanentemente dos rituais religiosos de preparo e proteção para o momento de reocupação (Benites, 2014). Os rituais (*jeroky*) são realizados durante três ou quatro noites consecutivas, e seu objetivo principal é “proteger e preparar os envolvidos na reocupação para que elas mantenham bom contato com os seres invisíveis, e os guardiões do *tekoha* abandonado, uma vez que eles irão manter novamente contatos com esses seres invisíveis existentes naquele espaço” (Benites, 2014, p. 197).

Ao longo destas 4 décadas em que vêm sendo realizadas as Aty Guasu, foi possível observar algumas mudanças em sua forma de se organizar. Sobre estas mudanças, Mura conta que “(...) desde o início dos anos 80 as aty guasu no MS deixaram de ser a assembleia exclusiva do *tekoha* (e, como se poderá ver, do *tekoha guasu*), passando a constituir também um fórum de discussão entre membros de todas as áreas kaiowa e ñhandéva da região” (Mura, 2006, p. 120). Hoje, além das 8 reservas já demarcadas pelo SPI, há 14 TI's em estudo, 5 TI's delimitadas, 7 TI's declaradas, 7 TI's homologadas, 2 Reservas Indígenas e 23 TI's regularizadas.

Se comparados os índices demográficos das áreas de reservas e das áreas de retomadas, seja estas últimas definidas jurídica e administrativamente ou não, pode-se aferir que áreas recuperadas pelos indígenas possuem uma distribuição mais adequada da população nestes espaços. Hoje as áreas de reserva sofrem com uma

¹⁹ Sobre o vocabulário utilizados nessas reuniões... “(...)esses grupos começavam a se preparar e então passaram já a se apresentar articuladas nos Aty Guasu para fazer a reocupação de seus *tekoha* perdidos, solicitando, assim, o apoio (ñomoiru ha pytyvõ) de outras lideranças do Aty Guasu. O significado de ñomoiru ha pytyvõ é muito importante para se compreender a articulação dessas diversas lideranças. Ñomoiru significa “se articular”, “se juntar em grupo”, “se proteger”, “ser companheiro (a)” (Benites, 2014:196). “A expressão Pytyvõ quer dizer “prestar apoio”, “cooperar”, “dar força”, “encorajar”, “solidarizar,” “escoltar”, etc. Nesse sentido, Ñomoiru ha Pytyvõ pode ser definido como uma série de táticas que são postas em prática no momento de reocupação dos *tekoha*. O Ñomoiru ha Pytyvõ foi sendo cada vez mais refletido e melhorado ao longo de vários anos no seio do Aty Guasu” (Benites,2014, p. 196).

forte pressão demográfica e uma litigiosidade interna que vem agravar os conflitos internos entre as comunidades locais. Válido ainda ressaltar a não dissociabilidade dos conflitos internos presentes na reserva ao conflitos fundiários presentes na região, dada a falta de seus *tekoha*. Em contraposição aos fins do SPI de restringir e constranger os índios a espaços delimitados, os *tekohas* reocupados por estes possibilitam um melhor equilíbrio entre população e espaço, de modo a equalizar os níveis de densidade demográfica, elevando a um patamar no qual seja possível uma maior estabilidade nas relações políticas internas, vindo a influir na diminuição dos índices de violência por conflitos internos.

Barbosa da Silva (2007) pontua, de maneira resumida, o processo como se dá neste momento de reocupação das terras por grupos macrofamiliares guarani: primeiro quando o grupo decide reivindicar; em seguida, articulam-se para tal reunindo o maior número de pessoas; entram no que delimitam por seu *tekoha*; pressionam para que a FUNAI inicie os estudos de identificação daquele *tekoha* para, em seguida, seguir os passos do processo administrativo de homologação de uma TI. Durante este processo, estas famílias ficam acampadas nestas terras e sujeitas a serem desalojadas, seja por via judicial ou mesmo por ataques de “seguranças” das fazendas.

5.4 A chegada das primeiras usinas de etanol na região (1982-2019)

A primeira usina de Mato Grosso do Sul foi instalada ainda em 1975²⁰, ano de publicação do decreto que instituiu o Programa Nacional do Álcool (Proálcool)²¹. A Usina Sonora tem sua história atrelada ao discurso dos pioneiros e à fundação do próprio município. Enquanto as terras em questão teriam sido compradas ainda na década de 1960, as atividades da destilaria e, posteriormente, da usina, teriam sido iniciadas em meados da década de 70. Segundo Feitosa,

²⁰ Segundo site da própria empresa. Disponível em: <http://www.usinasonora.ms.com.br/principal/conteudo/5>., consultado em 23 de janeiro de 2018.

²¹ Decreto nº 76.593, de 14 de Novembro de 1975, que institui o Programa Nacional do Álcool e dá outras Providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76593-14-novembro-1975-425253-publicacaooriginal-1-pe.html>, consultado em 23 de janeiro de 2018.

“Relatos obtidos em pesquisa de campo apontam que a visão dos primeiros proprietários de terra sobre si mesmos, era a de desbravadores. Segundo a história oficial do município de Sonora, área de fronteira entre os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, criada no contexto de expansão da fronteira e da formatação da grande propriedade na região, resultante dos projetos de financiamentos subsidiados pelo governo federal, (panfletos, jornais, sites produzidos pela prefeitura), a origem da cidade teria se dado com a chegada à região de Maurício Coutinho Dutra, comandante da Panair do Brasil¹, na Era Vargas” (FEITOSA, 2014, p. 278)

No que aqui identificamos como a região produtora de cana do estado, coincidente com o Sul do estado, o setor ganha uma especificidade: a forte presença dos guarani. Durante as primeiras décadas de produção de cana de açúcar, a mão de obra utilizada no corte era basicamente indígena.

Como já pontuado, durante a colonização do Mato Grosso do Sul, estes povos encontravam como meio de captação de recursos algumas formas de trabalho temporário fora da aldeia, principalmente nos seguintes cargos: extração da erva-mate, desmate para abertura das fazendas, limpeza dos campos de grãos e corte da cana de açúcar para as usinas. É o que os guarani denominam como *changa*, resumidamente, “trabalho remunerado e temporário fora da aldeia” (Thomaz de Almeida, 2001).

Sobre estas atividades temporárias realizadas fora da aldeia, o trabalho no corte da cana, por parte destes povos, possui uma característica distintiva se comparado aos outros ciclos que cruzaram a região. No comparativo feito por Mura (2006), o autor aponta que até a primeira metade dos anos 70, os contingentes de trabalhadores indígenas eram modestos e o trabalho realizado até então era temporário, de modo que estas atividades pouco alteravam a “organização sócio-técnica dos Guarani” (Mura, 2006). Após as derrubadas das matas, a partir de 1970 cresceram as plantações de cana-de-açúcar no estado e as usinas de álcool foram se instalando e incorporando mão de obra indígena. Neste momento, intermediada pela figura dos “gatos”, as usinas arregimentava um grande contingente de mão de obra indígenas nas reservas (Mura, 2006).

A precariedade nas relações e condições em que estas atividades se davam/dão na atividade do corte da cana, agravada ainda pelo racismo, é um ponto a ser destacado. Neste momento os indígenas se encontravam numa situação de expulsão de suas terras originárias, sendo compulsoriamente assentados nas reservas e tendo se tornado mão de obra nas usinas. Sobre este período de transição,

com a chegada das usinas, o uso de força de trabalho guarani e assentamento compulsório, Chamorro conta que

“a Reserva de Amambai passou de 840 habitantes em 1975 para 1737 em 1982. A Reserva de Caarapó passou de 971 em 1975 para 1271 em 1980. A Reserva de Dourados passou de 1600 para 1969 para 3750 em 1979, para 4500 em 1984 e para 6300 em 1991. A Reserva de Sessoró passou de 550 em 1975 para 1400 em 1984” (CHAMORRO, 2015, p. 207)

Segundo a autora, a situação destes indígenas se agravou a partir de 85 com a entrada destes novos agentes econômicos, que “passam a disputar a posse e a exploração das terras indígenas e a requerer mão de obra kaiowa e guarani²² nas usinas de produção de etanol em larga escala, com o incentivo do governo”, o que veio a produzir mudanças profundas no modo de vida e ambiente em que estes povos viviam (Chamorro, 2015, p. 206).

“A Reserva de Dourados, para onde foi transferida a maior parte das famílias indígenas desterradas das proximidades, passa a fornecer para a cidade uma boa parte dos trabalhadores que prestam serviços nos setores mais mal pagos. Com o aumento das usinas de álcool no estado (hoje são 22), a dependência do trabalho indígena para os serviços mais pesados se tornou explícita. Mais de cinco mil indígenas guarani, kaiowa e terena estão empregados nas usinas. (...) O trabalho indígena nas usinas tem sido uma constante desde o início das atividades deste setor no estado. Hoje, nem mesmo as comunidades mais tradicionais, como a de Panambizinho, consegue ficar fora dessa atividade” (CHAMORRO, 2015, p. 208)

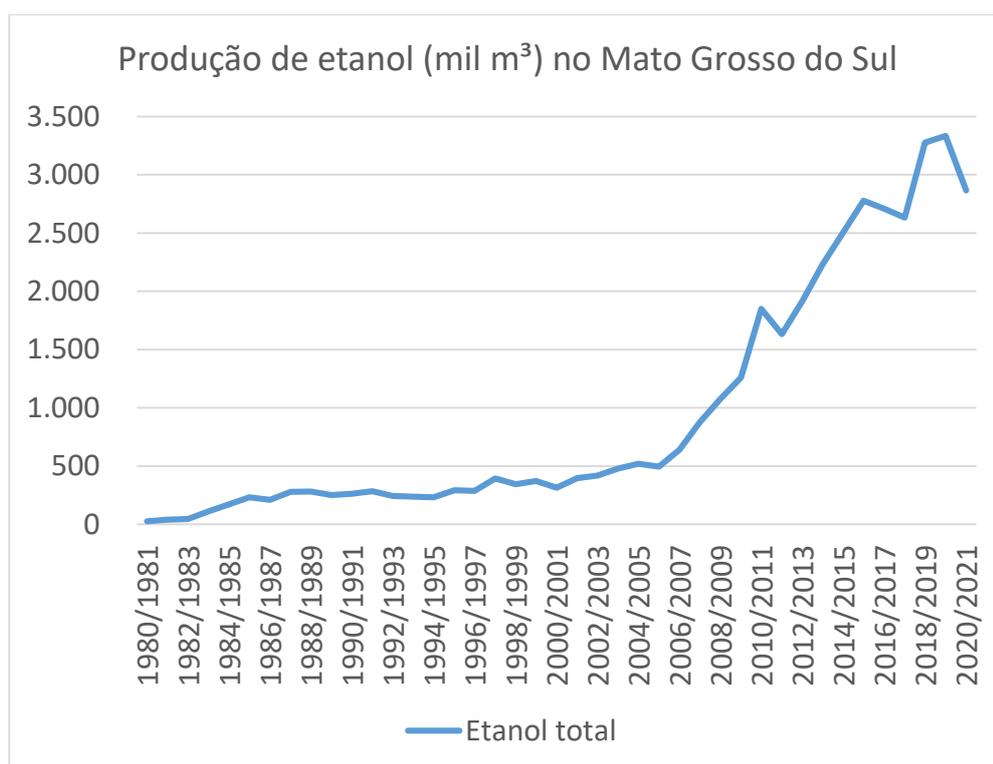
Durante a década de 1980, mais precisamente entre 1982 e 1985, na fase mais “acelerada” do Proálcool (SHIKIDA; BACHA, 1999), foram fundadas ainda mais cinco usinas no estado²³, que estão ativas até os dias de hoje. O estado de Mato Grosso do Sul teria absorvido 2,3% dos projetos do Proálcool no período 1980 a 1985 (SHIKIDA e BACHA, 1999, p. 76). A Usina Sonora se localiza no noroeste do estado, e as outras cinco usinas estão localizadas mais ao sul, dentro do que chamaremos aqui como região produtiva de cana-de-açúcar no estado.

²² Chamorro opta por utilizar o modo como os quais se autodenominam, quais sejam: os guarani kaiowa se autodenominam kaiowa, e os guarani nhandeva se autodenominam guarani.

²³ São elas: Biosul/ Maracajú, Alcolvale, Usinavi, Santa Helena e Biosev Passatempo.

Os dados de implantação de unidades sucroenergéticas (primeira safra) fornecidos pela Biosul²⁴ não indicam a instalação de nenhuma nova usina entre as safras de 1984/85 e 2006/07, quando se instalaram duas novas usinas e iniciou-se um novo ciclo de crescimento no setor sucroenergético no estado. Na safra seguinte, se instalaram mais 3 usinas e, em 2008/09, mais uma. Já na safra de 2009/10 foram instaladas mais 7 usinas novas no estado, marcando um movimento de intenso crescimento da produção, que se reflete na curva ascendente angulosa no Gráfico 3. Entre 2012 e 2014 foram instaladas mais 4 usinas. Em 2012, o site da UDOP²⁵ indicava a existência de 25 usinas em funcionamento no estado e o projeto de criação de mais 15, o que não se concretizou. O estado tem hoje 22 usinas em funcionamento, estando 3 delas em recuperação judicial, sendo duas originárias do Proálcool.

Gráfico 3 - Produção de etanol (mil m³) no Mato Grosso do Sul



Fonte: UNICA

²⁴ Dados obtidos em trabalho de campo por Ricardo Castillo e Ana Carolina M. Faccin.

²⁵ União de Produtores de Bioenergia. Disponível em: <http://www.udop.com.br/index.php?item=erro#>, consultado em 13 de dezembro de 2017.

No Gráfico 3, podemos ver o aumento da produção de etanol, principalmente na virada do século. Estes dados refletem também a expansão vivida pelo setor produtivo em relação ao nível nacional, em especial no Centro-Sul do país. Segundo Castillo (2015),

“O aumento exponencial do mercado interno para o etanol (anidro e hidratado) a partir de 2003, potencializado pela dilatação do extrato populacional de renda média com acesso a bens duráveis e, após a crise financeira de 2008, pelas políticas federais de incentivo à aquisição de veículos novos por meio da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - que resultaram num acelerado crescimento das taxas de motorização - deu respaldo à reestruturação do setor sucroenergético no país” (CASTILLO, 2015, p. 96)

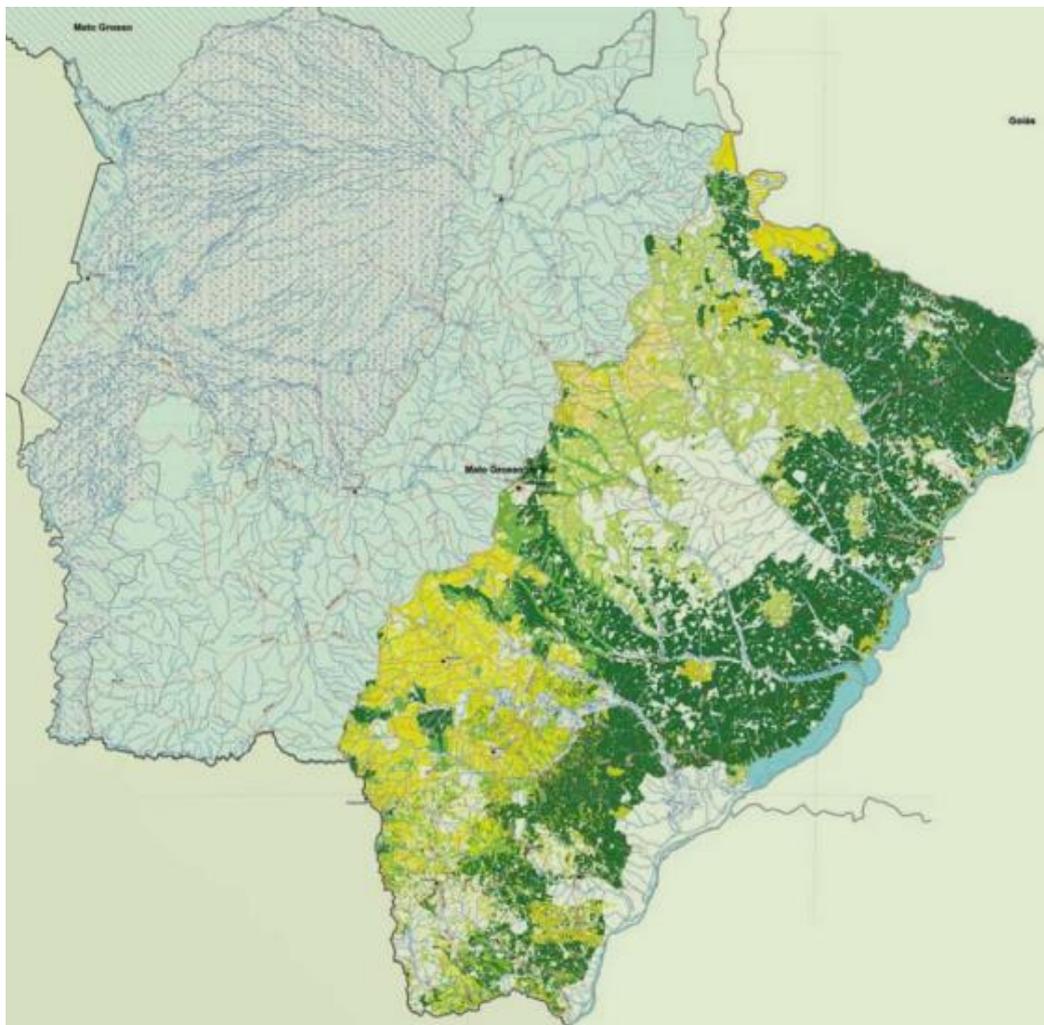
Esta reestruturação levou à publicação, em 2009, do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, organizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o objetivo de “fornecer subsídios técnicos para formulação de políticas públicas visando à expansão e produção sustentável de cana-de-açúcar no território brasileiro” (Manzatto, et all., 2019, p. 7). Para a realização do mapeamento das potencialidades de áreas para a expansão da produção, foram consideradas as informações de aptidão e risco climático, aptidão pedológica e usos do solo. Embora a área abrangida pelo Zoneamento Agroecológico seja o país inteiro, estão excluídas:

“1. as terras com declividade superior a 12%, observando-se a premissa da colheita mecânica e sem queima para as áreas de expansão; 2. As áreas com cobertura vegetal nativa; 3. os biomas Amazônia e Pantanal; 4. as áreas de proteção ambiental; 5. as terras indígenas; 4. remanescentes florestais; 6. dunas; 7. mangues; 8. escarpas e afloramentos de rocha; 9. reflorestamentos e 10. áreas urbanas e de mineração” (MANZATTO et all., 2019, p. 8)

Seguindo estes critérios, o estado de Mato Grosso do Sul, embora tenha praticamente metade de sua área excluída do levantamento, por fazer parte tanto do bioma do Pantanal quanto da bacia do Alto Paraguai, apresentou um potencial bastante elevado de expansão do cultivo, apresentando a maior disponibilidade de áreas consideradas de aptidão alta de todo território nacional. Do total de áreas consideradas de alta aptidão para expansão em todo Brasil, cerca de 48% estão no estado. Somando as áreas de aptidão alta, média e baixa, o estado fica atrás apenas

de Minas Gerais em extensão de terras consideradas aptas ao cultivo, representando 21% do total.

Figura 8 - Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar no MS (2009)



Fonte: Única

Figura 9 - Legenda do Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar no MS (2009)



Fonte: Única²⁶

O Sul do estado é a área que mais intensamente tem sido destinada a este cultivo, compondo o que aqui é definido por região produtiva de cana-de-açúcar. Para definir uma área prioritária de análise do setor, cinco usinas foram desconsideradas para esta regionalização, sendo elas:

- na fronteira com Mato Grosso, a usina mais ao norte do estado, e já citada, Usina Sonora, a primeira do estado e única que se encontra na bacia do Alto Paraguai²⁷;

²⁶ Disponível em: <https://unica.com.br/wp-content/uploads/2020/10/zoneamento-agroecologico-da-cana-de-acucar.pdf> Acessado em: 04/02/2022.

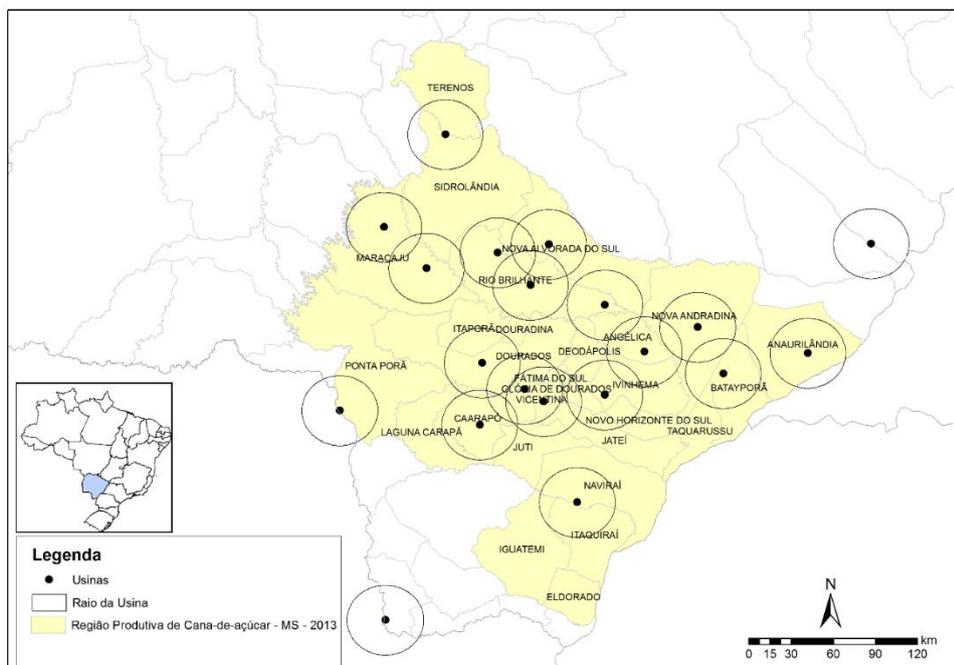
²⁷ Todas as outras usinas do estado se encontram na bacia do rio Paraná.

- na fronteira com Goiás, a Unidade Costa Rica, da Odebrecht Agroindustrial e a Iaco Agrícola, ambas posteriores a 2009. Estas duas usinas parecem se relacionar com a expansão da produção do estado de Goiás;

- nas proximidades da fronteira com o estado de São Paulo, a mais ao norte é a Alcoolvale, que teve sua primeira safra em 1983/84, fruto do Proálcool, e a mais ao sul é a Debrasa/CBAA, do Grupo José Pessoa, que se encontra parada e em recuperação judicial.

A área de produção maior e mais contínua está representada no Mapa 4, denominada como Região Produtiva de Cana de Açúcar no Mato Grosso do Sul (Arruzzo & Cunha, 2019), coincidindo com o Sul do estado. A região é composta pelos seguintes municípios: Anaurilândia, Angélica, Bataíporã, Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Ponta Porã, Rio Brillhante, Sidrolândia, Terenos, Taquarussu e Vicentina.

Mapa 4 - Localização das usinas e região produtiva no Mato Grosso do Sul (2018)



Fonte: CTBE; Censo Agropecuário/IBGE.

As 22 usinas hoje instaladas no Mato Grosso do Sul concentram alguns representantes do capital financeiro internacional, a exemplo do grupo Adecoagro, de

George Soros, e de tradings, como a Bunge, além da Raízen, a maior empresa nacional do setor. Junto a isso, o estado apresenta um expressivo número de concentração de unidades agroindustriais, como se pode observar na Tabela 1: a Odebrecht com três unidades; Biosev, com três usinas; Adecoagro, com duas usinas e J. Pessoa, com duas unidades.

Tabela 1 - Dados das usinas da região produtiva de cana-de-açúcar do MS

USINAS	Município	Capacidade de moagem (cana/safra em Ton)	Produção de etanol (etanol/dia)		Produção de açúcar (cana/safra em Ton)	Capacidade de cogeração de energia (potência fiscalizada em Kw)
			anidro (m³)	hidratado (m³)		
ADECOAGRO	Ivinhema	2.000.000	0	1500	187.500	40.000
RAÍZEN ENERGIA S/A	Caarapó	3.108.000	0	500	20.000	76.000
ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL - ELDORADO	Rio Brilhante	3.500.000	750	1700	240.000	25.019
BIOSEV	Maracaju	2.264.400	0	360	17.200	7.400
BUNGE - MONTEVE RDE	Ponta Porã	1.400.000	0	600	Sem informação	20.000
BIOSEV - PPASSA TEMPO	Rio Brilhante	3.996.000	750	950	19.200	73.800
BIOSEV - RIO BRILHANTE	Rio Brilhante	5.794.200	950	1000	52.900	90.000

ODEBREC HT AGROINDUSTRIAL - SANTA LUZIA	Nova Alvorada do Sul	6.000.00 0	900	2800	Sem informação	130.000
J.PESSOA/CBAA	Sidrolândia	Sem informação	300	350	Sem informação	5.360
INFINITY BIO-ENERGY - USINAVI	Naviraí	3.400.00 0	300	600	110.50 0	12.000
TONON - VISTA ALEGRE	Maracaju	2.500.00 0	600	600	173.00 0	30.000
ADECOAGRO	Angélica	5.600.00 0	1200	1200	330.00 0	96.000
USINA AURORA	Anaurilândia	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Não possui
USINA DCOIL	Iguatemi	900.000	0	350	Sem informação	4.000
USINA FÁTIMA DO SUL	Fátima do Sul	1.420.80 0	0	600	Sem informação	Não possui
USINA LAGUNA	Batayporã	1.000.00 0	0	400	Sem informação	Não possui
USINA SANTA HELENA	Nova Andradina	2.000.00 0	150	750	Sem informação	3.200
USINA SÃO FERNANDO	São Fernando	4.500.00 0	750	825	330.00 0	Não possui
USINA VICENTINA	Vicentina	1.200.00 0	0	400	Sem informação	2.000

Fonte: Canasat 2017

Segundo dados da Biosul, as unidades do estado destinam a maior parte de sua produção para o etanol. O total da capacidade de moagem das usinas situadas

dentro da região produtiva é de 50.583.400 ton. de cana por safra, segundo dados do CanaSat 2017.

Importante ainda destacar que a expansão do setor na região produtiva se deu concomitantemente ao aumento do preço da terra. Como exemplo, podemos citar alguns municípios situados na região. Segundo dados da AGRIANUAL/FNP, o preço do hectare da terra agrícola de alta produtividade nos municípios de Sidrolândia/Nova Alvorada do Sul de 2010 a 2015 passou de R\$7.800,00 para R\$19.667,00; já em Rio Brilhante/Maracaju, subiu de R\$8.083,00 para R\$21.500,00; em Naviraí/Caarapó aumentou de R\$7.500,00 para R\$19.167,00 e em Dourados passou de R\$8.000,00 para R\$20.333,00²⁸, no mesmo período.

A partir da primeira década dos anos 2000, configura-se uma nova fase do setor no estado, não apenas a nível do aumento absoluto da produção e área plantada, mas a expansão do setor na região produtiva também se dá a nível tecnológico em um processo de crescente mecanização das lavouras. A expansão quantitativa e qualitativa do setor na região produtiva coincide com a instauração de normas que regem a questão das queimadas dos canaviais em âmbito federal e também com delimitação de áreas passíveis de expansão, a partir da elaboração do Zoneamento Agroecológico da Cana de Açúcar²⁹.

Alguns estados produtores estabeleceram normas específicas para tratar do assunto, dentre eles Mato Grosso do Sul. No estado, a Lei nº 3.404/2007 estipulou que a eliminação da queima deve acontecer num prazo de 10 anos, iniciando-se em 2007. Segundo esta lei, produtores de cana em Mato Grosso do Sul tiveram o prazo até 2017 para eliminar totalmente a queima das lavouras de cana-de-açúcar no país, o que faz acelerar a substituição do trabalho manual do cortador pelo trabalho mecanizado do operador de uma colheitadeira.

Com a eliminação total da queimada há um aumento da possibilidade de expansão do mercado de bioeletricidade, que utiliza a palha da cana que resta nos canaviais após a colheita para a cogeração de energia, tanto para abastecimento da

²⁸ A seleção dos municípios citados neste parágrafo é referente ao banco de dados que, dentre os municípios que compõem a região produtiva, são os que tiveram seus dados disponibilizados. Os municípios vêm em pares, pois a metodologia de análise utilizada pelo AGRIANUL/FNP para o cálculo do preço da terra é dada por região composta por dois municípios limítrofes. Vale ainda acrescentar que os valores aqui citados não estão corrigidos pela inflação.

²⁹ Apresentado no subtópico anterior.

própria usina, como para venda. Historicamente, a indústria utiliza o bagaço para a produção de energia, tanto térmica, já que o vapor é necessário para a fabricação de açúcar e etanol, quanto elétrica, para alimentar a atividade das usinas. A Região Produtiva participa deste cenário e tem ampliado a cada ano a comercialização da bioeletricidade.

Segundo dados da Tabela 1, é possível identificar que hoje a capacidade total de geração de bioeletricidade no estado é de 762.807 Kw. Dentre as 22 usinas em operação no estado, apenas 6 não possuem capacidade de gerar bioeletricidade. Já na região produtiva, das 19 usinas em operação apenas 3 não possuem capacidade de gerar bioeletricidade. E, ainda, as 11 usinas que possuem capacidade de gerar eletricidade são capazes de gerar um total de 614.779 Kw de bioeletricidade.

O aumento do aparato tecnológico possibilitador do crescimento do rendimento da produção em alguns municípios reflete a busca pelo aumento do índice de competitividade no mercado. Essa reestruturação do modo de produção implica não só na concentração do capital, como também incide sobre uma reconfiguração do mercado de trabalho. Em outras palavras, a reestruturação técnica e organizacional da produção situada na região produtiva traz à tona uma série de mudanças, não apenas no âmbito de um novo aparato técnico que se instala no local, mas também nas ações que são exercidas sobre esse aparato, isto é, o trabalho. É neste sentido que a figura do cortador de cana vai cada vez mais sendo substituída pela figura do operador de máquinas, na medida em que a mecanização do setor avança.

Como pontuado, já na segunda fase de expansão do setor, em que há um aumento quantitativo e do nível técnico do setor, os indígenas que realizavam a função do corte da cana passam a ser substituídos por operadores de máquinas que são de origem nordestina, e que foram dispensados dos canaviais de São Paulo (principalmente Sertãozinho e Piracicaba).

Os canaviais de São Paulo também passam por uma intensa e constante reestruturação técnica do setor, liberando um contingente de força de trabalho que muitas vezes migra para trabalhar no corte mecanizado nas lavouras da região produtiva sul mato-grossense. Segundo Bernardes e Arruzzo (2016),

“Essa concentração da produção em determinadas porções do território de Mato Grosso do Sul, adaptadas às novas tecnologias, que dispõem de vantagens comparativas e competitivas, configurando espaços sociais diferenciados e hierarquizados, formadores de regiões especializadas agrícolas, leva ao aprofundamento da divisão

regional do trabalho, constituindo as bases do novo modelo de acumulação. Em suma, a expansão da fronteira do setor nesse estado vem se dando à custa do controle dos recursos e do domínio do espaço físico, implicando em reformulações nas relações econômicas, sociais e de poder, significando extinção de setores e criação de novos domínios, assumindo a propriedade da terra, nesse contexto, significado especial (BERNARDES & ARRUIZZO, 2016, p. 18)

O sociólogo Ricardo Antunes (1995) aponta uma tendência à “desproletarização”, entendida como perda relativa do montante de trabalho assalariado formal diante do conjunto das ocupações totais, e a “precarização”, entendida como inserção dos trabalhadores em novos postos de trabalho, seja em relação às terceirizações, ao aumento do ritmo de trabalho, ao trabalho temporário, etc. Para Thomaz Jr (2002), o trabalho tende a desmaterializar-se e intelectualizar-se, mas também há precarização do trabalho, que se faz presente na desqualificação e sub proletarização.

Muitas vezes o setor se instala e se expande sob o discurso da geração de emprego, fala-se muito sobre números de cargos empregatícios gerados, mas pouco sobre que condições estes trabalhos se dão. A extinção do corte manual da cana de açúcar e de todas as etapas intensivas em força de trabalho no segmento agrícola não necessariamente indica que não exista precarização nos novos cargos de trabalho oferecidos pelo setor sucroalcooleiro, face à crescente mecanização, a partir do momento em que: o trabalho é temporário, multifuncional, complexo, de baixa remuneração, cada vez mais competitivo, e à medida em que a máquina aumenta substancialmente, não só o ritmo de trabalho como também o filtro de mão de obra, é também terceirizado. Segundo Bernardes e Arruzzo (2016),

“Como nos diz Lefébvre (1973), a criação, a adoção e a difusão de técnicas não se concebem à margem das relações sociais. A introdução do corte mecanizado, por exemplo, vem eliminando substancial contingente de trabalhadores menos qualificados, significando mudanças quantitativas e qualitativas em relação à força de trabalho; as estratégias de terceirização foram estimuladas e formas degradadas de trabalho, com frequência, são encontradas na atividade canavieira, sendo as mesmas interpretadas como 'Formas Contemporâneas de Escravidão' por José de Souza Martins, que afirma que não constituem um problema residual, mas 'uma expressão tardia de contradições próprias do desenvolvimento capitalista, que se manifesta em condições econômicas, sociais e culturais particulares' (2000, p. 14)” (BERNARDES e ARRUIZZO, 2016, p. 16)

Diferente dos outros estados do Centro-Oeste, a logística de exportação das commodities do estado se dá via rodovias e portos do Sul. Nesse sentido, à medida que se dão as obras de duplicação da BR-163 na parte Norte, há um desafogamento do fluxo de mercadorias que circulam na parte sul da BR, facilitando a fluidez da circulação das commodities para o escoamento da produção pelo Sul.

Outra obra de relevância para a resolução dos gargalos logísticos do setor no estado foi a reativação do Porto Murtinho, como um incentivo ao transporte intermodal, como via de diminuição dos custos de escoamento da produção do setor. O objetivo da reativação do porto foi criar um novo canal de escoamento da produção e, deste modo, reduzir os custos no transporte dos produtos regionais para outros países.

É nesse sentido que, junto à reativação do porto, também foi criado um Programa de Estímulo à Exportação ou Importação pelo porto de Porto Murtinho (PROIEP), instituindo tal programa que as empresas que quiserem exportar pelo porto terão incentivos, que incluiu alguns benefícios fiscais. Do ponto de vista do Estado, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico já apontou o interesse em importar fertilizante pelo porto, enquanto se exporta açúcar e etanol, de modo que possibilite alcançar preços mais competitivos no mercado externo e também viabilizar a importação desses produtos e equipamentos para a indústria³⁰. Segundo Bernardes e Arruzzo (2016),

“No que concerne às formas de reprodução do capital, no âmbito de condições gerais, como a integração de capitais (financeiro, industrial, comercial e agrário), a intensificação dos arranjos institucionais setoriais, o favorecimento da concessão de subsídios estatais para financiamento e custeio da produção, da modernização do setor, condições que permitem aplicar constantemente novas soluções técnicas e organizativas, essa atividade assume significativa importância regional, com expressivos resultados no processo produtivo” (BERNARDES & ARRUIZZO, 2016, p. 15).

É possível afirmar, então, que a reestruturação do setor sucroenergético na região ligada a mudanças tecnológicas e organizacionais do capital, vai ao encontro da concentração do capital e da internacionalização, à medida em que aumentam os índices de competitividade, favorecendo o movimento de fusões e formação de consórcios. Segundo Bernardes e Arruzzo (2016),

³⁰ É válido ainda ressaltar o quão simbólico foi o embarque de 6 mil toneladas de açúcar com destino ao Uruguai durante a solenidade de reabertura do Porto em 2015.

“É importante assinalar que os modelos técnicos atuais exigem o controle sobre maiores capitais, grandiosas forças produtivas, vastas áreas territoriais e uma força de trabalho mais qualificada. Necessitam uma estrutura mais organizada, tendendo os novos processos a destruir processos de organização anteriores, porque são competitivos” (BERNARDES e ARRUIZZO, 2016, p. 16).

Neste sentido, a produção da região da cana de açúcar no estado extrapola limites locais de controle político, e até mesmo nacional, ao ser vinculada a interesses externos em diversas escalas nacional, regional e local. É sob interesses externos à escala local que muitas ações, que se dão sobre este espaço, ignoram a historicidade local, tal como demandas e determinados agentes locais, o que se intensifica ainda mais quando se trata dos povos originários do espaço onde hoje se encontra a Região Produtiva da Cana de Açúcar do Mato Grosso do Sul.

Ao analisar os aspectos técnicos e econômicos da região produtiva, pode-se apontar para uma relevante concentração da produção e ação de empresas transnacionais. Foi possível inferir que, este aumento da produção veio acompanhado do crescimento no nível técnico empregado no processo produtivo, refletido em alguns casos nos dados de rendimento. A mecanização do setor trouxe a necessidade de reorganização do mercado de trabalho, em termos quantitativos e qualitativos, tal como do processo produtivo como um todo. A representativa queda dos postos de trabalho no corte da cana de açúcar significou, para os povos guarani, aqueles que majoritariamente ocupavam estes postos, a necessidade de busca de outros meios de aquisição de recursos necessários à sua sobrevivência.

O crescimento da produção de cana-de-açúcar no estado impacta não apenas outras atividades economicamente relevantes, como a soja e o gado (Arruzzo e Cunha, 2018), como também acaba por se tornar um complicador a mais num quadro de intensos conflitos territoriais, envolvendo especialmente os guarani na região.

5.5 A chegada da produção de carne e a formação do setor carne-grãos (1990-2018)

A atividade de produção de grãos para a exportação, em especial de soja e milho, no estado de Mato Grosso do Sul, bem como as atividades relacionadas à

criação de aves e suínos, surgem ainda na década de 1970, intensificando-se, porém, nos primeiros anos do século XXI.

Ambos produtos, tanto o milho quanto a soja, são de extrema relevância na alimentação animal, sendo largamente utilizados em rações, fundamentais na formação do setor carne-grãos. Este processo está relacionado, entre outras coisas, ao aumento das possibilidades de suas interconexões, fortalecendo a formação deste setor.

Este crescimento das interconexões entre as partes locais dos circuitos espaciais de produção do setor carne-grãos tem sido, nos últimos anos, associado a uma tendência de concentração das atividades por empresas multinacionais. A modernização produtiva do campo para o cultivo de grãos (soja e milho), indicando elevado nível tecnológico na produção, a concentração de empresas multinacionais no processamento dos grãos e uma tendência à verticalização do sistema integrado na cadeia de carnes (suínos e frangos), são fortes indicadores deste processo no estado.

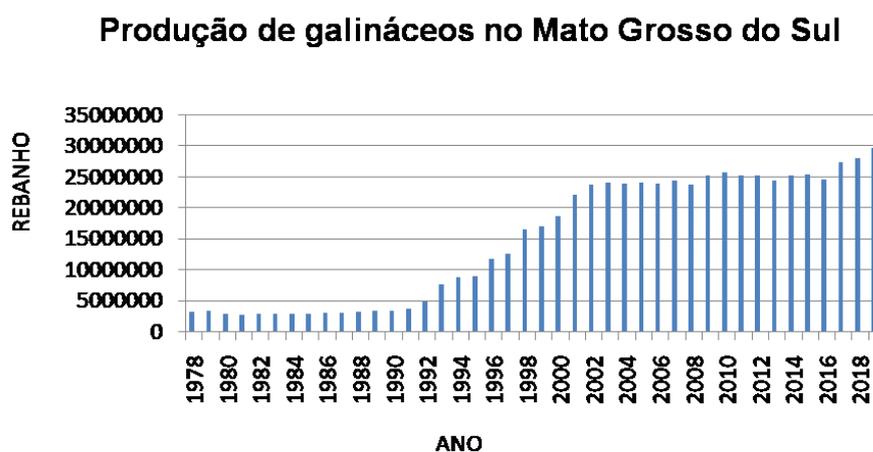
Se na organização do capital é observada uma progressiva monopolização da cadeia produtiva, nos distintos setores que a compõem, a nível espacial, é possível identificar a existência de uma região produtiva de grãos na região de estudo e a expansão do setor ao longo do eixo da BR-163. Sobre este aspecto, é fundamental ainda ressaltar que, como nos indica Silveira (2010), esta concentração de atividades de empresas de ação global em determinados pontos de uma rede urbana contribuem para a acumulação de funções em pontos e para o esvaziamento de outros, aumentando a vulnerabilidade econômica das cidades.

Por outro lado, os elementos que aqui enfatizamos não apenas são parte de circuitos espaciais de produção em escala planetária, como se encontram em regiões e espaços onde coexistem com outras atividades econômicas, história e conflitos sociais. O espaço é, ao mesmo tempo, co-presença, simultaneidade e uma acumulação desigual de tempos (Santos, 1999). Em especial, em Mato Grosso do Sul, destacamos que o crescimento destas atividades produtivas, assim como de outras relacionadas ao agronegócio³¹, atuam na ampliação de questões sociais e territoriais graves, como o caso dos guarani.

³¹ Ver, por exemplo, as relações entre o crescimento do setor sucroenergético e as questões territoriais referentes aos guarani kaiowa e nhandeva em Arruzzo e Cunha (2019).

Neste sentido, nos Gráficos 4 e 5, passamos a analisar a produção destes no estado, visando identificar seu crescimento e as possíveis relações com o grande crescimento dos dados relativos à produção de grãos (analisados no capítulo anterior).

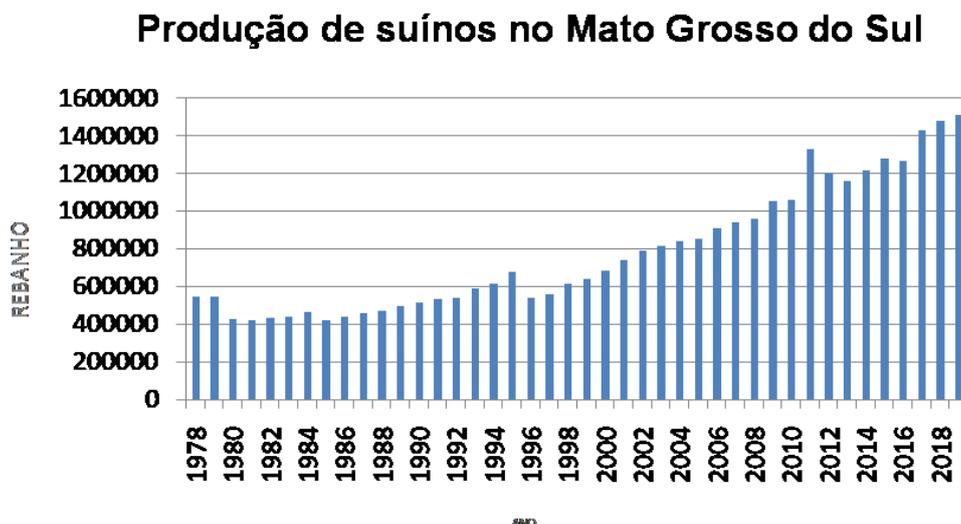
Gráfico 4 - Produção de galináceos no Mato Grosso do Sul



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE.

No Gráfico 4, vemos que a produção de aves, iniciada ainda em fins da década de 70 do século XX, sofre um aumento gradativo na década de 90, mantendo uma produção estável ao longo das primeiras décadas do século XXI, e uma certa tendência de crescimento a partir de 2016. O crescimento da atividade nos anos 90 tem relação com a reestruturação produtiva da avicultura em escala industrial no estado, associada aos sistemas de integração com as empresas de abate, acentuando as contradições nas relações familiares de trabalho (Mizusaki, 2007).

Gráfico 5 – Produção de suínos no Mato Grosso do Sul



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE.

No que se refere à produção de suínos, como podemos observar no Gráfico 5, o crescimento da produção ocorre de forma lenta e constante a partir de meados da década de 1980, acentuando-se levemente a partir de fins da década de 1990.

Como nos aponta Bernardes (2015), a industrialização dos grãos e da carne pode ser entendida de forma interligada, o que denominamos aqui de formação do setor carne-grãos. Nesse sentido, a maior proximidade com os fornecedores de matéria prima para a ração animal e o processamento dos grãos contribui para o crescimento da produção carnes no estado, associada à já citada reestruturação produtiva de base industrial, em especial no caso dos galináceos (Mizusaki, 2007), o que indica a existência de uma tendência de concentração produtiva do setor industrial da cadeia carne-grãos. Assim, entendemos que a formação do setor carne-grãos no estado ganha força a partir da década de 1990, porém, se consolida e amplia a partir do século XXI.

Os mapeamentos a seguir abordarão a distribuição espacial do setor de carne no estado e a relação entre os distintos agentes que a compõem, a distribuição espacial da produção dos grãos (sojicultura e milhocultura) e a produção das carnes (avicultura e suinocultura). Para cada setor analisamos a distribuição espacial de sua

produção e as empresas, tal como a inter-relação entre os principais agentes, abordando a organização espacial de todo o circuito espacial de produção carne-grãos (soja, milho, frango e suínos), enfatizando as etapas de produção agrícola e criação, e as etapas de processamento industrial e suas conexões, de modo a identificar os diferentes agentes que compõem o setor na região.

É importante ressaltar que, embora a análise seja realizada na escala estadual, com contornos regionais, os circuitos espaciais de produção são de dimensões planetárias. Aqui serão analisadas apenas as partes que estão presentes nestas regiões e suas interconexões.

Nos Mapas 5, 6, 7 e 8 será possível analisar de que forma a produção de carne está integrada à produção local de grãos, os quais fazem parte da ração destes animais. Segundo Bernardes (2015), esta cadeia caracteriza os novos tempos e espaços dos fronts tecnológicos nos cerrados brasileiros. Em suas palavras,

“A expansão da agricultura moderna no cerrado do Centro-Oeste constituía uma significativa fronteira técnica do capital até os anos 2000. Entretanto, na segunda metade da última década, os novos fronts vêm sendo constituídos pela cadeia de carnes, aproveitando a existência dos grãos em uma fronteira agrícola moderna consolidada, envolvendo a revolução genética na produção de frangos, suínos e bovinos, traduzidos em tecnologias de ponta que produzem impactos no campo e na cidade, instituindo novas relações” (BERNARDES, 2015, p. 11)

O estado de Mato Grosso do Sul apresenta importantes aspectos produtivos ligados ao setor carne-grãos. Em 2019³², o estado era o quarto estado em produção de milho do Brasil, quinto em produção de soja, quinto na criação de bovinos, sétimo de suínos e décimo terceiro em galináceos.

O controle do processo produtivo da soja e do milho em Mato Grosso do Sul cada vez mais se concentra nas mãos de poucos agentes, a partir de um maior emprego do nível técnico no processo produtivo e da reorganização produtiva do capital. Sobre esta questão, Faccin (2018) destaca que:

“Nesse contexto, devemos salientar o interesse das corporações transnacionais em investir de maneira intensa na produção em larga escala dos mais diversos tipos de flex-crops e commodities. A

³² Segundo os dados de Produção Agrícola Municipal e Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE.

competição instalada mundialmente pelo controle de terras e pelo controle da produção, seja através da atuação de tradings agrícolas, seja através das práticas de land grabbing (BORRAS JR et al, 2014) vem gerando fortes implicações para os países periféricos, especialmente para o Brasil. Segundo Oliveira (2003), a soja praticamente é a cultura responsável por determinar a verdadeira inserção do Mato Grosso do Sul no modo de produção capitalista, sendo que sua presença, segundo o referido autor, foi capaz até mesmo de estimular e expandir o modo de produção para a pecuária, atividade mais tradicional do estado, além de outros circuitos produtivos” (FACCIN, 2018, p. 5).

O cultivo de milho no estado de Mato Grosso do Sul é parte do sistema produtivo da soja desde a década de 90³³, ocupando as mesmas áreas produtivas no período da entressafra. No que se refere ao mercado consumidor de grãos, o principal destino da produção de milho é suprir a demanda interna para a alimentação animal, já a soja é comercializada em forma de grão, farelo e/ou óleo.

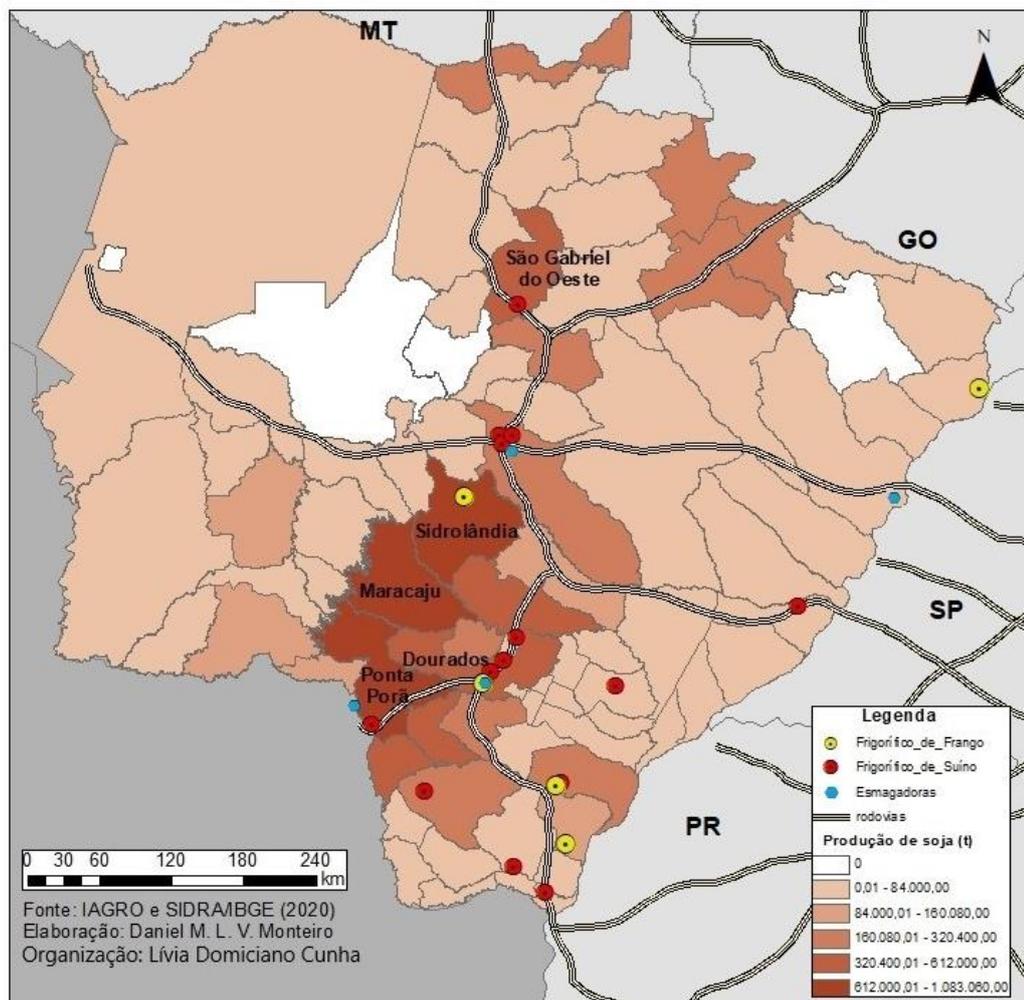
No Mapa 5, vemos a distribuição espacial da produção de soja no estado de Mato Grosso do Sul. Buscamos associar a produção de soja (posteriormente à de milho e de carnes) aos diferentes aspectos que compõem os demais circuitos espaciais de produção envolvidos na cadeia carne-grãos (esmagadoras e frigoríficos), incluindo os aspectos relacionados à circulação e logística (Castillo e Frederico, 2010).

Neste sentido, a partir do Mapa 5, é possível identificar que a produção de soja em Mato Grosso do Sul se concentra na porção sul do estado, assim como parece acompanhar parte dos principais eixos rodoviários, em especial a BR-163. Segundo dados do IBGE, os cinco municípios que mais produziram soja em 2018³⁴ foram: Maracaju (1.083.060 toneladas), Ponta Porã (787.200 toneladas), Sidrolândia (774.000 toneladas), Dourados (612.000 toneladas) e São Gabriel do Oeste (468.000 toneladas).

³³ Antes disso era cultivado o trigo safrinha.

³⁴ 2018 por ser o dado mais atual disponibilizado pelo banco de dados consultado (Censo Agropecuário/IBGE).

Mapa 5: Sojicultura no Mato Grosso do Sul (2018)



A evolução e concentração do cultivo da soja na porção Sul do estado tem influência de fatores naturais, mas também político-econômicos. A qualidade do solo (latossolo vermelho), as características climáticas (subquente e úmido; com variação de 1 a 2 meses de seca), a topografia (relativamente plana, como fator facilitador para a colheita mecanizada), a infraestrutura de circulação (BR-163) e políticas de incentivo ao setor³⁵, contribuíram para a atração e concentração da sojicultura na porção Sul do estado³⁶.

³⁵ Como parte de políticas de incentivo ao perfil brasileiro como agroexportador de commodities brasileiro.

³⁶ Cabe considerar também a porção oeste do estado tendo solo alagadiço e em grande parte sendo Área Protegida (Pantanal), já a porção Leste tendo solo arenoso e onde se concentra cultivo de eucalipto. Para mais informações, ver no Zoneamento Agroecológico feito para cada município. Ver em: <https://www.embrapa.br/solos/busca-de-publicacoes/-/publicacao/busca/zoneamento%20agroecol%C3%B3gico%20?>

Como vimos anteriormente, o crescimento da produção de soja no estado vem apresentando um crescimento acentuado nas últimas décadas. Este aumento se deve aos crescentes investimentos em pesquisas e em tecnologia - contribuindo para a expansão da produção e o aumento da produtividade - e às políticas de indução ao desenvolvimento do setor por parte do Estado, como os incentivos fiscais, dando segurança jurídica aos investidores e atraindo novos empreendimentos privados. Estes novos empreendimentos envolvem formas de agregar valor à produção por meio do beneficiamento e processamento. É neste momento que surgem as esmagadoras de soja.

“A origem do sistema produtivo da soja, o seu arranjo produtivo, em termos do desenvolvimento industrial e da própria formação do complexo da soja, está associada à expansão da capacidade de esmagamento durante os anos 70, quando o mercado internacional da soja se tornou altamente atrativo” (PAULO, 2010, p. 5)

Neste sentido, até 2018 o estado possuía 4 esmagadoras de soja em operação, a saber: ADM (em Campo Grande), Cargill (em Três Lagoas), Correcta (em Ponta Porã) e Bunge (em Dourados). Como podemos perceber no Mapa 5, as esmagadoras estão localizadas nas proximidades de importantes eixos rodoviários e em cidades de destaque do estado próximas a entroncamentos de grande relevância, como Campo Grande e Dourados. Em 2019 mais uma unidade processadora foi instalada, a COAMO (em Dourados), também localizada na região que concentra a produção de soja.

Estas empresas compõem um importante conjunto de agentes para compreendermos as relações que organizam e estruturam os circuitos espaciais da produção de grãos e suas possíveis integrações com a produção de carnes. Destas empresas, 3 são multinacionais que atuam na exportação de alimentos: a Archer Daniels Midland Company (ADM) uma multinacional com sede nos EUA, é uma empresa de processamento de matérias-primas agrícolas que entrou no mercado brasileiro em 1997. Sua unidade em Campo Grande (MS) atua no processamento de soja e produção de óleo desde 2018. A Cargill, também uma multinacional com sede em Minnesota (EUA), produz e comercializa internacionalmente produtos e serviços alimentícios, agrícolas, financeiros e industriais. Sua unidade em Três Lagoas (MS)

foi adquirida em 1997 e, além de esmagar soja, produzindo óleo comestível e farelo, também produz biodiesel desde 2012³⁷. A Bunge,³⁸ uma multinacional de origem holandesa com sede em Nova York (EUA), é a principal concorrente das norte-americanas Cargill e ADM, constituindo uma das principais empresas de agrobusiness e alimentos do mundo, atuando em toda a cadeia produtiva. Possui uma unidade de processamento de soja em Dourados.

As outras duas empresas em atuação no processamento de soja são a Correcta e a COAMO. A Correcta é uma empresa brasileira de alimentos especializada no processamento de trigo e soja para fabricação de farinhas e farelo de trigo, farelo e óleo de soja. Em Mato Grosso do Sul sua estrutura é composta por um armazém (em Dourados) e uma unidade processadora de soja (em Ponta Porã). A COAMO é uma cooperativa agroindustrial fundada em 1970, em Campo Mourão (PR). Possui 110 unidades nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, sendo duas esmagadoras de soja, produzindo farelo, óleo bruto e óleo refinado de soja, uma em Campo Mourão (PR) e outra em Dourados (MS), inaugurada em 2019. Em Mato Grosso do Sul a empresa se instalou em 2003, em Amambaí, possuindo hoje 14 unidades no estado que atuam no armazenamento de grãos (soja, milho, trigo) em Aral Moreira, Laguna, Carapã, Ponta Porã, Caarapó, Maracaju, Sidrolândia, Itaporã e, mais recentemente, em Dourados.

Ainda a partir do Mapa 5, reforçamos que é possível identificar alguns fatores de localização que contribuem para um maior rendimento das esmagadoras, a exemplo da proximidade com os municípios produtores de soja e os eixos de escoamento. Segundo Paulo (2010), que analisou as localizações de empresas esmagadoras de soja no estado,

“O estudo pode comprovar que quanto maior for uma microrregião produtora de soja no Centro-Oeste maior a probabilidade de encontrarmos nas redondezas uma indústria processadora de grãos. Essa estratégia reduz os custos para abastecimento dos silos da indústria com a matéria-prima. Incentivos fiscais por parte da cidade que se planeja construir uma unidade esmagadora e a facilidade de acesso aos modais de transporte para escoamento da produção são

³⁷ Além da unidade da Cargill (em Três Lagoas), outras empresas que produzem biodiesel no estado são a Biocar (em Dourados) e a Delta (em Rio Brilhante).

³⁸ A empresa também possui uma unidade em Ponta Porã, mas está atuando no ramo da comercialização de açúcar, etanol e cogeração de energia, desde 2008 a multinacional assumiu o controle da Usina Monteverde.

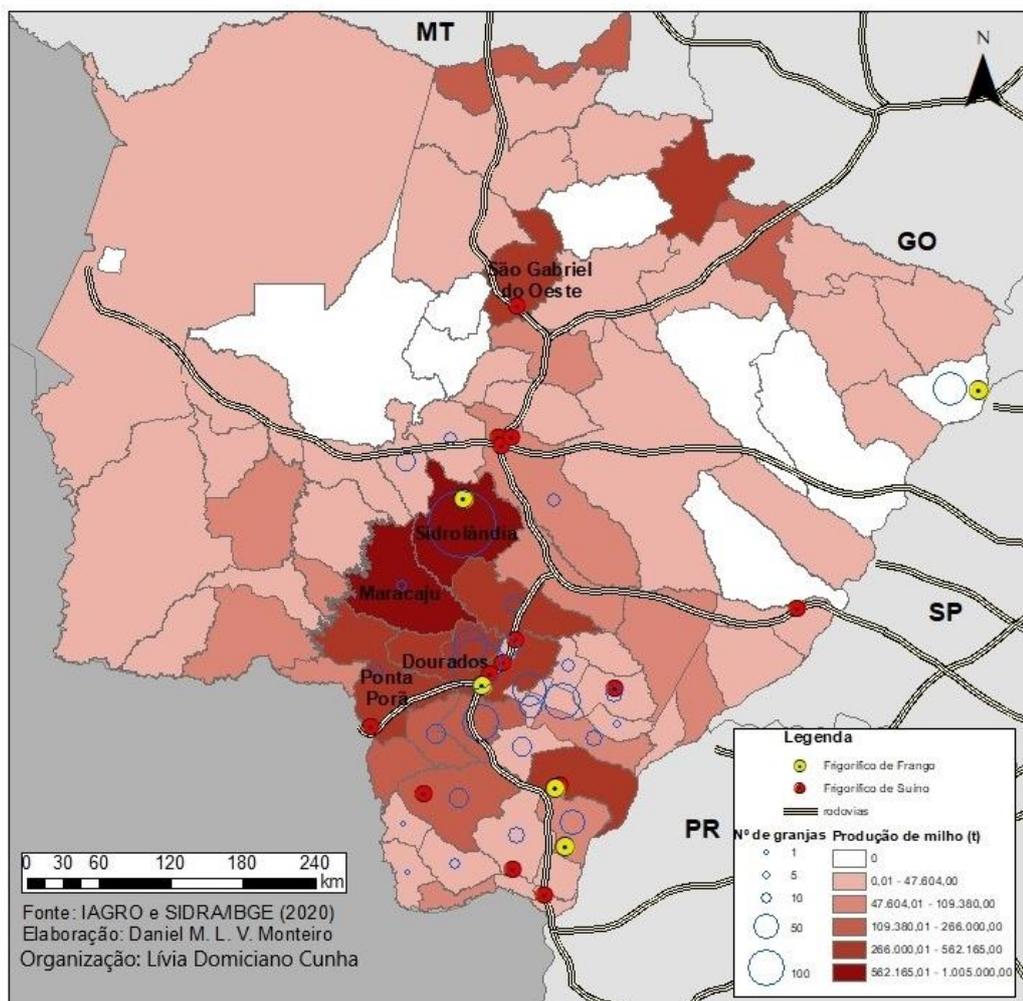
outros grandes fatores que são analisados antes da decisão de começar uma obra desse porte (PAULO, 2010, p. 29)

Grande parte da produção de soja brasileira está relacionada com o mercado externo, em especial a partir da atuação das empresas exportadoras (Bernardes, 2015). Por outro lado, parte do cultivo de soja produzida no estado é destinada ao abastecimento do mercado interno de farelos proteicos para alimentação animal. Nesse sentido, é possível considerar o cultivo de soja como um dos fatores de atração não só das esmagadoras, mas também do setor de carnes. Isto se torna mais nítido ao observarmos, novamente no Mapa 5, que a localização dos frigoríficos de suínos e aves coincide com os municípios que mais produzem soja (e, por extensão, milho safrinha), integrando o que aqui denominamos cadeia carne-grãos.

No que se refere à constituição dos circuitos espaciais de produção relacionados aos grãos e à ração animal, é de fundamental importância analisarmos a produção de milho. A partir do Mapa 6, é possível identificar que a produção de milho, assim como a de soja, se concentra na porção sul do estado e se estende pelos municípios localizados no entorno da BR-163. Segundo dados do IBGE, os municípios que mais produziram milho no estado em 2018³⁹ foram: Maracaju (1.005.000 toneladas), Sidrolândia (777.660 toneladas), Dourados (562.165 toneladas), Ponta Porã (481.500 toneladas), São Gabriel do Oeste (391.140 toneladas).

³⁹ 2018 por ser o dado mais atual disponibilizado pelo banco de dados consultado (Censo Agropecuário/IBGE).

Mapa 6 - Milhocultura no Mato Grosso do Sul (2018)



Ao compararmos o Mapa 5 e 6, é possível percebermos que os municípios que se destacam na produção de milho coincidem com os de soja. Levando-se em consideração que o milho é cultivado na entressafra do cultivo de soja desde a década de 90, é possível entender o cultivo de soja como um dos fatores de atração para o cultivo de milho. Neste sentido, “O estudo de Miranda et al. (2011) apresentou evidências de que a área plantada com soja e seu preço são variáveis mais importantes na determinação da área do milho safrinha do que o próprio preço do milho.”⁴⁰ (Contini, 2019). Percebemos, a partir dos dados apresentados nos Mapa 5 e 6, que em Mato Grosso do Sul este cenário não é diferente.

⁴⁰ Com relação à comparação do mercado de soja e milho, um estudo da Embrapa aponta que “A diversidade de tecnologias empregadas nas regiões produtoras deste cereal torna dinâmica não só a oferta de grãos no mercado brasileiro, como também impactam diretamente nos preços das commodities agrícolas e/ou pecuárias que compõem os sistemas produtivos em que o milho está inserido. São várias as cadeias ligadas à agricultura e pecuária que

Os grãos de milho são em grande parte destinados ao mercado interno, com destaque para ração animal e, assim como a produção de soja, a produção de milho na entressafra também se ligada a indústria de carnes no estado. O momento da engorda das aves e suínos se dá nas granjas coordenadas pelos avicultores e suinocultores, em sua maioria, integrados⁴¹. Dentre outros fatores, a proximidade com o fornecimento de matéria prima para a ração animal também é um fator de atração para a indústria de carne no estado, auxiliando na redução dos custos de produção. A articulação entre estes agentes está representada no Mapa 6 pela proximidade dos frigoríficos e granjas de aves e frigoríficos de suínos⁴² com os municípios produtores de milho.

O processamento desses grãos também é um ramo que agrega valor à produção e diversifica seu mercado. Nesse sentido, no ano 2019 foi inaugurada em Mato Grosso do Sul uma unidade da multinacional de origem chinesa BBKA, com sede em Campo Grande e filiais em Maracaju (MS) de produção de farelo de milho e amido. A empresa é responsável pela produção, pela engenharia de construção e gerenciamento da produção do projeto de processamento de milho, responsável principalmente pela venda de diversos produtos químicos e alimentícios.

Associada à distribuição da produção de grãos no estado, será analisada aqui a distribuição e principais agentes dos circuitos espaciais de produção de carne de frango e suínos. Como visto, a produção destes grãos é, em parte, destinada à ração animal, sendo este um elo fundamental que liga o circuito espacial de produção de grãos aos de carne. O aumento do nível técnico empregado na produção de grãos e

dependem do milho nas suas diferentes formas de exploração. Seja na forma de silagem (em que a planta inteira é utilizada como fonte de nutrição animal), grão e, mais recentemente, na produção de etanol e DDGS (subproduto da produção de etanol), todas as regiões agrícolas e pecuárias brasileiras dependem do milho para novas oportunidades de receita, redução nos custos de produção e, principalmente, oportunidades de novos negócios. É inquestionável que a rentabilidade da cultura da soja é maior que a do milho, fato este comprovado pelos dados. Desde a safra 2011/12, a área cultivada com milho em segunda safra supera a área cultivada com milho verão (Conab, 2018a), indicando uma menor competitividade do cereal frente à oleaginosa. (...) Nos últimos anos agrícolas, o principal indicador de área cultivada com milho safrinha é justamente o mercado da soja, evidenciando que, na agricultura atual, a visão do sistema de produção é tão ou mais importante que a visão de apenas uma cultura isoladamente” (CONTINI, 2019). *(grifo da autora)*

⁴¹ Sobre isto o próximo subtópico abordará com mais detalhamento.

⁴² Não conseguimos dados sobre a localização das granjas de suínos. Com base nos dados secundários e informações obtidas em trabalho de campo, supomos que as granjas de suínos também se localizam próximas aos frigoríficos de suínos e nos municípios produtores de grãos, se compreendemos questões logísticas como facilitadoras de um maior rendimento na produção.

na logística para modernização do escoamento da matéria prima (milho) até a indústria, são alguns fatores que favorecem o subsetor de carnes, no sentido de que refletem no barateamento do custo de produção de aves e suínos.

A avicultura e a suinocultura de base industrial crescem em Mato Grosso do Sul com o apoio de subsídios governamentais. Estes incentivos veem de diferentes formas, tendo sido o Fundo Constitucional do Centro-Oeste-Rural (FCO Rural) uma via importante de financiamento para o desenvolvimento dos setores que compõem a cadeia. A linha de crédito fornecida contribui para o fomento da competitividade dos produtores e das empresas da cadeia. O fundo é utilizado também para o fornecimento de crédito na compra de máquinas e equipamentos importados, armazenagem e contribuindo para a construção, a reforma e/ou adequação da planta dos criadores dos animais. Estes incentivos também aparecem sob a forma de isenções fiscais de ICMS para a exportação e para a energia elétrica⁴³.

Neste momento do texto, analisaremos como a produção de carnes se distribui, identificando as principais empresas do ramo que hoje atuam no estado e como funcionam os sistemas de integração entre as empresas e os suinocultores/avicultores. Neste sentido, buscamos identificar os principais elementos que compõem os circuitos espaciais de produção de carnes de suínos e galináceos.

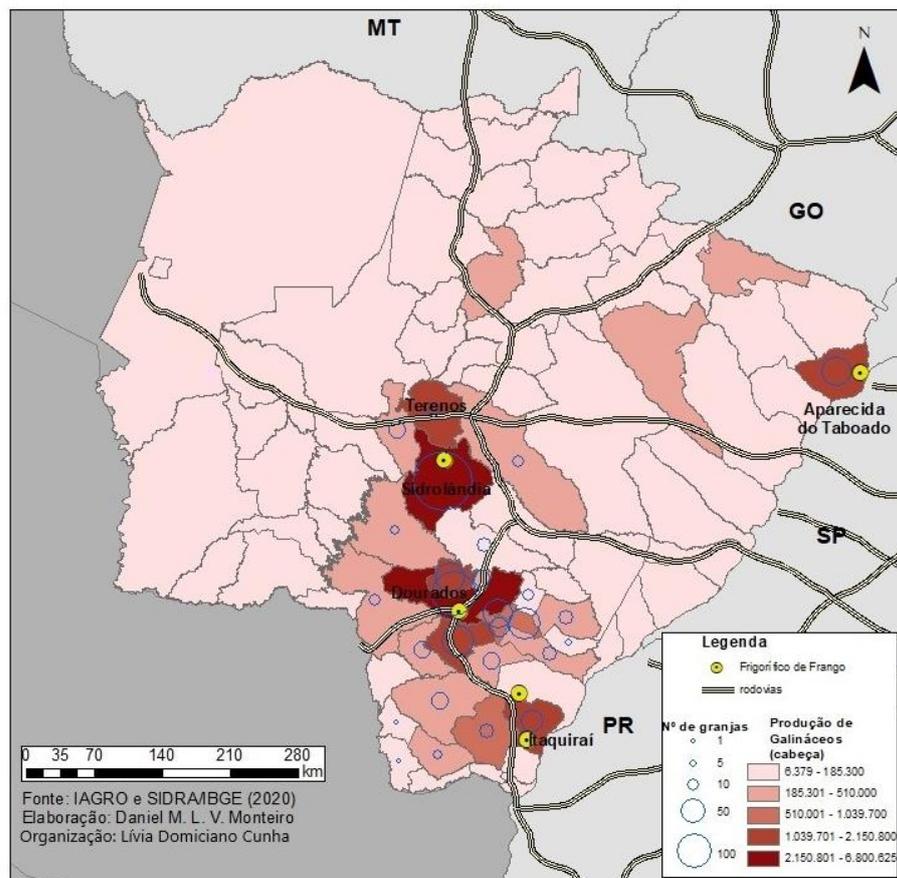
Buscando representar os principais componentes do circuito espacial de produção de carne de frango, elaboramos o Mapa 7, contendo a produção de galináceos, os principais eixos rodoviários e frigoríficos do estado. A partir do Mapa 7, é possível identificar que a produção de galináceos se concentra também na porção sul do estado, se estende, em parte, ao longo do eixo rodoviário da BR-163 e coincide com a região que mais produz grãos⁴⁴. Segundo dados do IBGE (2018), os cinco municípios que mais produziram galináceos no estado em 2018⁴⁵ foram: Sidrolândia (6.800.625 cabeças), Dourados (3.840.900 cabeças), Itaquiraí (2.150.800 cabeças), Aparecida de Taboado (1.460.000 cabeças) e Terenos (1.288.564 cabeças).

⁴³ Dados da Associação de Avicultores de MS (Avimasul) apontam que a energia elétrica representa 24% dos custos de produção do setor, perdendo apenas para a mão de obra, que fica em 30%. Ainda de acordo com a Avimasul, a queda no imposto reduz em torno de 5% o custo de produção, o que pode significar incremento de 15% a 18% na lucratividade dos avicultores. Já em relação a suinocultura, alguns programas do governo para incentivo a são: Leitão Vida, Carne Orgânica do Pantanal e Carne Sustentável do Pantanal.

⁴⁴ Exceto o município de Aparecida de Taboado.

⁴⁵ 2018 por ser o dado mais atual disponibilizado pelo banco de dados consultado (Censo Agropecuário/IBGE).

Mapa 7 - Avicultura no Mato Grosso do Sul (2018)



Através da análise dos dados sobre a distribuição das atividades produtivas ligadas à produção de carne de galináceos, é possível apontar a influência que a proximidade com a matéria-prima para a ração (a produção de grãos para alimentação animal), a infraestrutura de circulação (proximidade com a BR-163), os incentivos públicos e a proximidade com núcleos urbanos apresentam enquanto importantes fatores locais para a avicultura⁴⁶ no estado. Sobre a relação entre as produções de grãos e a avicultura, Gordin (2003) informa:

⁴⁶ Embora este texto dê enfoque aos frigoríficos e granjas de avicultura, é importante citar aqui a existência de outras unidades produtivas que compõem esta subcadeia. As unidades de produção de frango são: avozeiros (pertence às multinacionais, sem nenhuma presença no Mato Grosso do Sul. Este é o setor responsável por formar matrizes), o matrizeiro (onde se origina o ovo, apenas duas empresas os possuem no estado), o incubatório (originam-se os pintainhos através dos processos das incubadoras e nascedouros), a granja de frango (etapa de produção que é terceirizada e caracterizada pelos contratos de integração entre frigoríficos e proprietários rurais. É na granja de frango que se dá o crescimento e a engorda dos pintainhos, que ali chegam com 3 dias, e ficam até a época de abate, aos 38, 45 dias) e o frigorífico (dá origem ao produto final) (Misusaki, 2007).

“As empresas instaladas em Mato Grosso do Sul, na sua totalidade, possuem, anexa do abatedouro, uma fábrica de ração, devido ao aproveitamento das vísceras, penas e sangue das aves abatidas, que dão origem a subprodutos denominados de farinha de pena, de sangue, de vísceras, além do óleo, que numa composição com milho, soja, medicamentos, vitaminas e outros componentes, dão origem à ração, cuja fórmula varia de empresa para empresa, e faz parte dos ‘segredos de produção’. Além destas farinhas, tidas como subprodutos, a ração se compõe de 80 a 90% de milho e soja, sorgo, calcáreo, sal, fosfato, antibiótico e anticoccidiano (para o crescimento do frango). Algumas empresas estão substituindo parte do milho por farinha de mandioca. Ainda são adicionados à ração, os chamados premix, que são componentes importados de vitaminas, sais minerais e outros aditivos que compõem a formulação da ração. Os vários itens que compõem o premix podem ser comprados separadamente, e a agroindústria faz sua ‘mistura’ de acordo com formulação recomendada pelo seu nutricionista, ou pode comprar a formulação pronta, de acordo com a sua conveniência” (GORDIN, 2003, p. 64)

Ainda no Mapa 7, é possível identificar que a quantidade de granjas é maior conforme a proximidade com os frigoríficos⁴⁷. Hoje o estado possui 5 frigoríficos de frango em operação, estando a maioria localizada no entorno da BR-163 e nos municípios que compõem a região que mais produz grãos no estado, exceto Aparecida de Taboado (MS), município situado na fronteira entre São Paulo e Minas Gerais.

Quadro 1

Frigoríficos de frango em operação no MS - 2018		
Nome	Município	Capacidade de abate/dia
Bello Alimentos LTDA	Aparecida do Taboado	60.000
Bello Frango	Itaquiraí	14.000
JBS Aves LTDA	Caarapó	138.000

⁴⁷ As aves criadas nas granjas são enviadas para o abatedouro com idade aproximada de 45 dias.

S/A	Perdigão	Dourados	160.000
Alimentos LTDA	Seara	Sidrolândia	19.000

Fonte: IAGRO, 2018.

A empresa Bello Alimentos agrega as marcas Mais Frango (fundada no Rio Grande do Sul), Frango Bello (fundada em 2006 em Itaquiraí, em Mato Grosso do Sul, e integrada em 2010) e Frango Ouro (fundada em 1994 em Aparecida de Taboado, também no estado, e integrada em 2010). A multinacional brasileira JBS controla a marca Seara Alimentos desde 2013. Já a Perdigão foi fundida com a Sadia em 2008 e, junto de outras marcas, passaram a ser controladas pela multinacional brasileira BRF.

Nesse sentido, é possível afirmar que existem três principais empresas no controle dos 5 frigoríficos de frango hoje em operação no estado: JBS (em Caarapó e Sidrolândia), BRF (em Dourados) e Bello Alimentos (em Aparecida de Taboada e Itaquiraí). Como é possível observar no quadro sobre frigoríficos de frango, o estado tem a capacidade de abater um total de 391.000 cabeças de frango/dia. A capacidade de abate/dia da JBS representa 40%⁴⁸ do total, já a Perdigão (BRF) representa 35%, e a Bello Alimentos 25%⁴⁹ do total.

Estas três empresas operam no setor avícola no estado atuando de forma a integrar a criação dos animais. O sistema integrado do setor opera da seguinte forma:

“Das atividades diretas encontram-se os chamados sistemas de integração, que congregam a produção de pintos de um dia e a criação de frangos pelo avicultor e que serão entregues à empresa integradora para abate. Das atividades indiretamente interligadas destacamos as matérias-primas para a produção de ração (milho e soja), que tem peso importante no deslocamento da indústria de carne de frangos, bem como na formação do preço final de sua carne. Incluímos, também, na análise, o conjunto da unidade produtiva que tem papel fundamental na manutenção da avicultura” (MIZUSAKI, 2007, p. 137)

⁴⁸ Levando-se em consideração que a Seara Alimentos passa a ser controlada pelo grupo JBS em 2013, esse cálculo tem como base a soma da capacidade de abate/dia do Frigorífico JBS Aves LTDA e do Frigorífico Seara Alimentos LTDA.

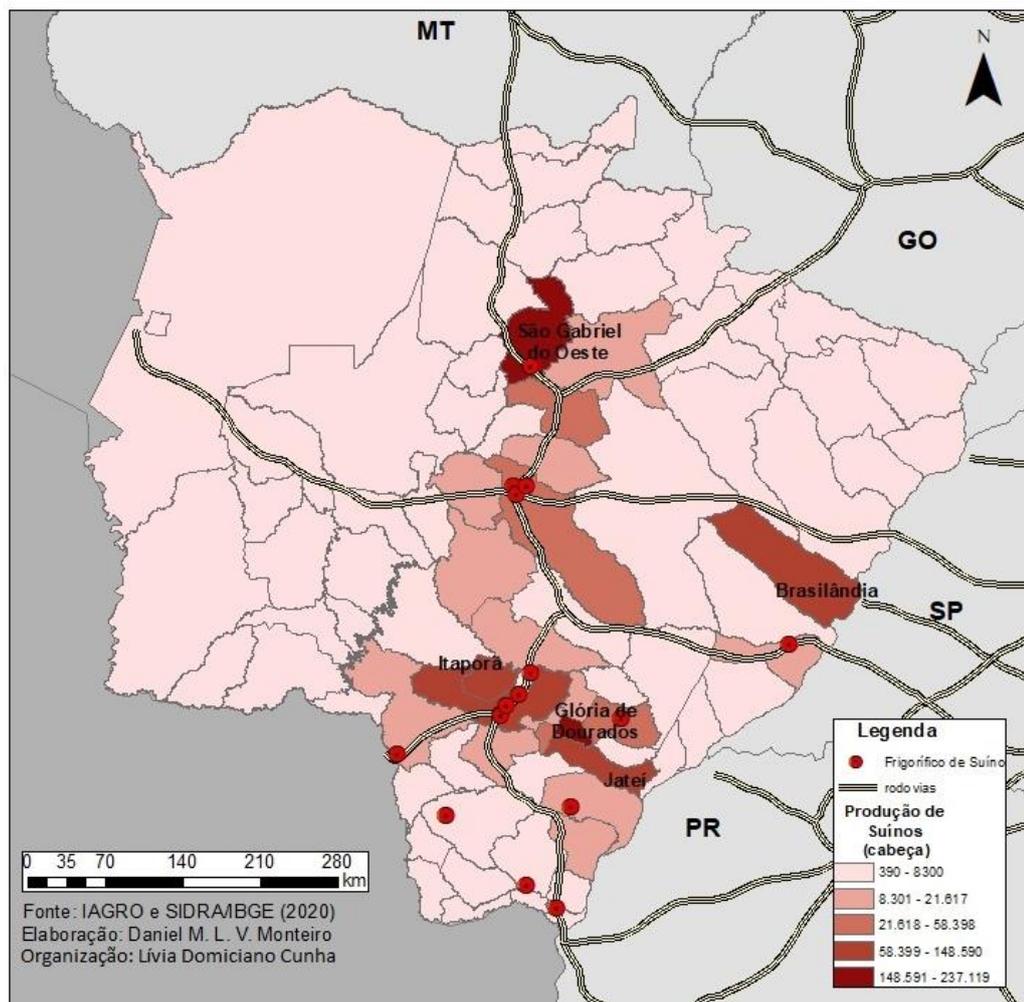
⁴⁹ Levando-se em consideração que a Bello Alimentos hoje integra as marcas Frango Bello, Mais Frango e Frango Ouro, esse cálculo tem como base a soma da capacidade de abate/dia do frigorífico Bello Alimentos LTDA e do frigorífico Frango Bello.

A tendência de concentração do capital no sistema de integração granja-abatedouro no Mato Grosso do Sul reflete uma reorganização do capital no setor avícola e tendência à verticalização do sistema integrado nacional e internacionalmente. Neste sistema integrado, quem assume o maior controle da produção são os frigoríficos, conformando um sistema cada vez mais verticalizado e concentrado sob domínio das multinacionais, reorganizando as relações de trabalho.

No que se refere ao outro circuito espacial de produção, envolvendo a produção de carne de suínos, buscamos sistematizar as informações no Mapa 8. Como se pode observar, a criação de suínos no estado também se estende ao longo da BR-163. Segundo o IBGE (2018), os cinco municípios que mais produziram suínos no estado em 2018⁵⁰ foram: São Gabriel do Oeste (237.119 cabeças), Glória de Dourados (233.646 cabeças), Brasilândia (148.590 cabeças), Itaporã (138.328 cabeças) e Jateí (104.900 cabeças).

⁵⁰ 2018 por ser o dado mais atual disponibilizado pelo banco de dados consultado (Censo Agropecuário/IBGE).

Mapa 8 - Suinocultura no Mato Grosso do Sul (2018)



Atualmente existem 16 frigoríficos de suínos em operação em Mato Grosso do Sul. Como se pode observar no Mapa 8, estão primordialmente instalados ao longo da BR-163, com maior concentração na porção sul do estado, região que também concentra a produção grãos¹. Segundo Portes et al (2019),

“O milho e o farelo de soja são os principais ingredientes utilizados nas dietas suínas. Levando em consideração que os custos com alimentação podem atingir cerca de 70% a 80% do custo total da produção do suíno vivo (Saraiva, 2012) o milho e a soja podem representar grande influência na competitividade da produção” (PORTES et al, 2019, p. 19).

Quadro 2

Frigoríficos de suínos em operação no MS - 2018		
Nome	Município	Capacidade de abate/dia
Figueira	Dourados	50
Esperança	Dourados	40
Camila	Ponta Porã	40
Municipal de Naviraí	Naviraí	20
Primavera	Rio Brilhante	20
Sete Quedas	Sete Quedas	10
Três de ouro	Amambai	200
Ws	Eldorado	10
Aurora	São Gabriel do Oeste	3200
Canadense	Campo Grande	100
Estrela	Dourados	50
Flor da Serra	Campo Grande	100
Ivinhema	Ivinhema	50
Santana	Campo Grande	20
Ulian	Anaurilândia	200
Seara Alimentos	Dourados	3200

Fonte: IAGRO, 2018.

Como é possível visualizar no quadro referente aos frigoríficos de suínos no estado, somada toda a capacidade de abate, o estado abate cerca de 7.260 cabeças

por dia de suínos, sendo apenas o Frigorífico Aurora (em São Gabriel do Oeste) e o Seara Alimentos – JBS (em Dourados) responsável cada um por cerca de 44% da capacidade de abate/dia no estado, juntos totalizando 88%. O Frigorífico Aurora atua como uma cooperativa, já o Frigorífico Seara Alimentos – JBS opera pelo sistema de integração com a criação.

O Frigorífico Aurora, situado ao norte do estado, funciona a partir da Cooperativa Central Aurora (Coopercentral Aurora). Tendo sua matriz em Chapecó (SC), a Cooperativa possui 7 unidades concentradas no Oeste de Santa Catarina (uma em São Miguel do Oeste, três em Chapecó e uma em Joaçaba) e no Norte do Rio Grande do Sul (uma em Sarandi e uma em Erechim), além de uma unidade em Mato Grosso do Sul (em São Gabriel no Oeste). Sua estrutura industrial compreende unidades de suínos, aves e leite, fábricas de ração, unidades de ativos biológicos (granjas, incubatórios e unidade de disseminação de genes), unidades comerciais, centros de distribuição, exportação e as unidades cooperativas comercial e matriz)⁵¹. Especificamente na unidade do Mato Grosso do Sul, a Coopercentral Aurora abate suínos que são entregues pela Coosgo (Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste). Como uma das 11 cooperativas associadas à Coopercentral, a Coosgo fornece suporte à produção e à comercialização de suínos e bovinos, atendendo a demanda de matrizes, de insumos, de assistência técnica e de produção, recepção, armazenamento e processamento de grãos⁵².

Já o Frigorífico Seara Alimentos, pertencente ao grupo JBS, opera de forma integrada. A integração do sistema se dá da seguinte forma: a agroindústria fornece ao suinocultor insumos necessários à criação dos leitões, sejam eles: reprodutores, sêmen, medicamentos, vacinas, assistência técnica, ração, farelo de soja, óleo de soja, casca de soja, milho, premix/vitaminas. Já ao suinocultor cabe a gestão da granja e dos ativos a ele delegados, a exemplo da criação de matrizes e de leitões. Estes seguem para o abate e o processamento coordenado pela agroindústria, e posteriormente encaminhado ao mercado interno/externo.

Neste sentido, buscamos elaborar um panorama com os principais aspectos que, juntos, compõem o subsetor de carne (de aves e suínos) e de grãos (milho e soja) no Mato Grosso do Sul. Realizamos um levantamento, no que se refere a cada um

⁵¹ Informações obtidas no site da Coopercentral Aurora.

⁵² Informações obtidas no site da Coosgo.

dos circuitos espaciais de produção (soja, milho, aves e suínos) que compõe o setor, da localização das atividades de produção e dos principais agentes econômicos envolvidos no processo produtivo, com destaque para as empresas produtoras no estado. Este levantamento indica uma sobreposição dos diferentes processos produtivos, reforçando o nosso entendimento de sua atuação em conjunto e suas correlações econômicas. A região sul do estado aparece com grande destaque, além da área próxima à capital e ao longo dos eixos rodoviários, em especial da BR-163. Enfocamos também a tendência de concentração da produção de carnes, assim como da produção de ração, em grandes empresas, em sua maioria multinacionais. Enquanto as etapas de produção dos grãos e criação dos animais parece ser mais distribuída entre municípios e agentes, as etapas de produção industrial (esmagamento e abate) apontam uma tendência de concentração de capitais e presença de multinacionais.

Considerações parciais

Este capítulo analisou os principais eventos histórico-geográficos ocorridos na região de estudo a partir da década de 70, dando destaque ao avanço da fronteira agrícola moderna, a consolidação do agronegócio na região e a resistência dos povos indígenas. A década de 70 é considerada aqui como um divisor de águas no que se refere à geografia da região, sendo possível observar um acirramento na questão fundiária na região.

Esta década se iniciou com altos investimentos do governo na industrialização da agricultura e especialização produtiva no que se refere ao cultivo de grãos, principalmente a soja. Já em meados da década de 70, iniciam-se as grandes assembleias guarani (as Aty Guassu), tendo, a partir daí, sido iniciado o movimento de reocupação de territórios tradicionais indígenas na região, na Aty Guassu realizada em 1978.

Já ao longo da década de 80, foi possível analisar a consolidação do setor sucroenergético na região, tendo crescido mais nos primeiros anos do século XXI. A partir da década 90, foi possível perceber a formação do setor carne-grãos, com a chegada da produção de carnes (avicultura e suinocultura) na região. Durante estas

décadas o movimento de retomada dos territórios tradicionais, seguido da reivindicação de sua demarcação, se mantinham.

Em diálogo com o pensamento do Scot (2013), acerca da desnaturalização e do desequilíbrio das relações de poder, o contexto instaurado na região a partir da década de 1970 traz interessantes dados que permitem o aprofundamento do debate acerca das relações de poder e a reinvenção cotidiana de práticas de resistência.

Ao passo que, de um lado, junto ao Estado, se instalavam multinacionais na região, juntamente a uma ampla rede que compunha o agronegócio, do outro, comunidades indígenas aí localizadas promoviam (e vêm promovendo ao longo destas décadas) um movimento de retomada de terra.

A insubordinação dos “de baixo”, apontada por Scot (2013), amplia o horizonte de leitura dos eventos históricos ocorridos na região a partir da década de 70, quando analisados os principais agentes do conflito territorial instaurado. Considera-se aqui as Aty Guassu, estas grandes assembleias, como os “espaços da infrapolítica” apontados por Scot (2013), ou seja, onde é desenvolvida uma crítica comum à dominação. Era nestas assembleias que a discussão de assuntos em comum dos guarani, a questão fundiária na região, surgia como maior latência, tal como a necessidade de retomada de seus territórios.

Os guarani encontram na Aty Guassu um espaço no qual podiam se expressar abertamente acerca da situação na qual se encontravam, qual seja, a de urgente retomada de seus territórios tradicionais face às complicações que daí emergiam..

Como pontua Scot (2013), as práticas de dominação prescindem práticas de não submissão. Partindo desta premissa, não soa estranho que, concomitante à consolidação dos setores sucroenergético e da cadeia carne-grãos na região, a resistência guarani se desenvolvia. É na desnaturalização destas relações de poder, e no reconhecimento destes “subordinados” como sujeitos, que também agenciam o conflito, que repousa seu pensamento.

Como foi possível observar, conforme se consolidavam os setores do agronegócio na região, emergia a necessidade de (re)invenção de práticas de resistência por parte destes indígenas como forma de se defender. É o que Scot

compreende como uma contra ideologia que resiste à dominação ideológica dos atores hegemônicos, aqui representes pelos agentes ligados ao agronegócio.

Para Scot (2013), esta infrapolítica dos subordinados resulta de uma opção tática, resultante de uma consciência prudente do equilíbrio de poder. Neste sentido, a realização de grandes assembleias guarani, a partir da década 70, conformava estes espaços para a manifestação dessa antagonia consciente face à lógica colonial que avançava sobre seus territórios, desta vez sob outros moldes. Deste modo, a submissão destes povos passa a se dar como algo relativo, não total, passível de ser questionado. Foi neste mesmo espaço de Aty Guassu, que a urgente retomada de seus territórios tradicionais, assim como as táticas e estratégias para a reocupação destes, passaram a ser discutidas.

O agenciamento destas relações de poder, por parte dos subordinados, qual seja: os povos indígenas podem vir a reverter o quadro de relações de poder, significa que, quando a coerção não se realiza de modo pleno, uma vez que é possível observar a existência de espaços da infrapolítica, como é o caso das Aty Guassu, em que as relações de poder são desnaturalizadas, isto pode vir a se tornar um evento político reivindicatório explícito, como é o caso das retomadas dos *tekoha*.

CAPÍTULO 6 – A QUESTÃO INDÍGENA NA REGIÃO

Apresentados os principais agentes do agronegócio localizados na região no capítulo anterior, este capítulo aprofundará a relação destes agentes com os povos indígenas que aí se localizam. Num primeiro momento apresentará os dados que explicitam o genocídio ocorrido no Sul do estado. Já em um segundo momento, abordará as vulnerabilidades que estes setores – carne-grãos e sucoenergético – apresentam para estes povos, no que se refere à questão fundiária, socioambiental e trabalhista. E por último, em um terceiro momento, apresentará de que forma esses agentes do agronegócio vêm se utilizando do aparato estatal para atacar os direitos territoriais indígenas, no que se refere ao Legislativo, ao Judiciário e ao Executivo.

6.1 Regionalização da violência contra povos indígenas

O estado do Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do país, representada por cerca de 73 mil índios, conforme os dados do IBGE de 2012. Ao mesmo tempo que possui a segunda maior população indígena do país, também é o estado que apresenta a maior concentração fundiária do país, segundo o Atlas Agropecuário de 2016. Além do Mato Grosso do Sul liderar a abrangência de terras privadas no Brasil, 83% dessas terras são latifúndios. Ao passo em que terras protegidas representam apenas 4% de estado. Deste total de 4% de áreas protegidas, apenas 2,2% do território do estado correspondem a terras indígenas regularizados pela Funai, também segundo dados do Atlas Agropecuário de 2016.

Segundo dados CIMI de 2017⁵³, as áreas ocupadas pelas lavouras de soja (1.100.000 ha) e cana (425.000 ha) são, respectivamente dez e trinta vezes maiores que a soma das terras ocupadas por indígenas no Mato Grosso do Sul.

Segundo o relatório do CIMI, no período de 2003 a 2014 “754 indígenas foram assassinados em solo brasileiro, em uma média anual de 68 casos. Destes, 390

⁵³ Dados retirados da reportagem “TAC das demarcações: uma década de descumprimento”. Acessado em 16/10/2017.

ocorreram somente neste estado, totalizando 51% dos assassinatos de indígenas.” (Relatório de A Violência Contra os Povos Indígenas do ano de 2015). Estima-se ainda que ao menos um indígena se suicide por semana. A insegurança alimentar guarani também representa uma grave realidade na região, o número de crianças desnutridas, muitos na beira das estradas e/ou em áreas retomada, sem nenhum espaço para o cultivo de alimentos ou renda fixa, acabam deixá-los à mercê de programas assistencialistas de recebimento de bolsa alimentação. Não apenas o direito ao território tradicional é negado, como também à alimentação e nutrição e serviços adequados de saúde. A urgência da questão, no que tange aos direitos humanos, já foi inúmeras vezes apontada em diversos relatórios da ONU. Também a Anistia Internacional, em reportagem recente, afirma:

“Não se passa um mês sem que a Anistia Internacional receba novas denúncias de violações contra as comunidades Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Ao longo da última década, nossa organização registrou assassinatos, ameaças de morte contra líderes indígenas, trabalho escravo, desnutrição, remoções violentas e a destruição de plantações e propriedades. Com processos judiciais emperrados, mais de mil famílias vivem à margem das rodovias. Têm sido ameaçadas por seguranças contratados para impedi-las de tentar reocupar suas terras, e sofrem com problemas de saúde por causa da vida em abrigos temporários, sem assistência médica. Além disso, muitos foram mortos e feridos em acidentes de trânsito.” (Reportagem da Anistia Internacional: Guarani-Kaiowá: à margem dos direitos. Acessada em julho/2018)

Da parte dos fazendeiros é comum a contratação de empresas de segurança privada para a retirada dos índios de forma violenta das terras retomadas. Muitas vezes a contratação desses pistoleiros se dá na fronteira com o Paraguai. O custo médio de quatro seguranças armados fica entorno de 40 mil reais/mês⁵⁴. Um exemplo emblemático dessas empresas é a Gaspen, fechada por conta do assassinato do Nísio Gomes⁵⁵. Alguns dos exemplos de empresas de segurança privada: Miragem; Seprevia; Saft... Em um processo de reintegração de posse é muito comum que usineiros, sindicato de produtores rurais, políticos, fazendeiros atuem de forma conjunta na contratação dessas empresas. Exposições e festas na região são

⁵⁴ Dado obtido em trabalho de campo na região no ano de 2016.

⁵⁵ O cacique guarani kaiowá Nísio Gomes foi assassinado em 18 de novembro de 2011. Neste dia os indígenas foram atacados por pistoleiros armados e desde então o corpo de Nísio nunca foi encontrado.

financiadas muitas vezes por estas junto ao Sindicato de Produtores Rurais. Refletindo uma possível relação entre o fomento da cultura sertaneja, o fomento do agronegócio e, conseqüentemente, o acirramento da questão indígena na região, o que evidencia o íntimo envolvimento das empresas de segurança privada nesse processo.

Hoje é possível afirmar que existe um genocídio indígena em curso no estado do Mato Grosso do Sul. Segundo dados dos Relatórios do CIMI, entre os anos de 2008 e 2019, foram computados 887 assassinatos de indígenas no Brasil. Deste total, 363 ocorridos apenas no Mato Grosso do Sul, significando que 40% do total de assassinatos de indígenas no Brasil nesses 11 anos se concentraram nesse estado.

O Quadro 3 nos permite observar a distribuição socioespacial de assassinatos de indígenas no Brasil por UF (2008-2019). Nela o estado do Mato Grosso do Sul lidera o ranking de assassinatos de indígenas no Brasil entre os anos de 2008 e 2019, exceto nos anos de 2017 e 2018, ocupando a terceira e a segunda posição, respectivamente.

Quadro 3

Assassinatos de indígenas no Brasil por Unidade da Federação (2008-2019)													
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total (2008-2019)
AC		2	2	1				1	1			2	9
AL	2		1	2	1				1	3	2		12
AM	1					1	10	5	6	28	6	16	73
AP	1							3					4
BA		7	2	5	4	4	15	5	3	2	4	1	52
CE										9	7	8	24
DF	1												1
GO							1	1					2
MA	3	3	5	2	7			3	11	1		4	39
MG	4			2			3	1	1	1			12
MS	42	33	34	32	37	33	25	20	15	17	38	40	363
MT		1	1		1		2			1	2	1	9
PA	1		1	1	2	2	3	2	1		2	1	14
PB					2					4		3	9

PE	2	3	1	3		1	4	1		5	2	3	25
PR		2	1		2	2		5	3	4	8	1	28
RN												2	2
RO		1			1	6		1	1				10
RR	1	1	7		2				6	33	62	26	138
RS		3	2	2		1	3		1		1		13
SC		2	1		1		1	1	6	1	1	4	18
SP		1					1						2
TO	2	1	2	1		3	2	5		1		1	18

Fontes: Relatórios do CIMI (2003-2019). Elaboração: autora do trabalho

O estado abriga as etnias guarani kaiowa, guarani nhandeva, terena, kadiweu, ofaie, chamacoco e quiniquinau. Porém, os casos de violência relatados no documentos se concentram entre os guarani kaiowa e guarani nhandeva, que neste trabalho abordaremos enquanto guarani.

No Gráfico 6 é possível observar a relação de proporção que as etnias guarani kaiowa e guarani nhandeva ocupam no total de assassinatos de indígenas no país, representando, na maioria dos anos, mais da metade de número de assassinatos de indígenas. Logo, dentre as 305 etnias no Brasil, destaca-se aqui a situação de genocídio na qual se encontram os povos guarani.

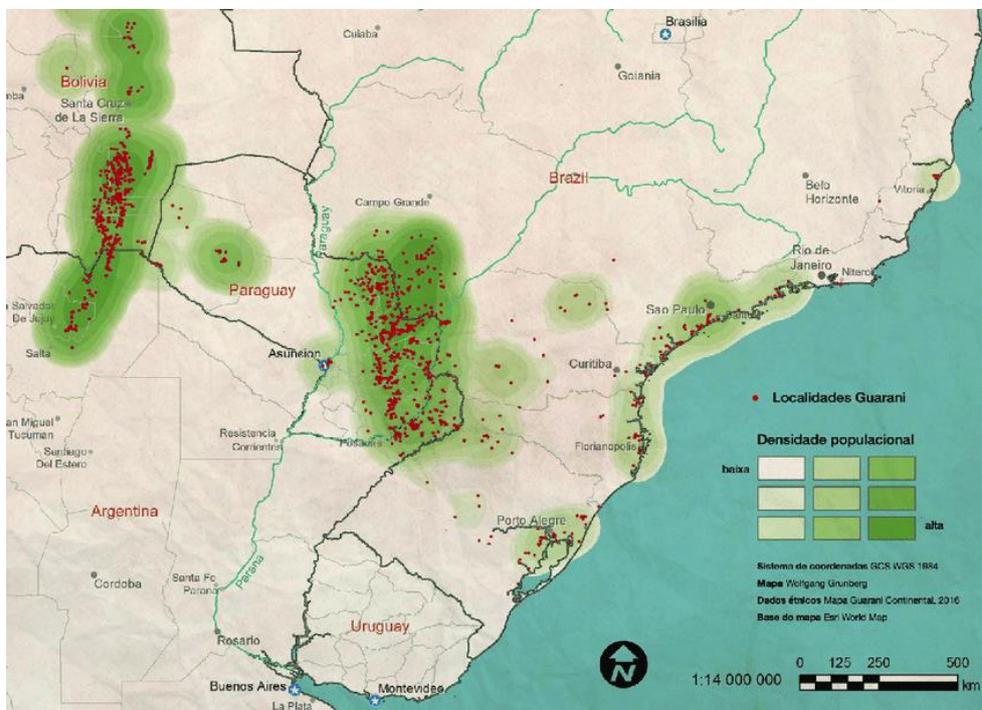
Gráfico 6 - Assassinatos de indígenas no Brasil (2003-2019)



Fonte: Relatórios do CIMI (2003-2019). Elaboração: autora do trabalho

Como se pode observar no Figura 10, no qual é possível visualizar as localidades guarani e sua densidade populacional, a maior concentração dos indígenas desta etnia no país está localizada no Sul do estado do Mato Grosso do Sul, tanto no que se refere a localidades como em termos de densidade populacional.

Figura 10 - Localidades Guarani e Densidade Populacional (2016)



Fonte: Mapa Guarani Continental

É no cruzamento das variáveis comentadas até aqui - de assassinatos de indígenas por unidades da federação, de assassinatos de indígenas por etnia e da distribuição socioespacial dos guarani no país - que o presente trabalho chegou à conclusão de que é na porção sul do estado do Mato Grosso do Sul, onde se encontram os guarani, que estão os maiores índices de violência contra povos indígenas no país.

Os povos localizados na região de estudo veem sendo objeto de estudo de uma série de guaraninólogos e áreas afins nas últimas décadas, dada a complexidade fundiária nela presente e os conflitos daí decorrentes. Destacamos aqui as etnografias produzidas pelos indigenistas Thomaz de Almeida (2001), Mura (2006) e Barbosa da Silva (2007), que desde a década de 70 veem trabalhando com estes povos aí localizados⁵⁶.

Ainda que uma parcela significativa dos assassinatos citados no Quadro 4 e no Gráfico 6 seja motivada pelo que o CIMI define enquanto “conflitos internos”, entende-se aqui que estes “conflitos internos” na região estão correlacionados à situação de vulnerabilidade territorial na qual se encontram os povos guarani, face ao conflito territorial há décadas existente na região, que os limitou aos espaços das Reservas Indígenas e impossibilitou a permanência dessas famílias extensas (tey’i) em seus territórios tradicionais (tekohas).

Com as Reservas e Terras Indígenas já homologadas cada vez mais lotadas, o cenário encontrado na região é de uma série de violências, tais como: suicídios, mortalidade infantil, desnutrição, desassistência por parte do Estado (na área de saúde e educação indígena), ameaças de morte, homicídios, lesões corporais, racismo e discriminações étnico-culturais, violências sexuais, dentre outros (CIMI). Entende-se aqui que a situação de extrema vulnerabilidade territorial na qual tais povos se encontram, estando em sua maioria em Reservas Indígenas superlotadas ou em áreas de retomadas⁵⁷, vêm a potencializar os “conflitos internos” refletidos nestes dados.

Do mesmo modo, são elevados os casos de assassinatos por “conflitos internos” (que aqui entendemos como diretamente ligado a ausência de tekoha); casos de assassinatos diretamente ligados ao processo de regularização fundiária das TI’s também são inúmeros. Os casos descritos no Apêndice A ilustram tal afirmação a partir da lista de lideranças Guarani Kaiowa e Nhandeva assassinadas (2003-2019). Como é possível observar na descrição das circunstâncias em que cada crime

⁵⁶ Podemos identificar a região Sul do Mato Grosso Sul e os municípios que a compõem, que abrange mais ou menos o raio do Mapa 1

⁵⁷ De forma resumida, “retomada” é um termo criado pelo CIMI e utilizado pelos indígenas guarani para definir a ação por parte dos indígenas de reocupar os terras de tradicional ocupação de suas famílias que outrora foram expulsas pelo Estado e que atualmente, em sua maioria, estão destinadas ao cultivo de commodities.

ocorreu, em sua maioria era em processo de retomada de terra. Tais dados refletem a situação de extrema vulnerabilidade territorial na qual estes povos se encontram na região de estudo.

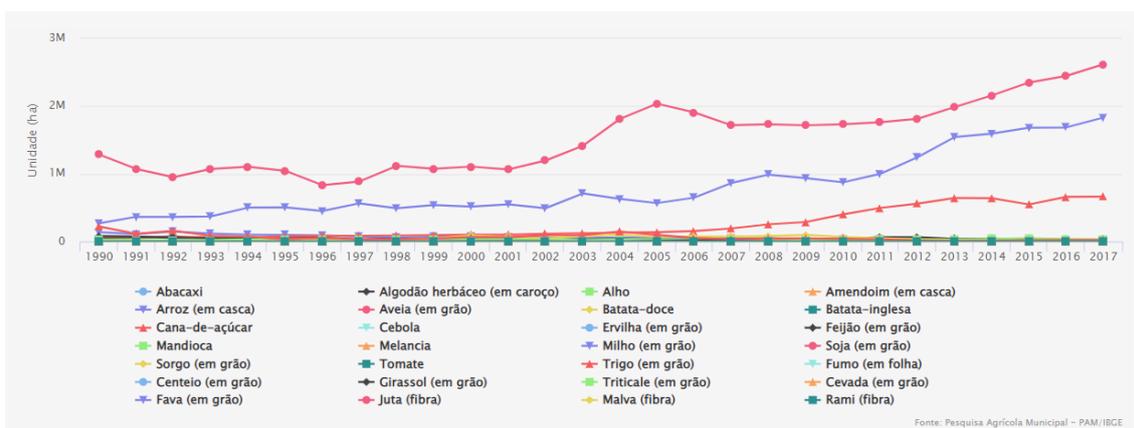
Como é possível analisar no Apêndice A, Lideranças Guarani Kaiowa e Nhandeva assassinadas no Sul do Mato Grosso Sul (2003-2019), é na sobreposição de *tekohas*⁵⁸ (muitos deles com sua demarcação sendo reivindicada pelos indígenas em áreas de retomada) e de fazendas (outrora tituladas pelo Estado, através da políticas de colonização da região, ou até mesmo griladas) que se acirra a situação territorial na região. Ainda que se reconheçam as retomadas como um processo constitucionalmente garantido (Amado, 2019), existe atualmente na região uma série de ações judiciais que não apenas atrasam o processo de regularização fundiária das Terras Indígenas, como também permitem a desocupação das áreas retomadas para a reintegração de posse por parte dos fazendeiros. E, como se pode observar no referido Apêndice, estes processos de desocupação tem se dado de modo extremamente violento na região.

Estas violências, entendemos aqui como provenientes de violações aos direitos territoriais indígenas, principalmente no que se refere ao direito à regularização fundiária das TI's reivindicadas e em diferentes etapas do processo de regularização. Segundo dados da FUNAI (2022), a situação territorial na qual as Terras Indígenas presentes no estado se encontram atualmente é a seguinte: 14 TI's em estudo, 5 TI's delimitadas, 7 TI's declaradas, 7 TI's homologadas, 2 Reservas Indígenas e 23 TI's regularizadas⁵⁹.

⁵⁸ Resumidamente, *tekoha* é entendido atualmente pelos indígenas como “o lugar onde realizamos nosso modo de ser” (Melià et al, 1976).

⁵⁹ O recorte espacial para análise neste parágrafo não foi regional, foi estadual pois é o recorte utilizado pela base de dados da FUNAI.

Gráfico 7 - Área plantada (ha) de lavouras temporárias no MS (1990-2017)



Fonte: PAM, 2017. Elaboração: autora do trabalho

Estas lavouras se integram ao agronegócio no país. A soja sendo em grande parte destinada à exportação. O milho, cultivado na entressafra da soja, destinado à ração dos setores avícola e suíno. E a cana destinada ao setor sucroenergético presente no estado. Ambos, tanto a produção de grãos como a produção de cana no Mato Grosso do Sul, se concentram em boa parte na região de estudo, onde estão os povos guarani.

Paralelo à reivindicação pela demarcação das TI's, é possível também acompanhar nas últimas décadas o avanço da fronteira agrícola moderna na região. Este avanço vem se dando às custas do desmantelamento dos direitos territoriais indígenas, via atraso no processo de regularização fundiárias das TI's e reintegração de posse das terras que vêm sendo reivindicadas por estes indígenas. Em outras palavras, é possível observar hoje, na região de estudo, que o aumento da produção de commodities se dá de modo concomitante à morosidade no processo de regularização fundiária de TI's reivindicadas.

A nível nacional, a partir da Bancada Ruralista, parlamentares agem em prol dos interesses do agronegócio em detrimento dos direitos territoriais indígenas constitucionalmente garantidos, o que vem a atrasar o processo de regularização fundiária e acirrar o conflito territorial em questão na região, tal como a situação de vulnerabilidade territorial na qual estes povos se encontram.

6.2 Vulnerabilidades indígenas no Sul do MS

As atividades economicamente relevantes, como os setores carne-grãos e sucroenergético, são parte da realidade regional, representando os interesses de apenas parte dos sujeitos presentes na região. Uma outra questão de enorme relevância social na região é a questão indígena. Na quadro acerca das citações nos relatórios do CIMI, podemos perceber a gravidade da questão indígena na região no que se refere aos conflitos entre estes povos e os agentes ligados a estes setores. No quadro abaixo estão listadas a quantidade de vezes em que foram citados nos relatórios do CIMI as violências praticadas por agentes do agronegócio contra os povos indígenas presentes na região, sejam eles representantes do setor sucroenergético, ou representantes do setor carne-grãos.

Quadro 4 – Citações nos relatórios do CIMI (2003-2019) de violências contra povos indígenas no Sul do Mato Grosso do Sul envolvendo agentes ligados ao setor sucroenergético e ao setor carne-grãos

Retomadas e TI's guarani no Cone Sul	Citações nos relatórios do CIMI (2003-2019) de violências praticadas contra povos indígenas no Sul do MS por agentes ligados ao agronegócio	
	setor sucroenergético	setor carne-grãos
Guyraroka	(CIMI, 2019:177); (CIMI, 2013:54)	(CIMI, 2019:177); (CIMI, 2019:154)
Amambai	(CIMI, 2005:66); (CIMI, 2010:96); (CIMI, 2012:86)	
Dourados (Jaguapiru; Bororo)	(CIMI, 2003:116); (CIMI, 2007:86); (CIMI, 2006:135); (CIMI, 2006:135); (CIMI, 2007:149); (CIMI, 2007:149); (CIMI, 2007:75); (CIMI, 2007:85); (CIMI, 2007:85); (CIMI, 2008:67); (CIMI, 2008:67); (CIMI, 2012:54); (CIMI, 2017:127)	(CIMI, 2017:127); (CIMI, 2005:154); (CIMI, 2007:46); (CIMI, 2006:135); (CIMI, 2011:58-59)
Porto Lindo	(CIMI, 2007:75)	
Kurussu Amba	(CIMI, 2008:138)	(CIMI, 2014:94); (CIMI, 2014:102-103); (CIMI, 2015:107)
Buritizinho	(CIMI, 2009:90); (CIMI, 2009:90); (CIMI, 2009:96)	

Apyka'y	(CIMI, 2009:54); (CIMI, 2009:77); (CIMI, 2013:42); (CIMI, 2014:89); (CIMI, 2014:94); (CIMI, 2016:70)	
Jaguapiré	(CIMI, 2010:121)	
Laranjeira Nhanderu	(CIMI, 2012:43)	(CIMI, 2012:43); (CIMI, 2016:70)
Limão Verde	(CIMI, 2012:57); (CIMI, 2012:57)	
Caarapó	(CIMI, 2012:60)	(CIMI, 2013:50)
Kurupy	(CIMI, 2012:53-54)	
Pacurity	(CIMI, 2014:48)	(CIMI, 2014:48)
Cerrito	(CIMI, 2017:73)	
Buriti		(CIMI, 2003:19)
Panambi		(CIMI, 2005:183); (CIMI, 2010:47)
Taunay/Ipegue		(CIMI, 2008:44)
Lima Campo		(CIMI, 2012:120)

Fonte: Relatórios do Cimi Violência Contra Povos Indígenas no Brasil (2003-2019)

O teor destes casos relatados pode ser conferido no Apêndice B e no Apêndice C, em que são listados em stricto sensu os casos descritos nos relatórios do CIMI (2003-2019) de conflitos ligados ao setor sucroenergético e ao setor carne-grãos, respectivamente. Tais casos serão melhor aprofundados a seguir, a partir de uma categorização feita acerca do que é recorrente nestes conflitos envolvendo povos indígenas e setor sucroenergético na região, e povos indígenas e setor carne-grãos na região.

Tais dados apontam para a relevância da questão indígena a nível regional. Grande parte destas questões, como já apontam os dados apresentados até agora, tem relação com uma forte questão territorial que, embora envolva outros povos como os Terena, é profundamente associada aos guarani. Estes conflitos territoriais são bastante anteriores ao crescimento recente da produção de cana-de-açúcar e a formação do setor carne-grãos. Como foi possível analisar até aqui, a questão indígena que se apresenta hoje no Sul é histórica e bastante complexa.

No início do século XX, quando a extração de erva mate⁶¹ ainda era uma das principais atividades econômicas do estado, o Serviço de Proteção do Índio, reconhecendo a grande presença indígena, criou oito Reservas Indígenas de extensão muitíssimo pequena frente à área que realmente era ocupada pelos indígenas⁶². Grupos de diferentes *tekoha*⁶³ foram transferidos, ao longo de muitos anos, para estas áreas de pequena extensão, levando ao esgotamento dos recursos naturais e a recorrentes “conflitos internos”. As consequências desta concentração nas reservas são visíveis e o caso da Reserva Indígena de Dourados⁶⁴ acabou se tornando emblemático, apresentando padrões de violência e suicídio muito graves, além de mortalidade infantil e desnutrição (CIMI, 2015, 2020).

A ocupação ainda mais efetiva do sul do estado por não-índios começa a tomar corpo em meados do século XX, com a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, gerando inúmeras situações problemáticas e conflituosas, além de grandes mudanças no quadro regional, que foram se acentuando nas décadas posteriores, a partir principalmente de 1970. Neste período, com o início de uma produção agrícola mais efetiva e mecanizada, se intensificam as expulsões dos guarani que viviam em “aldeias de fundo de fazenda” e, conseqüentemente, as resistências (Brand, 2004), aumentando o número de “despejos” de grupos de indígenas nas Reservas Indígenas, realizados em grande parte por fazendeiros e com anuência da FUNAI (Thomaz de Almeida, 2001:24).

A partir de fins da década de 1970 diversos grupos familiares dos guarani começaram um processo cada vez mais importante de resistência à prática de

⁶¹ A ocupação sistemática do território dos guarani kaiowá e nhandeva por não-índios se inicia com a exploração da erva-mate, em fins do século XIX, atividade que os envolveu parcialmente e de forma precária (Ferreira e Brand, 2009), além de ter forçado o deslocamento de famílias para outras áreas (Brand, 2004).

⁶² Mais precisamente entre 1915 e 1928, foram criadas as oito Reservas ou Postos Indígenas: Amambai, Dourados, Caarapo, Takuapiry, Ramada, Jakarey, Limão Verde e Pirajuy. Segundo Thomaz de Almeida “inicialmente previstos com extensão de 3600 ha, apenas Dourados e Caarapó obteriam o título definitivo da terra com esta dimensão. Os demais sofreram cortes consideráveis em relação ao previsto” (2001:22).

⁶³ As áreas habitadas pelos guarani são nomeadas de *tekoha*, palavra que envolve as ideias de modo de vida e lugar, podendo ser entendido como o lugar onde se pode viver do seu modo.

⁶⁴ A média no Brasil, entre 2003 e 2010, foi de 24,5 assassinatos para cada 100 mil pessoas enquanto na Reserva Indígena de Dourados foi de 145 assassinatos para cada 100 mil pessoas (RANGEL, 2011).

transferência para as Reservas Indígenas, recusando-se a sair de seus *tekoha* ou retornando imediatamente ou anos depois da expulsão.

Este importante movimento político de recuperação de seus territórios que cresce junto com as monoculturas empresariais na região, através das retomadas ou “entradas”⁶⁵, consistem em reocupar (e/ou permanecer em) territórios dos quais foram (ou estão sendo) expulsos, há mais ou menos tempo, incluindo áreas em disputa judicial. A entrada ou permanência destes grupos nestas áreas podem ser interpretadas de formas antagônicas, evidenciando modos diferentes de se compreender e viver o espaço.

As Terras Indígenas, que são coletivas e de usufruto exclusivo dos povos indígenas, são categorias jurídicas baseadas na Constituição Nacional promulgada em 1988, que veio romper, ao menos em teoria, com toda uma tradição legal em se tratar os povos indígenas como um elemento do passado. Grande parte dos entendimentos legais brasileiros sobre a questão indígena anteriormente os consideravam como grupos que ainda sobreviviam e deveriam ser protegidos, mas estariam fadados a se mesclar com a sociedade “civilizada” e, portanto, perder seus direitos legais às terras por eles ocupadas.

A partir de 1988, os povos indígenas, seus direitos à terra e à manutenção de seu modo de vida e sua cultura, deixam de ser vistos como transitórios, representando um marco importante no que se refere à política indigenista recente, favorecendo e identificando as terras tradicionalmente ocupadas por estes povos. Com relação a este marco, Mura (2006) afirma que

“No caso específico dos Guarani do MS, as consequências desta redefinição institucional do Estado brasileiro vêm sendo enormes, gerando mudanças muito rápidas, no sentido de interferir nas estruturas de poder construídas nas reservas em mais de trinta anos, minando-as em seus pontos nevrálgicos, isto é, deslegitimando o papel do ‘capitão’ e do chefe de Posto da FUNAI – estes hoje quase todos ocupados por indígenas –, favorecendo assim o manifestar-se

⁶⁵ Optamos aqui por adotar a denominação “entradas” (Thomaz de Almeida, 2000) em contraponto a retomadas, termo adotado por autores como Brand (2004). O termo “entradas” nos parece estar mais de acordo com a denominação do próprio grupo étnico e as aspas se justificam por ser uma tradução: “*jaha jaike*”, dizem os guarani, isto é, “vamos entrar”. Ver Thomaz de Almeida, 2000.

de uma pluralidade de lideranças tradicionais, subjugadas durante as últimas décadas” (MURA, 2006, p. 90)

Por outro lado, a regularização de Terras Indígenas é um processo lento e conflituoso e ainda está longe de ser concluído. O processo envolve diversas fases: identificação, delimitação, demarcação, homologação e, finalmente, regularização. Eloy Amado (2014) aponta outro elemento que torna ainda mais lento este processo que é a tendência de aumento das ações judiciais envolvendo os processos relacionados à regularização de Terras Indígenas.

O autor levantou 388 processos judiciais no estado que tratam da questão, apenas em primeira instância, fora outros que tramitam em outras instâncias. Já no Supremo Tribunal Federal se encontram pelo menos 13 ações envolvendo demarcações de terras no Mato Grosso do Sul. Ainda assim, a Constituição de 1988 representa um instrumento a fortalecer os direitos territoriais indígenas. A situação territorial na qual estas Terras se encontram atualmente está apresentada no Apêndice D.

O crescimento destas atividades produtivas ligadas aos setores enfatizados no capítulo anterior, agem na ampliação de questões territoriais graves na região, em especial no caso dos guarani. A formação e o desenvolvimento destes setores podem ser entendidos como resultado da ação de múltiplos agentes e sujeitos que agem espacialmente de encontro ao território e à territorialidade de outros sujeitos e agentes (Arruzzo, 2013). Na região de estudo, destacamos os povos guarani, que vêm a sofrer em diferentes ordens com o avanço destes setores. A partir dos casos descritos no relatórios do CIMI (2003-2019), as vulnerabilidades que o avanço destes setores implicam sobre estes povos são identificadas aqui como de recorrência fundiária, socioambiental e trabalhista.

6.2.1 A questão fundiária

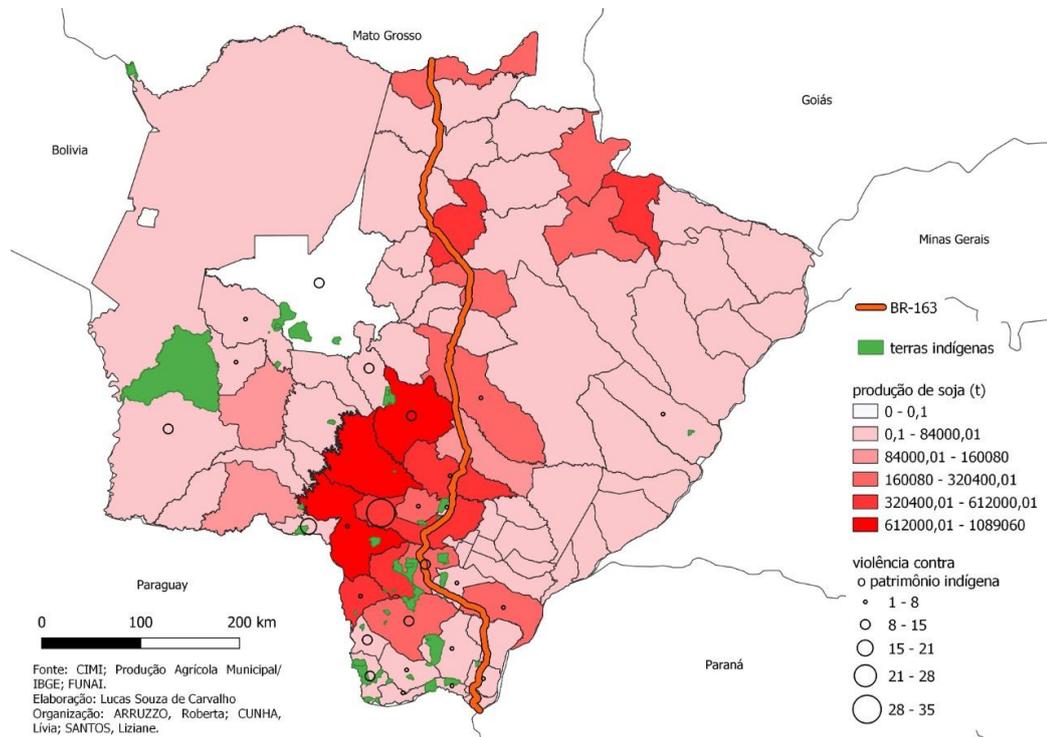
No que se refere à questão fundiária, estes povos reivindicam a demarcação de seus territórios tradicionais, ao passo que os fazendeiros são contra a demarcação

das TI's, o governo se omite através, principalmente, da morosidade no processo de regularização destas TI's, acirrando o conflito e favorecendo a ocorrência de ataques às áreas de retomadas. De modo que os dados de violência relatados na região possuem relação estreita com a falta de regularização das TI's reivindicadas e a superlotação das Reservas Indígenas já regularizadas.

O avanço do cultivo destas commodities, sobretudo soja e cana, só vem a intensificar a questão fundiária na região. Com o adiamento no processo de regularização destas Terras, as tensões sociais e territoriais tendem a se agravar. Segundo o CIMI (2011), "(...) as violências internas, praticadas entre os indígenas e as externas, cometidas contra lideranças, famílias, comunidades e contra os povos no estado, têm como causa principal a questão fundiária" (CIMI, 2011:66). Isto fica evidente quando analisados os casos descritos nos relatórios, em que se pode verificar que os maiores casos de violência coincidem com as reservas de maior densidade populacional, isto é, Dourados e de Amambaí (CIMI, 2011).

Segundo dados do CIMI, "Se todas as terras tradicionais reivindicadas fossem demarcadas, elas ocupariam apenas 2% da área do estado [do Mato Grosso do Sul], que tem a segunda maior população indígena do Brasil" (CIMI, 2014:74). Face a este quadro de genocídio acirrado pela questão fundiária na região, o caminho mais adequado para a resolução do conflito aí instaurado é a regularização das Terras Indígenas reivindicadas; enquanto isto não ocorre, "as comunidades indígenas vivem à beira de rodovias, em barracos de lonas, cercadas por pistoleiros disfarçados de segurança e sujeitas a todo tipo de violências, inclusive a despejos violentos" (CIMI, 2014:45).

Mapa 9 - Produção de soja (2018) e violência contra patrimônio indígena (2003-2019)

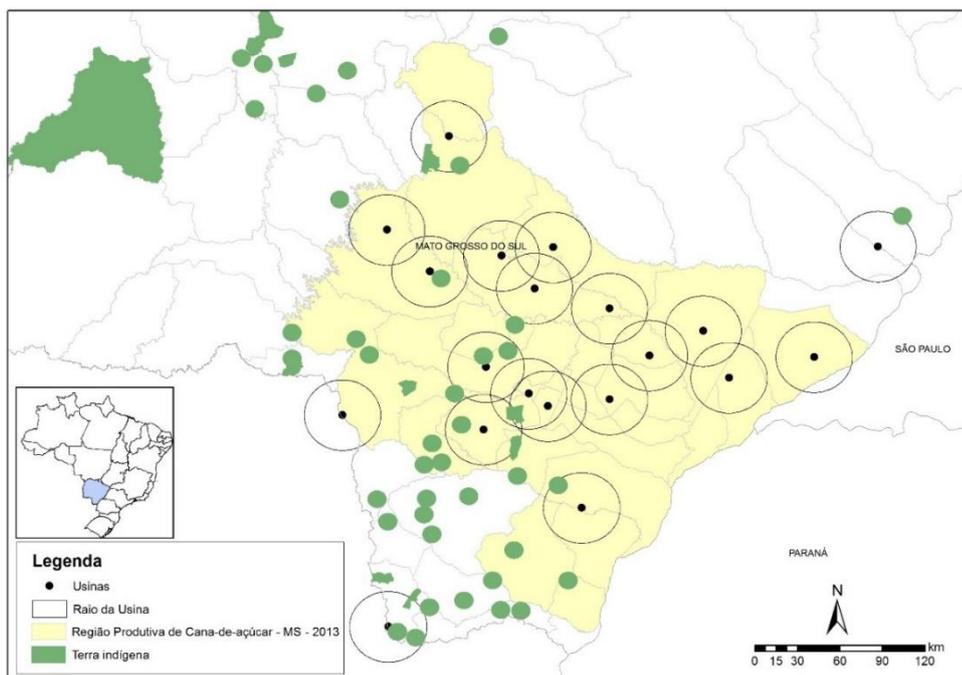


No Mapa 9, podemos observar a relação entre a produção de soja (2018) e os danos ao patrimônio indígena. Por “violência contra o patrimônio indígena”, o CIMI (2003-2019) compreende o seguinte: conflitos relativos a direitos territoriais; invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais, danos diversos ao patrimônio e danos ambientais e biológicos; omissão e morosidade na regularização de terras. No Mapa 9 é possível perceber que as violências contra o patrimônio indígena se concentram entre os municípios que mais produzem soja, e onde também se concentra a população guarani, ou seja, no Sul do MS.

Vale destacar que a região de produção de grãos para exportação do estado coincide em grande parte com região produtora de cana-de-açúcar, ampliando os impactos destes setores sobre a situação territorial na qual estes indígenas se encontram. Neste sentido, o avanço da cana-de-açúcar na região se configura como um complicador a mais numa situação territorial já bastante complexa. Arruzzo & Cunha (2019) estabeleceram uma metodologia para identificação da região produtiva

de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul a partir da mancha de área plantada de cana e chegaram no resultado apresentado no Mapa 10.

Mapa 10 - Região Produtiva de cana-de-açúcar, localização das usinas e das Terras Indígenas no Mato Grosso do Sul (2018)



Fonte: Censo Agropecuário/IBGE; FUNAI; CTBE

No que se refere especificamente à área de estudo, podemos perceber no Mapa 10 que a região produtiva de cana-de-açúcar se dá numa área do estado com forte presença indígena, isto é, no Sul do estado. No caso de Mato Grosso do Sul, considerando a necessária proximidade física e organizacional entre as áreas de produção de cana-de-açúcar e as unidades processadoras, a instalação de uma usina próximo a uma área reivindicada pelos guarani é, necessariamente, um elemento que tende a adicionar tensão à questão.

Neste sentido, a presença de usinas nas proximidades de áreas reivindicadas pelos guarani aumenta a possibilidade de que haja produção de cana-de-açúcar

dentro da área em disputa. Há diversos casos em que isso tem acontecido e ações regulares do Ministério Público Federal⁶⁶ buscando coibir esta prática, inclusive envolvendo grandes empresas transnacionais, como a Bunge e a Raízen⁶⁷. A disputa por terras na proximidade da usina, inclusive com a produção de grãos, buscando garantia do seu abastecimento de matéria-prima, parece ser um elemento que estimula a prática do arrendamento e que movimentou o mercado de terras.

6.2.2 A questão socioambiental

A questão socioambiental se inicia desde de desmatamento massivo ocorrido em meados do século passado, em que teve início a colonização da região, à pulverização de agrotóxicos nas áreas ou nas proximidades onde habitam as populações guarani na região.

Em um primeiro momento, o desmatamento massivo trouxe impacto na diminuição drástica da população vegetal e animal, como também modificou a rede hidrográfica na região, com a diminuição do porte de água dos rios, afetando a flora e a fauna aquática (Mura, 2006). Este processo veio a acarretar erosão e assoreamento no curso dos rios. O clima úmido tem sofrido modificações, com os períodos de seca se tornando cada vez mais significativos. “Os ‘brancos’ foram os principais atores desta transformação material dos espaços territoriais kaiowa e ñandéva, muitas vezes se servindo da mão-de-obra destes indígenas para tal propósito” (Mura, 2006, p. 355).

No século XXI, a questão socioambiental que vem se apresentando como urgente a ser tratada na região. Nos últimos anos o agrotóxico vem impactando esta população de diferentes formas. A pulverização criminosa é uma delas, o produto vem sendo utilizado como arma química contra a população indígena na região, “há casos em que pilotos de aeronaves fazem voos rasantes e borrifam, de forma criminosa, o veneno nas habitações e roças dos indígenas, conforme indicam as investigações

⁶⁶ Ver “MPF/MS questiona BNDES por financiar usinas que comprem cana cultivada em áreas indígenas” disponível em: <http://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/2182161/mpf-ms-questiona-bndes-por-financiar-usinas-que-compram-cana-cultivada-em-areas-indigenas>.

⁶⁷ Ver “MPF/MS pede indenização de R\$ 170 milhões para comunidade indígena Guyraroká” disponível em: <http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2012/06/mpf-ms-pede-indenizacao-de-r-170-milhoes-para-comunidade-indigena-guyraroka>.

feitas pelo MPF-MS” (CIMI, 2017, p. 127), o que vem ocasionando intoxicação da população indígena por agrotóxicos. Segundo levantamento realizado pela Prof^a Dr^a Larissa Bombardi, o Mato Grosso do Sul é o terceiro estado com maior índice de população indígena intoxicada por agrotóxico, ficando atrás apenas de Santa Catarina e do Paraná⁶⁸.

O uso intenso de agrotóxico no cultivo de commodities em áreas próximas as TI's tem também provocado a proliferação de pragas em hortas nas TI's e terras reivindicadas. Tal como outros impactos, como o desaparecimento de ervas medicinais e a contaminação de peixes e dos córregos e nascentes que abastecem as aldeias (CIMI, 2012, p. 43). O impacto sobre a saúde da população indígena também já pode ser verificado a partir do aumento dos índices de câncer e outras doenças provocadas pela ação dos agrotóxicos na população indígena.

E, ainda, o desmatamento. Diversos autores ressaltam que a entrada das atividades relacionadas à agricultura moderna e mecanizada contribuiu para o desmatamento das últimas matas nas fazendas presentes na região. Um exemplo é da dissertação de Eloy Amado (2014), em que o autor afirma que “nos últimos anos vem ocorrendo o avanço expansivo da agricultura mecanizada com a monocultura da soja, do milho e da cana de açúcar, intensificando o desmatamento das pequenas áreas de mata ainda existentes nas fazendas” (Eloy Amado, 2014). Face este cenário, a população indígena que se encontravam em pequenas áreas de matas acabaram por ser descobertas e expulsas de seus territórios.

6.2.3 A questão trabalhista

Dentre os casos correlatados de conflitos envolvendo a população indígena e o cultivo de cana, são inúmeros os casos descritos de “conflitos internos” nos canaviais envolvendo embriaguez e assassinato (CIMI, 2012, p. 54). “Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, Mato Grosso do Sul está em segundo lugar

⁶⁸ Ver mais em: <http://amazoniareal.com.br/populacao-indigena-do-mato-grosso-do-sul-e-a-terceira-mais-contaminada-por-agrotoxicos-no-pais/>.

entre os estados que mais exploram mão-de-obra análoga à escrava” (Ministério do Trabalho e Emprego apud CIMI, 2008, p. 138-139).

Muitos destes indígenas trabalham em atividades como coleta de lixo, na área da saúde e no agronegócio (ONG Repórter Brasil). O trabalho que realizam no agronegócio costuma ser nos canaviais e nos frigoríficos. Ainda que com a mecanização os cargos de cortadores de cana estejam sendo substituídos por operadores de máquinas, ainda há alguns empregos neste setor. Concomitante a mecanização dos canaviais, a chegada do setor de carnes fez dos cargos dos frigoríficos mais uma possibilidade de renda para estes povos.

As atividades que exercem, tanto no setor sucroenergético (no corte da cana), como no setor carne-grãos (nos frigoríficos), têm sido nas últimas décadas identificadas como trabalho escravo contemporâneo, o que revela a manutenção de precárias condições de trabalho para estes povos. Segundo os relatórios do CIMI, “(...) as oportunidades de emprego diminuíram e/ou as condições de trabalho têm piorado. O avanço da mecanização da safra da cana aperta ainda mais o mercado de trabalho para os indígenas” (CIMI, 2010, p. 64). Este quadro vem a se agravar com precariedade dos serviços nas áreas de educação, saúde e assistência social.

6.3 Ataques aos direitos territoriais indígenas

Para falar sobre os ataques aos direitos territoriais indígenas, cabe antes reconhecer que o presente trabalho parte do princípio que o Estado não é uma entidade autônoma e homogênea mas, ao contrário, uma entidade formada por grupos que o manejam sob seus próprios interesses. Neste sentido, o presente subcapítulo pretende abordar como determinados grupos (neste caso, os ruralistas) tem se utilizado deste aparato para atacar uma minoria atualmente (neste caso, a população indígena).

Neste contexto de reprimarização da economia e consolidação do perfil neoextrativista do país, são várias as formas, seja nas instâncias de poder legislativa, executiva e judiciária na escala nacional, como também nas escalas de poder federal,

estadual e municipal, que os agentes do agronegócio fazem uso do aparato estatal para atacar os direitos territoriais das minorias indígenas. Ao analisarmos as relações territoriais entre estes povos e os agentes do agronegócio sob o prisma dos três poderes a nível federal, é possível identificar os ataques vindos por essas três vias, consolidando e reafirmando cada vez mais uma política anti-indígena em curso no país, enquanto condicionante de uma política marcada pelo empoderamento dos ruralistas.

É neste sentido que aqui será analisado de que modo os agentes do agronegócio fazem uso do aparato estatal para atacar as questões territoriais indígenas, com reflexos sobre a situação que se instaura no Sul do Mato Grosso do Sul. Considerando o aparato estatal sob o prisma dos três poderes a nível federal, assim como também reconhecendo que são muitos os ataques, aqui será destacado apenas aqueles entendidos como as principais formas ataques. Segundo Eloy Amado (2014),

“A conduta territorial estatal que antes usurpava, invadia e despejava comunidades inteiras de seus territórios tradicionais traduz-se hoje em uma ‘conduta política’ sistematizada através de um conjunto de articulações estatais imbricadas em todas as instâncias de poder da máquina estatal, com o nítido objetivo de impedir o reconhecimento dessas terras tradicionais” (Eloy Amado, 2014).

6.3.1 Poder Legislativo Federal⁶⁹

⁶⁹ Composto pela Câmara dos Deputados Federais e pelo Senado Federal, cabe a esta instância a criação e a votação das leis, assim como o acompanhamento e a fiscalização das ações do presidente e dos ministros. A partir desta instância Projetos de Lei são criados e votados. Quando um projeto de lei um deputado federal é aprovado pelos outros deputados, este PL precisa ainda ser aprovado pelos senadores. Da mesma forma, quando um projeto de lei um senador federal é aprovado pelos outros senadores, este PL precisa ainda ser aprovado pelos deputados federais. Após a aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, é que o PL pode vir a se tornar uma lei federal. Cabe ao Legislativo Federal também investigar as responsabilidades dos membros do Poder Executivo e do Poder Judiciário através da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Atualmente o Congresso Brasileiro tem sido composto em sua maioria por deputados e senadores intrinsecamente ligados aos interesses das grandes corporações do agronegócio, qual seja: a Bancada Ruralista. A Bancada Ruralista no Congresso Brasileiro é composta por deputados federais e senadores que representam os principais setores do agronegócio, tais como: a siveicultura, o setor sucroalcooleiro, a citricultura, a pesca, o côco, o cacau, o carvão e, principalmente, a agropecuária. No que se refere à agropecuária, a Bancada compõe a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), representando quase metade dos deputados e senadores do Congresso.

Esta Bancada vem agindo cada vez mais em prol do avanço da lógica neoextrativista, representada por setores do agronegócio hoje presentes no Estado e, como condicionante do avanço desta lógica, vem também atacando os direitos indígenas reconhecidos na Constituição de 1988. Muitas das propostas levantadas pela Bancada passam por cima destes direitos já reconhecidos na Constituição, a qual, “além de favorecer a identificação das ‘terras tradicionalmente ocupadas pelos índios’, conforme o artigo 231, redefine o papel do Ministério Público Federal, atribuindo-lhe função importante em defesa das minorias étnicas” (Mura, 2006:90).

A Constituição Federal representa a maior lei do Estado, sendo superior a todas as outras, do mesmo que todas as outras leis criadas e votadas devem respeitar aquelas previstas na Constituição Federal e os interesses públicos nela garantidos. No que se refere a direito indigenista no Brasil, reconhecemos a existência de uma vasta legislação acerca da questão 70, porém aqui daremos enfoque ao que versa a Constituição de 1988, em título VIII, "Da Ordem Social", capítulo VIII, "Dos Índios":

“CAPÍTULO VIII DOS ÍNDIOS

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

⁷⁰ Vide o Estatuto do Índio, a Constituição de 1988, o Novo Código Civil (2002), a Convenção da OIT nº 169, a Resolução 287 do CNJ, a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, etc.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo." (BRASIL, Constituição Federal de 1988)

Como visto, ainda que a Constituição seja a lei maior do Estado brasileiro, devendo todo trabalho exercido na Câmara dos Deputados Federais e no Senado Federal respeitá-la, é possível identificar uma série de ataques a estes direitos articulados pela Bancada Ruralista via Projetos de Lei e Comissões Parlamentares de Inquérito.

Os deputados e senadores que compõem a Bancada criam e votam projetos de leis em defesa dos interesses destes setores, o que significa ir num sentido inverso ao que presa a Constituição de 1988, isto é: defender os interesses das maioria da população, tais como garantir os direitos indígenas acima citados. Sobre estes ataques, o INESC afirma que:

"A lentidão do investimento em políticas públicas destinadas aos povos indígenas contrasta com a intensidade dos ataques sofridos pelas comunidades no primeiro semestre de 2021, seja por meio de invasões de seus territórios, seja pelos numerosos projetos de lei em

tramitação no Congresso que visam desmontar os direitos constitucionalmente garantidos. Como alerta a Comissão Pastoral da Terra, a violência no campo alcançou número recorde na gestão Bolsonaro, o maior registrado pela organização desde 1985. Em 2021, os ataques seguiram se multiplicando. Além disso, a pressa com a qual projetos como o PL490, PL2633 e o PL191 tem tramitado no Parlamento evidencia que, mais do que enunciava a promessa de campanha, não se trata apenas de não avançar com as demarcações, mas de uma tentativa de acabar com a própria possibilidade de que as Terras Indígenas, inclusive as já demarcadas, existam tal como assegurado na Constituição de 1988” (INESC. 2021)

No que se refere aos PL's que atacam diretamente a questão indígena, a APIB realizou um levantamento dos PL's em trâmite no Congresso apresentado no Dossiê Internacional de Denúncia do Povos Indígenas do Brasil. No documento são listados os PL's que mais ameaçam estes direitos, sendo eles:

- “1. PL 490/2007: propõe a transferência para o Congresso Nacional da competência de demarcar terras indígenas, entre outras medidas que violam os direitos de usufruto exclusivo das terras indígenas. Esta inovação, que desrespeita a Constituição, inviabiliza a demarcação de terras indígenas, possibilita ao governo retomar áreas reservadas aos indígenas, limita o usufruto e a gestão das terras por parte dos indígenas ao abrir o aproveitamento de recursos hídricos e potenciais energéticos para agentes externos. Finalmente, o projeto de lei viola o direito de consulta aos povos indígenas sobre a instalação de projetos e infraestruturas em seus territórios, e flexibiliza e desrespeita a política indigenista do não-contato com os povos indígenas isolados.
2. PL 2633/2020: conhecido como o PL da Grilagem, enfraquece os controles sobre a ocupação de terras públicas, abrindo caminho para anistiar grileiros e criminosos ambientais, em especial na Amazônia, assim como favorece a impunidade de crimes ambientais e promove dinâmicas de desmatamento e queimadas, ao passo que enfraquece as regras de regularização ambiental. O projeto foi aprovado sorrateiramente pela Câmara dos Deputados na noite do dia 03 de agosto, e agora segue para avaliação do Senado Federal.
3. PL 984/2019: pretende cortar o Parque Nacional do Iguaçu, a última grande reserva da Mata Atlântica do interior do país, ao reabrir uma rodovia através do trecho mais ecologicamente sensível da área, habitada por espécies ameaçadas de extinção, como a onça pintada. A iniciativa vai promover o desmatamento e gerar graves impactos ecológicos, econômicos e no turismo na região. Estudos ambientais comprovam que a reabertura da rodovia trará o aumento da caça e do atropelamento de animais silvestres, o desmatamento, além de entrada de espécies exóticas invasoras, focos de queimada e poluição.
4. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 177/2021: autoriza o Presidente da República a denunciar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um dos principais

instrumentos globais de proteção aos direitos dos povos originários e tradicionais.

5. PL 191/2020: autoriza a exploração das terras indígenas por grandes projetos de infraestrutura e mineração, abrindo espaço para realização de pesquisa e de lavra de recursos minerais e de hidrocarbonetos, para o aproveitamento de recursos hídricos visando à geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas.” (APIB, 2021)

Face à situação territorial hoje vivida pelos povos indígenas no Sul do estado, é possível afirmar que dentre as PEC's acima citadas pela APIB, aquela que a aprovação mais impactaria os povos da área de tudo aqui em estudo é a PL 2633/2020, a “PL da Grilagem”.

Com a Medida Provisória 910/19, a “MP da Grilagem”, proposta pelo atual presidente, tendo perdido a validade após não ter sido votada pela Câmara, surge no ano seguinte a mesma proposta na PL 2633/2020⁷¹, a “PL da Grilagem”, proposta por um Deputado Federal⁷². A PL 2633/2020 altera as regras de regularização fundiária, de modo a afrouxar o controle sobre o ocupação de terras da União e anistiar aqueles que se autodeclararam ocupantes da terra (quais sejam: os grileiros) e que praticam crimes ambientais (desmatamento ilegal, garimpo ilegal, etc).

Junto a isso, existe a proposta de ampliação da extensão de área passíveis de serem regularizadas sem a vistoria prévia do INCRA, passando de 4 a 6 módulos fiscais⁷³, o que, na prática, passaria a incluir grandes propriedades de terras. Ou seja, grandes produtores passam a se beneficiar de regras que, até então, beneficiavam os pequenos produtores. Caso esta PL seja aprovada, regularizaria as terras ocupadas

⁷¹ A ementa altera a Lei nº 11.952/2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, altera a Lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; e altera a Lei nº 6.015/1973, que dispõe sobre os registros públicos.

⁷² Outra herança da MP 910/19, é o PL 510/2021, proposta por um Senador. Esta que, com teor similar, “Dispõe sobre a regularização fundiária, por alienação ou concessão de direito real de uso, das ocupações de áreas de domínio da União; estabelece como marco temporal de ocupação a data de 25 de maio de 2012, quando foi editado o Código Florestal; amplia a área passível de regularização para até 2.500 hectares; dispensa vistoria prévia da área a ser regularizada, podendo ser substituída por declaração do próprio ocupante; e dá outras providências” (Senado Federal). Segue em tramitação no Senado Federal.

⁷³ Módulo fiscal é uma unidade que varia conforme com o município, podendo corresponder de 5 a 110 hectares. Até quatro módulos, os imóveis são considerados como pequena propriedade; entre 4 e 5, média propriedade; acima de 15, grande propriedade.

por grileiros e que estão sobrepostas a TI's (registradas ou reivindicadas), acirrando ainda mais os conflitos territoriais na área de estudo.

No que se refere aos ataques à questão indígena, promovidos pela Bancada Ruralista via Comissões Parlamentares de Inquérito, destacamos aqui duas CPI's: a CPI da FUNAI e do INCRA e a CPI do CIMI no Mato Grosso do Sul. O teor dos relatórios finais de cada CPI não deixa dúvidas sobre a política anti-indigenista em curso no Congresso encabeçada pelos ruralistas.

A CPI da FUNAI foi constituída e instalada no ano de 2016, tendo como objetivo investigar fatos relativos à FUNAI e ao INCRA, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

I – FUNAI 1. Estrutura e Funcionamento da FUNAI; 2. Conflitos referentes a demarcação de terras indígenas; 3. Assistência à saúde indígena; 4. Sustentabilidade das comunidades indígenas; 5. Soberania nacional e segurança pública em terras indígenas na faixa de fronteira: tráfico, terrorismo, guerrilha etc.
II – INCRA 1. Estrutura e funcionamento do INCRA; 2. Conflitos fundiários; 3. Venda irregular de lotes destinados à reforma agrária e indícios de irregularidades apontados pelo Tribunal de Contas da União; 4. Desvio de recursos destinados à assistência técnica nos assentamentos; 5. Desmatamentos ilegais, sustentabilidade e produtividade dos assentamentos” (Relatório Final da CPI FUNAI/INCRA, 2017)

No texto do Relatório Final da CPI da FUNAI e do INCRA, foram indiciados 88 pessoas, dentre as quais 63 são ligadas à questão indígena, a partir da participação em processos de regularização fundiária das TI's, quais sejam: trabalhadores do CIMI, procuradores da República, antropólogos e lideranças indígenas. O indiciamento de pessoas que trabalham em prol da garantia dos direitos territoriais indígenas e o questionamento sobre o processo de regularização de inúmeras Terras Indígenas, faz desta CPI uma via estatal, na qual os empresários do agronegócio ligados à Bancada Ruralista tem se utilizado para atacar estes direitos territoriais indígenas e avançar com a lógica do agronegócio.

Neste contexto, o MPF emitiu uma nota pública a respeito da CPI, intitulada “CPI contra a Funai, Incra, índios e sem-terra”. Na nota do MPF sobre a referida CPI, o órgão analisa o teor do relatório final da seguinte forma:

“Desviou o olhar das inúmeras decisões do Supremo Tribunal Federal, que, há décadas, reconhecem aos índios os direitos sobre as terras de sua ocupação tradicional, em tal conceito se incluindo as terras das quais tenham sido esbulhados e impedidos de retornar, mas com as quais tenham mantido relações criativas de pertencimento e permanência. (...) A CPI não quer demarcar as terras indígenas ainda não demarcadas; quer revogar as demarcações reconhecidas recente; quer que os ruralistas possam explorar as terras indígenas já demarcadas” (Nota do MPF⁷⁴).

Uma outra CPI de teor parecido é a CPI do CIMI/MS, no que se refere à criminalização dos povos indígenas e do movimento indígena no estado. A qual, por se referir especificamente às ações do CIMI na região de estudo, daremos maior atenção aqui. Segundo o próprio Relatório Final da CPI do CIMI/MS,

“Os fatos determinantes que motivaram a instalação da CPI foram as suspeitas de atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em atos de incitação e financiamento de invasão de propriedades particulares por indígenas no Mato Grosso do Sul” (Relatório Final da CPI do CIMI/MS, 2017).

O relatório interpreta o processo de reocupação de territórios tradicionais indígenas, constitucionalmente garantidos (Eloy Amado, 2014), como “Invasão de propriedade privada” e aponta estas ações como um problema de segurança pública. TI's sobrepostas às fazendas evidenciam o conflito fundiário em questão, inclusive já mapeadas pelo De Olho nos Ruralistas⁷⁵. Porém, no modo como o relatório interpreta tais dados, fica nítido o lado sobre o qual aqueles que instauraram a CPI se colocam, seja ele: o lado dos fazendeiros.

O fato do Estado outrora ter dado titulação a estas propriedades durante a colonização dos estado, não nega o fato destas mesmas propriedades estarem sobrepostas a territórios tradicionais indígenas, outrora esbulhados por agentes da colonização e atualmente reivindicados.

⁷⁴ Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/6CCR_NotaCPI_Funai.pdf. Acessado em: 05/11/2021.

⁷⁵ Ver mais em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/10/27/terras-em-297-areas-indigenas-estao-cadastradas-em-nome-de-milhares-de-fazendeiros/>. Acessado em: 05/11/2021.

“Verifica-se, então, uma situação dicotômica. De um lado os indígenas crendo ser viável e possível a demarcação de territórios supostamente tradicionais. De outro, produtores rurais que não se conformam com o processo expropriatório de suas áreas, tendo em vista que são detentores de justo e legítimo título de suas propriedades, há muito, muitíssimo tempo” (Relatório Final da CPI do CIMI/MS, 2017)

No trecho acima, o posicionamento em prol de um dos lados da questão dos conflitos fundiários instalados no Mato Grosso do Sul se torna explícito ao se referir aos territórios tradicionais indígenas como “territórios supostamente indígena”, e aos proprietários de terra como “detentores de justo e legítimo título”. Sobre a legitimidade dos processos de reocupação dos territórios tradicionais indígenas, cabe lembrar que, conforme o Artigo 231, os direitos territoriais indígenas são reconhecidos por lei como originário, logo, independente de qualquer ação Estado, cabendo-o apenas seu reconhecimento e sua garantia.

Tendo como referência as colocações feitas por Eloy Amado, em que se reconhece o processo de reocupação dos territórios tradicionais como presentes em lei, interpretá-lo como “invasões de propriedades”, conforme faz o relatório da CPI do CIMI/MS, faz desta afirmação uma colocação superficial e equivocada. Dessa forma, usando as palavras do Relatório, essas “mais de 90 propriedades invadidas” no ano de 2015 revela-se um ato constitucional, ou seja, um processo justo e legítimo de reocupação destes territórios.

Nesse processo de reivindicação de seus territórios, os indígenas acabam por adotar suas estratégias, sejam elas: no interior das comunidades (estratégias próprias – retomadas) e questões externas (ações governamentais) (Eloy Amado, 2014.). Nas palavras do Eloy Amado,

“as retomadas são instrumentos próprios e legítimos dos povos indígenas para territorializar espaços que foram alvo da ‘conduta territorial’ estatal – que culminou na invasão e remoção de comunidades –, e fazer valer seus direitos étnicos, esculpidos na Constituição Federal” (Terena, 2018, s.n.)

Sobre o modo como as retomadas são feitas, o relatório final da CPI ainda aponta haver o uso de armamentos, táticas de guerrilha e agressividade⁷⁶, não

⁷⁶ Na íntegra, um dos trechos que faz referência a isto: “Chamou a atenção ainda notícias que chegaram ao conhecimento desta Casa de Leis, de que várias dessas invasões de

fazendo referência ao modo violento como se dá a reintegração de posse por parte da Polícia Federal. O relatório ainda aponta o CIMI como apoio logístico de invasões e ameaça à segurança pública no Estado. Na íntegra, o texto afirma:

“(...) há responsabilidade do CIMI nas invasões de propriedades privadas, instabilidade social e prejuízo à segurança pública. Reputa-se o ato de gravidade extrema porque se trata de pessoa jurídica de direito privado (CIMI), com repasse de recursos significativos, inclusive do exterior, e que teria como função precípua atuar na evangelização das com unidades indígenas, mas quando se analisa a prova produzida no processo verifica-se que isso não vem ocorrendo, pelo contrário, o que se nota é uma atuação específica e direcionada do referido órgão no sentido de manipular as comunidades indígenas conforme seus interesses, aproveitando-se de sua situação de dificuldade financeira e mesmo miserabilidade para incitar a violência e invasão a propriedades privadas, causando inequívoco e repudiável prejuízo à segurança pública do Mato Grosso do Sul.” (Relatório CPI do CIMI, 2015)

O texto segue afirmando que “na década de 90 inicia-se esse conjunto de ações concatenadas, cujo nefasto efeito agora é notado”, o “conjunto de ações” leia-se os processos reivindicatórios de regularização dos territórios tradicionais indígenas, estes com seus direitos territoriais já reconhecidos na Constituição de 1988. Eloy Amado interpreta o direito às retomadas como em defesa de um direito humano e, ainda, garantido pelo artigo 231, visto estes territórios dão acesso aos recursos básicos e fundamentais a suas vidas, tal como fornece condição para suas práticas culturais, espirituais, forma de organização, acesso à natureza e gestão e organização produtiva (Eloy Amado, 2014).

O relatório final da CPI ainda interpreta indígenas como produtores rurais prejudicados pelo CIMI no seguinte trecho: “Faço aqui uma consideração em relação às comunidades indígenas, que também julgo, como os produtores rurais, os grandes

propriedades particulares eram realizadas com características de inegável organização, inclusive utilizando-se de armamentos, táticas de guerrilha, agressividade, enfim, elementos que em princípio não eram notados em situações de invasões anteriores e que não fazem parte da cultura desses povos indígenas.” (Relatório da CPI do CIMI, 2015). Sobre a conduta adotada no momento de retomada, tal como a conduta em geral destes povos, existe uma vasta bibliografia que não citam tais táticas e condutas como uma prática comum a estes povos durante o processo de reocupação. Sobre isto ver em Benites (2014).

prejudicados pelas condutas praticadas pelo CIMI”. O Relatório sugere ainda que o apoio financeiro por parte do CIMI deve ser feito no seguinte sentido:

“O CIMI não conseguiu trazer para o processo um único projeto realizado em prol da comunidade indígena, de educação, saúde, enfim, nada. E, importante frisar, somente no ano de 2013 foram mais de R\$ 7.000.000,00 recebidos de instituições estrangeiras” (Relatório CPI do CIMI, 2015)

Em outras palavras, sugere que o CIMI deva investir em serviços que, segundo a Constituição de 1988, são de obrigação do Estado sua garantia⁷⁷. Ainda assim, nos relatórios de Violência Contra Povos Indígenas, produzidos pelo CIMI desde 2003, são inúmeros os casos relatados de violência por parte do Estado, dentre elas “desassistência na área de saúde”, “morte por desassistência à saúde”, “desassistência na área da educação escolar indígena” e “desassistência geral”. Importante ressaltar que a questão indígena no Estado não se encerra na regularização fundiária das TI's, ainda que esta seja aqui considerada o cerne da questão. O que o CIMI categoriza como “assistência do Estado”, entendemos aqui como é um direito que, como tal, deve ser garantido à população indígena como um todo e à população guarani, conforme o caso em questão, residindo em TI's ou não, estando as TI's regularizadas ou não.

⁷⁷ Cabe aqui ressaltar que o tratado assinado pelo Brasil, da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre Povos Indígenas e Tribais, foi incorporado o Decreto nº 5.51/04 e, em seu Artigo 25, dispõe sobre a garantia de serviço de saúde público para comunidades indígenas; a Lei nº 12.314/10, em seu Artigo 11, da Constituição de 1988, dispõe sobre o repasse da competência administrativa do serviço de saúde indígena para a União; a Portaria nº 1.1163/99 do Ministério da Saúde prevê a garantia do acesso dos índios e das comunidades indígenas ao Sistema Único de Saúde (dentre outros artigos); a Lei nº 9.836/99, em seu Artigo 19, dispõe sobre o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

Quanto aos direitos à educação indígena, o artigo 205 e 215 da Constituição garante a todos direito à educação e à cultura; a lei 10.172/2001, referente ao Plano Nacional de Educação, garante que a educação deve ser desenvolvida em cooperação entre os três entes da federação e, ainda, garante às comunidades indígenas uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue; e parágrafo único do artigo 2º da portaria Interministerial MJ/MEC nº 559, de 1991, afirma que a transformação na educação diferenciada pode ser feita apenas com a anuência da comunidade indígena; o artigo 68 da lei 9.394/1996 prevê as fontes orçamentárias para a educação e a manutenção das escolas públicas, incluindo a especificidade da educação das comunidades indígenas.

6.3.2 Poder Executivo Federal⁷⁸

O Poder Executivo Federal também tem sido utilizado para responder aos interesses das corporações do agronegócio, refletindo sobre a situação sobre a qual se encontram os povos guarani no Sul do estado.

Dentre os órgãos do Executivo Federal ligados à questão indígena, daremos mais atenção aqui à FUNAI, compreendida como o principal órgão da União no que diz respeito à questão indígena no país. Uma das funções deste órgão é promover e proteger os direitos dos povos indígenas no país, sobretudo na garantia do direito constitucional de acesso e permanência nos territórios indígenas. O modo como o Executivo Federal atua para dismantelar estes direitos tem se dado por diferentes vias, tendo sido o resultado destas ações, na maioria das vezes, levado a reverter, questionar ou atrasar os processos de regularização fundiárias das TI's.

Dentre as etapas para a homologação de uma TI - sejam elas: identificação e delimitação, demarcação, homologação e registro - as fases de identificação e delimitação são as que estão sob responsabilidade da FUNAI. Ocorre que, mesmo após a identificação e a delimitação da terra indígena pela FUNAI, o processo ainda pode ser contestado⁷⁹. Apenas após a análise e as respostas para as possíveis contestações, é que pode ser dada continuidade ao processo, encaminhando-o ao Ministério da Justiça para serem declaradas e, em seguida, ao Presidente da República para demarcação, homologação e, por fim, registrado em cartório. Segundo Diogo Oliveira, Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID), quase todo processo de delimitação que se faz na Funai tem alguma contestação judicial. Em entrevista, o coordenador conta que "Sai a portaria constituindo um grupo de trabalho para estudar uma área, não dá 30, 40 dias, chega uma ação da federação agrícola,

⁷⁸ A função do poder Executivo Federal é, primordialmente, administrar as três instâncias de poder de acordo com a lei, podendo também aprovar projetos de lei. É composto pelo Presidente da República e pelos Ministérios. Os ministérios com órgãos ligados à questão indígena são: Ministério da Justiça (responsável pela Fundação Nacional do Índio), Ministério da Saúde (responsável pela Fundação Nacional da Saúde), Ministério da Cultura (responsável pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Ministério do Meio Ambiente (responsável pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e o Ministério da Educação.

⁷⁹ O atraso dos processos de regularização fundiária tem ocorrido muito em função da judicialização deste processo, assunto que será abordado no Poder Judiciário.

da prefeitura, de alguém do governo do estado, contestando, e não deixa nem começar os estudos” (Carta Capital, 2016).

Somado a isto, em um estudo realizado pela INESC sobre o orçamento da União no que concerne às políticas indigenistas, o relatório aponta que:

“Os direitos indígenas têm sofrido toda a sorte de ataques pelo Poder Executivo, em articulação com o Parlamento e os grandes grupos econômicos. (...) preceitos constitucionais vêm sendo constantemente desrespeitados, seja pela adoção de medidas administrativas, pelo aparelhamento dos órgãos indigenistas ou, ainda, pela falta de investimento em ações e programas finalísticos. Da mesma forma, a análise da execução orçamentária da Funai e da Sesai demonstra que não há uso máximo de recursos disponíveis, mas, ao contrário, o constante desinvestimento em políticas de garantia de direitos indígenas” (INESC, 2021)

Segundo as análises do relatório produzido pela INESC, acerca do Balanço Orçamentário Geral da União, o corte de recursos da FUNAI vem de anos. De 2013 a 2019, a dotação autorizada do órgão caiu em 23% (INESC), e esta tendência se manteve no ano de 2020, “quando o orçamento autorizado do órgão foi de R\$ 690 milhões, 6% menor do que o do ano anterior”. É possível observar também uma redução expressiva do quadro de servidores, tendo em vista os cortes orçamentários que o órgão vem sofrendo na última década. Segundo o Relatório,

“(...) atualmente a Funai funciona com a atuação de 2.071 profissionais, sendo 1.717 funcionários efetivos. Há 2.300 cargos vagos na autarquia, o que é resultado da aposentadoria de trabalhadores e do não preenchimento de vagas em concursos, parte importante deles na função indigenista especializado, posição ocupada por profissional de nível superior. O processo de esvaziamento do órgão, que vem ocorrendo de forma mais intensa a partir da década de 2000, é ainda inversamente proporcional ao crescimento da população indígena do país na mesma época” (INESC, 2021)

Gráfico 8 - Quadro de funcionários da FUNAI (2020)



Fonte: INESC (2021)

Paralelamente ao desmonte e esvaziamento da FUNAI, ainda é possível observar cargos à presidência do órgão sendo ocupados por militares e policiais federais alinhados à lógica ruralista. É o que o relatório interpreta enquanto um “aparelhamento ideológico do órgão”, vindo a influir diretamente sobre as ações e o não êxito das funções sobre as quais o órgão é responsável, isto é, a garantia dos direitos territoriais indígenas. O relatório ainda aponta a instituição de uma série de medidas administrativas por parte do Executivo Federal vindo a influenciar na paralização das atividades-fins do órgão e, conseqüentemente, na desvirtuação da missão do órgão.

6.3.3 Poder Judiciário Federal⁸⁰

A Lei 6.001/73 da Constituição de 1988, que “dispõe sobre o Estatuto do Índio”, institui no Art. 65 que: “O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas”. Ocorre que a definição das etapas do processo de regularização fundiária de uma TI foi sofrendo alterações nos últimos

⁸⁰ Composto pelo Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, Promotores e Procuradores, tendo como principal função julgar e garantir o funcionamento das leis.

anos e a mais significativa delas ocorreu via Decreto 1.775/1996, que “dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências”.

Apesar da Constituição de 1988, no Artigo 231, ter reconhecido o direito originário dos povos indígenas aos seus territórios tradicionais e reimposto o mesmo prazo de cinco anos definido no Estatuto do Índio para a demarcação e homologação de todas as terras indígenas, até hoje várias comunidades estão fora de seus territórios tradicionais, ou mesmo acampadas neles, aguardando o reconhecimento jurídico-formal de sua terra. Este atraso se explica em grande parte pela modificação ocorrida em 1996. Em seu Art. 8, institui-se que

“§ 8º Desde o início do procedimento demarcatório até noventa dias após a publicação de que trata o parágrafo anterior, poderão os Estados e municípios em que se localize a área sob demarcação e demais interessados manifestar-se, apresentando ao órgão federal de assistência ao índio razões instruídas com todas as provas pertinentes, tais como títulos dominiais, laudos periciais, pareceres, declarações de testemunhas, fotografias e mapas, para o fim de pleitear indenização ou para demonstrar vícios, totais ou parciais, do relatório de que trata o parágrafo anterior” (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

A principal forma como os fazendeiros têm utilizado este aparato Estatal para atacar aos direitos territoriais indígenas, tem sido por esta via, que permite o embargo de uma série de processos de regularização fundiária das Terras Indígenas via as ações judiciais. A nível de Brasil, em referência à judicialização⁸¹ destes processos de regularização fundiária das TI's,

“(...) a DONR criou uma base de dados com 797 casos judicializados envolvendo: contestação sobre demarcação, desapropriação direta e indireta, interdição, reintegração/ manutenção de posse, revogação de licença ambiental, indenização por danos ambientais ou danos morais, entre outras categorias” (APIB, 2021).

⁸¹ Para consultar os processos de regularização fundiária de Terras Indígenas que foram judicializados, acessar: www.ifms.jus.br

Os dados sobre a situação fundiária das TI's do Mato Grosso do Sul nos dão a dimensão da quantidade de terras com o processo de regularização atrasado e a morosidade do Estado em cumprir sua função. Segundo o CIMI (2011), "(...) no Mato Grosso do Sul, existe uma crescente pressão local e regional contra o trabalho da Funai, atrapalhando o prosseguimento dos estudos de campo, junto a uma tendência de judicialização do processo regulatório." (CIMI, 2011, p. 46). Eloy Amado (2019), afirma que "uma enxurrada de ações judiciais, impetradas para suspender as demarcações no Mato Grosso do Sul, foram impetradas" (Eloy Amado, 2019, p. 137), representando uma clara manobra para prolongar os processos de regularização, face a morosidade do poder judiciário. Segundo Vieira & Eloy Amado,

"Desde meados dos anos 2000, proprietários rurais e suas instâncias de representação têm respondido à demarcação de terras indígenas com uma estratégia de judicialização sistemática dos processos administrativos de demarcação.⁴ Cada ato ou etapa em cada processo de demarcação é disputado no âmbito de ações judiciais que questionam a legalidade do processo e pedem que o Poder Judiciário declare o domínio do particular sobre as terras em disputa. Além disso, nas inúmeras ações de reintegração de posse impetradas contra as retomadas de terras também são discutidos temas como a natureza constitucional da posse indígena, o domínio sobre a terra, e a extensão do direito à terra tradicionalmente ocupada" (VIIRA & ELOY AMADO, 2018, s.n.)

Na sua pesquisa de mestrado, Eloy Amado (2019), aponta que os principais entraves à demarcação dos territórios tradicionais indígenas é o processo de judicialização das demarcações (ou seja, o questionamento no judiciário de qualquer ato administrativo do processo demarcatório) e o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro (que não contempla a existência destas comunidades). Segundo o autor,

"No que tange à judicialização¹⁵⁰, são latentes as inúmeras ações judiciais em trâmite perante a Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, bem como os recursos interpostos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, segunda instância de jurisdição. Como se sabe, o procedimento de demarcação de TI's está previsto para tramitar na via administrativa, iniciando-se na Funai e sendo concluído com expediente da presidência da República (atos do poder Executivo). No entanto, com as ações intentadas pelos fazendeiros, os procedimentos ficam

paralisados por força de decisões judiciais, baseadas apenas em argumentos jurídicos de cunho civilista (aplicando o Código Civil), enquanto o direito dos povos indígenas foi tratado com profundidade pelo direito constitucional (Constituição Federal)” (Eloy Amado, 2019, p. 158).

A judicialização do processo demarcatório acaba por deslocá-lo da via administrativa (via FUNAI) para a via judicial (via STF) a discussão a respeito destas Terras. “Neste sentido, o judiciário é tido como arena de conflito, onde os atores processuais – juiz, ministério público, os fazendeiros e também a comunidade indígena – litigam seus interesses e direitos” (Eloy Amado, 2019, p. 202). A judicialização do processo demarcatório sujeita estes povos a uma série de ataques, colocando-os em uma situação de vulnerabilidade territorial face ao acirramento da questão fundiária regional, com invasões, ataques de pistoleiros, despejos violentos, etc.

Uma outra questão que tem se apresentado à temática indigenista no âmbito do poder judiciário é a tese do Marco Temporal⁸². Em pauta no senado, a tese do Marco Temporal cria uma brecha inconstitucional, a regularização fundiária das TI's, tomando o julgamento do caso da TI Raposa Serra do Sol, que utilizou o Marco Temporal de 1988, como parâmetro para o julgamento de todas as outras TI's no país, desconsiderando a singularidade de cada caso e até mesmo o artigo 231, previsto na Constituição.

Face a este cenário, os direitos territoriais indígenas estão em disputa no âmbito político e judicial onde, de uma lado está a tese do indigenato (que compreende

⁸² “Se a importância do Poder Judiciário enquanto arena de disputa tem crescido desde o início dos anos 2000, foi em 2009 que começou a circular nessa arena uma das maiores ameaças da atualidade contra os direitos territoriais indígenas. Foi este o ano em que, ao julgar a Ação Popular 3.388/RR, referente à demarcação de Raposa Serra do Sol, o pleno do Supremo Tribunal Federal estabeleceu uma série de condicionantes ao reconhecimento dos direitos territoriais indígenas. Surge neste julgamento o chamado marco temporal, uma tese jurídica que restringe o direito dos povos indígenas à sua terra tradicional ao condicionar esse direito à presença física das comunidades na terra na data da promulgação da Constituição Federal. De acordo com esse enunciado, os povos indígenas apenas teriam direito às terras que ocupavam no dia 5 de outubro 1988. Para que essa condicionante seja afastada, é necessário que se configure ‘renitente esbulho’, isso é, que a reocupação não tenha ocorrido por efeito de renitente contínuo de não-índio” (Vieira & Eloy Amado, 2018, s.n.)

os direitos territoriais indígenas como um direito originário, anterior ao próprio Estado, não se perdendo, portando, o direito à terra mesmo em caso de esbulho, expulsão e violências); e, de outro, a tese do Marco Temporal que, em confluência com os interesses da Bancada Ruralista, pretende fixar a data 5 de outubro de 1988 como um marco temporal para a demarcação das terras indígenas.

Sob a tese do Marco Temporal, as terras que não estivessem ocupadas na data fixada de 5 de outubro de 1988 perderiam seus direitos territoriais. Sob este efeito, vários processos demarcatórios seriam revistos, provocando anulando uma série deles. Esta tese já vinha sendo utilizada pelo STF e, mediante a mesma, as comunidades indígenas vinham perdendo os processos demarcatórios de suas terras desde o ano de 2009.

No caso da região de estudo, a demarcação de quatro terras indígenas foi afetada por esta tese, sendo elas: Guyraroká, Panambi Lagoa-Rica, Limão Verde e Buriti, tendo sido recentemente anuladas com base no Marco Temporal, enquanto outras aguardam providências no poder judiciário. O Marco também tem sido utilizado para justificar ações possessórias em mandatos de reintegração de posse em área indígenas reocupadas. Uma vez aprovado, seus efeitos jurídicos podem inviabilizar a demarcação de centenas de TI's e abrir a possibilidade de questionamento para TI's já demarcadas e homologadas.

A data estipulada pelo Marco Temporal ignora sumariamente o respaldo constitucional instituído no artigo 231, de reconhecimento do direito originário sobre estas terras e, ainda, acaba por anistiar a expulsão sistemática que os povos indígenas sofreram até a data de 1988.

Considerações parciais

O presente capítulo procurou elaborar um quadro geral sobre a questão indígena na região, encaminhando a referida questão para a análise dos fatos mais relevantes, quais sejam: as vulnerabilidades cada vez mais latentes às quais estes povos vêm sendo expostos, face ao avanço e fortalecimento do agronegócio na região, e até mesmo os ataques a seus direitos territoriais, a partir do uso e manejo

do aparato estatal para fins de fortalecimento destes setores hegemônicos, que nas últimas décadas vêm se instalando de forma massiva na região.

Como foi possível perceber até aqui, o avanço desta lógica vem se dando sobre espaços de tradicional ocupação indígena. Dotado de colonialidade, este movimento na história da região tem como pressuposto o apagamento do sujeito indígena. Cabe aqui recordar que este não é um fenômeno recente, mas um processo contínuo e crescente ao longo da história da região.

Durante esse processo, a violência contra estes povos ocorreu de diferentes formas. Dados aqui apresentados permitiram efetuar uma análise da violência física e também da violência institucional, ao serem analisados dados coletados acerca das vulnerabilidades (sejam elas: fundiária, socioambiental ou trabalhista) e dos ataques aos direitos territoriais indígenas.

A partir da análise de tais dados é possível recordar o que Quijano (2005) aponta acerca do modo como a colonialidade se expressa. Segundo o autor, a mesma se expressa primeiro situando-os em uma situação de “natural” inferioridade e, em seguida, controlando sua mão de obra em distintos setores e tomando posse dos recursos presentes em seus territórios tradicionais. Para o autor, todo este processo se dá em prol da acumulação capitalista, aqui representada por grandes transnacionais do agronegócio.

A partir do que até aqui foi apresentado, é possível notar que, ainda hoje, já no século XXI, a prática da expropriação destas populações indígenas se mantém, tal como a repressão a toda uma cosmovisão inerente a seu universo simbólico e tudo que um território tradicional vem a representar a partir daí. O domínio destes territórios tradicionais ainda se dá na base de muita violência, seja ela física, simbólica ou mesmo institucional.

Ao que parece, conforme Quijano (2005) nos recorda, estes sujeitos indígenas seguem sendo despojados de seus territórios tradicionais e sendo reduzidos a um lugar de “raça inferior”, sem que seus direitos territoriais, constitucionalmente reconhecidos, sejam garantidos. Quando Quijano (2005) afirma que a estrutura de poder segue sendo organizada ao redor da colonialidade, mesmo após o Período

Colonial, estendendo-se ao Estado-nação, é possível compreender a manipulação que do aparato estatal em prol de interesses hegemônicos.

É urgente pensar formas de reverter o quadro de ataque a estes povos e seus direitos, sejam eles territoriais, mas principalmente humanos, como via para alcançar o que sugere Quijano (2005), uma descolonização e redistribuição radical do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sul do Mato Grosso do Sul é identificado aqui como a região onde incide um processo brutal de genocídio contra os povos guarani nos últimos anos. Ao longo deste trabalho foi possível perceber que a realidade que vem se constituindo na região configura um cenário extremamente racista. Isto se materializa no Sul do estado a partir, principalmente, da violação aos direitos territoriais indígenas, em prol dos interesses de agentes hegemônicos, atuantes na escala transnacional, identificados nos agentes ligados ao agronegócio.

Fazer uma regionalização a partir da temática indígena, objetivando investigar o genocídio em voga, significa a possibilidade de trazer instrumentos teórico-metodológicos da Geografia para a análise do caso e, possivelmente, refletir alguma ação sobre uma realidade grave e comum a nível de Brasil e de América Latina. Destaca-se aqui a não neutralidade presente no ato de trazer ao debate essa região de ampla representatividade a nível nacional, no que se refere à temática, uma vez que é reconhecidamente uma das regiões mais violentas contra povos indígenas no Brasil (CIMI, 2003-2005; CIMI, 2006-2007; CIMI, 2008; CIMI, 2009; CIMI, 2010; CIMI, 2011; CIMI, 2012; CIMI, 2013; CIMI, 2014; CIMI, 2015; CIMI, 2016; CIMI, 2017; CIMI, 2018; CIMI, 2019).

Os conceitos utilizados para a análise regional perpassaram o campo das dinâmicas e desiguais relações de poder que se dão na região. Ainda que a seleção de conceitos elaborada para este trabalho não tenha abarcado o todo da realidade regional, ela contribuiu para pensar as relações de poder pautadas na colonialidade (materializada em políticas de Estado e nos agentes hegemônicos, que por muitas

vezes se confundem, vide a Bancada Ruralista) e na resistência (inventada e reinventada pelos povos guarani kaiowa e nhandeva aí localizados). A seleção de tais conceitos permitiu conhecer parte da realidade regional por um viés que sugere a ação, não para fins de conservá-la, mas para modificá-la (Ribeiro, 2004), visando promover o equilíbrio nas relações de poder que nela se instauram. Compreende-se aqui, como condição de transformação de uma realidade, o conhecimento prévio desta. Para isto foi feita uma periodização e uma análise dos eventos históricos ocorridos na região, conforme sugere Ribeiro (2004).

As relações de poder que foram abordadas ao longo do trabalho foram apreendidas enquanto relações imbuídas de colonialidade (Quijano, 2005). Para isso foi feita uma ampliação da noção de poder para além das instâncias estatais (Raffestin, 1980; Foucault, 1979), abarcando os atores hegemônicos e os de resistência como também dotados de poder e agenciamento político (Scot, 2013) face aos conflitos instaurados na região.

Ao reconstituir os diferentes períodos históricos que atravessaram a região de estudo, foi possível perceber que, no âmbito dos agentes hegemônicos, as diferentes políticas instauradas na região (sejam elas indigenistas, agrárias e/ou fronteiriças) tinham a colonialidade como um forte traço, uma vez que o ideal predominante nos diferentes períodos da história era aquele pautado no evolucionismo, o qual não apenas categorizava as sociedades, como também as classificava, indo do primitivo ao mais civilizado. Neste contexto, ao longo do todo histórico de ocupação colonial da região, foi possível perceber o viés evolucionista recorrente, enquadrando estes povos no lugar do atraso, algo a ser ultrapassado.

A colonialidade se fez presente ao longo de todo histórico da região de diferentes formas, ora via catequização, ou via expulsão de seus territórios tradicionais, e conseqüente espalhamento, contenção da população em Reservas Indígenas, exploração de sua força de trabalho, ou até em homicídios e “ataques à caneta”⁸³. Por outro lado, no âmbito das ações de resistência e autonomia, foi possível perceber que o próprio processo de ocupação da região se deu em um contexto de

⁸³ Compreende-se aqui como “ataques à caneta” as ações movidas no âmbito do aparelho de Estado como forma de atacar os direitos indígenas.

resistência, visto que as primeiras formas de ocupação da região que se tem registro durante o Período Colonial, foram realizadas por indígenas que se refugiavam nas matas fugindo dos agentes da colonização que agiam no Itatim. Se nos primórdios da ocupação do Sul do MS, a resistência indígena já se fazia presente, ao longo dos séculos seguintes ela também se manteve face às políticas de colonização que avançavam sobre seus territórios tradicionais. Para mapear essas ações de resistência durante esses primeiros séculos houve dificuldade de encontrar registros na bibliografia utilizada. De modo que as abordagens dos eventos ocorridos ao longo dos primeiros séculos ficaram muito no âmbito das ações do Estado. Ainda assim, ganha-se aqui um especial destaque ao movimento iniciado nos fins da década de 70 do século XX, que são as grandes assembleias guarani, as Aty Guassu.

As Aty Guassu se iniciaram em um momento de acirramento da questão fundiária na região. Paralelo ao avanço do agronegócio na região na década de 70 (representado pelo setor sucroenergético, e pelo setor de grãos que, na década de 90, viria a formar a cadeia carne-grãos), foram iniciadas as grandes assembleias guarani. Nestas reuniões foi possível identificar um impacto comum a estes povos, que a colonização da região vinha promovendo, ao expulsá-los de seus territórios tradicionais e realocá-los em áreas relativamente pequenas, quando comparadas aos *tekoha*. A falta de espaço nas Reservas Indígenas, fundamental para a manutenção de seu tradicional modo de vida, vinha se tornando uma problemática cada vez mais latente entre eles. A superlotação das Reservas impossibilitava a manutenção de um modo de ser guarani. Foi então que, nesses *espaços de infrapolítica* (Scot, 2013), que são as Aty Guassu, começam a ser debatidas as táticas de reocupação dos territórios tradicionais. Desta forma, as Aty Guassu acabam por desembocar em um movimento de reocupação dos territórios tradicionais.

As transformações ocorridas no território desde a colonização da região, instaurou novas *situações históricas* (Pacheco de Oliveira, 1997), trazendo à tona a necessidade de transformação de ordem política, técnica, cultural e econômica destes povos face à dura realidade imposta. Tendo sido privados do acesso a seus territórios tradicionais, as transformações consequentes deste processo trouxeram o surgimento novas categorias. É neste contexto de avanço da fronteira que surge a categoria *tekoha*, compreendida aqui como categoria do encontro realizado na fronteira, fruto

do processo de transformação do território no contexto da colonização da região, uma vez que foram privados dos espaços onde podiam realizar seu modo de ser, surgindo uma definição para esses espaços.

Desta forma, para analisar os impactos sobre estes povos e suas práticas nos diferentes contextos históricos no qual se encontravam, foram consideradas as transformações de ordem política, técnica, econômica e cultural que se estabeleceram ao longo dos anos como processos inerentes a estes grupos, assim como, a qualquer sociedade. Foi possível perceber que as formas de articulação política foram transformadas junto com as transformações no território. De modo que os práticas de resistência precisaram ser (re)inventados conforme a dinamicidade dos processos que cruzavam seus territórios e relações que se instauravam na região.

Compreender as diferentes circunstâncias sob as quais se encontravam e os processos vivenciados por estes povos, desde a migração e ocupação destas terras, sua etnogênese, o esparramo, a changa, as Aty Guassu, até a retomada de seus territórios tradicionais, permitiu compreender também o caráter dinâmico dos povos em questão, face aos processos que atravessaram seu território. Com isso, o que se pretendeu ressaltar aqui foi a necessidade de despojar-se de uma análise que os coloca em um lugar culturalmente estático, descolado das transformações que se dão/davam no território. E, para abarcar as diferentes situações históricas que se configuravam, alguns termos nativos foram trazidos ao estudo para fins de compreender melhor a realidade destes agentes presentes na região, a exemplo de *tekoha*.

O paradigma evolucionista, tão presente nas políticas de Estado que se instalaram na região durante os primeiros séculos de ocupação da região, ganhou novos contornos na atualidade. A partir dos dados analisados tornou-se nítido que o projeto soberania (Mbembe, 2013) que aí se impôs foi o de matar e/ou deixar morrer determinadas parcelas da população local. Sob um crivo racista, esta parcela foi aqui representada pelos povos originários presentes nesta região.

Por parte do Estado, notou-se que nas três instâncias de poder havia inúmeras ações sendo encaminhadas no sentido de privilegiar o avanço do cultivo de commodities e das transnacionais a elas ligadas. O que vem a corroborar o

pensamento de Mbembe acerca da *necropolítica*, quando o autor fala que esta prática, por parte do Estado, de selecionar quem matar ou deixar morrer e quem viver, revela-se uma prática fundamental para a reprodução do capitalismo. Em outras palavras, é possível afirmar que os processos recentes configuraram a região enquanto tal, isto é, uma região onde ocorre um genocídio indígena, processos que se desenvolvem sob uma ótica colonial, que corresponde à lógica de: matar/deixar morrer indígena e deixa viver o agronegócio.

É o Estado produzindo a morte em nome da reprodução do capitalismo, excluindo aqueles que não são compatíveis a esse sistema. É válido ainda destacar a dificuldade em separar as grandes empresas ligadas ao agronegócio e o Estado, uma vez que parcela significativa destes agentes ocupa o Estado, vide a Bancada Ruralista.

Para reverter este quadro, cabe ainda destacar que a resolução deste cenário alarmante na região, no que se refere à questão indígena, não se restringe à regularização fundiária das Terras Indígenas, embora ela seja urgente e central, mas se estende à instauração de políticas públicas que venham a garantir uma série de outros direitos fundamentais à dignidade destes povos, enquanto seres humanos. Como exemplo, o acesso à saúde indígena, educação indígena, etc.

Enquanto isto não acontece, estes povos resistem. E se outrora se refugiaram nas matas, atualmente inventam e reinventam outras formas de resistência, já que significativa parte de seus territórios foram desmatados, e deles foram expulsos. Esta resistência não se caracteriza prioritariamente pelo impedimento ao avanço do agronegócio na região, mas, sobretudo, pela manutenção de um modo de vida guarani, modo de vida este que tem como condicionante a vida em seus *tekoha*. Nesse sentido, a resistência tem se realizado principalmente no movimento de retomada de seus territórios tradicionais, de seus *tekoha*, para a realização de seu modo de vida.

Em outras palavras, é possível perceber que neste processo de intensa transformação territorial, face à colonialidade instaurada em seus territórios tradicionais, os guarani se tornaram aqueles que reivindicam seu próprio modo de ser, inerente a seus *tekoha*. Desta forma, os guarani, não apenas aguardam o

encaminhamento e resolução dos processos de regularização fundiária de seus terras, como seguem tentando reocupar seus *tekoha*.

Como já visto, a luta pela regularização fundiária de seus territórios tradicionais, constitucionalmente garantida (Eloy Amado, 2014), em terras que, além de se encontrarem sob título dos fazendeiros, também estão sob interesse econômico de grandes transnacionais, configura o conflito fundiário em questão, vindo a incidir nos índices de violência, apresentados ao longo do trabalho.

Conforme Arendt (1969), a violência é o meio que vem a ser utilizado em caso de perda de poder. Se analisarmos o caso partindo desta prerrogativa, compreendemos que a violência praticada contra estes povos por parte dos agentes ligados ao agronegócio (seja as milícias agrárias sob o comando de fazendeiros, transnacionais, ou mesmo o Estado, representado pela Bancada Ruralista) seria fruto da perda do poder destes agentes. Ainda, neste sentido, convém que se questione: esses agentes perdem/perderam o poder? O uso da violência contra povos indígenas seria fruto desta possível perda de poder? Esta possível perda de poder por parte do agronegócio seria um reflexo das práticas de resistência indígena na região?

Analisar o caso sob este viés, apresenta-se como um caminho perigoso, uma vez que pode vir a sugerir que a violência praticada contra estes povos é fruto da perda de poder do agronegócio face à resistência indígena. Analisar o caso a partir desta prerrogativa soaria como culpabilizar as vítimas, ou seja, aqueles que se articulam politicamente para regularização daquilo que lhes é de direito. Neste caso, o pensamento da autora revela-se insuficiente para a análise do caso em questão. Ainda que Arendt (1969) tenha construído seu pensamento partindo de um caso que envolvia questões ligadas ao racismo (o julgamento de Eichmann), a autora não veio a aprofundar a temática em torno do racismo em suas análises.

Neste sentido, Fanon (1968) abre alguns horizontes de análise para uma possível resposta à problemática em questão. Ao abordar violência, o autor incorpora a dimensão da colonialidade ao debate. Para o autor, “a descolonização é simplesmente a substituição de uma ‘espécie’ de homens por outra ‘espécie’ de homens” (Fanon, 1968, p. 25) e, durante este processo de descolonização, os colonizados podem vir a fazer uso da violência. De modo que a violência é

compreendida aqui como um meio pelo qual os colonizados podem realizar a descolonização.

Ainda que em determinado momento o autor chegue a citar o caso de não-violência forjada pelo colonizado, Fanon centra sua análise na violência do colonizado enquanto condutor do processo de descolonização⁸⁴. Em suas palavras, “o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior” (Fanon, 1968, p. 46). De modo que a violência é aqui encarada não é apenas como atributo do colonizador, mas também do colonizado.

Se por um lado, o pensamento do autor é esclarecedor ao apontar a cumplicidade do capitalismo com as forças violentas que explodem no território colonial, por outro, o pensamento do autor revela-se também inconsistente para a análise do caso em questão ao comparar a violência desprendida de ambos os lados. Quando o autor afirma que “o desdobramento da violência no seio do povo colonizado será proporcional à violência exercida pelo regime colonial contestado” (Fanon, 1978, p. 69), percebe-se uma inconsistência para a análise do caso em questão, uma vez que a prática de resistência movido pelos povos aqui analisados se dá de maneira inteiramente pacífica e, até mesmo, de maneira constitucionalmente garantida (Amado, 2014). Ainda que o processo de retomada seja constitucionalmente garantido (Amado, 2014), é possível verificar, a partir da análise do Apêndice A, a quantidade de lideranças indígenas assassinadas durante este processo de reocupação de seus tradicionais territórios. Na descrição dos casos, podemos verificar que a maioria das lideranças indígenas assassinadas foram mortas em circunstância de reintegração de posse destes territórios reivindicados.

Por parte do Estado, a morosidade no processo de regularização fundiária das TI's reivindicadas é uma constante na região, o que vem a favorecer o acirramento do conflito fundiário, expondo-os a uma situação cada vez maior de vulnerabilidade territorial. Em paralelo e em resposta a essa violência colonial, o modo como estes povos resistem é prioritariamente a partir da retomada de seus *tekoha*.

⁸⁴ Onde o autor chega a citar as lutas armadas ocorridas na Indochina, na Indonésia e na África do Norte.

A dificuldade de se encontrar um base teórica que explique em plenitude a força do movimento de resistência em questão revela-se como uma problemática a ser aprofundada. Pois, além da violência praticada contra estes povos apresentar valores alarmantes, a força, seja ela política ou econômica, dos agentes que a praticam (quais sejam, dos agentes colonizadores que avançam sobre territórios guarani) é multiescalar, envolvendo diretamente ou indiretamente desde agentes locais (por exemplo, fazendeiros e milícias agrárias), nacionais (parlamentares que compõem a Bancada Ruralista), e internacionais (grandes empresas transnacionais e países que compõem o mercado consumidor externo). Estes mesmos agentes, ao avançar sobre os territórios tradicionais guarani, se deparam com esse movimento local que vem se articulando desde 1978 de maneira pacífica, através das retomadas, tendo já alguns destes territórios sido regularizados e outros em processo de regularização, em diferentes fases.

Em contrapartida das ações violentas praticadas por estes agentes hegemônicos, os povos guaranis aí localizados inventam sua resistência a seu modo. A não-violência (Fanon, 1968) pouco aprofundada nas análises de Fanon, visto que este dá maior ênfase às formas explícitas de violência do colonizado, pode ser um ponto de partida interessante para refletir acerca da forma como esse prática de resistência guarani vem se constituindo. Partindo da noção de não-violência, elencamos aqui algumas características constituidoras do prática de resistência desses povos, quais sejam: a constitucionalidade, os rituais religiosos (*jeroky*), as famílias extensas (*tey'i*), a temporalidade guarani e sua capacidade de articulação (*Aty Guassu*).

A **constitucionalidade** (Eloy Amado, 2014) constitui um traço da prática de resistência guarani, uma vez que se reconhece a tese do Indigenato, o direito originário destes povos a suas terras se refere a algo inato, congênito, anterior ao próprio Estado. O próprio Artigo 231 da Constituição reconhece esses direitos territoriais enquanto algo originário, cabendo ao Estado apenas reconhecê-lo e garanti-lo a partir da regularização fundiária destas Terras Indígenas.

A **reza** (Benites, 2014) revelou-se também como um instrumento fundamental no processo de retomada, tendo as lideranças religiosas assumido um lugar central no preparo e na manutenção das retomadas. As lideranças religiosas, junto às

lideranças políticas, assumiram um papel importante durante a reocupação dos territórios tradicionais, determinando ser “necessária e fundamental a participação direta de todos os integrantes das famílias extensas dos *tekoha* antigos, incluindo as crianças, os homens, as mulheres e os idosos” (Benites, 2014, p. 197). Os rituais religiosos (*jeroky*) também assumiram um papel fundamental de preparação para reocupação dos *tekoha*, sendo realizados durante três ou quatro noites consecutivas, e seu objetivo principal é “proteger e preparar os envolvidos na reocupação para que elas mantenham bom contato com os seres invisíveis, e os guardiões do *tekoha* abandonado, uma vez que eles irão manter novamente contato com esses seres invisíveis existentes naquele espaço” (Benites, 2014, p. 197).

As **famílias extensas (tey’i)** constituem uma unidade sociológica fundamental para estes indígenas (Barbosa da Silva, 2014). Como já dito, durante o próprio processo de reocupação é orientado que todos os membros da família extensa participem. O que se reivindica nessa prática de resistência, isto é, um modo de vida que tem como condicionante o *tekoha*, é menos uma questão individual e mais uma questão coletiva, familiar. Essas famílias são formadas por “pelo menos três gerações, encabeçadas pelo *tamõi* e a *jari*, incluindo os filhos casados e seus cônjuges” (Barbosa da Silva, 2014, p. 53).

A **temporalidade guarani**, e a própria temporalidade dada em sua prática de resistência, não se reduz ao imediatismo das ações, mas se refere a uma temporalidade ampla e singular, que engloba gerações e que reivindica um território marcado pela ancestralidade. A retomada do *tekoha Apyka’i*, onde resiste a família de Dona Damiana há mais de 10 anos, tendo já sofrido alguns processos de reintegração de posse, é um caso muito representativo neste sentido da ampla temporalidade,

A **capacidade de articulação em diferentes escalas** movida por esses povos é um outro traço a ser acrescentado, característico desta prática de resistência guarani. Estes são fatores que merecem a devida atenção e aprofundamento na análise. Foi percebido que, em sua prática de resistência, estes indígenas têm acionado diferentes escalas de articulação política desde então. Foram identificadas 3 principais formas de articulação política para para reocupação dos territórios tradicionais.

A nível local, as famílias extensas (*tey'i*) se articulam dias antes da entrada em suas terras, organizando-se e realizando seus rituais com as lideranças políticas e religiosas (*nhandecy* e/ou *nhanderu*). É neste processo que as rezas passam a ter um lugar fundamental enquanto tática de reocupação de seus territórios tradicionais, com as lideranças religiosas desempenhando um papel fundamental neste momento e toda família participando da reocupação (Benites, 2014).

A nível regional, enquanto guarani kaiowa e guarani nhandeva, as Aty Guassu têm representando um importante espaço para a articulação desses grupos étnicos que vêm sofrendo com o acirramento fundiário na região. “As decisões em escala comunitária (isto é, envolvendo mais de uma família) são definidas através de um consenso, alcançado em reuniões amplas (as aty Guassu)” (Barbosa da Silva, 2014, p. 53). Da mesma forma que as Aty Guassu preconizaram o movimento de retomadas dos *tekoha*, atualmente se tornaram a principal forma de articulação política desses povos.

A nível nacional, a Aty Guassu trabalha junto à Articulação Nacional dos Povos Indígenas no Brasil (APIB), organização que vem buscando dar seguridade jurídica, dentre outras ações, a diferentes situações de violência colonial praticadas contra indígenas em situação de vulnerabilidade territorial no país, tal como se articulando com diferentes órgãos internacionais ligados à causa.

Se partimos no princípio que a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece (Martins, 1997), é possível afirmar a região do Sul do Mato Grosso do Sul como uma região de fronteira, uma vez que o conflito não desapareceu, como foi possível observar na forma como o agronegócio vem avançando na região e na forma como os guarani vêm (re)inventando sua resistência. Compreender a fronteira como lugar e tempo de conflito e de alteridade (Martins, 1997), é reconhecê-la como um espaço onde lógicas distintas co-existem. Nesse sentido, é possível reconhecer o Sul do MS não apenas como uma região de fronteira política-internacional, mas também como fronteira da humanidade (Martins, 1967), na qual o agronegócio não pode ser considerado como algo consolidado, haja vista a força da resistência indígena presente na região, e os consequentes conflitos.

Se ao falar de violência do colonizado o pensamento de Fanon (1968) não se aplica de maneira plena à análise do caso em questão, ao falar de fronteira o autor abre algumas janelas de compreensão do caso. Para o autor, “o mundo colonizado é um mundo cindido em dois” (Fanon, 1968, p. 28), o qual foi possível observar ao longo deste trabalho, onde coexiste uma enorme diferença entre dois modos de vida. Não apenas coexistem esses dois mundos no Sul do estado, como também possuem relações territoriais que vêm a incidir em um conflito fundiário, onde

“o opressor, em sua zona, faz existir o movimento, movimento de dominação, de exploração, de pilhagem. Na outra zona, a coisa colonizada, oprimida, espoliada, alimenta como pode esse movimento, que vai sem transição dos confins dos territórios aos palácios e às docas da ‘metrópole’” (Fanon, 1968, p. 38).

A insurgência do movimento de retomada dos territórios tradicionais indígenas já no final da década de 70 no Sul do estado, após décadas de colonização, expulsão e desmatamento de seus territórios tradicionais, evidenciou que o povo guarani presente na região foi dominado, mas não domesticado, foi inferiorizado, mas não foi convencido de sua inferioridade (Fanon, 1968). Ainda que tenha sido possível observar a existência de “uma cumplicidade objetiva do capitalismo com as forças violentas que explodem no território colonial” (Fanon, 1968, p. 50), as formas de não-violência (re)inventadas por estes povos, contra os quais toda essa violência vem sendo praticada, não cessa de existir.

As respostas a estas questões aqui levantadas não se deram sem que houvesse algumas dificuldades encontradas no caminho. Pôr em prática a prerrogativa teórico-metodológica de considerar os povos indígenas como sujeitos dotados de agenciamento político face às políticas coloniais que se instalaram na região de estudo foi um desafio. Por muitas vezes, apreender esta perspectiva foi um desafio no sentido tanto das referências bibliográficas, como do trabalho de campo. Quanto mais afastado do período atual, mais difícil era encontrar fontes bibliográficas com abordagens que consideravam não apenas os impactos sobre estes povos, mas também suas reações face ao avanço dos diferentes ciclos econômicos. Se no campo dos dados secundários existiram estes limites para alcançar o que se pretendia teórico-metodologicamente na pesquisa, para a produção de dados primários também houve limites para a realização do que se pretendia, uma vez que a pesquisa foi atravessada pela Pandemia do Covid-19.

Desta forma, ainda que o trabalho não tenha alcançado de maneira plena os objetivos pretendidos, face aos desafios metodológicos na análise dos dados secundários e na produção de dados primários, acredita-se que trazer à tona a temática acerca da violência contra povos indígenas, e regionalizar a partir de tal tema, possa ser um possível caminho para despertar ao olhar geográfico a relevância da temática. Talvez a maior contribuição trazida para a geografia neste trabalho seja sobre a importância de se considerar estes sujeitos como agentes presentes na fronteira, sobre os quais a colonização não apenas avança ao longo dos séculos, como também se defronta com as práticas de resistências por eles inventadas e reinventadas cotidianamente ao longo de séculos de colonização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APIB. **Dossiê internacional de denúncias dos povos indígenas do Brasil 2021**. Brasília, 2021.

APIB. **Cumplicidade na Destruição III: como corporações globais contribuem para violações de direitos dos povos indígenas da Amazônia Brasileira**. Brasília, 2021.

ALVES, Francisco. **Por que morrem os cortadores de cana?**. Revista Saúde e Sociedade, v. 15, n. 3, p. 90-98, set-dez, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300008
Acessado: 30/02/2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo, 1995.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Editora Civilização Brasileira; 15ª edição, 2022 (1968-1969).

ARRUZZO, Roberta Carvalho, CUNHA, Livia Domiciano. **O setor sucroenergético em Mato Grosso do Sul: aspectos econômicos, vulnerabilidades e conflitos territoriais**. In: BERNARDES, Júlia Adão; CASTILLO, Ricardo. Espaço Geográfico e Competitividade: regionalização do setor sucroenergético no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. pp.109-134.

ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Modernização produtiva e espaços não vazios: as retomadas e os sentidos da territorialidade para os Guarani-Kaiowa**. In: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUZZO, Roberta. Espaço e energia: Mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

BARBOSA DA SILVA, Alexandra. **Processos identitário e relações de patrão-cliente entre os kaiowa**. Mana 22(1): 37-66, 2016.

_____. **Mais além da “aldeia”: território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul.** Rio de Janeiro: UFRJ/ MN/ PPGAS, 2007.

_____. **PROCESSOS IDENTITÁRIOS E RELAÇÕES PATRÃO-CLIENTE ENTRE OS KAIOWA.** MANA 22(1): 37-66, 2016.

BARBOSA, Antunha, MURA, Fábio. **Construindo e reconstruindo território Guarani: dinâmica territorial na fronteira entre Brasil e Paraguai (séc. XIX-XX).** Journal de la Société des américanistes. tome 97, nº 2. 2011.

BARROSO, Marco Antônio. **A intuição como método.** Virtú (UFJF) , v. 1, p. 1-24, 2009.

BARTH, Frederik. **Grupos Étnicos e suas fronteiras.** In: POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelune Streiff-Fernar. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **Etnicidade e o conceito de cultura.** Tradução: PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Revista Antropolítica. Niterói, n. 19, p.15-30, 2005.

BARROS, Ciro, BARCELOS, Iuri. **A Funai pede socorro.** Revista Carta Capital. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-funai-pede-socorro/> Acessado em: 20/01/2023.

BEDINELLI, Talita. **Indígenas acusam fazendeiros de morte de guarani-kaiowa no Mato Grosso do Sul.** Revista El País, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/16/politica/1466030530_754621.html Acessado em: 20/01/2023.

BENITES, Tônico. **A educação dos jovens Guarani e Kaiowá e sua utilização das redes sociais na luta por direitos.** Revista Densidades. Número 2. Ano 2. Março 2014.

_____. **Rojerokyhina ha roikeyvytekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos AtyGuasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha.** Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, UFRJ/MN/PPGAS, 2014.

BENJAMIN, Walter. **THE ANGLE OF HISTORY**. In: Eagleton, T. *Towards a Revolutionary Criticism*. Londres: Verso, pp.173-179, 1981.

BERNARDES, Júlia Adão. **Novas fronteiras do capital no Cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste**, Brasil. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 19, 2015.

_____ ; ARACRI, Luis Angelo dos Santos. **Espaço e circuitos produtivos: a cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2010.

_____ ; ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Expansão do setor sucroenergético e a história dos lugares: a questão territorial dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul**. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). p.5-33, V.12, n.17, jan-jul.2016.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BRAND, Antonio Jacob. **Quando chegou esses que são os nossos contrários - a ocupação espacial e os processo de confinamento dos Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul**. Multitemas, Campo Grande, n. 12, p. 21-51, 1998.

_____. **Os Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul e o processo de confinamento: a 'entrada dos nossos contrários'**. In: CIMI/MS; Comissão Pró-Índio de São Paulo; MPF/3ª Região. *Conflitos de direitos sobre as terras Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul*. p. 93-131. São Paulo: Palas Athena, 2000.

_____. **Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS**. Tellus, ano 4, n.6, Campo Grande, abril de 2004.

BRASIL. Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO). **Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul 2017: Ano base: 2016**. Campo Grande: SEMAGRO, 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva da soja**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; coordenador Luiz Antonio Pinazza. – Brasília: IICA : MAPA/SPA, 2007

Carta da nota do conselho da Aty Guasu Guarani-Kaiowa para justiça do Brasil. Publicado em 01/02/2012 e disponível em:

<http://www.midiamax.com.br/noticias/785043-aty-guas-guarani-kaiowa-ms-envia-carta-a-juizes-federais-frente-a-ordem-de-despejo-da-justica.html> Acessado: 30/02/2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório Final da CPI FUNAI e INCRA**, 2017.

CASTILLO, Ricardo Abid. **Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional para o bioma Cerrado**. GEOgraphia, v. 17, n. 35, p. 95-119, 2016.

_____. **Expansão recente do setor sucroenergético no território brasileiro: algumas implicações nas escalas local, regional e nacional**. In: Association of American Geographers Annual Meeting. Chicago, 2015.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3), dez 2010.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CHAMORRO, Graziela. **História Kaiowa: Das origens aos desafios contemporâneos**. São Paulo: Nhanduti Editora 2015.

_____. **Imagens espaciais utópicas. Símbolos de liberdade e desterro nos povos guarani**. Indiana, 2010.

_____. **Povos indígenas guarani falantes no atual estado de Mato Grosso do Sul (séculos XVI-XXI)**. In: CHAMORRO, G., COMBÉS, I. (orgs.). Povos indígenas em Mato Grosso do Sul. Dourados/MS: Editora UFGD, 2018. P. 293-322.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil**. Conselho Indigenista Missionário, 2003-2005.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil**. Conselho Indigenista Missionário, 2006-2007.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil**. Conselho Indigenista Missionário, 2008.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil**. Conselho Indigenista Missionário, 2009.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil**. Conselho Indigenista Missionário, 2010.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil**. Conselho Indigenista Missionário, 2011.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil**. Conselho Indigenista Missionário, 2012.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil**. Conselho Indigenista Missionário, 2013.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil**. Conselho Indigenista Missionário, 2014.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil**. Conselho Indigenista Missionário, 2015.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil**. Conselho Indigenista Missionário, 2016.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil**. Conselho Indigenista Missionário, 2017.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil**. Conselho Indigenista Missionário, 2018.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil**. Conselho Indigenista Missionário, 2019.

CLASTRES, Pierre. **A arqueologia da violência**. São Paulo, Cosac Naify, 2004.

COLMAN, Rosa S., AZEVEDO, Marta. **ÑEMOSARAMBIPA: DESLOCAMENTOS FORÇADOS ENTRE OS GUARANI DE MATO GROSSO DO SUL**. MANA 22(1): 37-66, 2016.

CORREIA FILHO, V. **À sombra dos Hervaes Matogrossenses**. São Paulo: Ed. São Paulo, 1925.

CRUZ, Valter do Carmo. **A “teoria como caixa de ferramentas”: reflexões sobre o uso dos conceitos na pesquisa em geografia**. ENANPEGE. ANAIS Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais, 2013.

CUNHA, Livia Domiciano. **O avanço da fronteira agrícola no Mato Grosso do Sul e a precarização das práticas espaciais Guarani e Kaiowa**. Niterói: [s.n.], 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2017.

ELOY AMADO, Luiz Henrique. **Poké'exa ũti o território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local**. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Local), Universidade Católica Dom Bosco, 2014.

_____ ; RICCI TENÓRIO. Lillian Raquel. **A luta do Povo Terena por seus territórios tradicionais: reflexões sobre demarcação, judicialização e mesa de diálogo**. In: Guillermo Alfredo Johnson, Losandro Antonio Tedeschi, Marcos Antonio da Silva, Tchella Fernandes Maso. (Org.). América Platina - Dilemas, disputas e rupturas. 1ed. Curitiba: Appris, 2016, v. 1, p. 39-54

_____. **Vukápanavo, o despertar do povo terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político**. Rio de Janeiro: Museu Nacional (Tese de Doutorado). 2019.

_____ ; VIEIRA, Victor Hugo Streit. **O tratamento jurídico-penal reservado aos indígenas sob a ótica intercultural e decolonial**. 2021

_____. **Eloy Terena: O futuro das Terras Indígenas em jogo**. Revista Outras Palavras. 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/eloy-terena-o-futuro-das-terras-indigenas-em-jogo/> Acessado em: 20/01/2023.

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. **Relatório Final da CPI do CIMI**, 2015.

FACCIN, Ana Carolina Torelli Marquezini. **O complexo soja e o quadro natural de Mato Grosso do Sul: características naturais e centralidade do cultivo**. In: Revista Eletrônica do Curso de Geografia. n 31. Jataí: 2018. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/geoambiente>. Acessado em 15/07/2019.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra** (trad. José Laurêncio de Melo). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

FEITOSA, Beatriz Dos Santos de Oliveira. **Entre o ideal de prosperidade e o lugar da privação: considerações acerca da dinâmica da fronteira entre os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (pós 1970)**. Dimensões, n. 32, p. 267-291, 2014.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. e BRAND, Antonio. **Os guarani e a erva mate**. Fronteiras, v. 11, n.19, Dourados, jan/jun 2009.

FERREIRA, Eva Maria Luiz e CARMO, Gustavo Costa do. **A mão de obra kaiowa e guarani na colonização no antigo sul de Mato Grosso**. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle. Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. Paz & Terra, Rio de Janeiro, 14ª Ed, 2022 [1979].

FREDERICO, Samuel. **Região e modernização agrícola**. In: Júlia Adão Bernardes. In: Catia Antonia da Silva, Roberta Carvalho Arruzzo. (Org.). Espaço e energia: mudanças no setor sucroenergético. 1aed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

GONÇALVES, Carlos Barros; LOURENÇO, Renata. **Missão Evangélica Caiuá: um ideário de fé e “civilização” nos “confins” de Mato Grosso (1929-1970)**. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle. **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

GORDIN, Mara Huebra de Oliveira. **Cadeia produtiva da carne de frango em Mato Grosso do Sul: instrumento para desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco. Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Local. Campo Grande, 2003.

HAESBAERT, R. MONDARDO, M. **Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana**. GEOgraphia, n. 24, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas**. Revista ANTARES, nº 3 – Jan/jun, 2010.

_____. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, 208p.

_____. **Contenção territorial: “campo” e novos muros**. Boletín de Estudios Geográficos Nº 102 – 2014 – ISSN 0374-618.

_____. **Hibridismo cultural, “antropofagia” identitária e transterritorialidade**. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia* [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 27-46. ISBN 978-85-232-1238-4. Available from SciELO Books.

_____. **Muros, “Campos” e Reservas: os processos de reclusão e “exclusão” territorial**. In: SILVA, J.; LIMA, L. e DIAS, D. (Org.). *Panorama da Geografia Brasileira* (vol. 1). São Paulo: Annablume, p. 24-48, 2006.

_____. **Precarização, reclusão e “exclusão” territorial**. Niterói: VII Encontro de Geociências (GEOUFF), 2004.

_____. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**. Mana [online]. 1997, vol.3, n.1, pp.7-39.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 1ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

INESC. **Balanco Semestral do Orçamento da União**. Brasília, 2021.

INESC. **Um país sufocado: Balanco do Orçamento Geral da União 2020**. 2021. Disponível em: <https://iieb.org.br/o-futuro-das-terras-indigenas-nas-maos-do-stf/>
Acessado em: 20/01/2023.

KLEIN, Tatiane M. **Práticas midiáticas e redes de relações entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul**. Dissertação de Mestrado em Antropologia PPGAS/ USP, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions, 1974.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1995.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACHADO, Jorge Luis. **O trabalhador indígena e o direito à diferença: o caminho para um novo paradigma antropológico no direito laboral**. In: Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.53, n.83, p.269-283, jan./jun. 2011.

MACHADO, Lia Osório. **A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira**. Revista Brasileira de Geografia, v.54, n.2, p. 27-55, 1992.

MANGOLIM, Olívio. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos**. Campo Grande: Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul, 1993.

MANZATTO, C. V., ASSAD, E. D., BACCA, J. F. M., ZARONI, M. J., e PEREIRA, S. E. M. (orgs.). **Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009.

MARTINS, Elemir Soare. **Reserva de Caarapó: as tentativas passadas e atuais de retekoharizar o espaço**. *Movimentação*, Dourados, v. 4, nº. 6, p. 45-70, 2017.

MARTINS, Fernanda Santa Roza Ayala. **O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais e a Política Agrária na Primeira República: grupos agrários, projetos e disputas no Maranhão (1910-1918)**. Niterói: Dissertação da História Social do Programa de Pós Graduação da UFF, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, Coleção Pensamento Crítico, Vol. 3, 1985.

_____. **A chamada acumulação primitiva**. In: *O Capital: crítica da economia política*. 1867.

MATO GROSSO DO SUL. **ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MATO GRSSO DO SUL**, Anexo I da Lei nº 3.839, de 28 dezembro de 2009.

MATO GROSSO DO SUL. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul**. Elementos para construção da sustentabilidade do território sul-matogrossense. Campo Grande, MS 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: bipoder, soberanis, estado de exceção, política da morte**. *Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, n. 32, dezembro 2016.

MELIÁ, Bartolomeu. **El Guarani, conquistado y reducido**. Universidad Católica de Paraguay, Asunción. 1993.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro, et all. **A questão indígena e o poder judiciário**. Programa de Estudos Avançados. Escola da Magistratura Regional Federal 2ª Região, 1ª Ed. 016.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena**. Revista Nera, ano 20, nº 39, Dossiê 2017.

_____. **Reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 135-154, jul./dez. 2007

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo, Difel, 1975.

MONDARDO, Marcos. **No território do agronegócio à luta pelo retorno ao tekoha: o conflito territorial envolvendo Guarani-Kaiowás e fazendeiros no Mato Grosso do Sul**. Revista GeoNorte, v. 7, p. 767-781, 2013.

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. **Disputa territorial no Mato Grosso do Sul: o tempo do direito dos Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandéva e as estratégias e táticas do agronegócio**. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

MORANDO, Maria Agustina. **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul**. Rev. antropol. (São Paulo, Online) | v. 60 n. 3: 323-328 | USP, 2017

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha - Dourados/MS**. Presidente Prudente: Tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP, 2015.

_____. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFGD, Dourados, 2011

MOTA, Lucia Tadeu. **A política indigenista imperial na província de Mato Grosso até o início da década de 1850.** In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle. Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

MURA, Fábio; THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem. **Despacho do Presidente nº 21 de 27/02/2004 / FUNAI - Fundação Nacional do Índio (D.O.U. 02/03/2004).** Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/1740-aprova-as-conclusoes-objeto-do-citado-resumo-para-afinal-reconhecer-os-estudos-de-identificauuo-da-terra-indugena-yvy-katu-revisuo-de-limites-da-terra-indugena-porto-lindo-jakarey-de-ocupauuo-do-g.html> Acessado em: 20/01/2023.

MURA, Fábio. **À procura do “bom viver”: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa.** Rio de Janeiro: UFRJ/ MN/ PPGAS, 2006.

_____. **A trajetória dos chiru na construção da tradição de conhecimento kaiowa.** MANA 16(1): 123-150, 2010.

_____. **De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de antropologia da técnica e da tecnologia.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 95-125, jul./dez. 2011.

_____. **O Tekoha como categoria histórica: elaborações culturais e estratégias Guarani na construção do território.** Fronteiras: Revista de História. V.8 N.15, 2004.

NÚCLEO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira/MS.** Mato Grosso do Sul, 2012.

O ESTADO DE DIREITOS HUMANOS NO MUNDO. **Anistia Internacional v _ Informe 2020/2.** Brasil, 2021.

OLIVEIRA, Emerson Divino Ribeiro. **Transculturação: Fernando Ortiza, o negro e a identidade nacional cubana, 1906-1940**. Goiânia: Dissertação do Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias da UFGO, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de; MURA, Fabio ; SILVA, Alexandra Barbosa. **Laudos antropológicos em perspectiva**. Brasília- DF: ABA, 2015.

ONG REPÓRTER BRASIL. **O Brasil dos Agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade - cana 2009**. Rio de Janeiro, v. 6, 2010. Disponível em:
http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf
Acessado: 30/02/2017.

ORTIZ, Fernando. **El contrapunteo cubano del azúcar y del tabaco**. Cuba: Editorial de ciencias sociales, La Habana: Del fenómeno de la "transculturación" y de su importancia en Cuba. 1983.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Uma etnologia dos “índios misturados”?** **Situação colonial, territorialização e fluxo culturais**. Conferência realizada no concurso para professor-titular da disciplina Etnologia, Museu Nacional/ UFRJ, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1997.

PALHANO, Ana Paula Marangoni. **Compra e venda de soja na indústria de óleo e farelo à luz da Teoria da Economia do Custo de Transação**. Rio de Janeiro, dezembro/2015.

PAULO, Aline Bianca. **Esmagadoras de Soja dos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás. Universidade de São Paulo**. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2010.

PORTES, J.V.; LACERDA, V.V. de; BRACCINI NETO, J.; SOUZA, A.R.L. de. **Análise dos custos da cadeia produtiva de suínos no Sul do Brasil**. In: Revista Custos e @gronegocio on line - v. 15, Edição Especial, /Abr - 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Dos cerrados e suas riquezas**. Publicado em 17 de setembro de 2008 e disponível em: <http://www.povosdocerrado.org.br/?p=12>
Acessado: 30/02/2017.

_____. **A ecologia política na América latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios.** R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012.

_____. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA. **Território territórios.** 3ª ed., 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do “dizível” ou “indizível”.** Apresentado em Mesa Redonda “Perspectivas da pesquisa sociológica no meio rural brasileiro” do 38º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Curitiba, 1986.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Ática: São Paulo, 1993. 269 p.

RANGEL, L. H. **As violências em números, gráficos e mapa.** In: HECK, E. D., MACHADO, F. V. As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul e as resistências do Bem Viver por uma Terra Sem Males, dados 2003-2010. Campo Grande: CIMI, 2011.

COMITÊ NACIONAL PELA VIDA E MEMÓRIA INDÍGENA. **Relatório Covid-19 e Povos indígenas: O enfrentamento das violências durante a pandemia.** Brasília, 2020.

INDIGENOUS PEOPLES RIGHTS INTERNATIONAL; ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Uma anatomia das práticas de silenciamento indígena: relatório sobre criminalização e assédio de lideranças indígenas no Brasil.** Filipinas: Indigenous Peoples Rights International, 2021.

GRUNBERG, Georg, MELIÀ, Bartolomeu, AZEVEDO, Marta, BRAND, Antonio, HECK, Egon, PEREIRA, Levi Marques. **Revista Guarani Retã: Povos Guarani na Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai.** 2008. Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/gid00223.pdf>

Acessado em: 20/01/2023.

REZENDE, Simone Beatriz Assis de. **Potencialidades de desenvolvimento local dos kaiowá e dos guarani cortadores de cana-de-açúcar da Aldeia Te'yíku.**

Campo Grande, Dissertação UCDB, 2011.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação.** In: SILVA, C. A. (org). Território e ação social: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

_____. **Regionalização: fato ou ferramenta.** LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (org.). Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro: Max Lomonad/CNPQ, 2004. 194-212.

RODRIGUES, Adilson. **Apossamentos de terras nos sertões do Mato Grosso oitocentista: considerações historiográficas.** Monções. Revista de História da UFMS/CPCX v. 1, nº 1. Setembro de 2014.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SACK, Robert. **Human territoriality, its theory and history.** Cambridge: University Press, 1986.

SALVADOR, Mário Ney Rodrigues. **Os índios terena e a agroindústria no Mato Grosso do Sul; a relação capital-trabalho e a questão indígena atual.** Rio de Janeiro: Dissertação UFRRJ, 2012.

SANTOS, Ana Claudia Martins dos. **Os constantes receios de uma invasão: ameaça e estratégia de defesa da província de Mato Grosso (1850-1864).** Revista Aedos no 12 vol. 5 - Jan/Jul 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, v. 4, p. 136, 1988.

SCHADEN, Egon. **Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani**. São Paulo: EDUSP 1962 [1954].

_____. **A religião Guarani e o cristianismo**. Revista de Antropologia, 25 :1-74. 1982. Schiavon, Taís. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e as Paisagens Industriais do Oeste do Estado de São Paulo como símbolos do Patrimônio da Mobilidade no Brasil. XVII Enanpur. São Paulo, 2017.

SCOTT, J. C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: Ediciones Era, 1990.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento**. Campo Grande: 2015.

SEMADE – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul**. Mato Grosso do Sul, 2015.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; BACHA, Carlos José Caetano. **Evolução da agroindústria canavieira brasileira de 1975 a 1995**. Revista Brasileira de Economia, v. 53, n. 1, p. 69-90, 1999.

SILVA, Walter Guedes da. **O processo de integração produtiva da região de Dourados à economia nacional**. São Paulo. (Tese de Doutorado). 2011

SILVESTRI, Magno. **Conflitos Territoriais e a R-existência do Povo A'uwẽ-Xavante: Luta pela Terra e pelo Território no Leste Mato-Grossense**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia / Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, p. 237-280, 2002.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. **A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia**. Revista Confins, Vol. 5, 2009.

Disponível: <https://confins.revues.org/5633?lang=pt> Acessado: 30/02/2017.

SOUZA, J. G.; MIZUSAKI, M. M. **Retomadas (tekoharã) no Mato Grosso do Sul e enfrentamento da lógica de financeirização do território**. Geosp, v. 26, n. 1, e-173989, 2022. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/173989>. doi:

<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2022.173989>. Acessado em: 20/01/2023.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta**. Revista Cidades. (Presidente Prudente) v. 7, 2010.

_____. **Os aspectos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.

TERENA, Luiz Henrique Eloy. **Poké'exa ũti**. PISEAGRAMA, Bela Horizonte, n. 12 , p. 12-17, ago. 2018.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem Ferreira; MURA, Fábio. **Relatório YvyKatu**. Mato Grosso do Sul. 2002.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem Ferreira. **A “Entrada” no tekoha**. In: Povos Indígenas no Brasil: 1996-2000, Editor C.A. Ricardo, ISA, São Paulo, 745-748, 2000.

_____. **Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowa Ñandeva como experiência antropológica**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria e LACED, 2001.

_____. **Histórico**. In O Projeto Kaiowa-Ñandeva: uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos Guarani-Kaiowa e Guarani-Ñandeva contemporâneos do Mato Grosso do Sul. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Volume I, Capítulo 1º., pp. 1-29, 1991.

_____. **Historia y territorio entre los Guarani de Mato Grosso do Sul, Brasil** in Revista de Índias, Volume LXIV, Número 230, pp. 55-67, ISSN:0034-834, Instituto de Historia CSIC, Madrid, 2004.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. **No rastro da boiada: pecuária e ocupação do sul do Mato Grosso (1870-1920)**. Revista Crítica Histórica Ano V, nº 9, julho/2014.

VIEIRA, Ana Carolina Alfinito; ELOY AMADO, Luiz Henrique. **Aplicação do marco temporal pelo Poder Judiciário e seus impactos sobre os direitos territoriais do povo Terena**. In: ALCÂNTARA, Gustavo K.; TINÔCO, Livia N.; MAIA, Luciano M. (Org.). Índios, direitos territoriais e territorialidade. Brasília: Associação Nacional dos Procuradores da República, 2018. p. 227-64. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/indiospdf.pdf. Acessado em: 25/03/2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo**. Revista Mana. Vol.8, n.1, p.113-148, 2002.

_____. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**. Revista Mana. Vol.2, n. 2, p. 115-144, 1996.

VILHALVA, Tito. **Testemunho kaiowa sobre o espalhamento**. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle. Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

WAIBEL, Leo. **As zonas pioneiras do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, n. 4, 1955.

WANDERLEY, Luiz Jardim. GUDYNAS, E. (2015). **Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza**. Cochabamba: CEDIB/CLAES. GEOgraphia Niterói, Universidade Federal Fluminense ISSN 15177793 (eletrônico) Vol.20, No 42, 2018.

ZAHRA, Munira Ali. **Vermelhos e dourados: faces do suicídio indígena**. Revista de Educação e Ensino. Ano XIV. Números 17 e 18. 2013.

ZIBECHI, Raul. **Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias**. In: Decolonizar el pensamiento crítico y las rebeldías :

autonomías y emancipaciones en la era del progresismo. Bajo Tierra ediciones, México DF, 2015.

APÊNDICE A - Lideranças guarani assassinadas no Sul do Mato Grosso do Sul (2003-2019)

Ano: 2003

Liderança: Marcos Veron

Município: Juti (MS)

Tekoha: Taquara

Fazenda: sem informação

Contexto: Na madrugada em que houve a retomada da Terra Indígena Taquara, o acampamento recém improvisado foi atacado por seguranças da fazenda e policiais, levando a morte do líder Guarani Kaiowa Marcos Veron. “O episódio foi caracterizado como massacre pelo Ministério Público Federal” (CIMI, 2003-2005:17).

Ano: 2005

Liderança: Dorvalino Rocha

Município: Antônio João (MS)

Tekoha: Ñande Ru Marangatu

Fazenda: Fronteira

Contexto: Após a área reivindicada ter sido desocupada por decisão judicial, os indígenas acamparam as margens da rodovia MS-384. Quinze dias após a desocupação, o líder do grupo, levou tiros a queima roupa por um segurança na porta da fazenda sobreposta a TI, na qual sua família havia sido despejada.

Ano: 2005

Liderança: Dorival Benites

Município: Sete Quedas (MS)

Tekoha: Sobrerito

Fazenda: sem informação

Contexto: sem informação

Ano: 2007

Liderança: Xurite Lopes

Município: Coronel Sapucaia (MS)

Tekoha: Kurusu Ambá

Fazenda: Madama

Contexto: no momento do despejo, na calada da noite, a anciã e rezadora de 73 anos foi assassinada com tiros à queima roupa por um segurança da fazenda sobreposta à TI.

Ano: 2007

Liderança: Ortiz Lopes

Município: Coronel Sapucaia (MS)

Tekoha: Kurusu Ambá

Fazenda: sem informação

Contexto: Também no ano de 2007, num segundo de desocupação da área de retomada, seis lideranças foram feridas à balas por um pistoleiro. Entre um despejo e outro no mesmo ano, Ortiz Lopes, líder indígena dessa comunidade, foi assassinado por um segurança da fazenda.

Ano: 2009

Liderança: Osvaldo Pereira Lopes

Município: Coronel Sapucaia (MS)

Tekoha: Kurusu Ambá

Fazenda: sem informação

Contexto: Osvaldo Pereira Lopes foi levado de sua casa e, depois, encontrado morto com marcas de tiros e facadas no corpo. Sua comunidade estava há 4 anos acampada nas margens da rodovia MS-289 e, dois dias depois de retomarem sua terra, o adolescente Osmair Martins Ximenes (15) foi à aldeia Taquapery, a 6 km do acampamento, onde foi encontrado morto com sinais de tortura.

Ano: 2009

Liderança: Genivaldo Vera

Município: Paranhos (MS)

Tekoha: Ypo'i

Fazenda: sem informação

Contexto: Após confronto com seguranças de uma fazenda, o professor da comunidade desapareceu e seu corpo foi encontrado morto 1 semana depois do confronto boiando num córrego localizado próximo ao local.

Ano: 2009

Liderança: Rolindo Vera

Município: Paranhos (MS)

Tekoha: Ypo'i

Fazenda: sem informação

Contexto: Após confronto com seguranças de uma fazenda, o professor da comunidade desapareceu e seu corpo continua desaparecido. No mesmo episódio, seu primo Genilvado Vera também desapareceu e foi encontrado morte 1 semana depois.

Ano: 2011

Liderança: Nísio Gomes

Município: Amambai (MS)

Tekoha: Guayviri

Fazenda: sem informação

Contexto: O acampamento na área de retomada foi atacado por homens armados que queimaram as barracas, disparam tiros contra o acampamento e executaram Nísio Gomes com dois tiros, levando seu corpo que até hoje não foi encontrado.

Ano: 2011

Liderança: Teodoro Recalde

Município: Paranhos (MS)

Tekoha: Ypoi'i e Triunfo

Fazenda: São Luiz

Contexto: a liderança foi morta por espancamento por vários homens no acampamento da área reivindicada.

Ano: 2013

Liderança: Adenilson Barbosa

Município: Caarapó

Tekoha: Te'y Kue

Fazenda: Sardinha

Contexto: Adenilson e outros dois indígenas foram abordados por seguranças da fazenda Sardinha, vizinha a TI Caarapó, enquanto pescavam no córrego Mbope'i, que cruza esta fazenda. Os indígenas tentaram fugir, mas Adenilson ficou preso a um cerca, sendo então agredido e alvejado com um tiro.

Ano: 2013

Liderança: Oziel Terena

Município: Sidrolândia

Tekoha: sem informação

Fazenda: Buriti

Contexto: O indígena foi assassinado no momento da reintegração de posse feita pelas forças policiais federal e do estado do Mato Grosso do Sul. “Segundo os indígenas, o tiro partiu de um grupo de policiais federais que atuavam na ação. O inquérito que apurou a morte concluiu apenas que não era possível determinar de onde partiu o tiro ou quem teria sido o autor do disparo, visto que a cápsula não teria sido encontrada” (CIMI, 2013:49)

Ano: 2014

Liderança: Marinalva Kaiowa

Município: Dourados (MS)

Tekoha: Nu Porã

Fazenda: sem informação

Contexto: Marinalva morava no acampamento que se situava as margens da área reivindicada, TI Nu Porã. Duas semanas após ter ido com outras lideranças protestar diante do STF, por da decisão que anulou a demarcação da TI Guyraroká, a liderança foi assassinada com 35 facadas, tendo sido encontrada jogada à beira da BR-163.

Ano: 2015

Liderança: Simeão Vilhalva

Município: Antônio João (MS)

Tekoha: Nhanderu Marangatu

Contexto: Fazendeiros e políticos da região convocaram um ato público contra a comunidade indígena Nhanderu Marangatu que vinha tentando retomar parcelas de seu tekoha que já havia sido homologado em 2005, mas ainda não estava sob posse

da comunidade. Após o ato, homens fortemente armados avançaram sobre a comunidade, eram fazendeiros, políticos e capangas, com a escolta do Departamento de Operações de Fronteiras (DOF). Apesar dos pedidos de proteção aos indígenas, a Polícia Federal e a Força Nacional não realizaram a vigilância da área. Somente após o assassinato de Simeão Vilhalva, órgãos do governo fizeram uma intervenção no município convocando o apoio do Exército para prontidão entre a área indígena e o município de Antônio João (MS). “O decreto de homologação desta área foi assinado há mais de dez anos, mas ela ainda permanece sob a posse de não índios.” (CIMI, 2015:20).

Ano: 2016

Liderança: Clodiodi Aquileu

Município: Caarapó

Tekoha: Tey'i Kue

Fazenda: Yvu

Contexto: Após dois dias dos indígenas terem montado acampamento na área reivindicada, aos arredores da sede da fazenda, fazendeiros cercaram a área atirando com armas de fogo e armas de borracho, chegando a atingir o agente da saúde, que não resistiu, e outros cinco índios que ficaram feridos, entre eles uma criança de 12 anos, todos atingidos por arma de fogo.

Obs: Não foi encontrado assassinatos diretamente ligados os conflitos por terra nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Fontes: Relatórios do CIMI; e reportagens diversas.

APÊNDICE B - Casos de violência contra povos indígenas envolvendo cultivo de cana e produção de etanol no Sul do Mato Grosso do Sul (CIMI, 2003-2019)

- Material coletado nos Relatórios Violência Contra Povos Indígenas (CIMI, 2003-2019)
- Palavras-chave: cana/canavial/usina (no MS)

(CIMI, 2018:119)

Agosto

VÍTIMA: Acampamentos indígenas

POVO: GUARANI KAIOWÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamentos indígenas

DESCRIÇÃO: O deputado federal (PSDB) Geraldo Resende, que é membro da Frente Parlamentar Agropecuária, da bancada ruralista, boicotou o programa de acesso à água desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que instalaria 910 cisternas em acampamentos indígenas no Mato Grosso do Sul. Os indígenas estão acampados entre as fazendas de soja, milho e cana-de-açúcar e constantemente adoecem por excesso de agrotóxicos na água. Em uma reunião com representantes do MDS e da Funai, em novembro de 2017, o parlamentar se manifestou contra as obras e listou os nomes de posseiros e donos de propriedades que reivindicam direito sobre as terras onde estão os acampamentos, ao mesmo tempo em que afirmou que a construção das cisternas seria um dano à propriedade privada. Em resposta à atuação do parlamentar, o MPF se manifestou a favor da construção das cisternas nos acampamentos, pois o acesso à água deveria ser garantido independente da regularidade fundiária das áreas que ocupem, dado que as cisternas seriam apenas uma solução pontual e temporária, e o mínimo que o Estado deveria fazer.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada, falta assistência

Com informações de: Repórter Brasil, 16/8/2018

(CIMI, 2019:177)

MAIO

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: GUYRAROKA

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

DESCRIÇÃO: Após a ingestão de agrotóxicos pulverizados na Fazenda Remanso II, localizada a apenas 50 metros da escola indígena, os alunos que ingeriam a primeira refeição na escola, pela manhã, e toda a comunidade, em especial crianças e idosos, apresentaram sintomas de intoxicação por pesticidas, como irritação da pele, enjoo, diarreia e dores de cabeça. Em poucos minutos, toda a aldeia ficou coberta por uma “nuvem” branca, que permaneceu entre os dias 6 e 11 de maio. Cercados por plantações de cana, soja e milho, os indígenas ficam expostos à aplicação de pesticidas frequentemente pulverizados por aviões e tratores. Sem acesso a médicos e remédios, a indígena Elaine Guarani Kaiowá, de 80 anos, relata que recorreu às raízes e plantas medicinais para tratar os sintomas, mas temia que o avanço das plantações sobre as áreas indígenas acabaria até mesmo com as opções naturais para os tratamentos tradicionais. Conforme relatam, quando os indígenas ligam para a Sesai, eles são informados sobre a impossibilidade de receberem atendimento, pela falta de gasolina, de recursos para compra-la, de medicamentos e de profissionais.

MEIO EMPREGADO: Ingestão de Veneno

Com informações de: El País, 2/8/2019

(CIMI, 2003:55)

14.11.2003

Vítima: Odelino Ortiz, de 22 anos.

Povo: Guarani-Kaiowá

Terra Indígena (município): (Naviraí)

Local da agressão: No canavial da Usina Coopernavi.

Motivação/Meio empregado: O corpo se encontrava em avançado estado de putrefação. A polícia não conseguiu definir o motivo e o meio empregado para o assassinato.

Fonte: Jornal Primeira Hora, 17.11.03., caderno Polícia, pg 06.

(CIMI, 2005:66)

02.07.2005

Vítima: M.B., de 17 anos.

Povo: Guarani-Kaiowá

Terra Indígena (município): Amambaí (Amambaí)

Local da agressão: Aldeia Amambaí, próximo à escola da aldeia.

Motivação/Meio empregado: Foi morta por golpes de faca, sendo que uma a atingiu no peito. O crime aconteceu na frente do irmão da vítima, também menor de idade. O vice-cacique da aldeia, Rodolfo Ricarte, acompanhou a Polícia Militar de Amambaí até a residência do suspeito. Mas este não foi encontrado. A polícia continuou as buscas, e conseguiu prender Sabino no dia 3 de julho. A vítima era casada e seu marido estaria trabalhando no corte de cana em usinas da região.

Fonte: Jornal O Progresso, 04.07; Dourados Agora, 05.07.05

(CIMI, 2005:65)

23.04.2005

Vítima: Eugênio Rocha, 22 anos.

Povo: Guarani-Kaiowá

Terra Indígena (município): (Naviraí)

Local da agressão: Usina de álcool Coopernavi.

Motivação/Meio empregado: Assassinado durante uma briga. Foi esfaqueado no tórax, região abdominal, braços e pernas. Ao chegar ao local, os policiais militares encontraram Eugênio já sem vida. O acusado, também ferido, foi encaminhado à Santa Casa de Naviraí, internado com ferimento à faca na área abdominal.

Fonte: Jornal Correio do Estado, 25.04.05; Midiamax news, 25.04

(CIMI, 2003:83)

15.11.2003

Vítima: Florentino de Souza, de 30 anos

Povo: Guarani-Kaiowá

Terra Indígena (município): (Nova Andradina)

Local da ocorrência: Na altura do km 125 da rodovia BR267, próximo ao município de Andradina

Circunstâncias: Atropelamento

Prováveis Causas: Florentino, juntamente com outros 50 indígenas, estava se dirigindo para ir trabalhar em uma usina em Brasilândia. Durante o trajeto, o ônibus em que estavam parou em um posto de combustível e Pedro, supostamente

embriagado, desceu e tentou atravessar a rodovia, quando foi atropelado. O motorista fugiu após o acidente.

Fonte: Jornal Primeira Hora, 17.11

(CIMI, 2003:116)

Set. 2003

Vítima: Comunidade Guarani-Kaiowá da Aldeia Jaguapiru

Povo: Guarani-kaiowá

Terra Indígena (município): Dourados (Dourados)

Local da agressão: Nas usinas de álcool do Estado

Circunstâncias: Os indígenas trabalhavam nas usinas de álcool do estado estariam recebendo um pagamento menor em relação aos não-índios. Os indígenas estão sendo explorados devido à situação de miséria em que se encontram

Fontes: Jornal Diário do Pantanal

(CIMI, 2005:130)

16.03.2005

Vítima: Uma adolescente de 12 anos

Povo: Guarani-Kaiowá

Terra Indígena: Caarapó

Município: Caarapó

Local da agressão: Terra indígena Caarapó

Circunstâncias/Providências: O padrasto da vítima, que trabalha numa usina de álcool é o acusado do estupro. Instaurado Inquérito Policial.

Fonte: Dourado News, 17.03.05. Jornal Correio do Estado, 18.03.05.

(CIMI, 2007:86)

21/07/2007

Vítima: Bernadino Isnard

Povo: GUARANI KAIOWÁ

Terra Indígena: DOURADOS

Município: DOURADOS

Local da Ocorrência: Aldeia Jaguapiru

Descrição: Segundo informações da polícia, a vítima estava na casa do pai, em companhia do irmão e do primo. Estavam consumindo bebida alcoólica. Iniciaram uma discussão sobre quem cortava mais cana-de-açúcar. O primo teria segurado a vítima enquanto o irmão o golpeava. A vítima foi levada ao Hospital Evangélico, medicado e liberado.

Meio Empregado: Arma branca

Fonte: O Progresso/MS, 23/07/2007

(CIMI, 2006:135)

Janeiro/2006

Vítima: Jovens Guarani

Povo: Guarani Kaiowá

Terra Indígena: DOURADOS

Município: DOURADOS

Descrição: Os indígenas que trabalham no corte de cana sofrem da coluna e, ainda muito jovens, ficam inutilizados para o trabalho. Confinados num espaço de 3,8mil ha. para 11 mil pessoas, os índios têm que procurar cada vez mais trabalho fora da terra indígena. Os indígenas são muito requisitados para o trabalho do corte da cana porque, segundo o médico Franklin Amorim Sayão, “eles se contentam com pouca comida e salário baixo e trabalham do nascer do dia ao pôr-do-sol sem descanso nem proteção adequada”. Usados como mão-de-obra barata, trabalham em condições semelhantes ao trabalho escravo.

Meio Empregado: Corte de cana

Fonte: DouradosAgora/MS, 23/01/2006

(CIMI, 2006:135)

Janeiro/2006

Vítima: Comunidade indígena

Povo: Guarani Kaiowá

Terra Indígena: DOURADOS

Município: DOURADOS

Descrição: Conforme laudo antropológico encomendado pela Funai, a reserva deveria ter no mínimo 27.000 ha. Agravaram-se os problemas de saúde, causados por desnutrição e também pelo trabalho que os índios são forçados a aceitar para

sobreviver. Tanto o corte de cana como a agricultura da soja estão provocando problemas graves de coluna e câncer de pele. A população indígena, nos últimos 18 anos passou de 4.500 para 11 mil pessoas, confinadas num espaço de 3.800 ha., numa área de periferia urbana quase sem mata, caça ou reservas naturais para a sobrevivência material e cultural do grupo.

Fonte: O Povo/CE, 23/01/2006

(CIMI, 2007:149)

1º/08/2007

Vítima: Franciele de Souza

Idade: 2 anos

Povo: Guarani Kaiowá

Terra Indígena: DOURADOS

Município: DOURADOS

Local da Ocorrência: Aldeia Jaguapiru

Descrição: A criança morreu vítima de desnutrição. Estava internada há duas semanas mas não resistiu. Embora tenha diminuído, segundo a Funasa, o número de mortes por desnutrição, o problema continua nas aldeias de Mato Grosso do Sul. O coordenador da Funasa no MS, Dr. Zelik Trabjter, declarou que a desnutrição não é a única causa das mortes das crianças, porém o quadro de subnutrição ainda subsiste. O cacique Lucas Paiva explicou que o povo está passando fome porque acreditou no programa que fornece cestas básicas para os moradores da reserva, que foi cortado. Afirmou que nas aldeias Bororo e Jaguapuru, as crianças estão “chupando cana para enganar a fome”.

Fonte: O Estado de São Paulo, 02/08/2007

(CIMI, 2007:178)

13/11/2007

Vítima: 1.011 indígenas

Povo: Guarani Kaiowá

Município: BRASILANDIA

Local da Ocorrência: unidade da Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool/Agrisul.

Descrição: Uma operação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, composto por Auditores Fiscais do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal,

resultou na interdição da unidade da Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool/Agrisul. No local 1.011 indígenas foram flagrados em condições degradantes, segundo afirmação do procurador do Trabalho e vice-coordenador nacional de Combate ao Trabalho escravo, Jonas Ratier Moreno. Os alojamentos foram encontrados sem condições de habitabilidade, higiene e conforto, com muito lixo espalhado pelo chão, moscas e outros insetos e restos de comida por todo o local e esgoto a céu aberto. Além disso, havia a superlotação, com homens amontoados, sem armários ou locais para guarda de roupas e objetos de uso pessoal. Os banheiros estavam em estado precário, sem condições sanitárias adequadas e com mau cheiro. Os trabalhadores reclamaram, também, da constante falta de água. Em todos os alojamentos destinados aos indígenas foram encontrados objetos, roupas e calçados muito sujos espalhados pelo chão, além de pratos e marmitas com restos de comida (partilhada com animais). Também foi constatado atraso no pagamento de salários e o não recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A Auditoria-Fiscal do Trabalho também identificou motorista de ônibus com habilitação vencida e ônibus sem condições para transportar os trabalhadores. Sem contar que na área industrial, foi constatado o excesso de vazamento nas tubulações, alto nível de ruído e presença de bagaços de cana livres no ar (situação que pode provocar doenças respiratórias como a bagaçoze).

Meio Empregado: Trabalho escravo

Fonte: www.ptr24.mpt.gov.br; home page folha online, 29/11/2007

(CIMI, 2007:178)

2007

Vítima: 150 indígenas

Povo: Guarani Kaiowá e Terena

Município: CAMPO GRANDE

Local da Ocorrência: Mato Grosso do Sul

Descrição: Fiscais da Delegacia Regional do Trabalho resgataram 150 indígenas que trabalhavam em situação degradante. Segundo o DRT, os indígenas atuavam no corte da cana das 6h às 16h. sem equipamentos de segurança e muitos sem carteira assinada. Não havia banheiros móveis nem água tratada ou comida ao longo do dia. Os alojamentos não tinham janelas, nem banheiros, e a capacidade era para abrigar apenas 50 pessoas. Em Mato Grosso do Sul as usinas de álcool são a principal fonte

de empregos para índios. Os usineiros costumam contratá-los devido à eficiência dos indígenas no corte da cana.

Meio Empregado: trabalho escravo

Fonte: Folha de São Paulo, 30/03/2007

(CIMI, 2007:74)

19/04/2007

Vítima: Paulo Vargas

Povo: GUARANI KAIOWÁ

Terra Indígena: DOURADOS

Município: DOURADOS

Local da Ocorrência: Aldeia Bororo

Descrição: A vítima trabalhava numa usina de álcool e ao retornar à aldeia, embriagado, teria forçado relações sexuais com a acusada, o que já acontecera anteriormente. Discutiram e durante a briga a acusada teria desferido os golpes contra a vítima, usando uma faca.

Meio Empregado: Arma branca

Fonte: O Progresso/MS, 20/04/2007; campogrande.news, 19/04/2007

(CIMI, 2007:75)

12/08/2007

Vítima: Ouvaldo Aparecido Benites

Povo: GUARANI KAIOWÁ

Município: JAPORÃ

Local da Ocorrência: Aldeia Porto Lindo

Descrição: A vítima estava no alojamento da usina onde trabalhava. Foi atingida com vários golpes por um desconhecido, que utilizou um bloco de concreto. Um segurança ouviu os gritos e só teve tempo de observar um suspeito sair do alojamento e subir em um mototáxi.

Meio Empregado: Bloco de concreto

Fonte: Home Page Correio do Estado/MS, 13/08/2007; O Estado do MS, 13/08/2007

(CIMI, 2007:75)

5/11/2007

Vítima: Valdeci Isnardi

Povo: GUARANI KAIOWÁ

Terra Indígena: DOURADOS

Município: DOURADOS

Local da Ocorrência: Aldeia Jaguapiru

Descrição: O corpo de Valdeci foi encontrado em uma usina no Município de Nova Alvorada do Sul. A vítima estava desaparecida há cinco dias. De acordo com a polícia ele foi visto pela última vez na quarta-feira passada em companhia do primo Paulo Isnard e do amigo Valdenir da Silva. Uma testemunha que também trabalha na usina passou a informação para a polícia. O corpo da vítima apresentava uma pequena marca na cabeça.

Fonte: O Progresso/MS, 7/11/2007

(CIMI, 2007:76)

3/12/2007

Vítima: Sílvio Irala Gonçalves

Povo: GUARANI KAIOWÁ

Município: TAQUARUSSU

Descrição: O corpo da vítima foi encontrado preso a um galho no interior do rio Taquarussu. O zelador do alojamento indígena da usina Debrasa encontrou os pertences da vítima às margens do rio. O corpo foi encaminhado ao IML.

Fonte: www.campogrande.com, 4/12/2007

(CIMI, 2007:85)

06 de junho

Vítima: Adilson da Silva de Araújo

Povo: GUARANI KAIOWÁ

Terra Indígena: DOURADOS

Município: DOURADOS

Local da Ocorrência: Aldeia Jaguapiru

Descrição: A vítima retornava do trabalho para casa quando surgiu o assaltante armado com uma faca. O homem exigiu que ele entregasse o salário que supunha que Adilson houvesse trazido da Usina. A vítima alegou que não tinha recebido o dinheiro mas mesmo assim foi agredida. Encaminhada ao hospital passou por uma

cirurgia. Há uma onda de violência que toma conta da reserva indígena da cidade de Dourados. Os índios estão revoltados com a falta de segurança e protestam reclamando que os brancos só vão à aldeia para buscar corpos e divulgar tragédia.

Meio Empregado: Arma branca

Fonte: Rádio Grande FM; O Progresso/MS, 08/06/2007

(CIMI, 2006:85)

2006

Vítima: Comunidade

Povo: Guarani Kaiowá

Terra Indígena: DOURADOS

Município: DOURADOS

Local da Ocorrência: Aldeia Bororo

Descrição: Consumo de bebidas e drogas dentro das aldeias. Apesar de proibidos entram na reserva. A pinga é comprada pelos próprios índios que muitas vezes trocam por cestas básicas com as mercearias próximas à reserva. Os alimentos ali trocados são, muitas vezes, revendidos aos próprios indígenas. Os entorpecentes, conforme declaração do líder terena Celso Mamede, morador na Aldeia Jaguapiru, chegam à reserva através de alguns trabalhadores em usinas na fronteira. Os ônibus não são fiscalizados.

Fonte: Douradosagora - 1º/09/2006

(CIMI, 2007:178)

2007

Vítima: 150 indígenas

Povo: Guarani Kaiowá e Terena

Município: CAMPO GRANDE

Local da Ocorrência: Mato Grosso do Sul

Descrição: Fiscais da Delegacia Regional do Trabalho resgataram 150 indígenas que trabalhavam em situação degradante. Segundo o DRT, os indígenas atuavam no corte da cana das 6h às 16h. sem equipamentos de segurança e muitos sem carteira assinada. Não havia banheiros móveis nem água tratada ou comida ao longo do dia. Os alojamentos não tinham janelas, nem banheiros, e a capacidade era para abrigar apenas 50 pessoas. Em Mato Grosso do Sul as usinas de álcool são a principal fonte

de empregos para índios. Os usineiros costumam contratá-los devido à eficiência dos indígenas no corte da cana.

Meio Empregado: trabalho escravo

Fonte: Folha de São Paulo, 30/03/2007

(CIMI, 2008:138)

FEVEREIRO/2008

VÍTIMA: Mulheres

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: KURUSU AMBA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kurussu Ambá

DESCRIÇÃO: Mulheres de indígenas empregados no corte de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul, são comparadas a viúvas de maridos vivos. Os maridos ficam meses fora de casa ou preferem não voltar assumindo outras famílias. Abandonadas, criam os filhos sozinhas passando por sérias dificuldades. Diante da exploração imposta aos indígenas, pouco dinheiro chega às famílias. São frequentes as denúncias de atrasos nos pagamentos dos salários e exploração semelhante ao trabalho escravo. No acampamento de Kurussu Ambá é comum encontrar famílias onde mulheres são a maioria. Há também mulheres que perderam seus maridos pela violência, como é o caso de Hortência Rocha e Marluce Pereira Lopes que ficou com duas filhas depois do marido, Ortiz Lopes, ser assassinado. Segundo o Ministério Público do Trabalho, no Mato Grosso do Sul, cerca de 12 mil indígenas atuam no corte de cana no Estado.

MEIO EMPREGADO: Trabalho escravo

FONTE: www.campograndenews.com.br, 12/2/2008

(CIMI, 2008:138-139)

FEVEREIRO/2008

VÍTIMA: Comunidades do MS (150 indígenas)

POVO: GUARANI KAIOWÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Povos do MS

DESCRIÇÃO: Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, Mato Grosso do Sul está em segundo lugar entre os estados que mais exploram mão-de-obra análoga à escrava. Esta mão-de-obra vem, principalmente, dos indígenas localizados nas

regiões onde acontecem as expansões da cana-de-açúcar. Os não-indígenas não querem saber do trabalho dos canaviais, que é pesado e considerado de segunda categoria. Os índios são tidos como menos exigentes e suportam melhor as pesadas jornadas de trabalho. Na Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda, localizada no município de Iguatemi, procuradores da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho de São Paulo resgataram 409 trabalhadores de uma situação de trabalho degradante e trabalho escravo, sendo 150 deles indígenas Terena e Guarani. Isto se dá pela dificuldade dos índios em arranjar outra alternativa de emprego. Foi o que aconteceu com o marido de Sandrielle Fernandes, 20 anos, que há quatro meses saiu de casa para arranjar emprego. Ela afirma que o marido faz isso para mandar dinheiro para casa e que enquanto ele está lá um mensageiro traz o dinheiro para ela. Não bastasse a desagregação familiar, os indígenas se vêem submetidos a péssimas condições nos alojamentos: falta de higiene e conforto, esgoto a céu aberto, comida estragada e falta de água. Isto sem contar com o atraso no pagamento de salários. A Anistia Internacional, em seu relatório anual, acusou o setor canavieiro no Brasil de abuso contra direitos humanos e de estar usando trabalho forçado, principalmente de indígenas que vivem na pobreza.

MEIO EMPREGADO: Trabalho escravo

FONTE: Clipping da 6ª CCR do MPF, 12/2/2008;Correio da Bahia/BA, 11/2/2008; O Progresso

(CIMI, 2008:67)

06/04/2008

VÍTIMA: Robson Cabreira Chamorro

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Foi morto com golpe de facão. A vítima acabara de receber o pagamento da usina de álcool em que trabalhava. A polícia trabalha com a hipótese de latrocínio.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: campograndenews, 06/04/2008

(CIMI, 2009:71)

08/03/2009

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: O acusado é tio da vítima. Ambos estavam numa festa e brigaram. Armado com um facão utilizado para cortar cana, o acusado atacou o sobrinho que foi hospitalizado em estado grave.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Cimi Regional MS; Correio do Estado/MS

(CIMI, 2009:90)

AGOSTO 2009

VÍTIMA: Trabalhadores indígenas

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: BURITIZINHO

MUNICÍPIO: SIDROLANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Usina Santa Olinda - Distrito de Quebra Coco

DESCRIÇÃO: Mais de 200 indígenas foram demitidos da usina canavieira Santa Olinda, sem receber os direitos trabalhistas. Os indígenas trabalhavam no corte de cana-de-açúcar e teriam sido demitidos sem receber o último 13º salário, férias proporcionais e fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Cada funcionário recebia, em média, R\$ 620,00 por mês. A denúncia foi feita pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Campo Grande e Região.

MEIO EMPREGADO: Demissão

FONTE: O Estado do Mato Grosso do Sul - 11/08/2009

(CIMI, 2009:54)

TERRA INDÍGENA: ACAMPAMENTO APYKA' Y

POVOS: GUARANI KAIOWÁ

TIPO DE DANO: Incêndio

DESCRIÇÃO: Durante a madrugada, cerca de 10 homens atacaram a comunidade que vive acampada às margens da BR-483, próximo do município de Dourados. Os agressores ameaçaram os indígenas afirmando que se eles não abandonassem o local, haveria mortes. Eles teriam dito que quem mandava na área da estrada ocupada pelos indígenas não era a Polícia Federal, mas sim a “polícia da empresa”. Nos relatórios da Funai e do MPF, funcionários da usina São Fernando e da empresa de segurança Gaspem são apontados como responsáveis pelo ataque. A razão do ataque seria a circulação de indígenas em uma área privada para pegar água. Os agressores queimaram colchões, cobertores, bicicletas, roupas e, além disso, feriram indígenas com tiros, socos, facadas e queimaram alguns barracos. Para o procurador do MPF em Campo Grande, Marco Antonio Delfino, o caso deve ser tratado como “tentativa de genocídio”.

FONTE: Amnesty International, 30/09/2009; Informe do Cimi, 24/09/2009; Repórter Brasil

(CIMI, 2009:77)

18/09/2009

VÍTIMA: Comunidade indígena

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS APYAKA'I

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamento no KM 10 - BR-463

DESCRIÇÃO: Cerca de 10 homens armados atacaram a comunidade. Tiros foram disparados de forma indiscriminada contra o acampamento. Durante o ataque, um dos homens armados disse aos membros da comunidade que se eles não abandonassem o acampamento haveria mortes e que não era a polícia federal, mas a “polícia da companhia” que controlava a área. Nos relatórios da Funai e do MPF, funcionários da Usina São Fernando e da empresa de segurança Gaspem são apontados como responsáveis pelo ataque. Para o procurador do MPF em Campo Grande, Marco Antonio Delfino, o caso deve ser tratado como tentativa de genocídio, como descrito na lei n. 2889/56. “um grupo armado teve intenção explícita de atacar outro grupo por suas características étnicas, porque são indígenas”. As investigações devem ser apressadas e os resultados apresentados em menos de um mês.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Amnesty Internacional, 30/09/2009; Informe Cimi, 24/09/2009;Repórter Brasil 1/10

(CIMI, 2009:90)

AGOSTO 2009

VÍTIMA: Trabalhadores indígenas

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: BURITIZINHO

MUNICÍPIO: SIDROLANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Usina Santa Olinda - Distrito de Quebra Coco

DESCRIÇÃO: Mais de 200 indígenas foram demitidos da usina canavieira Santa Olinda, sem receber os direitos trabalhistas. Os indígenas trabalhavam no corte de cana-de-açúcar e teriam sido demitidos sem receber o último 13º salário, férias proporcionais e fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Cada funcionário recebia, em média, R\$ 620,00 por mês. A denúncia foi feita pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Campo Grande e Região.

MEIO EMPREGADO: Demissão

FONTE: O Estado do Mato Grosso do Sul - 11/08/2009

(CIMI, 2009:96)

12/02/2009

VÍTIMA: P.G.

IDADE: 19 anos

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: BURITIZINHO

MUNICÍPIO: SIDROLANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Usina Quebra Coco

DESCRIÇÃO: Segundo registro policial, o corpo do indígena foi encontrado por seu sogro. A vítima estava pendurada pelo pescoço com uma alça de sacola em um pé de manga. A polícia investiga o caso.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: midiamaxnews, 12/02/2009

(CIMI, 2010:67)

9/05/2010

VÍTIMA: Renilton Reginaldo

POVO: TERENA

MUNICÍPIO: TERENOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Assentamento Campo Verde, local a 30 km. de Campo Grande/MS

DESCRIÇÃO: O corpo da vítima foi encontrado pelos seus amigos com vários ferimentos provocados por facão, no Assentamento que fica a 30 quilômetros de Campo Grande. Ele trabalhava no corte de cana para a Usina Quebra-Coco. O facão de cortar cana foi encontrado quebrado a cerca de 300m do local onde o corpo foi encontrado. Próximo ao local havia garrafas de cachaça espalhadas pelo chão.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Campo Grande News - 10/05/2010

(CIMI, 2010:121)

OUTUBRO/2010

VÍTIMA: Três mil famílias

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias de Jaguapiré e Bororó

DESCRIÇÃO: Famílias das aldeias Jaguapiré e Bororo estão sem receber as cestas de alimentos que deveriam ser enviadas pelo governo do estado e pela Funai. Segundo o cacique Leomar Mariano Silva, as cestas referentes ao mês de outubro não foram distribuídas e a comunidade está passando fome. Além disso muitos índios estão desempregados por causa da mecanização da colheita da cana-de-açúcar. Outro problema é o atraso na cota de óleo diesel para os agricultores. Segundo o líder indígena está passando o tempo de plantar e não receberam o combustível. Isso prejudica as plantações e a alimentação nas aldeias.

MEIO EMPREGADO: Falta de apoio à produção agrícola

FONTE: midiamaxnews, 03/11/2010; 10/12/2010

(CIMI, 2010:67)

09/05/2010

VÍTIMA: Renilton Reginaldo

POVO: TERENA

MUNICÍPIO: TERENOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Assentamento Campo Verde, local a 30 km. de Campo Grande/MS

DESCRIÇÃO: O corpo da vítima foi encontrado pelos seus amigos com vários ferimentos provocados por facão, no Assentamento que fica a 30 quilômetros de Campo Grande. Ele trabalhava no corte de cana para a Usina Quebra-Coco. O facão de cortar cana foi encontrado quebrado a cerca de 300m do local onde o corpo foi encontrado. Próximo ao local havia garrafas de cachaça espalhadas pelo chão.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Campo Grande News - 10/05/2010

(CIMI, 2010:96)

11/11/2010

VÍTIMA: E.V.

IDADE: 23 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

DESCRIÇÃO: De acordo com informações, o indígena teria se matado porque ficou envergonhado por receber uma quantia muito pequena em dinheiro pelo seu trabalho numa usina. Foi encontrado enforcado com uma corda numa cama.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: coreiodoestado.com

(CIMI, 2011:54)

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Agrotóxico.

DESCRIÇÃO: Índios Guarani denunciam que a Shell e o colosso brasileiro dos combustíveis, Cosan, operam juntos por meio da marca Raizen. Parte do etanol comercializado, vendido como biocombustível, é produzido da cana de açúcar plantada na terra ancestral dos Guarani. Segundo a denúncia, desde que a indústria começou a operar a saúde das comunidades piorou. As crianças, adultos e até os

animais ficam doentes. Ervas medicinais estão desaparecendo e os peixes e plantas afetadas.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão, Índios e Minorias, 08/09/2011

(CIMI, 2011:127)

28/06/2011

VÍTIMA: 285 trabalhadores

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: NAVIRAI

DESCRIÇÃO: 285 indígenas foram encontrados em situação degradante na Infinity Agrícola S/A e na Usina Naviraí. Trabalhavam debaixo de chuva e com temperatura de 10°C. Não tinham equipamentos de proteção e estavam em condições inadequadas de trabalho.

MEIO EMPREGADO: Trabalho escravo.

FONTE: Correio do Estado/MS, 27/07/2011

(CIMI, 2012:43)

TERRA INDÍGENA: LARANJEIRA NHÃNDERU

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Agrotóxico

DESCRIÇÃO: A comunidade é atingida pelo latifúndio, agronegócio e agrotóxicos. Além da espera pela demarcação, o que aflige o povo é a água que bebe, o peixe que come e o milho que colhe, devido aos agrotóxicos espalhados pelos aviões que contaminam a água dos poços e envenena, principalmente, crianças e idosos. Segundo declarações dos índios, eles sentem até os pingos de veneno que é jogado sobre a plantação. Suas casas, seus córregos, seus espaços de lazer, suas trilhas são ameaçadas pelas monoculturas do agronegócio. Conforme relatam, no ano passado foi a cana-de-açúcar e neste ano é a espiga transgênica que requer venenos para garantir os negócios dos fazendeiros. Conforme as palavras da liderança Nilda Almeida Pedro, “quando os fazendeiros passam o veneno, fazem-no ao amanhecer, antes da saída do sol, e com o vento chega até nós, até os animais; respiramos o ar envenenado e durante o dia sentimos dor de cabeça, estômago e outros sintomas no corpo”.

FONTE: CPT MS, setembro/2012

(CIMI, 2012:54)

9/02/2012

VÍTIMA: Josivaldo Brites Rodrigues

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Próximo a escola Araporã

DESCRIÇÃO: O rapaz saiu de casa e não retornou. Sua bicicleta foi roubada, o que fez a polícia suspeitar de latrocínio. Um suspeito foi detido. A direção da AJI- Associação de Jovens Indígenas considerou a onda de assassinatos na região como uma guerra. Segundo eles, é a chamada “Lei do Facão de cortar cana”. Jovens desfilam nas estradas com facões na mão, com o rosto coberto e ficam escondidos em matas ou esquinas. Quando alguém passa, é golpeado com facão até a morte. Segundo a Associação, nem a presença da Força Nacional tem sido suficiente para intimidar as “gangues” que estão assustando a comunidade. Dentro da reserva não há iluminação pública e são centenas de estradas e trilhas que cortam os 3,6 mil hectares da terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Midiamaxnews, 09/02/2012

(CIMI, 2012:57)

09/12/2012

VÍTIMA: Daniel Martins

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA LIMÃO VERDE

MUNICÍPIO: NAVIRAÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Vila Industrial

DESCRIÇÃO: O indígena trabalhava no corte de cana para a usina da Infinity. Foi morto por dois colegas que estavam no mesmo alojamento, após uma discussão onde todos tinham ingerido bebida alcoólica.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Sul News, 09/12/2012

(CIMI, 2012:60)

24/2/2012

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê

DESCRIÇÃO: Os dois indígenas faziam uso de bebida alcoólica em um canavial quando o crime aconteceu. O acusado esfaqueou a vítima durante uma briga na aldeia Tey Kuê. O acusado disse à Polícia Civil que golpeou o indígena quando tentava apartar uma briga entre os dois adolescentes. A vítima foi encaminhada para o hospital e passa bem.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Portal do MS, 25/2/2012

(CIMI, 2012:86)

22/07/2012

VÍTIMA: V.N.

IDADE: 21 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAÍ

MUNICÍPIO: AMAMBAÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambaí

DESCRIÇÃO: O indígena usou uma corda de náilon amarrada a um galho de árvore para cometer o suicídio. O corpo foi localizado pela família no dia seguinte. Segundo informações, a vítima era casada e a esposa está grávida de seis meses do primeiro filho. Ele trabalhava em uma usina de álcool, no corte de cana.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: A Gazeta News - 23/07/2012

(CIMI, 2012:120)

2012

VÍTIMA: Indígenas na cidade

MUNICÍPIO: BRASILÂNDIA

DESCRIÇÃO: Os indígenas trabalharam oito meses por ano, no corte de cana-de-açúcar, na Usina Debrasa, sem nenhuma assistência. Apesar da recomendação do Ministério Público para regularizar a situação dos indígenas, a Funai não acatou e argumentou que a permanência dos indígenas no distrito é temporária e que o órgão somente presta assistência nas aldeias de origem, assim, a responsabilidade seria da empresa contratante. O MPF entrou com ação contra a Funai argumentando que o índio não deixa de ser índio porque está distante da aldeia de origem. “O simples fato do indígena residir fora da aldeia durante parte do ano não faz com que perca sua identidade... (...) É inconstitucional qualquer distinção entre índios, especialmente quando esta pode trazer prejuízos aos direitos que lhes são conferidos pela Constituição Federal e pela legislação vigente”.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: MPF/MS, setembro/2012

(CIMI, 2012:53-54)

ABRIL

VÍTIMA: Julio Gonçalves

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: KURUPY

MUNICÍPIO: NAVIRAÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: próximo a alojamento de usina

DESCRIÇÃO: O corpo do indígena foi encontrado próximo ao alojamento da Usina Infinit, por um guarda da empresa que fazia a ronda pelo local. Segundo a perícia da Polícia Civil, foi constatado que o indígena foi morto com uma facada no pescoço e que havia sido violentado sexualmente. O corpo foi encaminhado ao IML (Instituto Medico Legal), e após os exames seria levado para a aldeia, para o sepultamento.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Capital News, 17/04/2012

(CIMI, 2012:57)

09/12/2012

VÍTIMA: Daniel Martins

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA LIMÃO VERDE

MUNICÍPIO: NAVIRAÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Vila Industrial

DESCRIÇÃO: O indígena trabalhava no corte de cana para a usina da Infinity. Foi morto por dois colegas que estavam no mesmo alojamento, após uma discussão onde todos tinham ingerido bebida alcoólica.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Sul News, 09/12/2012

(CIMI, 2012:86)

22/07/2012

VÍTIMA: V.N.

IDADE: 21 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAÍ

MUNICÍPIO: AMAMBAÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambaí

DESCRIÇÃO: O indígena usou uma corda de náilon amarrada a um galho de árvore para cometer o suicídio. O corpo foi localizado pela família no dia seguinte. Segundo informações, a vítima era casada e a esposa está grávida de seis meses do primeiro filho. Ele trabalhava em uma usina de álcool, no corte de cana.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: A Gazeta News - 23/07/2012

(CIMI, 2012:120)

2012

VÍTIMA: Indígenas na cidade

MUNICÍPIO: BRASILÂNDIA

DESCRIÇÃO: Os indígenas trabalharam oito meses por ano, no corte de cana-de-açúcar, na Usina Debrasa, sem nenhuma assistência. Apesar da recomendação do Ministério Público para regularizar a situação dos indígenas, a Funai não acatou e argumentou que a permanência dos indígenas no distrito é temporária e que o órgão somente presta assistência nas aldeias de origem, assim, a responsabilidade seria da empresa contratante. O MPF entrou com ação contra a Funai argumentando que o

índio não deixa de ser índio porque está distante da aldeia de origem. “O simples fato do indígena residir fora da aldeia durante parte do ano não faz com que perca sua identidade... (...) É inconstitucional qualquer distinção entre índios, especialmente quando esta pode trazer prejuízos aos direitos que lhes são conferidos pela Constituição Federal e pela legislação vigente”.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: MPF/MS, setembro/2012

(CIMI, 2013:42)

TERRA INDÍGENA: APYKA' Y

POVO: GUARANI KAIOWÁ, TERENA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Incêndio

DESCRIÇÃO: Um incêndio de grandes proporções atingiu as margens da BR-463, em Dourados. O fogo durou 12 horas e deixou interditada também a rodovia MS 370. O fogo começou em uma lavoura de cana e se alastrou por vários hectares, matando vários animais. As chamas atravessaram vários sítios da região. A comunidade Apika'y foi atingida e seus barracos consumidos pelo fogo. Com a destruição do acampamento, os índios foram forçados a fugir, enquanto suas barracas, comida e pertences foram destruídos pelas chamas.

FONTE: Dourados News, 22/08/2013; G1, 22/08/2013

(CIMI, 2013:54)

02/12/2013

VÍTIMA: Ambrósio Vilhalba

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: GUYRAROKA

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia

DESCRIÇÃO: Além de ter sido protagonista no filme Terra Vermelha, o indígena era conhecido por ser defensor do seu povo e liderar ações como ocupações e bloqueio de rodovias. As informações levantadas pela polícia apontam que ele estava com um grupo de pessoas em uma confraternização dentro da aldeia. Ele recebeu vários golpes de faca. O cacique foi líder na sua comunidade na retomada de uma pequena parte do seu território tradicional, onde enormes áreas estão ocupadas por

fazendeiros que plantam extensas áreas de cana de açúcar, deixando os Guarani sem meio de sobrevivência.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Jornal Dourados Agora - 02/12/2013

(CIMI, 2014:48)

TERRA INDÍGENA: PACURITY

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Devido à morosidade no procedimento de demarcação da Terra Indígena Pacurity, os Guarani-Kaiowá viveram em 2014 sob constantes ameaças de despejos. Em uma ação de reintegração de posse os fazendeiros pedem à Justiça Federal que remova os indígenas de uma área de reserva legal na fazenda São José, à margem direita da BR-463, na saída da Dourados. São 15 barracos de lona que se espalham ao largo de um canal de água, espremidos entre uma lavoura e a boca do mato. O acampamento Pacurity é parte de uma antiga rede de comunidades que os indígenas chamam de tekoha.

FONTE: Repórter Brasil, 04/06/2014

(CIMI, 2014:89)

8/02/2014

VÍTIMA: Deuci Lopes

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: APIKAY

MUNICÍPIO: PONTA PORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rodovia BR-463 DESCRIÇÃO: A indígena, moradora do acampamento Apikay, na beira da estrada, seguia a pé pelas margens da rodovia, acompanhada pelo marido e o filho. Um caminhão carregado de bagaço de cana a atingiu e arrastou-a por alguns metros. O motorista do veículo não reduziu a velocidade e fugiu sem prestar socorro.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: Cimi Assessoria de Comunicação, 10/02/2014

(CIMI, 2014:86)

01/04/2014

VÍTIMA: Marcolino Rossati

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

MUNICÍPIO: IVINHEMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Dentro de um ônibus que presta serviço para a Usina Santa Helena.

DESCRIÇÃO: A vítima foi esfaqueada dentro de um ônibus que presta serviço para a Usina Santa Helena. O fato ocorreu após um desentendimento entre a vítima e o agressor. O autor da agressão foi detido por outros trabalhadores até a chegada da polícia.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Pantanal News, 02/04/2014

(CIMI, 2014:94)

23/01/2014

VÍTIMA: Damiana Cavanha

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: APIKAY

MUNICÍPIO: DOURADINA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamento na rodovia BR-463, próximo à Fazenda Serrana

DESCRIÇÃO: Segundo informações do Relatório da CPT de 2014, a indígena sofreu ameaças de morte devido à sua atuação na reconquista das terras de seu povo. A comunidade do Apikay luta há décadas pela demarcação de sua terra, hoje explorada por uma usina de álcool.

FONTE: Relatório CPT 2014

(CIMI, 2014:122)

JULHO/2014

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: BRASILÂNDIA

DESCRIÇÃO: União e Funai recorreram de uma decisão favorável aos índios que trabalham na usina de açúcar e álcool Debrasa, para não prestar assistência à saúde aos trabalhadores indígenas, sob o argumento que a assistência é dada apenas nas aldeias de origem e que a permanência dos indígenas no distrito é temporária.

MEIO EMPREGADO: Desassistência

FONTE: MPF-MS, 22/07/2014

(CIMI, 2016:70)

TERRA INDÍGENA: APIKA'Y

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Contaminação por agrotóxico

DESCRIÇÃO: A comunidade da pequena área de Apika'y é obrigada a consumir a água contaminada de seu território ancestral reivindicado que é arrendada pelo usineiro para alimentar os caldeirões da usina São Fernando Açúcar e Álcool. Atualmente, atrás dos barracos onde sobrevivem as famílias indígenas, só há monoculturas de cana de açúcar. O acampamento expõe o cenário de abandono e degradação imposto aos Guarani-Kaiowá expulsos da sua terra.

Com informações de: O Estado de São Paulo, 17/7/2016

(CIMI, 2017:127)

2017

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): GUARANI-KAIOWÁ, GUARANI-MBYA, GUARANI-NHANDEVA, GUATÓ, KADIWÉU e TERENA

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: Conforme a pesquisadora Larissa Mies Bombardi, professora de geografia da Universidade de São Paulo (USP), a população indígena do Mato Grosso do Sul é a terceira mais contaminada por agrotóxicos no país, ficando atrás dos povos indígenas de Santa Catarina e do Paraná. São estimados 300 casos para cada 10 mil habitantes. A intoxicação dos indígenas por agrotóxico é causada pela expansão dos cultivos de soja, milho e cana-de-açúcar nas fazendas que ficam no entorno ou sobrepostas às terras indígenas. Nascentes de rios e córregos, que abastecem as aldeias, são contaminados pela pulverização, terrestre ou aérea, de defensivos

agrícolas, pesticidas e outros produtos químicos usados nas plantações. Há casos em que pilotos de aeronaves fazem voos rasantes e borrifam, de forma criminosa, o veneno nas habitações e roças dos indígenas, conforme indicam as investigações feitas pelo MPF-MS. Na pesquisa, a professora analisou 343 notificações de contaminação por agrotóxico em crianças e jovens indígenas no estado. Segundo os levantamentos da pesquisadora, são aplicados de 12 a 16 quilos de agrotóxico por hectare no Brasil, enquanto na União Europeia são aplicados de dois a três. A pulverização criminosa de agrotóxicos em territórios indígenas é denunciada pelo Cimi desde os anos 1970. Conforme o missionário do Regional do Cimi no Mato Grosso do Sul, Flávio Machado, há uma grande preocupação com o aumento dos casos de câncer na população indígena.

MEIO EMPREGADO: Ingestão de Veneno

Com informações de: Amazônia real, 26/10/2017

(CIMI, 2017:73)

TERRA INDÍGENA: CERRITO

POVO(S): GUARANI KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Rompimento de barragem

DESCRIÇÃO: Após uma autuação do Ibama, a Usina Sucrialcooleira Rio Paraná foi multada em R\$ 22,5 milhões por degradação da terra indígena. O rompimento da represa, localizada na nascente do córrego que abastece a comunidade indígena, causou graves danos ambientais, como a destruição da vegetação ciliar, erosão e poluição do rio. A Funai encaminhou a denúncia ao MPF.

Com informações de: G1/MS, 6/3/2017

APÊNDICE C - Casos de violência contra povos indígenas envolvendo cultivo de soja e milho no Sul do Mato Grosso do Sul (CIMI, 2003-2019)

- Material coletado nos Relatórios Violência Contra Povos Indígenas (CIMI, 2003-2019)
- Palavras-chave: soja/sojicultor (no MS)

(CIMI, 2003:19)

23.03.2003

Terra Indígena: Buriti

Povo: Terena

Município: Dois Irmãos do Buriti

Tipo de conflito/Envolvidos: Fazendeiros entram com pedido de apoio na Polícia Federal para realizar a colheita da soja e do milho nas terras retomadas pelos índios. Os índios não querem deixar os fazendeiros terem acesso a terra. Os índios solicitam demarcação de suas terras.

Conseqüências: A interferência da polícia pode gerar ainda mais conflitos. Os agricultores alegam que se não fizerem a colheita, podem perdê-la em seguida.

Fonte: Jornal Folha do Povo

(CIMI, 2004:25)

29.10.2004

Município: Antônio João

Tipo de conflito/Envolvidos: Ocupação de fazenda em Antônio João

Causas e circunstâncias: O site informa que “100 índios continuam bloqueando a entrada dos funcionários na propriedade invadida esta manhã no município de Antônio João. Segundo informações do proprietário, Altamir Dalla Corte, os indígenas teriam expulsado os funcionários e impedido o plantio de 200 hectares de soja”.

Providências adotadas: A Polícia Federal esteve na região, mas já deixou o local e o Ministério Público Federal deve ser avisado sobre o caso.

Fonte: Notícias Conesul News e Midia Max News, 29/10/04.

(CIMI, 2005:154)

Maio 2005

Povo: Guarani-Kaiowá

Terra Indígena (município): (Dourados)

Descrição e conseqüências: Equipamentos que deveriam estar sendo utilizados na melhoria das condições de vida da população indígena estão parados: máquina de multimistura, vaca mecânica para a produção de leite de soja, e a lavanderia.

Fonte: Dourados Agora/MS, 10/05/05

(CIMI, 2005:183)

04.02.05

Vítima: Rosana Shimey, 61 anos

Povo: Guarani-Kaiowá

Terra Indígena (município): Panambi

Local da agressão: Lavoura de soja

Circunstâncias: A vítima foi acusada de assassinar o marido em 04 de janeiro. Familiares disseram que o casal brigava com freqüência. PanambiAo lado do corpo foi encontrada uma garrafa de pinga.

Fonte: DouradosAgora/MS – 04/02/05

(CIMI, 2007:46)

Terra Indígena: DOURADOS

Povo: GUARANI KAIOWÁ

Tipo de dano: Soja e agrotóxico

Descrição: As plantações de soja estão ocupando grandes áreas dentro de aldeias que formam a Reserva Indígena de Dourados. Os índios denunciam que os produtos químicos usados na soja estão prejudicando a saúde de quem mora próximo às plantações. A existência de plantações de soja em terras da União contraria legislação havendo um termo sobre isso assinado com o Ministério Público Federal. O líder indígena Ivo Porto afirma que a maioria das plantações de soja não pertence aos índios e sim aos brancos. Segundo ele, alguns índios até cuidam das áreas, mas a semente, os produtos químicos e os maquinários são dos brancos. A índia Marinete de Souza, que tem uma filha de três anos, disse que estão aparecendo ferimentos no rosto da menina, depois que ela brincou no meio da lavoura de soja. O médico da

Funasa, Zelik Trajber, afirma que os produtos químicos podem causar problemas mais graves, comprometendo todo o organismo da pessoa. O técnico agrícola da Funai, José Miranda, declarou que está fazendo um relatório sobre a situação para enviar à direção do órgão em Brasília e também ao Ministério Público Federal.

Fonte: O Progresso/MS, 18/01/2007

(CIMI, 2006:135)

Janeiro/2006

Vítima: Comunidade indígena

Povo: Guarani Kaiowá

Terra Indígena: DOURADOS

Município: DOURADOS

Descrição: Conforme laudo antropológico encomendado pela Funai, a reserva deveria ter no mínimo 27.000 ha. Agravaram-se os problemas de saúde, causados por desnutrição e também pelo trabalho que os índios são forçados a aceitar para sobreviver. Tanto o corte de cana como a agricultura da soja estão provocando problemas graves de coluna e câncer de pele. A população indígena, nos últimos 18 anos passou de 4.500 para 11 mil pessoas, confinadas num espaço de 3.800 ha., numa área de periferia urbana quase sem mata, caça ou reservas naturais para a sobrevivência material e cultural do grupo.

Fonte: O Povo/CE, 23/01/2006

(CIMI, 2008:44)

TERRA INDÍGENA: TAUNAY / IPEGUE

POVO(S): TERENA

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: O indígena Lisio Lilli Terena afirma que o desmatamento aumentou consideravelmente diante da possibilidade de demarcação da terra indígena. Segundo Lilli Terena, o carvão e a pecuária são interesses para o corte da floresta. Além disto, toda a região está ameaçada pela monocultura da soja e cana-de-açúcar.

FONTE: O Imparcial/SP, 3/02/2008

(CIMI, 2010:47)

TERRA INDÍGENA: PANAMBI

POVO(S): GUARANI KAIOWÁ

TIPO DE DANO: Conflito fundiário

DESCRIÇÃO: A indefinição quanto à demarcação da terra indígena gerou confronto entre produtores rurais e a comunidade indígena representada por 86 famílias. Segundo os indígenas, os produtores utilizaram fogos de artifício e tiros para o alto na tentativa de amedrontá-los e levá-los a sair da terra. O embate entre indígenas e agricultores naquela região começou no fim da década de 40, quando o governo de Getúlio Vargas promoveu a colonização na região. Nos anos 50, os indígenas ocuparam definitivamente uma área de 400 ha. Em 1971 a Funai fez a demarcação de 2.037 ha. Essa demarcação não resultou em assentamento indígena, assim que, atualmente agricultores usam a terra para o plantio de milho e soja entre outras culturas. Em 2005, os indígenas ocuparam uma área na região e os fazendeiros, em protesto, interditaram a BR-163. A Funai, naquele ano, criou um grupo de trabalho para retomar a demarcação, mas apenas em 2009 o laudo antropológico foi finalizado. Foi protocolado na Funai, mas a demarcação não foi retomada.

FONTE: A Crítica/MS, 23/09/2010

(CIMI, 2011:58-59)

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

POVO(S): GUARANI KAIOWÁ

TIPO DE DANO: Arrendamento de área indígena

DESCRIÇÃO: Estimativa do Ministério Público Federal aponta que metade das áreas agricultáveis da reserva indígena de Dourados são arrendadas. São cerca de 400 hectares explorados por agricultores não índios, por valores muito baixos. Ao mesmo tempo, muitos indígenas da comunidade passam fome, a não ser que recebam cestas básicas. Os fazendeiros aliciam índios e ainda utilizam tratores e óleo do poder público para plantação de soja transgênica. Conforme declaração do procurador da república, Marco Antonio Delfino de Almeida, a prática do arrendamento desrespeita a lei 8.176/91 - que diz que sem autorização não é permitido o uso de ocupação de terras da União; por outro lado, a lei 11.467/07, proíbe a plantação de transgênicos em áreas de proteção.

FONTE: O Progresso , 17/01/2011

(CIMI, 2010:121)

MAIO/2010

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DESALDEADOS

MUNICÍPIO: RIO BRILHANTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamento às margens da BR-163

DESCRIÇÃO: Os indígenas acampados às margens da BR-163 sobrevivem em situação precária, entre a pista de intenso movimento de carros e caminhões e a cerca de arame farpado de uma fazenda produtora de soja. A área costuma alagar com as chuvas e é armazenada em um poço escavado, usado para o abastecimento dos índios. Estes correm risco de intoxicação com o uso de veneno pulverizado nas plantações de soja.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: Agência Brasil, 12/05/2010

(CIMI, 2012:120)

2012

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: LIMA CAMPO

MUNICÍPIO: PONTA PORÃ

DESCRIÇÃO: Centenas de moradores ficaram sem água potável por vários meses. Muitas famílias buscam água nos riachos, com risco de contaminação. O córrego onde a maioria da comunidade se abastece fica na divisa entre a área indígena e fazendas de produtores de soja da região. Os indígenas denunciam a contaminação da água por agrotóxicos.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

FONTE: G1, 21/11/2012

(CIMI, 2013:50)

8/1/2013

VÍTIMA: Carlos Araújo

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kue

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada morta em uma plantação de soja na fazenda Coroado. De acordo com a perícia, o óbito ocorreu entre 24 a 48 horas antes de ter sido encontrado sem vida.

MEIO EMPREGADO: Desconhecido

FONTE: Caaraponews.com.br, 9/1/2013

(CIMI, 2014:94)

25/09/2014

VÍTIMA: Eliseu Lopes

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: KURUSU AMBÁ

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamento nas margens da rodovia estadual 289

DESCRIÇÃO: Segundo informações do Relatório da CPT de 2014, o indígena tem sofrido ameaças de morte devido à sua luta e de seu povo pela demarcação das terras tradicionais. A comunidade Kurusu Ambá vive em situação de extrema miséria, no município de Coronel Sapucaia. Sobre suas terras, fazendeiros plantam soja e criam gado.

FONTE: Relatório CPT 2014

(CIMI, 2014:102-103)

17/11/2014

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: KURUSU AMBÁ

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Estrada de chão próximo a área indígena

DESCRIÇÃO: A adolescente caminhava por uma estrada de terra, perto de uma plantação de soja, a caminho da escola, quando um motoqueiro em alta velocidade veio na sua direção e atropelou, arremessando-a para longe. Ela foi encaminhada para o hospital. As lideranças acreditam que o atropelamento foi premeditado e

arranjado por pistoleiros, pois a terra indígena está em um contexto de extrema violência.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: Cimi Assessoria de Comunicação, 19/11/2014

(CIMI, 2015:107)

24/6/2015

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI e KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: KURUSU AMBÁ

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fazenda Madana

DESCRIÇÃO: Um grupo de indígenas do acampamento de Kurusu Ambá realizou a retomada de uma área que compõe o território tradicional reivindicado pela comunidade. A recuperação territorial ocorreu, conforme lideranças, porque a comunidade “não aguenta mais viver debaixo do veneno, com fome, e esperando pelo governo”. Segundo Tapé Rendy “logo depois que montamos acampamento na retomada, nos atacaram. Pistoleiros atiraram por cima de nossas cabeças, gritaram xingamentos”. Ainda segundo o relato da liderança, também foram disparados tiros de onde estavam os policiais do Departamento de Operações de Fronteiras. Além dos tiros, dezenas de caminhonetes entraram na área e fizeram um Buzinaço, na tentativa de intimidar os índios. Um dos fazendeiros fez manobras arriscadas, jogando a caminhonete sobre os índios. De longe, era possível ver fogo no acampamento dos índios. Desde 2007 morreram mais de dez lideranças no território que abrange Kurusu Ambá. A fome é outro problema que aflige os indígenas. Ilhados por plantações de soja, não conseguem plantar, e as únicas fontes de água foram poluídas pelos agrotóxicos lançados sobre o monocultivo. Crianças morrem de fome e de doenças geradas pelo contato com o veneno.

MEIO EMPREGADO: Ameaça à vida

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 22/6/2015; G1/MS, 25/6/2015

(CIMI, 2016:70)

TERRA INDÍGENA: LARANJEIRA NHÃNDERU

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Contaminação por agrotóxico

DESCRIÇÃO: Os indígenas denunciaram contaminação por agrotóxico em um rio da região. A liderança do acampamento Laranjeira Nhanderu afirma que os peixes morreram depois que a aeronave passou despejando o veneno. Segundo ela, o agrotóxico foi lançado sobre a lavoura de soja da fazenda que é vizinha à Fazenda Santo Antônio, onde os índios permanecem acampados, reivindicando a terra tradicional. Conforme a liderança, o córrego é fonte de água para a comunidade. “Ficamos sem água para beber e fizemos um poço, mas ali era fonte para a nossa criação de galinha e pato, além dos cachorros, que bebem água e passam mal”.

Com informações de: Campo Grande News, 29/1/2016

(CIMI, 2017:127)

2017

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): GUARANI-KAIOWÁ, GUARANI-MBYA, GUARANI-NHANDEVA, GUATÓ, KADIWÉU e TERENA

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: Conforme a pesquisadora Larissa Mies Bombardi, professora de geografia da Universidade de São Paulo (USP), a população indígena do Mato Grosso do Sul é a terceira mais contaminada por agrotóxicos no país, ficando atrás dos povos indígenas de Santa Catarina e do Paraná. São estimados 300 casos para cada 10 mil habitantes. A intoxicação dos indígenas por agrotóxico é causada pela expansão dos cultivos de soja, milho e cana-de-açúcar nas fazendas que ficam no entorno ou sobrepostas às terras indígenas. Nascentes de rios e córregos, que abastecem as aldeias, são contaminados pela pulverização, terrestre ou aérea, de defensivos agrícolas, pesticidas e outros produtos químicos usados nas plantações. Há casos em que pilotos de aeronaves fazem voos rasantes e borrifam, de forma criminosa, o veneno nas habitações e roças dos indígenas, conforme indicam as investigações feitas pelo MPF-MS. Na pesquisa, a professora analisou 343 notificações de contaminação por agrotóxico em crianças e jovens indígenas no estado. Segundo os levantamentos da pesquisadora, são aplicados de 12 a 16 quilos de agrotóxico por hectare no Brasil, enquanto na União Europeia são aplicados de dois a três. A

pulverização criminosa de agrotóxicos em territórios indígenas é denunciada pelo Cimi desde os anos 1970. Conforme o missionário do Regional do Cimi no Mato Grosso do Sul, Flávio Machado, há uma grande preocupação com o aumento dos casos de câncer na população indígena.

MEIO EMPREGADO: Ingestão de Veneno

Com informações de: Amazônia real, 26/10/2017

(CIMI, 2018:119)

Agosto

VÍTIMA: Acampamentos indígenas

POVO: GUARANI KAIOWÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamentos indígenas

DESCRIÇÃO: O deputado federal (PSDB) Geraldo Resende, que é membro da Frente Parlamentar Agropecuária, da bancada ruralista, boicotou o programa de acesso à água desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que instalaria 910 cisternas em acampamentos indígenas no Mato Grosso do Sul. Os indígenas estão acampados entre as fazendas de soja, milho e cana-de-açúcar e constantemente adoecem por excesso de agrotóxicos na água. Em uma reunião com representantes do MDS e da Funai, em novembro de 2017, o parlamentar se manifestou contra as obras e listou os nomes de posseiros e donos de propriedades que reivindicam direito sobre as terras onde estão os acampamentos, ao mesmo tempo em que afirmou que a construção das cisternas seria um dano à propriedade privada. Em resposta à atuação do parlamentar, o MPF se manifestou a favor da construção das cisternas nos acampamentos, pois o acesso à água deveria ser garantido independente da regularidade fundiária das áreas que ocupem, dado que as cisternas seriam apenas uma solução pontual e temporária, e o mínimo que o Estado deveria fazer.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada, falta assistência

Com informações de: Repórter Brasil, 16/8/2018

(CIMI, 2019:154)

MAIO

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: GUYRAROKA

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

DESCRIÇÃO: Após a ingestão de agrotóxicos pulverizados na Fazenda Remanso II, localizada a apenas 50 metros da escola indígena, os alunos que ingeriam a primeira refeição na escola, pela manhã, e toda a comunidade, em especial crianças e idosos, apresentaram sintomas de intoxicação por pesticidas, como irritação da pele, enjoo, diarreia e dores de cabeça. Em poucos minutos, toda a aldeia ficou coberta por uma “nuvem” branca, que permaneceu entre os dias 6 e 11 de maio. Cercados por plantações de cana, soja e milho, os indígenas ficam expostos à aplicação de pesticidas frequentemente pulverizados por aviões e tratores. Sem acesso a médicos e remédios, a indígena Elaine Guarani Kaiowá, de 80 anos, relata que recorreu às raízes e plantas medicinais para tratar os sintomas, mas temia que o avanço das plantações sobre as áreas indígenas acabaria até mesmo com as opções naturais para os tratamentos tradicionais. Conforme relatam, quando os indígenas ligam para a Sesai, eles são informados sobre a impossibilidade de receberem atendimento, pela falta de gasolina, de recursos para compra-la, de medicamentos e de profissionais.

MEIO EMPREGADO: Ingestão de Veneno

Com informações de: El País, 2/8/2019

Fonte: Material coletado nos Relatórios do CIMI (2003-2019)

**APÊNDICE D - Situação Territorial das Terras Indígenas guarani no Mato
Grosso do Sul (FUNAI, 2021)**

Terra Indígena	Etnia	UF - Município	Superfície (ha)	Fase do procedimento demarcatório
Apapeguá	Guarani Kaiowá	MS - Ponta Porã	0.0000	Em Estudo
Apykai	Guaraní	MS - Dourados	0.0000	Em Estudo
Douradopeguá	Guaraní	MS - Dourados	0.0000	Em Estudo
Dourados-Amambaiepeguá II	Guarani Kaiowá	MS - Caarapó	0.0000	Em Estudo
Dourados-Amambaiepeguá III	Guarani Kaiowá	MS - Caarapó	0.0000	Em Estudo
Garcete Kuê (Nhandeva Peguá)	Guaraní	MS - Sete Quedas	0.0000	Em Estudo
Guaivyry-Joyvy (Amambaiepeguá)	Guarani Kaiowá	MS - Ponta Porã	0.0000	Em Estudo
Iguatemipecuá II	Guarani Kaiowá	MS - Amambaí	0.0000	Em Estudo
Iguatemipecuá III	Guarani Kaiowá	MS - Tacuru	0.0000	Em Estudo
Laguna Piru (Nhandeva Peguá)	Guaraní	MS - Eldorado	0.0000	Em Estudo
Laranjeira Nhanderu (Brilhantepeguá)	Guaraní	MS - Paranhos	0.0000	Em Estudo
Mbocajá (Ñandévapecuá)	Guaraní	MS - Amambaí	0.0000	Em Estudo
Potrerito (Nhandeva Peguá)	Guaraní	MS - Paranhos	0.0000	Em Estudo
Vitói Kuê	Guaraní	MS - Japorã	0.0000	Em Estudo
Terra Indígena	Etnia	UF - Município	Superfície (ha)	Fase do procedimento demarcatório
Dourados-Amambaiepeguá I	Guaraní	MS - Amambaí	0.0000	Delimitada
Iguatemipecuá I	Guarani Kaiowá	MS - Iguatemi	415.710.000	Delimitada
Jatayvari	Guarani Kaiowá	MS - Ponta Porã	88.000.000	Delimitada
Panambi - Lagoa Rica	Guarani Kaiowá	MS - Douradina	121.960.000	Delimitada
Ypoi/Triunfo	Guarani Nhandeva	MS - Paranhos	0.0000	Delimitada
Terra Indígena	Etnia	UF - Município	Superfície	Fase do procedimento

			(ha)	demarcatório
Guyraroká	Guarani Kaiowá	MS - Caarapó	114.400.000	Declarada
Ofayé-Xavante	Ofayé	MS - Brasilândia	19.376.250	Declarada
Panambizinho	Guarani Kaiowá	MS - Dourados	12.728.035	Declarada
Potrero Guaçu	Guarani Nhandeva	MS - Paranhos	40.250.000	Declarada
Sombreiro	Guarani Nhandeva	MS - Sete Quedas	126.080.000	Declarada
Sucuriy	Guarani Kaiowá	MS - Maracaju	5.351.047	Declarada
Taquara	Guarani Kaiowá	MS - Juti	97.000.000	Declarada
Terra Indígena	Etnia	UF - Município	Superfície (ha)	Fase do procedimento demarcatório
Amambai	Guarani Kaiowá	MS - Amambaí	24.272.847	Homologada
Arroio-Korá	Guarani Kaiowá	MS - Paranhos	71.757.747	Homologada
Jarara	Guarani Kaiowá	MS - Juti	4.790.728	Homologada
Kadiwéu	Kadiwéu	MS - Corumbá	5.385.357.804	Homologada
Ñande Ru Marangatu	Guarani Kaiowá	MS - Antônio João	93.172.160	Homologada
Sete Cerros	Guarani Kaiowá	MS - Paranhos	85.847.213	Homologada
Takuaraty/Yvykuarusu	Guarani Kaiowá	MS - Paranhos	26.090.940	Homologada
Terra Indígena	Etnia	UF - Município	Superfície (ha)	Fase do procedimento demarcatório
Nossa Senhora de Fátima	Terena	MS - Miranda	888.880	Reserva Indígena
Ofayé-Xavante	Ofayé	MS - Brasilândia	4.840.000	Reserva Indígena
Terra Indígena	Etnia	UF - Município	Superfície (ha)	Fase do procedimento demarcatório
Aldeia Limão Verde	Guarani Kaiowá	MS - Amambaí	6.680.796	Regularizada
Buriti	Terena	MS - Dois Irmãos do Buriti	20.901.691	Regularizada
Buritizinho	Guarani Kaiowá	MS - Sidrolândia	97.428	Regularizada
Caarapó	Guarani Kaiowá	MS - Caarapó	35.944.154	Regularizada
Cachoeirinha	Terena	MS - Miranda	26.581.634	Regularizada
Cerrito	Guarani Nhandeva	MS - Eldorado	19.509.806	Regularizada
Dourados	Guarani Kaiowá	MS - Dourados	34.745.957	Regularizada

Guaimbé	Guarani Kaiowá	MS - Laguna Carapã	7.169.316	Regularizada
Guasuti	Guarani Kaiowá	MS - Aral Moreira	9.587.993	Regularizada
Guató	Guató	MS - Corumbá	109.847.941	Regularizada
Jaguapiré	Guarani Kaiowá	MS - Tacuru	23.420.155	Regularizada
Jaguari	Guarani Kaiowá	MS - Amambaí	4.047.055	Regularizada
Lalima	Kinikinau	MS - Miranda	30.002.101	Regularizada
Limão Verde	Terena	MS - Aquidauana	53.772.754	Regularizada
Nioaque	Terena	MS - Nioaque	30.293.529	Regularizada
Pilad Rebuá	Terena	MS - Miranda	2.083.702	Regularizada
Pirajuí	Guarani Nhandeva	MS - Paranhos	21.182.325	Regularizada
Pirakua	Guarani Kaiowá	MS - Bela Vista	23.840.554	Regularizada
Porto Lindo	Guarani Nhandeva	MS - Japorã	16.488.899	Regularizada
Rancho Jacaré	Guarani Kaiowá	MS - Laguna Carapã	7.775.349	Regularizada
Sassoró	Guarani Kaiowá	MS - Tacuru	19.226.435	Regularizada
Taquaperi	Guarani Kaiowá	MS - Coronel Sapucaia	17.769.594	Regularizada
Taunay/Ipegue	Terena	MS - Aquidauana	64.613.459	Regularizada

Fonte: FUNAI (2021).

APÊNDICE E - Lista de casas de reza do povo Guarani Kaiowa e Nhandeva atacadas

Data: 09/2003

Município: Dourados (MS)

Nhanderu: Getúlio de Oliveira

TI/Tekoha: sem informação

Fazenda: sem informação

Circunstâncias: A residência do cacique Getúlio de Oliveira e a casa de reza foram criminosamente incendiadas. Indígenas foram à sede da Polícia Federal para exigir proteção.

Data: 07/2019

Município: Dourados (MS)

Nhanderu: Getúlio de Oliveira

TI/Tekoha: Aldeia Jaguapiru.

Fazenda: sem informação

Circunstâncias: A casa de reza dos Guarani-Kaiowá foi criminosamente incendiada. Xirus (objetos de valor ritualístico/sagrado) de mais de 180 anos de idade, entre outros itens de valor, foram perdidos no incêndio. O Nhandero Getúlio de Oliveira avistou o responsável pelo incêndio em fuga, mas não conseguiu identificá-lo.

Data: 01/2020

Município: Rio Brillhante (MS)

Nhanderu: sem informação

TI/Tekoha: Laranjeira Nhanderu

Fazenda: Santo Antônio da Nova Esperança

Circunstâncias: Área de retomada. Um incêndio atingiu a Casa de Reza na noite de virada do ano. Indígenas apontaram que o incêndio foi criminoso, e contam que no dia seguinte homens armados estiveram no local lhes intimidando. Também foram divulgadas informações sobre um possível conflito interno envolvendo um indígena que é pastor evangélico. As lideranças indígenas se opõem à hipótese, apontando-a como falsa e como estratégia para desviar a atenção dos verdadeiros culpados. A investigação foi encaminhada e ficou a cargo da PF.

Data: 03/2020

Município: Tacuru (MS)

Nhanderu: sem informação

TI/Tekoha: Aldeia Jaguapiré

Fazenda: sem informação

Circunstâncias: indígenas apontam que o incêndio foi criminoso. Atearam fogo na casa de reza (Oga Pysy) durante a madrugada. A estrutura e tudo que estava dentro, incluindo objetos sagrados, foram consumidos pelo fogo. Nhandecy e famílias da terra indígena Aldeia Jaguapiré denunciaram a situação ao MPF e à PF, clamando por uma investigação.

Data: 08/2020

Município: Laguna Carapã (MS)

Nhanderu: Cassiano Romero

TI/Tekoha: sem informação

Fazenda: Rancho Jacaré Laguna

Circunstâncias: sem informação

Data: 19/10/2021

Município: Laguna Carapã (MS)

Nhandecy: Martina Almeida

TI/Tekoha: sem informação

Fazenda: Rancho Jacaré Laguna

Circunstâncias: Três pessoas foram detidas em Laguna Carapã após o incêndio que atingiu a casa de reza. A polícia apontou Cicleber, que tinha desentendimentos com os familiares de sua mulher (filha da Nhandecy), como autor do crime.

Data: 02/10/2021

Município: Amambaí (MS)

Nhanderu/Nhandecy: sem informação

TI/Tekoha: Guapo'y

Fazenda: sem informação

Circunstâncias: segunda os indígenas a Oga Pysy foi incendiada no início da noite, quando todos já haviam deixado o local por conta da forte chuva que caía. Nhanderus e nhandecys recebem constantes ameaças por motivos de intolerância religiosa.

Data: 10 ou 11/2021

Município: Dourados (MS)

Nhanderu/Nahndecy: sem informação

TI/Tekoha: sem informação

Fazenda: sem informação

Circunstâncias: Retomada Avaete.

Data: 29/12/2021

Município: Douradina (PR)

Nhanderu/Nahndecy: sem informação

TI/Tekoha: Yta'i Kagurusu

Fazenda: sem informação

Circunstâncias: a Oga Pysy foi incendiada durante a madrugada do dia 29 de dezembro. Adoslecentes e idosas que dormiam na casa de reza conseguiram escapar. Os indígenas acreditam em um ataque de intolerância religiosa. Uma testemunha afirma ter ouvido conversas entre supostos envolvidos no incêndio, além de sentir o cheiro da gasolina e ouvir o som de disparos de uma arma.

Fontes:

Relatórios do CIMI

<https://intoleranciareligiosadossie.blogspot.com/2011/08/dia-dos-cultos-afros-segue-sem-apoio.html> ;

<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/25/sob-cerco-evangelico-guarani-kaiowas-sofrem-com-intolerancia-no-mato-grosso-do-sul/> ;

<https://revistaforum.com.br/noticias/neopentecostais-torturam-indios-por-questoes-religiosas-no-mato-grosso-do-sul/> ;

<https://www.muvucapopular.com.br/policia/mulheres-indigenas-de-religioes-tradicionais-sao-torturadas-por-pastores/32511> ;

<http://www.ipib.org/mundo-protestante/36-abril/1431-guarani-kaiowa-nota-de-esclarecimento> ;

<https://cimi.org.br/2020/01/laranjeira-nhanderu-e-atacada-tem-casa-de-reza-incendiada-e-indigenas-guarani-kaiowa-vivem-terror-na-virada-do-ano/> ;

<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/fogo-levou-memoria-e-xiru-de-500-anos-que-abencoava-casa-de-reza> 2 de janeiro casa de reza queimada Laranjeira nhanderu ;

<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/01/03/casa-de-reza-e-incendiada-em-aldeia-de-ms-e-indigenas-dizem-que-homens-armados-invadiram-o-local.ghtml> ;

<https://apublica.org/2019/10/a-luta-das-guarani-e-kaiowa-na-regiao-mais-perigosa-para-mulheres-indigenas-no-pais/> 19/01/2012 ;

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Aldeia-indigena-atacada-tres-vezes-por-pistoleiros-pode-ser-novamente-%250D%250Adespejada/2/18419> ;

<https://www.msnoticias.com.br/editorias/geral-ms-noticias/kaiowas-que-perderam-casa-sagrada-insistem-que-incendio-foi-criminoso/94866/> ;

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/09/11/Setembro-amarelo-por-que-a-taxa-de-suic%C3%ADdio-%C3%A9-maior-entre-ind%C3%ADgenas>

ANEXO A - Carta: Do Projeto Kaiowa Nhandeva à Aty Guassu (Thomaz de Almeida, 2011)

O conteúdo da carta abaixo é escrito pelo antropólogo Rubem Ferreira Thomaz de Almeida que, na ocasião do Projeto Kaiowa Nhandeva, pode acompanhar a emergência das primeiras Aty Guassu ao longo da década de 1970 no Sul do Mato Grosso do Sul. A carta abaixo se encontra em Benites (2014).

“Em 2011 algumas lideranças espirituais e políticas idosas decidiram narrar de maneira sistemática para os líderes neófitos a trajetória do Aty Guasu. Para complementar a narrativa indígena, as lideranças convidaram o antropólogo Rubem Ferreira Thomaz de Almeida para relatar a história do Aty Guasu, visto que ele havia participado do primeiro Aty Guasu em meados de 1970, então na condição de coordenador do PKN. O antropólogo, que começou a pesquisar os Guarani e os Kaiowá em 1973 e permanece até os dias de hoje acompanhando-os, foi convidado a falar no encontro sobre a trajetória de 33 anos de luta do Aty Guasu. Como o antropólogo não poderia comparecer na assembleia no dia mencionado, que ocorreu entre 29 de fevereiro e 03 de março de 2012 na T.I. Jaguapiré (em Tacuru-MS), ele escreveu o texto abaixo em português e o enviou ao Aty Guasu. Como o texto foi amplamente comentado e debatido pelos participantes da assembleia e como tem sido muito consultado pelas lideranças indígenas mais jovens, julguei oportuno transcrevê-lo na íntegra: —Aty Guasu pode ser traduzido em português por —reunião grandell ou por —grande encontroll onde se juntam muitas lideranças dos tey’i dos kaiowakuera e dos ñemoñare dos ñandévakuera. Nos Aty Guasu são tomadas decisões importantes que afetam a todos, como decisões sobre a terra, por exemplo. Vou contar como eu me lembro do começo dos Aty Guasu. Era tempo do PKÑ (Projeto Kaiowa-Ñandeva)¹⁵ que chegou às reservas indígenas de Takuapiry, Ramada, Jakarey e Pirajuy em 1976. A equipe do PKÑ pediu aos —capitãesll para fazer, como sempre fizeram os Guarani e Kaiowa, uma reunião (aty) em cada um desses lugares. O PKÑ queria explicar que tinha dinheiro para —projetoll e queria perguntar a todas as famílias ñandéva e kaiowa como usar esse dinheiro. Em todos os lugares todas as famílias queriam fazer kokue (roçado) – naquele tempo dava para fazer roça para todos naquelas reservas. Para que todas as famílias que quisessem pudessem usar o dinheiro do PKÑ, este criou grupos de roça chamados kokue guasu. Cada grupo

estava organizado por um cabeçante e até 10 companheiros, que quase sempre eram parentes. O PKÑ oferecia provista 15 O “Projeto Kaiowá e Ñandeva” (PKÑ) era uma organização não governamental. A seu respeito, ver Thomaz de Almeida, 2001. 203 para ninguém precisar ir à changa (trabalho esporádico nas fazendas); dava ferramentas e sementes para os grupos de roças plantarem. Os antropólogos do PKÑ sempre conversavam com todos os grupos de kokue guasu para saber como estava indo o trabalho. Às vezes conversavam com os tamõi (lideranças idosas) de cada família extensa (os te’yi ou ñemoñare) e com os capitães das reservas para fazer um aty guasu com todos para falar das roças naquelas aldeias. Às vezes matava uma vaca para churrasquear. No terceiro ano de cultivo, conversando com os grupos de roça veio a ideia de reunir todos os cabeçantes das kokue guasu do Takuapiry, da Ramada, do Jakarey e do Pirajuy. Muitas autoridades não indígenas (karai) não gostaram da ideia. Os chefes de postos tinham medo do governo militar, que tinha proibido fazer qualquer tipo de reunião. Na conversa com algumas lideranças indígenas ficou decidido que para evitar problemas o PKÑ escreveria cartas convidando o General Presidente da FUNAI, o Coronel Delegado da 9ª. Delegacia Regional em Campo Grande e todos os chefes de postos para participarem do aty guasu que seria realizado na casa do —capitãoll Tónico Ricardi, no Takuapiry. Nenhum dos representantes da FUNAI convidado foi; mas deu para fazer o primeiro aty guasu com os cabeçantes dos kokue sem nenhum problema. Os primeiros aty guasu eram chamados de Reunião de Cabeçantes, depois é que passou a ser chamado de aty guasu. Em 1978, depois de três anos de cultivo, eram 25 ou 30 grupos de roça nas quatro reservas. Ficou conversado que participariam desse aty guasu o cabeçante de cada grupo e seu yvyraija (liderança auxiliar), o que deu então uns 50 ou 60 participantes. O PKÑ fez o transporte e comprou comida e os kaiowa do Takuapiry deram hospedagem. O pessoal chegou numa quinta-feira à tarde, conversou sexta e sábado e no domingo voltou. Isso ocorreu no Takuapiry nos dias 04 e 05 de novembro de 1978. Uma coisa muito importante: o PKÑ, que apoiou nos primeiros quase vinte anos dos aty guasu, nunca organizou a reunião; sempre achou que era uma coisa dos kaiowa e dos ñandéva e que eram os índios que tinham que dizer como é que seria a reunião, quem ia falar, que horas ia falar, o que ia falar. Isso sempre foi decisão dos índios e não de karai antropólogo. 204 Nesse encontro se falou de roça, de plantas, de colheita, chuva, etc. O principal tema tratado foi o da roça. Todo mundo gostou e ficou combinado outro aty guasu. A II Reunião de

Cabeçantes veio a acontecer no Pirajuy nos dias 13 e 14 de janeiro de 1979 (como registrei no meu caderno de campo). Até então não se falava da questão da terra. O PKÑ achava que tinha que atender as demandas dos indígenas e nunca quis falar antes dos ñandéva e kaiowa dos problemas deles. Só se falava de roça, de ajuda para produzir alimentos; era o que mais reivindicavam as famílias que viviam nas quatro reservas da FUNAI. No Pirajuy aconteceu a mesma coisa que no Takuapiry. Lembro bem da discussão de um pedido dos índios ao PKÑ, para que fornecesse uma trilhadeira para cada reserva. Isso ajudaria na colheita e os grupos de roças locais se alternariam para usar. Foi nesse encontro no Pirajuy que pela primeira vez a equipe do PKÑ escutou que os Kaiowa e os Ñandéva tinham problema de terra. Um grupo de kaiowa liderado pelo Pancho Romero, já bem velhinho, tinha ido, por conta própria, ao aty guasu no Pirajuy para contar ao pessoal o problema que seu te'yi e outras famílias grandes enfrentavam. Pancho Romero contou que o fazendeiro queria expulsar todas as famílias do tekoha chamado Yvykuarusu. As famílias lideradas por Pancho não queriam perder a terra que era deles e dos parentes que haviam morrido e dos que iam nascer. Depois disso não parou mais o movimento dos Guarani por terra. Não pararam também os aty guasu que cresceram junto e que se tornaram uma coisa só na luta pela terra. Passou a ser o principal lugar de discussão e decisão. Depois do Yvykuarusu surgiu o problema do tekoha Pirakua; depois o do Jaguapire e depois mais de trinta outros. Os te'yi do Yvykuarusu foram expulsos, mas voltaram para o seu lugar quatro vezes entre 1978 e 1985; o mesmo aconteceu com as famílias do tekoha Jaguapire. Nesse tempo a assembléia do aty guasu discutia como —apertarll a FUNAI para fazer demarcar as terras e tais encontros aconteciam umas três ou quatro por ano. Depois de mais de sete anos de muita discussão, muita pressão sobre a FUNAI e muita paciência das lideranças, em 1984/1985 foram identificados e demarcados parte dos antigos tekoha guasu kaiowa de Yvykuarusu, Pirakua e Jaguapire. 205 O movimento político do povo Guarani-Kaiowa e Guarani-Ñandéva ficou mais forte com os aty guasu. Os aty guasu passaram a contar com a presença dos ñanderu (lideranças religiosas) e ficaram muito mais fortes; o avareko (o modo de ser e viver) ficou também mais forte. No entanto, os problemas também cresceram: em pouco tempo eram mais de trinta avarekoha (territórios) que as famílias kaiowa e ñandéva passaram a reivindicar e para onde queriam voltar depois de terem sido expulsas. Todas as situações de conflito foram discutidas nos aty guasu. Era onde os chefes de família se encontravam com outros chefes de família. Podiam

conversar muito e saber como todo mundo estava pensando para decidir qual seria o melhor jeito para retomar as terras dos antigos. —Os aty guasu ajudavam muito na luta de cada tekoha porque se sabia que podia contar com o apoio de outras famílias extensas para a retomadall. Também foi em um aty guasu no Takuapiry, há uns oito anos atrás, que ficou decidido que deveriam ser formados os GTs para identificar todos os tekoha guasu (territórios tradicionais) localizados nas bacias dos rios Apa, Dourados, Ivinhema/Brilhante, Amambai e Iguatemi, tomando todo o território dos Ñandéva e dos Kaiowa. Enfim eu acho que o mais importante, iporã porã dos aty guasu, é que logo nas primeiras assembléias os ñanderu (lideranças religiosas) começaram a participar. Sem a comunicação dos rezadores com os ñandejara (os deuses) os aty guasu não teriam tido tanta força. Cresceram muito os jeroky (rituais religiosos) e os mborahéi (cantos e rezas) nos aty guasu e nas terras reconquistadas. Em todos os aty guasu os ñanderu kaiowa e ñandéva mostravam o caminho que a política devia seguir e com eles cresceu a força das famílias para voltarem a seus antigos tekoha. A história dos aty guasu – como penso eu – é a história do movimento dos Guarani-Ñandéva e Guarani-Kaiowa para recuperar as terras que seus antepassados usavam e que viraram fazenda. Mas não importa tanto como começou; a hora, a data, o lugar. O mais importante é que nos últimos trinta e tantos anos os kaiowa e ñandéva mostraram para os karai (não indígenas) que o aty guasu é o único foro legítimo de discussão e de decisão de qualquer política pública que pretenda atender esse povo. Como é o caso da terra, por exemploll. (Rubem T. de Almeida, fevereiro/2012). 206 Nesse texto o antropólogo apresentou de modo sintético o contexto histórico específico em que surgiu a reunião dos cabeçantes das roças grandes, que em meados de 1980 foi transformada em assembléia geral (Aty Guasu) das lideranças de famílias extensas, tomando como objetivo a luta pela recuperação de tekoha Takuaraty/Yvykuarusu (ou Paraguasu, como também é chamada), Jaguapire e Pirakua, etc. Além disso, ficou claro que o Aty Guasu foi e é vital para a manutenção de modo de ser e viver (Ava reko) do Guarani-Ñandeva e Kaiowá, rearticulando as práticas dos jeroky (rituais religiosos) e kotyhu/guachire (rituais profanos) Guarani e Kaiowá em rede, no seio do Aty Guasu” (Rubem Thomaz de Almeida, 2011)